



# RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

**ANO 2026**

*1º Trimestre*

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

Presidente

**Welliton Marques de Albuquerque**

Procurador-Chefe

**Elton da Costa Ferreira**

Diretor de Administração e Finanças

**Arão Abrahão da Silva**

Diretor de Previdência

**Marcos Antônio de Souza**

Diretor de Proteção Social dos Militares

**Cel. Sérgio Túlio Gonçalves Estácio**

## Sumário

<b>SUMÁRIO EXECUTIVO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 Estrutura Patrimonial.....	16
<b>2 GESTÃO ESTRATÉGICA .....</b>	<b>17</b>
2.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO .....	17
2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos.....	20
2.1.2 Programa Governança Pública.....	21
2.1.3 Programa Manutenção da Gestão.....	28
<b>3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS .....</b>	<b>30</b>
3.1 QUANTITATIVOS DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS ..	30
3.2 RECEITAS PREVIDENCIÁRIA – PODER EXECUTIVO .....	31
3.2.1 FINANPREV .....	31
3.2.2 FUNPREV .....	32
3.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA .....	33
3.3.1 Requerimentos da Comprev .....	33
3.3.2 Valores da Compensação Financeira .....	34
3.4 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO .....	35
3.5 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO.....	36
3.5.1 Dívidas das Prefeituras.....	36
3.5.2 Rentabilidade dos Fundos .....	37
3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO.....	38
3.6.1 FINANPREV e FUNPREV .....	38
3.7 RECEITAS E DESPESAS.....	40
3.8 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – OUTRAS INSTITUIÇÕES .....	40
3.8.1 FINANPREV .....	40
<b>4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL .....</b>	<b>45</b>
4.1 SEGREGAÇÃO DE MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS .....	45
4.1.1 DRAA 2026: ago/2025 4.1.1 Massa de Segurados – FINANPREV .....	45
4.1.2 Massa de Segurados – FUNPREV .....	46
4.1.3 Massa de segurados - SPSM .....	46
4.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVO AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS.....	46
4.3 RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS	

DESPESAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS .....	47
4.4 HIPÓTESES ATUARIAIS.....	48
4.4.1 Hipóteses biométricas .....	48
As hipóteses biométricas relacionam-se com as probabilidades de ocorrências de eventos tais como: mortalidade, entrada em invalidez. ....	48
4.4.2 Hipóteses demográficas .....	48
As hipóteses demográficas relacionam-se ao comportamento da população, conforme a Tabela 46. ....	48
4.4.3 Hipóteses econômico-financeiras .....	49
4.5 ALÍQUOTAS DO PLANO DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO .....	50
4.5.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício .....	50
4.6 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS RELATIVA AO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL .....	51
5.1 CARTEIRA GLOBAL.....	53
5.2 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CARTEIRA GLOBAL .....	56
5.3 CARTEIRA FINANPREV.....	59
5.3.1 Evolução do Rendimento - FINANPREV .....	59
5.3.2 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira – FINANPREV.....	60
5.3.3 Movimentação do FINANPREV .....	61
5.4 CARTEIRA SPSM.....	61
5.3.1 Evolução do Rendimento do SPSM.....	61
5.4.2 Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM .....	61
5.4.3 Movimentação do SPSM .....	62
5.4 CARTEIRA DO FUNPREV .....	62
5.4.1 Evolução do Rendimento da Carteira – FUNPREV .....	62
5.4.2 Evolução do Patrimônio Líquido - FUNPREV .....	63
5.4.3 Movimentações do FUNPREV.....	64
5.4.4 Distribuição de Recurso por Segmento - FUNPREV.....	64
5.4.5 Arrecadação Previdenciária do FUNPREV .....	65
5.4.6 Rentabilidade e Meta Atuarial do FUNPREV .....	65
5.5 ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 E 125/2019 – TRANSFERÊNCIA DO RENDIMENTO DO FUNPREV PARA O FINANPREV .....	68
5.6 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO .....	69
<b>6 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS .....</b>	<b>70</b>
6.1 REUNIÕES ORDINÁRIAS .....	70
6.1.1 Reuniões Ordinárias e Principais Decisões do Conselho Estadual de Previdência – CEP .....	70

6.1.2 Reuniões e Principais Decisões do Conselho Fiscal do RPPS/PA .....	72
6.1.3 Reuniões e Principais Decisões do Comitê de Investimento - COINV .....	72
<b>7 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS.....</b>	<b>74</b>
7.1 GESTÃO DE PESSOAL.....	74
7.1.1 Movimentação e registro do quadro funcional .....	74
7.1.2 Desenvolvimento de habilidades e capacitação dos servidores.....	75
7.1.3 Ações e Projetos de Qualidade de vida .....	76
7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	77
7.2.1 Poder Executivo .....	77
7.2.2 Poderes Legislativo e Judiciário .....	78
7.2.3 Todos os Poderes .....	79
7.2.4 FINANPREV, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar e Poderes Legislativo e Judiciário.....	80
7.2.5 IGEPPS.....	82
7.2.6 Encargos IGEPPS - Requisições de Pequeno Valor (RPV'S), Auxílio Funeral e Salário Família.....	88
7.2.7 Folhas de Pagamentos.....	91
7.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS .....	99
7.4 CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE .....	99
7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL .....	108
7.5.2 Produção de Conteúdo.....	108
7.5.2 Alcance .....	109
7.5.3 Gerenciamento, monitoramento e produção de conteúdo e alimentação das redes sociais .....	109
7.6 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E ANÁLISES JURÍDICAS.....	110
7.6.1 Atuação do Gabinete - PROJUR .....	110
7.6.2 Atuação da Coordenação do Consultivo - CCON .....	111
7.6.3 – Atuação da Coordenação do Contencioso - CCOS .....	113
7.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	120
7.7.1 Metodologia de Organização .....	121
7.7.2 Governança de TI e Gestão de Projetos.....	121
7.7.3 Consolidação do Escritório de Projetos e Tecnologia.....	121
7.7.4 Panorama executivo dos Projetos Estratégicos .....	121
7.7.5 Projetos Estratégicos de Transformação Digital .....	121
7.7.6 Desenvolvimento de Sistemas e Soluções Digitais.....	122
7.7.7 Inteligência Artificial e Automação .....	122
7.7.8 Infraestrutura e Continuidade Operacional .....	122

7.7.9 Segurança da informação e Cibersegurança.....	122
7.7.10 LGPD, Privacidade e Governança de Dados.....	122
7.7.11 Suporte Operacional e Sustentação .....	122
7.7.12 Principais Resultados Institucionais.....	122
<b>7.8 GESTÃO DE BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>123</b>
7.8.2 Análise de Benefícios de Proteção Social - Pensão por Morte .....	124
7.8.3 Análise de Benefícios de Proteção Social – Pensão Militar Especial e Auxílio Morte .....	124
7.8.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado – TCE/PA e Cumprimentos judiciais ..	125
<b>7.9 GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS .....</b>	<b>125</b>
7.9.1 Análise de Benefícios Previdenciários .....	125
7.9.2 Concessão de Benefícios Previdenciários: Aposentadoria e Pensão por Morte ..	127
7.9.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral.....	128
7.9.4 Abono Permanência .....	129
7.9.5 Manutenção das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado do Pará .....	130
7.9.6 Evolução Monetária da Folha de Pagamento .....	130
7.9.7 Pagamento de Retroativos .....	136
7.9.8 Recuperação de Crédito.....	138
<b>7.10 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL.....</b>	<b>139</b>
7.10.1 Atendimentos Psicossociais .....	140
7.10.2 Diligências Psicossociais.....	140
7.10.3 Denúncias de nova união e de óbito apuradas .....	141
7.10.4 Relatórios Técnicos .....	141
7.10.5 Educação Previdenciária .....	141
<b>8 CANAIS DE ATENDIMENTO .....</b>	<b>143</b>
<b>8.1 ESTRUTURA FÍSICA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL.....</b>	<b>145</b>
8.1.1 Caten, Estação Cidadania, Terminal Hidroviário e Unidades Móveis.....	145
8.1.2 Núcleos Regionais.....	147
8.1.2.1 Núcleo Regional de Castanhal .....	147
8.1.4 Núcleo Regional de Santarém .....	150
8.1.5 Núcleo Regional de Marabá .....	152
<b>8.2 ATENDIMENTO REMOTO E VIRTUAIS.....</b>	<b>154</b>
<b>8.3 OUVIDORIA.....</b>	<b>155</b>
<b>CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>156</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>158</b>
<b>ANEXO III.....</b>	<b>162</b>

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente Sumário Executivo apresenta os principais resultados institucionais, financeiros, atuariais e operacionais do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará, referentes ao primeiro trimestre de 2026. No período, o Instituto manteve sua atuação voltada à sustentabilidade previdenciária, ao fortalecimento da governança pública e à modernização dos serviços oferecidos aos segurados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM).

A estrutura previdenciária administrada pelo IGEPPS é composta por três fundos principais. O FINANPREV, organizado sob o regime de repartição simples para servidores ingressos até 31 de dezembro de 2016, encerrou o trimestre com patrimônio líquido de R\$ 76,3 milhões. O FUNPREV, estruturado em regime de capitalização para servidores admitidos a partir de 1º de janeiro de 2017, alcançou patrimônio líquido de R\$ 4,69 bilhões, consolidando-se como o principal fundo previdenciário do Estado. Já o SPSM, destinado à proteção social dos militares e seus dependentes, registrou patrimônio líquido de R\$ 12 milhões.

No âmbito da gestão estratégica e orçamentária, o Instituto executou ações vinculadas aos programas do Plano Plurianual (PPA 2024–2027), abrangendo os eixos de Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, Governança Pública e Manutenção da Gestão. A despesa total realizada no trimestre alcançou R\$ 91,7 milhões, correspondente a 26% da dotação real prevista para o período. O programa de Manutenção da Gestão concentrou o maior volume de recursos executados, totalizando aproximadamente R\$ 89,5 milhões destinados, principalmente, à folha de pagamento e ao custeio administrativo da autarquia.

O IGEPPS encerrou o trimestre atendendo um total consolidado de 142.472 segurados, entre servidores ativos, inativos e pensionistas civis e militares. No FINANPREV, referente ao Poder Executivo, a arrecadação previdenciária alcançou aproximadamente R\$ 1,61 bilhão, representando crescimento de 24,73% em relação ao mesmo período anterior. No FUNPREV, as receitas totalizaram R\$ 47,19 milhões, com expansão de 6,78%. Em relação à compensação previdenciária (COMPREV), o Instituto recuperou R\$ 5,51 milhões líquidos no período. A Taxa de Administração, destinada ao custeio das despesas administrativas, somou R\$ 95,5 milhões no trimestre.

As avaliações atuariais referentes ao Demonstrativo de Resultados da Avaliação Actuarial (DRAA 2026) reafirmaram a tendência de extinção gradual da massa vinculada ao FINANPREV e a sustentabilidade de longo prazo do FUNPREV. O FUNPREV apresentou superávit atuarial de R\$ 4,83 bilhões, enquanto o FINANPREV e o SPSM registraram déficits técnicos estimados em R\$ 83,8 bilhões e R\$ 23,9 bilhões, respectivamente, os quais possuem

cobertura mediante aportes do Tesouro Estadual. As alíquotas de custeio permaneceram mantidas em 14% para servidores ativos e inativos e 23% para o ente público no âmbito do FINANPREV.

Na gestão de investimentos, o patrimônio líquido global aplicado alcançou R\$ 4,78 bilhões ao final do trimestre. A carteira manteve perfil conservador, com 81,79% dos recursos alocados em renda fixa e cerca de 45,44% investidos em títulos do Tesouro Nacional. A rentabilidade do FUNPREV no período foi de 3,33%, resultado ligeiramente inferior à meta atuarial de 3,36% (IPCA + 5,96%), impactada pela volatilidade do mercado financeiro no mês de março e pelas incertezas geopolíticas do cenário internacional. Em cumprimento às Leis Complementares nº 115 e nº 125, foram transferidos R\$ 153,17 milhões em rendimentos do FUNPREV ao FINANPREV para auxiliar no pagamento dos benefícios previdenciários.

No campo institucional e de governança, o IGEPPS encerrou março de 2026 com quadro funcional composto por 238 colaboradores. Destaca-se o avanço nas ações de capacitação, com aumento de 168% nas participações em treinamentos em comparação ao exercício anterior, totalizando 134 participações. Na área jurídica, a Coordenadoria de Execução analisou aproximadamente R\$ 12,93 milhões em Requisições de Pequeno Valor (RPVs). Além disso, a atuação técnica do setor de impugnação proporcionou economia institucional de R\$ 10,19 milhões por meio da identificação de excessos de execução e revisão de cálculos processuais.

A área de Tecnologia da Informação manteve foco na transformação digital e na modernização dos serviços institucionais, com avanços no aplicativo mobile do IGEPPS, implantação de totens de autoatendimento e fortalecimento das ações de segurança cibernética. Essas iniciativas contribuíram diretamente para ampliar a eficiência operacional e melhorar a experiência dos segurados nos canais digitais.

Quanto ao atendimento ao público, o Instituto deu continuidade à estratégia de descentralização e modernização dos serviços prestados. Foram realizados 13.777 atendimentos presenciais na sede administrativa, Estações Cidadania e Terminal Hidroviário. Já os atendimentos remotos apresentaram crescimento de 22%, totalizando 18.459 atendimentos por meio do Call Center, requerimentos virtuais e totens de autoatendimento. A Ouvidoria registrou 292 manifestações no período, das quais 141 corresponderam a reclamações tratadas para aprimoramento dos fluxos internos e da qualidade dos serviços.

Dessa forma, o primeiro trimestre de 2026 evidenciou avanços relevantes na sustentabilidade previdenciária, no fortalecimento institucional e na eficiência administrativa do IGEPPS. A combinação entre gestão responsável dos recursos, equilíbrio atuarial, modernização tecnológica e aprimoramento contínuo do atendimento permitiu ao Instituto assegurar a regularidade dos pagamentos, ampliar a capacidade operacional e fortalecer a qualidade dos serviços prestados aos segurados do Estado do Pará.

## **1 APRESENTAÇÃO**

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS/PA, autarquia estadual com personalidade jurídica de Direito Público, criado pela Lei Complementar nº 44/2003 e posteriormente atualizada pela Lei Complementar nº 142/2021, é responsável pela gestão dos benefícios previdenciários vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará – RPPS, e do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará, bem como do Plano de Custeio Previdenciário, e pela administração e governança dos Fundos Financeiro (FINANPREV), Previdenciário ( FUNPREV) e Sistema de Proteção Social dos Militares Estaduais (SPSM), respectivamente.

O IGEPPS tem como propósito fundamental, basear sua gestão em ações sustentáveis, eficazes, atuariais e transparentes, priorizando a satisfação dos usuários do serviço público oferecido e garantindo, por meio de sua atuação, a realização do princípio constitucional da Dignidade Humana. Desse modo, a previdência pública estadual visa garantir aos seus segurados e beneficiários o amplo acesso aos benefícios previdenciários, bem como o custeio da assistência e proteção social dos militares e seus dependentes.

O Relatório de Governança Corporativa (RGC) é uma ferramenta de gestão valiosa, pois viabiliza que todos os personagens envolvidos no processo organizacional (stakeholders), acompanhem as práticas e políticas de gestão utilizadas, fortalecendo assim a confiança e o compromisso com ética e responsabilidade, fornecendo dados qualitativos mais eficientes para o processo de tomada de decisão.

Na oportunidade, ressaltamos que se trata de um instrumento formal de políticas de gestão e controle organizacional em geral, baseada em três pilares, sendo eles Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária, aos órgãos de controle e à sociedade, na medida em que se demonstram os resultados alcançados pelo IGEPPS ao longo do período que compreende o quarto trimestre (outubro a dezembro) de 2025, apresentando a execução das ações constantes no Plano Plurianual - PPA de 2024-2027, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, priorizando, assim, a Gestão Pública Eficiente e Presente, o fortalecimento da instituição e a satisfação progressiva dos anseios da sociedade paraense.

As informações e dados aqui apresentados foram fornecidos pelas Diretorias, Coordenações e Gerências que fazem parte do organograma institucional, respeitando as competências legais, regimentais e regulamentares de cada área de atuação. Cabe ao Núcleo de Planejamento – Nuplan/IGEPPS consolidar toda a base de elementos informativos coletados, realizar ajustes, formatar e selecionar, entre o material coletado, os tópicos que evidenciem de maneira clara e transparente os resultados e avanços da atual gestão devidamente alinhados aos indicadores do manual do Pró-Gestão versão 4.1.

### 1.1 Estrutura Patrimonial

O IGEPPS administra os recursos de dois regimes de previdência: o de repartição simples (Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará– FINANPREV), de capitalização, (Fundo Previdenciário do Estado do Pará – FUNPREV), além do Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM.

O Fundo Financeiro (FINANPREV) possui natureza contábil, em regime de repartição simples, com a finalidade de prover recursos para o pagamento de aposentadorias e pensões aos beneficiários civis do Regime de Previdência Estadual. Insta salientar que a Lei Complementar nº 112/2016 alterou a data de segregação de massa entre os Fundos, promovendo a migração das contribuições previdenciárias dos segurados e do patronal do FUNPREV para o FINANPREV, de todos os servidores que ingressaram no RPPS até 31 de dezembro de 2016. No fechamento do 1º trimestre de 2026, o valor investido no Finanprev, a título de Patrimônio Líquido, chegou ao valor de R\$ 76.298.672,75 (setenta e seis milhões, duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

O Fundo Previdenciário (FUNPREV) é um fundo de natureza contábil, em regime de capitalização, com a finalidade de prover recursos exclusivamente para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão aos segurados do Regime de Previdência Estadual que ingressaram no Estado a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme disposto na Lei Complementar nº 112/2016. O Funprev encerrou o 1º trimestre de 2026, com Patrimônio Líquido elevado para R\$ 4.693.704.298,56 (quatro bilhões, seiscentos e noventa e três milhões, setecentos e quatro mil, duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos), investidos em Fundos de Investimentos, Títulos Públicos e Título Privado.

Por fim, o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM, instituído pela Lei Complementar nº 142/2021, é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações permanentes e interativos, de remuneração, pensão, saúde e assistência, dos militares do Estado do Pará. O fundo do SPSM tem natureza contábil, com a finalidade de prover recursos exclusivamente para o pagamento de benefícios de aposentadoria, reserva remunerada, reforma, inatividade, incapacidade para o serviço e pensão aos dependentes do militar. O patrimônio Líquido, chegou ao valor de R\$ 12.012.940,83 (doze milhões doze mil novecentos e quarenta reais e oitenta e três centavos).

## 2 GESTÃO ESTRATÉGICA

### 2.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS encontra-se contemplado em três programas do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, a saber: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, Governança Pública e Manutenção da Gestão, os quais, conjuntamente, abrangem 10 (dez) ações governamentais, conforme apresentado no Quadro 1.

No 1º trimestre de 2026, foi concluído o processo de revisão do PPA 2024-2027, referente ao biênio 2026-2027, sob coordenação da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado – SEPLAD, em conformidade com o disposto no art. 165 da Constituição Federal de 1988 e no art. 204 da Constituição do Estado do Pará.

Quadro 1 - Programas e ações do PPA 2024-2027 - Exercício 2026

Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos		
Objetivo	Ação	Produto
Promover a Igualdade Racial e Direitos Humanos	Implementação da Estação Cidadania	Pessoa atendida
Programa Governança Pública		
Objetivo	Ação	Produto
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas	Capacitação de Agentes Públicos	Servidor Capacitado
Prover a Governabilidade do Poder Executivo	Construção de Imóveis Públicos Estaduais	Imóvel Construído
	Educação Previdenciária	Pessoa Capacitada
	Gestão Previdenciária do Estado	Atendimento Realizado
Programa Manutenção da Gestão		
Objetivo	Ação	Produto
Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Abastecimento de Unidades Móveis	Unidade Abastecida
	Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado
	Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado
	Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido
	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado

Fonte: Sigplan/Nuplan/IGEPPS

Nesse contexto, o Núcleo de Planejamento – Nuplan participou ativamente das etapas de consolidação das informações, procedendo à alimentação do Sistema SigPlan, inicialmente com as metas físicas e, posteriormente, com as metas financeiras, culminando na consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA 2026, em alinhamento aos objetivos estratégicos institucionais.

Ao analisar-se a execução orçamentária e financeira dos programas no 1º trimestre de

2026, verifica-se que a despesa total realizada alcançou R\$ 91.726.839,26 (noventa e um milhões, setecentos e vinte e seis mil, oitocentos e trinta e nove reais e vinte e seis centavos), correspondente a 26% da dotação real prevista para o 1º trimestre, indicador que, de forma geral, demonstra nível de execução compatível com o planejamento orçamentário trimestral, considerando o ciclo natural de execução das despesas administrativas do RPPS.

A Tabela 1 apresenta a execução orçamentária e financeira consolidada por programa, evidenciando as dotações inicial e real, bem como a despesa efetivamente realizada no 1º trimestre de 2026.

Tabela 1 - Execução orçamentária/financeira - Por Programa - 1º Trimestre de 2026

Programas	Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%)
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	154.000,00	106.910,32	-	-
Governança Pública	33.314.000,00	33.314.000,00	2.002.892,10	6
Manutenção da Gestão	319.577.127,00	319.577.127,00	89.537.316,36	28
<b>Total</b>	<b>353.045.127,00</b>	<b>352.998.037,32</b>	<b>91.540.208,46</b>	<b>26</b>

Fonte: Sigplan/Nuplan/IGEPPS.

Conforme demonstrado na Tabela 1, no âmbito do Programa Governança Pública, a despesa realizada no 1º trimestre de 2026 totalizou R\$ 2.002.892,10 (dois milhões, dois mil, oitocentos e noventa e dois), o que corresponde a 6% da dotação real prevista. Esse menor percentual de execução decorre, principalmente, da natureza das ações vinculadas ao programa, as quais envolvem projetos estruturantes, contratação de serviços com execução gradual e etapas preparatórias, demandando maior maturação técnica e administrativa antes da plena realização financeira.

Em contrapartida, o Programa Manutenção da Gestão apresentou despesa realizada de R\$ 89.537.316,36 (oitenta e nove milhões, quinhentos e trinta e sete mil, trezentos e dezesseis reais e trinta e seis centavos), correspondente a 28% da dotação real, desempenho compatível com a natureza do programa, que concentra despesas recorrentes e essenciais ao funcionamento institucional, tais como custeio administrativo, folha de pagamento, contratos de apoio e manutenção de atividades contínuas, as quais exigem execução regular desde o início do exercício financeiro.

No que se refere ao Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, registra-se que o IGEPPS ainda não procedeu ao destaque orçamentário e financeiro em favor da Secretaria de Planejamento e Administração – SEPLAD, apesar de a ação constar da programação orçamentária do exercício. Tal situação decorre do fato de que o Termo de Cooperação Técnica nº 01/2022 necessário à operacionalização das ações previstas no programa encontra-se pendente de formalização, estando em tramitação no âmbito da SEPLAD.

A análise da despesa por grupo de despesa, conforme a Tabela 2, demonstra que, no 1º trimestre de 2026, o grupo Outras Despesas Correntes (ODC) concentrou a maior participação na execução financeira, seguido pelos grupos Pessoal e Encargos Sociais e Investimentos. Esse comportamento confirma a predominância de despesas correntes na estrutura do gasto institucional, característica inerente à manutenção das atividades administrativas do RPPS.

Tabela 2- Execução Orçamentária/Financeira – por Grupo de Despesa detalhada por Fonte de Recurso - 1º trimestre de 2026

Execução Orçamentária/Financeira (R\$) - Por Grupo de despesa				
Grupo de Despesa	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%)
<b>ODC<sup>1</sup></b>				
01500000001 - Rec. Tesouro <sup>2</sup>	2.000.000,00	1.336.000,00	-	-
01802000061- Rec. RPPS <sup>3</sup>	271.045.127,00	270.998.037,32	85.152.532,52	6
<b>Investimento</b>				
01802000061- Rec. RPPS <sup>3</sup>	30.000.000,00	30.000.000,00	1.665.093,37	31
<b>Pessoal, e Encargos Sociais</b>				
01802000061- Rec. RPPS <sup>3</sup>	50.000.000,00	50.000.000,00	4.722.582,57	9
<b>Subtotal</b> 01500000001 Rec. Tesouro <sup>2</sup>	2.000.000,00	1.336.000,00	-	-
<b>Subtotal</b> 01802000061- Rec. RPPS <sup>3</sup>	351.045.127,00	350.998.037,32	91.540.208,46	-
<b>Total</b>	<b>353.045.127,00</b>	<b>352.334.037,32</b>	<b>91.540.208,46</b>	<b>26</b>

Fonte: Siafe/Sigplan/Nuplan/IGEPPS

Nota<sup>1</sup>: Outras Despesas Correntes (ODC) são custeadas com recursos do Tesouro Estadual, referem-se aos auxílios funeral, previstos em orçamento e executados pela UG 840250 – Encargos IGEPPS.

Nota<sup>2</sup>: Fonte 01500000001 – Recursos do Tesouro Ordinários, compreende recursos ordinários do Tesouro Estadual, de natureza não vinculada, destinados ao custeio de despesas gerais da administração pública, conforme a classificação orçamentária adotada pelo Estado do Pará.

Nota<sup>3</sup>: Fonte 01802000061- Rec. RPPS- Taxa de Administração, corresponde aos recursos do RPPS destinados para o custeio das despesas administrativas.

Para o ano de 2026, à dotação prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) foi de R\$ 351.045.127,00 (trezentos e cinquenta e um milhões, quarenta e cinco mil, cento e vinte e sete reais) na Fonte 01802000061 - Taxa de Administração do RPPS. No âmbito da execução orçamentária, registra-se o remanejamento de recursos da Fonte 01500000001 – Tesouro Estadual, no montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para a Unidade Gestora 840250 – Encargos IGEPPS, com a finalidade de atender despesas classificadas no grupo Outras Despesas Correntes. Tais despesas compreendem, principalmente, auxílio-funeral, benefícios assistenciais, salário-família dos segurados ativos e demais obrigações de natureza administrativa previdenciária, em conformidade com a classificação econômica da despesa.

A despesa realizada apresentou a seguinte distribuição: no grupo de Outras Despesas Correntes (ODC), R\$ 85.152.532,52 (oitenta e cinco milhões, cento e cinquenta e dois mil, quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos); no grupo de Investimentos, R\$ 1.665.093,37 (um milhão, seiscentos e sessenta e cinco mil e noventa e três reais e trinta e sete centavos) e no grupo de Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 4.722.582,57 (quatro milhões, setecentos e vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) conforme a Tabela 2. Esses valores totalizam R\$ 91.540.208,46 (noventa e um milhões, quinhentos e quarenta mil, duzentos e oito reais e quarenta e seis centavos), o que corresponde a 26% da dotação real prevista.

Destaca-se, por fim, que a Taxa de Administração do RPPS para o exercício de 2026 foi de R\$ 351.045.127,00, constituindo o limite máximo anual para cobertura das despesas administrativas do regime. A execução observada no 1º trimestre permanece compatível com esse limite, não havendo indícios de extrapolação ou uso inadequado dos recursos.

### **2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos**

No 1º trimestre de 2026, o IGEPPS promoveu a execução da ação Implementação da Estação Cidadania em três unidades localizadas na Região de Integração Guajará, sendo duas no município de Belém (Shopping Bosque Grão Pará e Shopping Pátio Belém) e uma no município de Ananindeua (Shopping MetrÓpole Ananindeua). A iniciativa está alinhada às diretrizes do Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, com foco na ampliação do acesso do cidadão aos serviços previdenciários.

Os serviços ofertados nas Estações Cidadania abrangem um amplo conjunto de demandas previdenciárias e administrativas, dentre as quais se destacam: emissão de contracheque, emissão de cédula C, atualização cadastral, aposentadoria, pensão por morte, auxílio-funeral, certidões previdenciárias, inclusão e revisão de benefícios, entre outros serviços correlatos. A diversidade do portfólio de atendimento evidencia o caráter multifuncional da ação e sua relevância para a política de atendimento descentralizado do RPPS.

Conforme a Tabela 3, no 1º trimestre 2026 foram realizados 1.894 (mil oitocentos e noventa e quatro) atendimentos, o que corresponde a 25% da meta física prevista para o exercício, estimada em 7.500 atendimentos. Desse total, 1.083 (mil e oitenta e três) atendimentos no município de Ananindeua e 811 (oitocentos e onze) atendimentos foram realizados no município de Belém.

Tabela 3 - Execução orçamentária/financeira - 1º trimestre 2026

Região de Integração	Ação: Implementação da Estação Cidadania			
	Produto: Pessoa Atendida			
	Execução Física (Un)			
	Município	Meta Prevista	Meta Realizada	(%)
Guajará	Belém	3.500	811	23
	Ananindeua	4.000	1.083	27
<b>Total</b>		<b>7.500</b>	<b>1.894</b>	<b>25</b>

Fonte: Sigplan/Nuplan/IGEPPS

A execução física observada no 1º trimestre apresenta desempenho compatível com o ciclo inicial de execução anual, considerando fatores como sazonalidade da demanda, adaptação operacional das equipes e consolidação dos fluxos de atendimento nas unidades. O percentual alcançado indica ritmo adequado de execução, com tendência de ampliação nos trimestres subsequentes, à medida que se intensificam as ações de divulgação institucional e amadurece a rotina operacional das Estações.

Sob a ótica qualitativa, verifica-se que os serviços mais demandados no período foram aqueles de natureza informacional e imediata, tais como emissão de contracheque, emissão de cédula C e atualização cadastral. Esse comportamento é consistente com o padrão observado em RPPS estaduais certificados nos níveis III e IV do Pró-Gestão, nos quais os pontos de atendimento presencial funcionam como canais estratégicos de orientação previdenciária, prevenção de demandas futuras e redução de retrabalho administrativo.

Considerando que a ação Implementação da Estação Cidadania é gerida pela Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD, a participação do IGEPPS ocorre por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 01/2022. No 1º trimestre de 2026, o referido instrumento ainda se encontrava pendente de formalização, o que impossibilitou, naquele momento, a realização do destaque orçamentário e financeiro correspondente. Registra-se, entretanto, que a pendência possui caráter temporário, estando prevista a inserção do destaque no 2º QDQQ – Quadro de Detalhamento de Quotas Trimestrais, tão logo seja concluída a formalização do termo.

Dentro desta ação, o IGEPPS contribui para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - 10, que diz respeito à redução das desigualdades, sobretudo no tocante às metas 10.2 e 10.3. O Instituto, ao ofertar serviços previdenciários na estação cidadania promove a descentralização do atendimento, permitindo aos seus segurados, beneficiários e sociedade em geral, mais acessibilidade aos serviços, garantindo igualdade.

### 2.1.2 Programa Governança Pública

O PPA 2024-2027, instituído pela Lei nº 10.260, de 11 de dezembro de 2023, no art. 3º tem como principais diretrizes estratégicas: I – sociedade de direitos; II – crescimento

inteligente; III – trabalho com responsabilidade; e IV – gestão pública presente. Nesse sentido, o IGEPPS alinhou ações no programa temático Governança Pública, com o objetivo de contribuir para uma gestão pública eficiente, evidenciando a necessidade de fortalecer a gestão previdenciária do Estado do Pará por meio das boas práticas de gestão.

No programa Governança Pública, este Instituto possui cinco ações: Capacitação de Agentes Públicos, Construção de Imóveis Públicos Estaduais, Educação Previdenciária, Gestão Previdenciária do Estado e Publicidade das Ações de Governo. Nesse contexto, abaixo serão expostos detalhadamente os objetivos e as ações que os compõem, bem como as respectivas execuções orçamentárias e financeiras para o ano de 2025.

**Objetivo: Aprimorar o desenvolvimento de pessoas - Ação de Capacitação de Servidores Públicos**

Neste objetivo o IGEPPS realiza a capacitação de agentes públicos, cujo resultado é um servidor capacitado, com atuação voltada para a Região Guajará. Esta ação permite capacitar seus servidores e conselheiros. Na Tabela 4, é possível observar a ação, o produto, a execução física e orçamentária/financeira.

Tabela 4 - Capacitação de Agentes Públicos - 1º trimestre 2026

Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
Meta Prevista	Meta Realizada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%)
260	120	46	2.500.000,00	1.300.000,00	316.819,83	24

Fonte: Sigplan/Nuplan/IGEPPS

No 1º trimestre de 2026, foram capacitados 120 (cento e vinte) servidores, o que representa 46% da meta programada, conforme demonstrado na Tabela acima. A execução orçamentária e financeira totalizou no primeiro trimestre, o valor de R\$ 316.819,83 (trezentos e dezesseis mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta e três centavos) representando 24% de despesa realizada.

Ressalta-se que o quantitativo de agentes capacitados informado se refere ao indicador no Manual de Monitoramento do SigPlan, cujo produto da ação é ‘servidor capacitado’. Assim, o registro é contabilizado apenas uma única vez por servidor, ainda que este participe de mais de uma capacitação, em conformidade com a metodologia estabelecida para o produto da ação.

Não obstante, informa-se que o quantitativo total de capacitações realizadas no período em análise, foi de 134 (cento e trinta e quatro), considerando que alguns servidores participaram de mais de uma capacitação. Esse quantitativo corresponde ao total efetivamente investido nessa ação.

### **Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Construção de Imóveis Públicos Estaduais**

Nesse objetivo, o IGEPPS também atua na ação de construção de imóveis públicos estaduais, cujo produto é imóvel construído. Por meio desta ação, o instituto busca realizar reformas e manutenções prediais na Sede do Instituto, na Região Guajará e nas agências dos Núcleos Regionais – NUREG, como: Castanhal (agências de Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agências de Santarém e Altamira) e Marabá (agências de Marabá e Paragominas).

No 1º trimestre de 2026, na sede do IGEPPS, localizada na Região de Integração Guajará, foram realizadas diversas intervenções técnicas de manutenção predial, com a finalidade de garantir o pleno funcionamento das instalações, a segurança dos usuários e a preservação da infraestrutura física dos imóveis institucionais.

As ações executadas abrangeram serviços hidráulicos, hidrossanitários, elétricos, estruturais e de conservação. No âmbito hidráulico e hidrossanitário, foram realizadas manutenções corretivas e preventivas nos sistemas de abastecimento de água potável e de reutilização de água, incluindo a manutenção de cisternas e bombas, correção de vazamentos, substituição de tubulações e conexões, bem como instalações hidrossanitárias com troca e manutenção de louças, metais e acessórios, além da revisão e limpeza dos sistemas de esgoto e de água fria.

Quanto aos serviços elétricos, executaram-se revisões e manutenções em pontos elétricos e tomadas, instalação de novos pontos de energia, substituição e instalação de luminárias, inclusive luminárias de emergência, bem como adequações elétricas necessárias à reconfiguração dos ambientes internos. No que se refere aos serviços estruturais e de acabamento, foram realizadas pinturas gerais e internas, manutenção, remoção e substituição de forros em drywall e forro mineral, impermeabilização de coberturas e áreas anexas, troca e manutenção de portas, vidros e fechaduras, além de readequações de layout, com ajustes físicos nos espaços internos.

Complementarmente, foram executados serviços de apoio e conservação, compreendendo limpeza de terrenos e áreas externas, limpeza de vidros e demais serviços gerais indispensáveis à manutenção das condições adequadas de uso e funcionamento dos imóveis.

### **Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Educação Previdenciária**

Este objetivo visa ampliar a atuação do RPPS, tornando-o seguro e transparente, e fomentando boas práticas de gestão para fortalecer sua governança. Ele atua diretamente na missão e na visão institucionais e subsidia ações de educação previdenciária que consolidem

a Previdência Social como política de Estado. Isso é feito por meio da formação e informação dos diversos atores envolvidos na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual.

Conforme o Pró-Gestão RPPS a educação previdenciária tem como objetivo capacitar indivíduos, abrangendo o conjunto de ações que envolvem a capacitação, qualificação, treinamento e formação específica. Estas são oferecidas aos servidores públicos do IGEPPS, segurados, beneficiários, gestores e conselheiros, bem como a diversos profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao instituto (Manual do Pró-Gestão, 2025).

A meta de cumprimento da ação específica sobre Educação Previdenciária é regionalizada por meio das Agências Regionais, alcançando também os beneficiários e segurados de outros municípios.

No 1º trimestre de 2026, foram beneficiadas 146 pessoas nas ações de Educação Previdenciária promovidas pelo IGEPPS, realizadas na Região Guajará, no município de Belém, evidenciando a continuidade das iniciativas institucionais voltadas à orientação, ao acolhimento e à valorização dos segurados e beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social.

No período, destacaram-se ações direcionadas tanto à preparação para a aposentadoria quanto ao acolhimento dos servidores já aposentados, com enfoque na disseminação de informações previdenciárias, promoção do envelhecimento ativo e fortalecimento do vínculo institucional. Dentre as iniciativas desenvolvidas, incluem-se cerimônias solenes de reconhecimento aos servidores recém-aposentados, por meio do Projeto “Valor em Cada História”, bem como encontros em grupo no âmbito do projeto “Rodas de Conversa: Bem Viver a Aposentadoria”, destinados à troca de experiências e reflexões sobre qualidade de vida, bem-estar e adaptação à nova fase de vida.

Complementarmente, foram realizadas palestras educativas no formato “Papo Previdenciário”, com abordagem das principais regras do Regime Próprio de Previdência Social, orientações sobre aposentadoria e preparação para a inatividade, contribuindo para o esclarecimento de dúvidas e para o fortalecimento da educação previdenciária dos participantes.

No conjunto dessas iniciativas, os atendimentos realizados no trimestre refletem o compromisso com a promoção de ações integradas de educação previdenciária, alinhadas às diretrizes do planejamento institucional, voltadas à conscientização, ao acolhimento e à valorização dos servidores civis e militares do Estado do Pará, tanto na fase de transição quanto no período pós-aposentadoria.

Na Tabela 5 é possível observar a ação, o produto, a execução física e a orçamentário-financeira do objetivo.

Tabela 5 - Execução orçamentária/financeira – 1º trimestre de 2026

Ação: Educação Previdenciária											
Produto: Pessoa Capacitada											
Região de Integração	Município	Execução Física (Un)				Execução Orçamentária/Financeira (R\$)					
		Meta prevista	Meta realizada	Meta Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%)	Despesa Acumulada	(%) Despesa Acumulada
Baixo Amazonas	Santarém	40	-	-	-	2.000,00	2.000,00	-		-	-
Carajás	Marabá	40	-	-	-	2.000,00	2.000,00	-		-	-
Guajará	Belém	1.500	145	146	29	206.000,00	236.000,00	-		-	-
Guamá	Castanhal	40		-	-	2.000,00	2.000,00	-		-	-
Rio Caeté	Capanema	40		-	-	2.000,00	2.000,00	-		-	-
Tocantins	Abaetetuba	30		-	-	2.000,00	2.000,00	-		-	-
Rio Capim	Paragominas	30		-	-	2.000,00	2.000,00	-		-	-
Xingu	Altamira	40		-	-	2.000,00	2.000,00	-		-	-
<b>Total</b>		<b>760</b>	<b>145</b>	<b>146</b>	<b>19</b>	<b>220.000,00</b>	<b>220.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Sigplan/Nuplan/IGEPPS

Quanto à execução orçamentária e financeira, não houve movimentação financeira referente ao deslocamento de servidores para subsidiar o desenvolvimento das ações, pois estas foram realizadas na Região do Guajará em parceria com órgãos da Administração Pública, e parte delas também foi executada com a infraestrutura já existente e por servidores do Instituto.

**Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Gestão Previdenciária do Estado**

A ação de Gestão Previdenciária do Estado tem como produto o atendimento realizado, visando garantir e ampliar o acesso aos serviços essenciais da previdência estadual. Nesse sentido, todos os atendimentos do IGEPPS são contabilizados nesta ação, com exceção do atendimento das estações cidadanias que são contabilizados em outro programa do PPA.

Os atendimentos são realizados presencialmente na sede do IGEPPS, na Central de Atendimento (Caten), nas agências dos Núcleos Regionais – NUREG de Castanhal (agências de Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agência Santarém e Altamira) e Marabá (agência de Marabá e Paragominas), além das unidades móveis do IGEPPS Itinerante.

O Instituto também possui os canais de atendimentos remotos que são: Requerimento Virtual, Call center (telefone, telefonistas nos setores, whatsapp e *webchat*) e ouvidoria. Todos os atendimentos descritos acima são contabilizados na ação de gestão previdenciária.

No 1º trimestre de 2026, foram realizados 37.818 (trinta e sete mil, oitocentos e dezoito) atendimentos. Na Região Guajará, em Belém, na sede do IGEPPS, na CATEN, foram contabilizados 11.868 (onze mil, oitocentos e sessenta e oito) atendimentos, enquanto no Terminal Hidroviário registraram-se 15 atendimentos.

Pelo atendimento remoto composto pelo *call center*, requerimento virtual e ouvidoria, a demanda de atendimentos foi de 17.574 (dezesete mil, quinhentos e setenta e quatro). As agências regionais localizadas nas regiões Guamá (Castanhal), Baixo Amazonas (Santarém), Carajás (Marabá), Rio Capim (Paragominas), Tocantins (Abaetetuba), Rio Caeté (Capanema) e Xingu (Altamira), totalizaram no trimestre 7.377 (sete mil, trezentos e setenta e sete) atendimentos.

Quanto à execução orçamentária/financeira, o valor total gasto foi R\$ 170.164,74 (cento e setenta mil, cento e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos). No total acumulado, a despesa realizada totalizou 0,1% do orçamento inicial previsto. Na Tabela 6, é possível observar as ações, os produtos, a execução física e orçamentária/financeira:

Tabela 6 - Execução orçamentária/financeira – 1º trimestre de 2026

Região de Integração	Ação: Gestão Previdenciária do Estado														
	Produto: Atendimento Realizado														
	Municípios	Execução Física (Un)								Execução Orçamentária/Financeira (R\$)					
		Unidade de Atendimento	Meta prevista	Meta Realizada por Trimestre				Acumulada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Acumulada	%	
1º				2º	3º	4º	Total								
Guajará	Belém	Sede	70.000	11.868	-	-	-	11.868	4	2.094.000,00	2.094.000,00	170.164,74	170.164,74	1	
		Terminal Hidroviário		15	-	-	-	15							
		Requerimento Virtual		692				692							
		Call Center		17.574	-	-	-	17.574							
		Ouvidoria		292	-	-	-	292							
Guamá	Castanhal	Agência	5.000	1.496	-	-	-	1.496							
Baixo Amazonas	Santarém	Agência	5.000	2.543	-	-	-	2.543							
Carajás	Marabá	Agência	2.000	697	-	-	-	697							
Rio Capim	Paragominas	Agência	2.000	261	-	-	-	261							
Tocantins	Abaetetuba	Agência	3.000	939	-	-	-	939							
Rio Caeté	Capanema	Agência	6.000	1.114	-	-	-	1.114							
Xingu	Altamira	Agência	2.000	327	-	-	-	327							
<b>Total</b>			<b>95.160</b>	<b>37.818</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>37.818</b>	<b>4</b>	<b>2.094.000,00</b>	<b>2.094.000,00</b>	<b>170.164,74</b>	<b>170.164,74</b>	<b>1</b>	

Fonte: Sigplan/Nuplan/IGEPSS

### **2.1.3 Programa Manutenção da Gestão**

Este programa tem por objetivo viabilizar a gestão administrativa do Estado por meio das seguintes ações: abastecimento de unidades móveis, concessão de auxílio alimentação, concessão de auxílio transporte, operacionalização das ações administrativas e operacionalização das ações de recursos humanos, o que possibilitou a melhoria da qualidade da gestão administrativa, envolvendo diretamente a área de suporte administrativo.

No 1º trimestre de 2026, foram abastecidos, em média, 6 veículos por mês. O valor total gasto na ação foi de R\$ 87.807,85 (oitenta e sete mil, oitocentos e sete reais e oitenta e cinco centavos), representando 18% do total previsto para ação no ano de 2026.

No 1º trimestre de 2026, a ação de concessão do auxílio-alimentação, cujo produto é o servidor beneficiado, contemplou em média 159 servidores efetivos e temporários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 685.030,39 (seiscentos e oitenta e cinco mil, trinta reais e trinta e nove centavos), representando 14% do total previsto para a ação no ano de 2026.

No 1º trimestre de 2026, a ação de concessão de auxílio transporte, que também tem como produto o servidor beneficiado, contemplou em média 85 servidores efetivos, temporários e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 16.473,42 (dezesesseis mil, quatrocentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos), representando 11% do total previsto para a ação no ano de 2026.

No 1º trimestre de 2026, para execução das ações administrativas e melhoria da gestão, foram celebrados 104 contratos administrativos, com o escopo de atender as diversas demandas originadas pelas Unidades Administrativas. O valor total gasto na ação foi de R\$ 84.108.479,14 (oitenta e quatro milhões, cento e oito mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quatorze centavos), representando 32% do total previsto para a ação no ano de 2026.

No 1º trimestre de 2026, a ação de operacionalização das ações de recursos humanos que tem como produto servidor remunerado, contemplando o quadro de pessoal do IGEPPS contabilizou em média 218 servidores, incluindo os cedidos, comissionados, temporários, efetivos e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 4.826.156,36 (quatro milhões, oitocentos e vinte e seis mil, cento e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos), representando 10% do total previsto para a ação no ano de 2026. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 28% do orçamento inicial previsto, conforme demonstrado na Tabela 7.

Tabela 7- Execução orçamentária/financeira - 1º trimestre de 2026

Ação	Produto	Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
		Meta Prevista	Meta Realizada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%)
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	100	104	104	104	262.817.127,00	262.817.127,00	32
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	300	218	218	73	50.610.000,00	50.610.000,00	10
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	250	159	159	64	5.500.000,00	5.000.000,00	14
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	100	85	85	85	150.000,00	150.000,00	11
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida	13	6	6	46	500.000,00	500.000,00	18

Fonte: Sigplan/Nuplan/IGEPPS.

### 3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

#### 3.1 QUANTITATIVOS DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

No 1º trimestre de 2026, o quantitativo de segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará (RPPS), nas categorias de ativos, inativos e pensionistas civis do Poder Executivo, totalizou 96.719 (noventa e seis mil, setecentos e dezenove) beneficiários, conforme demonstrado na Tabela 8.

Adicionalmente, os Poderes Legislativo e Judiciário registraram 10.194 (dez mil, cento e noventa e quatro) segurados, perfazendo um total consolidado de 106.913 (cento e seis mil, novecentos e treze) vínculos previdenciários no âmbito dos fundos FINANPREV e FUNPREV.

Tabela 8 - Quantitativo de servidores no FINANPREV e FUNPREV - 1º trimestre de 2026

Poder Executivo							
FINANPREV				FUNPREV			
Segurado	Janeiro	Fevereiro	Março	Segurado	Janeiro	Fevereiro	Março
Ativo	47.500	47.121	47.108	Ativo	8.992	8.964	8.952
Inativo	31.943	31.897	31.972	Inativo	1	1	1
Pensionista	8.568	8.583	8.613	Pensionista	71	73	73
<b>Total</b>	<b>88.011</b>	<b>87.601</b>	<b>87.693</b>	<b>Total</b>	<b>9.064</b>	<b>9.038</b>	<b>9.026</b>
Poder Legislativo e Judiciário							
FINANPREV				FUNPREV			
Segurado	Janeiro	Fevereiro	Março	Segurado	Janeiro	Fevereiro	Março
Ativo	5.902	5.880	5.886	Ativo	1.808	1.855	1.995
Inativo	1.647	1.525	1.523	Inativo	4	4	4
Pensionista	778	783	780	Pensionista	5	6	6
<b>Total</b>	<b>8.327</b>	<b>8.188</b>	<b>8.189</b>	<b>Total</b>	<b>1.817</b>	<b>1.865</b>	<b>2.005</b>

Fonte: COAF/IGEPSS

A Tabela 9 apresenta, de forma quantitativa, a massa de militares vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares. Ao final do 1º trimestre de 2026, a categoria militar totalizou 35.559 (trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e nove) segurados, compreendendo ativos, inativos e pensionistas. Ressalta-se que esses vínculos permanecem sob a gestão do IGEPPS, embora sejam custeados pelo Sistema de Proteção Social dos Militares, não mais integrando o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Estado.

Tabela 9 - Quantitativo de militares no SPSM - 1º trimestre de 2026

Militares SPSM			
Segurados	Janeiro	Fevereiro	Março
Ativo	18.187	20.063	20.149
Inativo	11.553	11.567	11.595
Pensionista	3.801	3.793	3.815
<b>Total</b>	<b>33.541</b>	<b>35.423</b>	<b>35.559</b>

Fonte: COAF/IGEPSS

Ressalte-se que os quantitativos são dinâmicos, variando mensalmente devido à concessão contínua de novos benefícios previdenciários, ao falecimento de ativos, inativos e pensionistas, à criação de cargos seguida da nomeação de novos servidores públicos ou militares, às exonerações, demissões e outras hipóteses legais de extinção do vínculo previdenciário ou funcional.

Com isso, o instituto assiste um total de 142.472 (cento e quarenta e dois mil, quinhentos e oito) segurados, entre inativos, pensionistas, civis e militares, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, somando os quantitativos do FINANPREV, FUNPREV e SPSM.

### 3.2 RECEITAS PREVIDENCIÁRIA – PODER EXECUTIVO

O registro contábil das receitas previdenciárias é efetuado de forma segregada nas Unidades Gestoras (UG): IGEPPS (840201), FINANPREV (840202) e FUNPREV (840203). A partir de janeiro de 2021, foi criada a UG específica para o grupo de servidores militares (840240), com conta corrente de arrecadação e fonte específicas vinculadas ao Banpará.

#### 3.2.1 FINANPREV

No 1º trimestre de 2026, a Tabela 10 apresenta as receitas utilizadas pelo Poder Executivo do Estado do Pará, que totalizaram R\$ 1.610.069.177,60 (um bilhão, seiscentos e dez milhões, sessenta e nove mil, cento e setenta e sete reais e sessenta centavos), representando um acréscimo de 24,73% em relação ao mesmo período de 2025.

Tabela 10 - Receitas utilizadas do Poder Executivo – FINANPREV – 1º trimestre de 2026

Mês	Poder Executivo – FINANPREV (R\$)			Repasses Financeiros (R\$)	
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Subtotal 1	Aporte Complementar	Subtotal 1 + Subtotal 2
Janeiro	88.399.504,86	139.797.598,77	507.980.331,52	64.778.914,71	572.759.246,23
Fevereiro	79.159.028,57	92.601.445,99	413.950.629,19	101.543.884,72	515.494.513,91
Março	75.930.349,89	101.481.807,45	403.336.078,04	118.479.339,42	521.815.417,46
<b>Total</b>	<b>243.488.883,32</b>	<b>333.880.852,21</b>	<b>1.325.267.038,75</b>	<b>284.802.138,85</b>	<b>1.610.069.177,60</b>

Fonte: Siafem/Nuplan/COAF/IGEPSS

Nota: Receita complementar repassada pelo Tesouro Estadual.

### 3.2.2 FUNPREV

A Tabela 11 apresenta a arrecadação das contribuições do segurado e patronal no âmbito do FUNPREV, evidenciando comportamento estável no 1º trimestre de 2026.

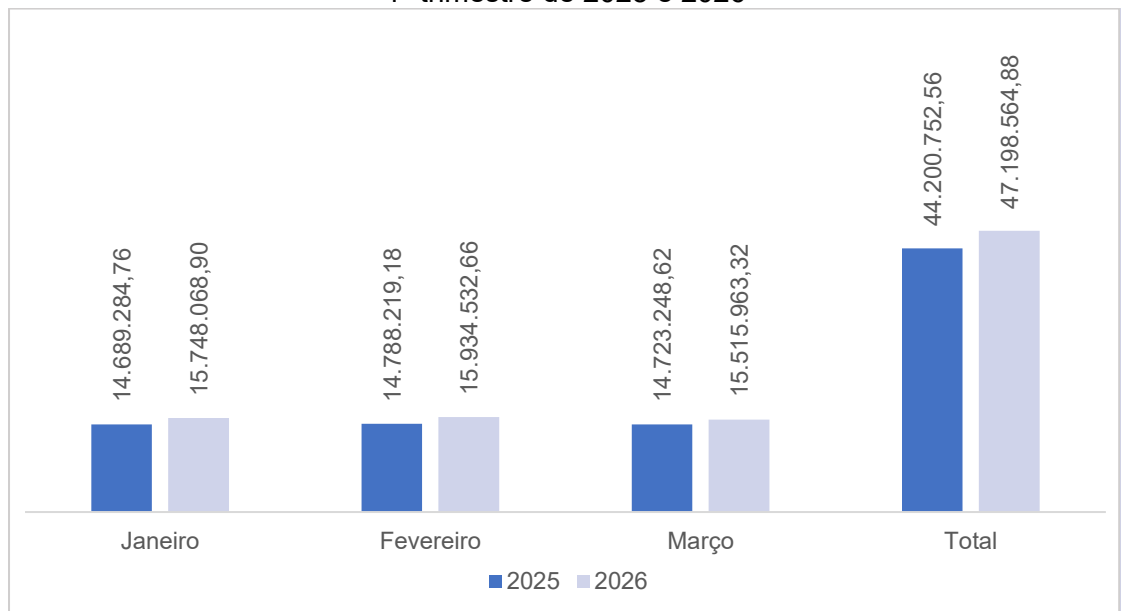
Tabela 11 - Receitas utilizadas do Poder Executivo – FUNPREV –  
1º trimestre de 2026

Poder Executivo – FUNPREV			
Mês	Segurado	Patronal	Total
Janeiro	7.874.034,45	7.874.034,45	15.748.068,90
Fevereiro	7.967.266,33	7.967.266,33	15.934.532,66
Março	7.757.981,66	7.757.981,66	15.515.963,32
<b>Total</b>	<b>23.599.282,44</b>	<b>23.599.282,44</b>	<b>47.198.564,88</b>

Fonte: COAF/IGEPSS

O Gráfico 1 ilustra a análise comparativa das receitas utilizadas pelo Poder Executivo do Estado do Pará. No 1º trimestre de 2026, as receitas totalizaram R\$ 47.198.564,88 (quarenta e sete milhões, cento e noventa e oito mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), representando um acréscimo de 6,78% em relação ao mesmo período de 2025.

Gráfico 1 - Receita utilizadas do Poder Executivo - FUNPREV (R\$),  
1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: COAF/IGEPSS

### 3.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

#### 3.3.1 Requerimentos da Comprev

A Tabela 12 apresenta o consolidado de requerimentos de Compensação Previdenciária (COMPREV), segregados entre o Regime Geral (INSS) e demais Regimes Próprios (RPPS). Os dados evidenciam um estoque superior a 12 mil requerimentos em fase de processamento, os quais representam um expressivo potencial de recurso financeiro para o RPPS/PA, uma vez que o deferimento dessas solicitações converterá o passivo administrativo em receita efetiva para a unidade gestora.

Tabela 12 - Requerimentos de COMPREV – 1º trimestre de 2026

Estado do Requerimento	Solicitante RPPS/PA	Solicitante RGPS	Solicitante RPPS/Outros	Total
Em exigência	715	514	69	<b>1.298</b>
Aguardando análise	5.253	2.902	1.335	<b>9490</b>
Aguardando análise médico	1	-	41	<b>42</b>
Em análise	16	-	-	<b>16</b>
Em análise médico	128	-	-	<b>128</b>
Deferido	3	-	-	<b>3</b>
Indeferido	539	56	5	<b>600</b>
Análise suspensa	24	52	164	<b>240</b>
Em compensação	4.128	67	3	<b>4.198</b>
Compensado/Cessado	2.078	37	-	<b>2.115</b>
Aguardando compensação de aposentadoria	22	234	36	<b>292</b>
Rejeitado	1.123	310	38	<b>1.471</b>
Exigência / Indeferido	39	158	-	<b>197</b>
Indeferido Ratificado	160	63	-	<b>223</b>
Em conflito	108	54	20	<b>182</b>
<b>Total de Requerimentos</b>	<b>14.337</b>	<b>4.447</b>	<b>1.711</b>	<b>20.495</b>
<b>Em Compensação + Deferido</b>	<b>4.131</b>	<b>67</b>	<b>3</b>	<b>4.201</b>
<b>Em Processamento</b>	<b>6.178</b>	<b>3.914</b>	<b>1.665</b>	<b>11.757</b>

Fonte: Sistema Operacional Comprev/WEB/Coaf/IGEPPS

### 3.3.2 Valores da Compensação Financeira

No 1º trimestre de 2026, os valores de compensação previdenciária (COMPREV) do RPPS/PA apresentaram comportamento estável, sustentado pelas receitas recorrentes oriundas dos fluxos mensais de pró-rata, conforme demonstrado na Tabela 13. Diferentemente do cenário observado ao final de 2025, o período analisado não registrou ingresso de novos valores referentes a passivos acumulados do RGPS, evidenciando que a arrecadação foi integralmente suportada pela manutenção de requerimentos já deferidos e geradores de receitas contínuas.

Tabela 13 - Ranking da Compensação Financeira – 1º trimestre de 2026

Posição do RPPS/PA				
Mês	Colocação entre os Estados e DF	Colocação Entre todos os RPPS	Valor Arrecadado	Varição em Relação ao Mês Anterior
Janeiro	19º	70º	1.996.590,49	-
Fevereiro	14º	40º	1.815.320,82	-9,99%
Março	Não Divulgado pelo MPS		1.702.227,48	-6,64%
<b>Total</b>			<b>5.514.138,79</b>	<b>-</b>

Fonte: Sistema Operacional Comprev/WEB/Coaf/IGEPPS

No período, o RPPS/PA manteve desempenho consistente, com receitas mensais regulares, refletindo a estabilidade da carteira de benefícios com compensação ativa. Paralelamente, observa-se aumento no volume de requerimentos em processamento no sistema COMPREV/DATAPREV, decorrente da intensificação das ações de formalização de novos pedidos. Esse crescimento representa expectativa concreta de ampliação das receitas futuras, com potencial ingresso de novos fluxos financeiros para o regime.

Tabela 14 - Valores Recuperados de COMPREV – 1º trimestre de 2026

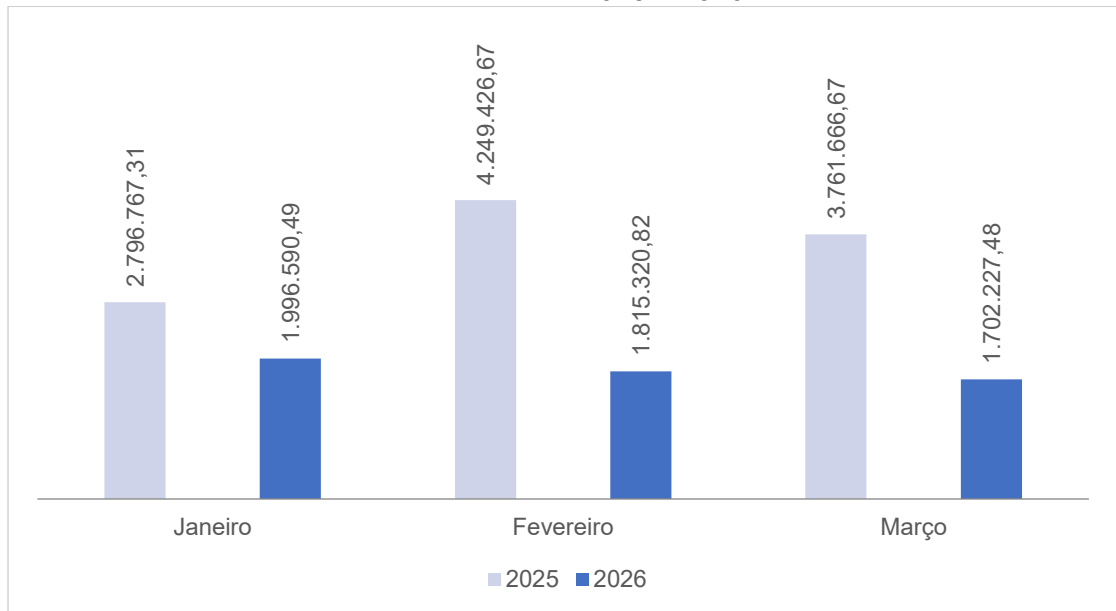
Mês	Requerimentos		Valores			Líquido Recuperado
	Aprovados	Com Prescrição	Bruto	Perdido	Devido RGPS	
Janeiro	-	-	2.020.135,42	-	19.207,66	1.996.590,49
Fevereiro	-	-	2.016.558,82	-	200.197,89	1.815.320,82
Março	-	-	2.006.721,63	-	177.838,77	1.702.227,48
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.043.415,87</b>	<b>-</b>	<b>397.244,32</b>	<b>5.514.138,79</b>

Fonte: Sistema operacional Comprev/WEB/Coaf/IGEPPS

Em termos financeiros, o montante líquido recuperado no período totalizou R\$ 5.514.138,79 (cinco milhões, quinhentos e quatorze mil, cento e trinta e oito reais e setenta e nove centavos), conforme evidenciado na Tabela 14, mantendo aderência ao comportamento de estabilidade no fluxo arrecadatário.

O Gráfico 2 demonstra o comparativo dos valores líquidos recuperados de COMPREV entre o 1º trimestre de 2025 e 2026, evidenciando manutenção do nível de arrecadação com leve tendência de redução mensal ao longo do trimestre.

Gráfico 2 - Comparativo dos Valores Líquidos Recuperados de COMPREV (R\$), 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: COAF/IGEPSS

Em síntese, o desempenho do RPPS/PA no período evidencia uma gestão orientada à manutenção da receita recorrente, associada ao incremento estratégico de novos requerimentos em fase de análise. Esse movimento projeta potencial de ampliação das receitas futuras e contribui para o fortalecimento do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

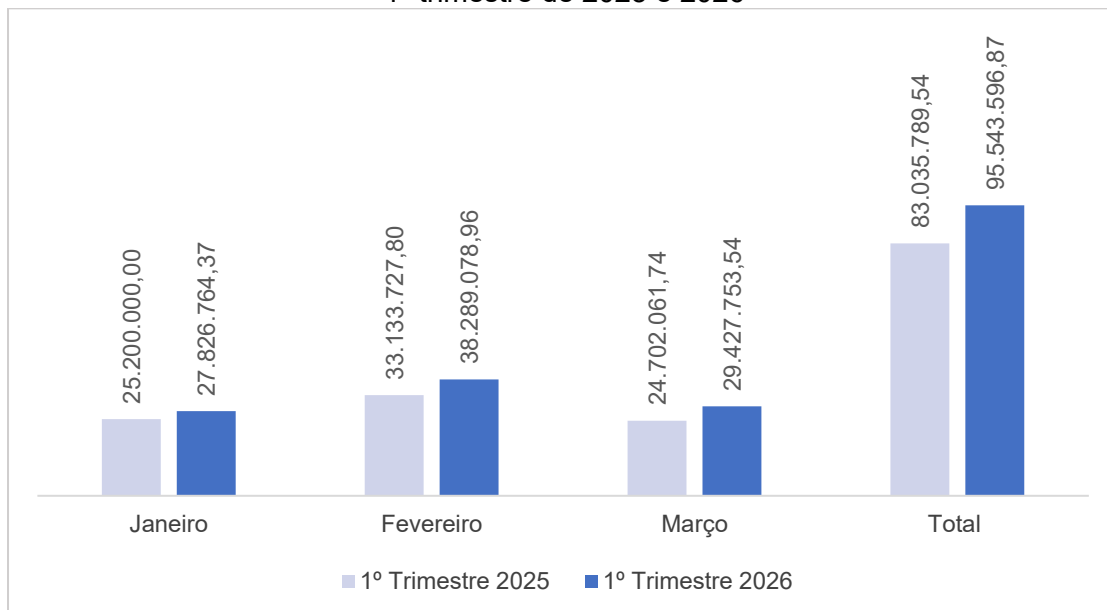
Ademais, a posição do RPPS/PA nos rankings nacionais de compensação previdenciária reforça a efetividade das ações de recuperação de ativos previdenciários, demonstrando alinhamento com as boas práticas de gestão e sustentabilidade do sistema.

### 3.4 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Taxa de Administração foi instituída pela Lei Complementar n.º 039, de 9 de janeiro de 2002, artigo 74, inciso IV, e regulamentada pelo Decreto n.º 2.022, de 4 de dezembro de 2009. A partir de março de 2010, o Instituto passou a custear suas despesas administrativas com os recursos da Taxa de Administração, 802 - Recursos Próprios, desonerando os cofres do Tesouro Estadual.

No 1º trimestre de 2026, a Taxa de Administração foi de R\$ 95.543.596,87 (noventa e cinco milhões, quinhentos quarenta e três mil, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), representando um aumento de 15 % em relação ao mesmo período de 2025, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Comparativo dos Valores da Taxa de Administração (R\$), 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: COAF/IGEPSS

### 3.5 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

#### 3.5.1 Dívidas das Prefeituras

No 1º trimestre de 2026, a COAF impulsionou as diligências de acompanhamento, atualização e cobrança de pendências financeiras dos municípios, com significativa melhora na eficiência da arrecadação, através do sistema SISPREV.

Foi criada uma rotina diária para acompanhar as conciliações bancárias do IGEPPS, atualizando os valores pendentes de pagamento. Essas cobranças são revistas toda semana e enviadas novamente aos representantes dos municípios.

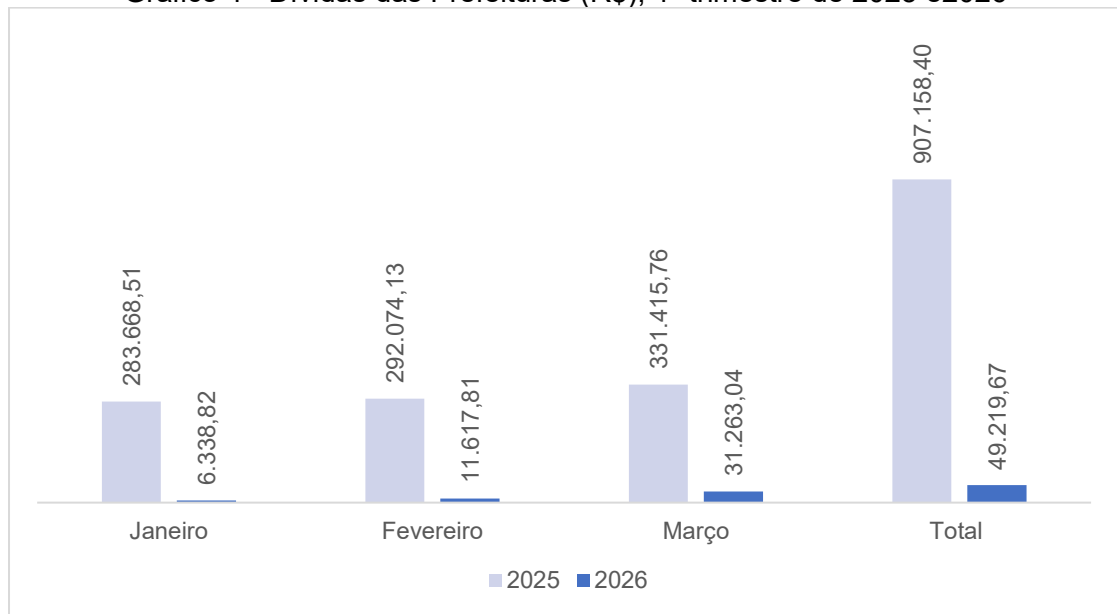
Tabela 15 - Quadro comparativo das dívidas das prefeituras – 1º trimestre de 2025 e 2026

1º Trimestre de 2025 R\$ 907.158,40			1º Trimestre de 2026 R\$ 49.219,67		
Janeiro	Fevereiro	Março	Janeiro	Fevereiro	Março
283.668,51	292.074,13	331.415,76	6.338,82	11.617,81	31.263,04

Fonte: COAF/IGEPSS

O Gráfico 4 apresenta análise comparativa do saldo das dívidas das prefeituras, evidenciando uma redução de 95% entre o 1º trimestre de 2025 e o mesmo período de 2026.

Gráfico 4 - Dívidas das Prefeituras (R\$), 1º trimestre de 2025 e2026



Fonte: COAF/IGEPPS

### 3.5.2 Rentabilidade dos Fundos

No tocante à rentabilidade dos fundos de investimento, apresenta-se o desempenho obtido no 1º trimestre de 2026, conforme a Tabela 16, abaixo.

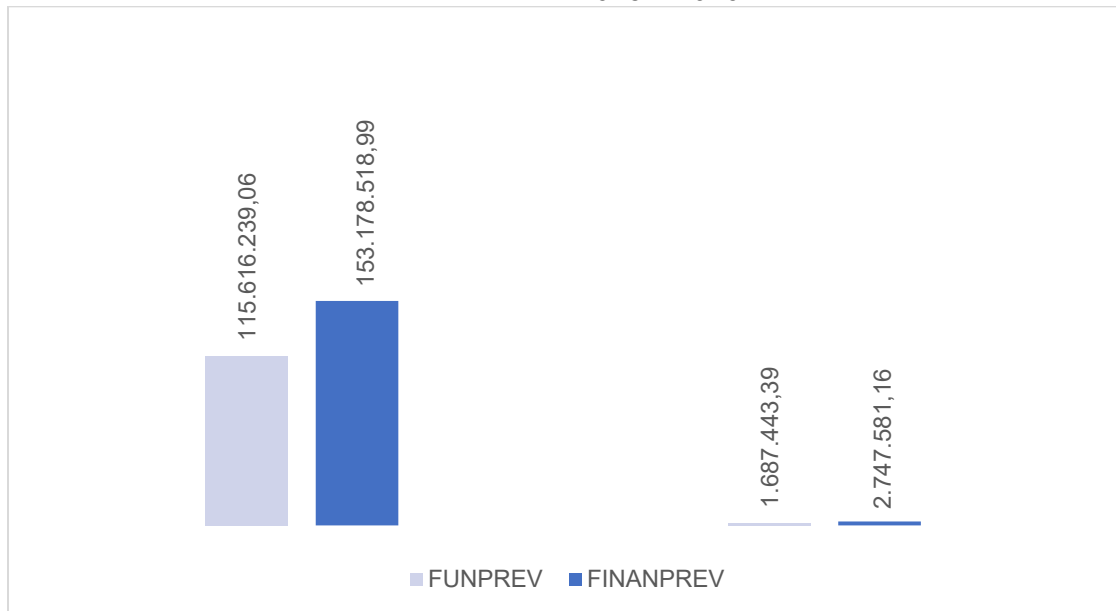
Tabela 16 - Rentabilidade dos Fundos – 1º trimestre de 2026

Mês	FUNPREV	FINANPREV
Janeiro	70.429.680,07	815.588,98
Fevereiro	8.511.763,23	807.614,95
Março	34.237.075,69	1.124.377,23
<b>Total</b>	<b>153.178.518,99</b>	<b>2.747.581,16</b>

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS

O Gráfico 5 apresenta uma análise comparativa da rentabilidade dos fundos de investimento. No 1º trimestre de 2026, a rentabilidade do FUNPREV atingiu R\$ 153.178.518,99 (cento e cinquenta e três milhões, cento e setenta e oito mil quinhentos e dezoito reais e noventa e nove centavos), representando um aumento de 32,49 % em comparação ao mesmo período de 2025. O fundo FINANPREV atingiu R\$ 2.747.581,16 (dois milhões setecentos e quarenta e sete mil quinhentos e oitenta e um reais e dezesseis centavos), representando um aumento de 62,83% em comparação ao mesmo período de 2025.

Gráfico 5- Rentabilidade dos Fundos de Investimento (R\$), 1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: COAF/IGEPSS

### 3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO

#### 3.6.1 FINANPREV e FUNPREV

Analisando especificamente o FINANPREV no 1º trimestre de 2026, verifica-se um aumento nas despesas realizadas na manutenção dos benefícios, ocasionado principalmente, pela concessão de novos benefícios previdenciários e pagamento de valores retroativos advindos da revisão de benefícios em âmbito administrativo (demanda reprimida).

Após análise dos dados verificados na Tabela abaixo constata-se o aumento nas despesas com folhas de inativos e pensionistas, fato que se deve diretamente à implantação de novos benefícios, haja vista a política da atual gestão em alavancar a concessão de aposentadorias e pensões. Portanto, a análise dos dados indica aumento do total das despesas do FUNPREV no 1º trimestre de 2026, em razão da concessão de novos benefícios previdenciários vinculados ao citado Fundo.

Tabela 17 - Despesas folhas de inativos e pensionistas – 1º trimestre de 2026

Despesas Previdenciárias (R\$) – Poder Executivo - FINANPREV										
Mês	Folha Bruta Inativo				Folha Bruta Pensionista		Salário Família	Total Folha Bruta Inativos	Total Folha Bruta Pensionistas	Total das Despesas
	Civil	Saúde	Educação	Militar	Civil	Militar	Ativos			
Janeiro	89.791.263,20	6.611.698,90	195.270.666,41	152.584.656,51	52.894.254,25	32.634.286,38	-	444.258.305,02	85.528.540,63	529.786.845,65
Fevereiro	90.123.757,49	6.619.132,45	195.140.362,42	153.054.116,51	51.856.547,15	32.324.526,34	-	444.937.368,87	84.181.073,49	529.118.442,36
Março	90.164.761,43	6.646.198,91	195.633.828,59	153.323.634,28	51.964.231,35	32.525.000,62	-	445.768.423,21	84.489.231,97	530.257.655,18
<b>Total</b>	<b>270.079.782,12</b>	<b>19.877.030,26</b>	<b>586.044.877,42</b>	<b>458.962.407,30</b>	<b>156.715.032,75</b>	<b>97.483.813,34</b>	<b>-</b>	<b>1.334.964.097,10</b>	<b>254.198.846,09</b>	<b>1.589.162.943,19</b>
Despesas Previdenciárias (R\$) – Poder Executivo - FUNPREV										
Mês	Folha Bruta Inativo				Folha Bruta Pensionista		Salário Família	Total das Despesas		
	Civil	Militar	Saúde	Educação	Militar	Civil	Ativos			
Janeiro	4.501,31	-	-	-	-	188.052,24	-	-	-	192.553,55
Fevereiro	4.501,31	-	-	-	-	142.245,39	-	-	-	146.746,70
Março	4.501,31	-	-	-	-	103.112,04	-	-	-	107.613,35
<b>Total</b>	<b>13.503,90</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>433.409,70</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>446.913,60</b>

Fonte: COAF/IGEPSS

### 3.7 RECEITAS E DESPESAS

Apesar do Sistema de Proteção Social dos Militares criado em 2019, somente a partir de 2021 foi criada uma fonte própria de recursos. Sendo importante ressaltar que o SPSM é fortemente custeado com aporte do Tesouro Estadual, diante da insuficiência de receitas decorrentes da arrecadação contributiva dos militares ativos, inativos e pensionistas.

Com relação às despesas vinculadas ao SPSM, no 1º trimestre de 2026, observa-se um aumento em decorrência da política de atual gestão do IGEPPS de conceder novos benefícios, reservas, reformas e pensões militares, conforme a Tabela abaixo.

Tabela 18 - Receitas e Despesas SPSM – 1º trimestre de 2026.

Receitas (R\$) – SPSM			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Janeiro	29.435.000,91	44.994.215,04	74.429.215,95
Fevereiro	28.311.803,02	43.306.634,62	71.618.437,64
Março	28.784.426,81	44.998.026,77	73.782.453,58
<b>Total</b>	<b>86.531.230,74</b>	<b>133.298.876,43</b>	<b>219.830.107,17</b>
Despesas – SPSM			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Janeiro	152.584.656,51	32.634.286,38	185.218.942,89
Fevereiro	153.054.116,51	32.324.526,34	185.378.642,85
Março	153.323.634,28	32.525.000,62	185.848.634,90
<b>Total</b>	<b>458.962.407,30</b>	<b>97.483.813,34</b>	<b>556.446.220,64</b>

Fonte: COAF/IGEPPS

### 3.8 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – OUTRAS INSTITUIÇÕES

No âmbito do RPPS do Estado do Pará é relevante dar transparência nas receitas e despesas previdenciárias realizadas pelos demais poderes, segmentadas por Fundos (FINANPREV e FUNPREV), incluindo Defensoria Pública do Estado - DPE/PA, Assembleia Legislativa do Estado - Alepa, Tribunal de Contas do Estado - TCE, Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, Tribunal de Justiça do Estado - TJE/PA e Justiça Militar - JME, Ministério Público do Estado - MPE, demonstrada nas Tabelas a seguir.

#### 3.8.1 FINANPREV

Tabela 19 - Receita Previdenciária da Defensoria Pública no 1º trimestre de 2026

Mês	Receita Previdenciária - DPE		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Janeiro	1.894.740,33	2.202.111,42	5.096.851,75
Fevereiro	2.350.154,48	3.030.795,17	5.380.949,65
Março	1.911.641,54	4.042.131,02	5.953.772,56
<b>Total</b>	<b>6.156.536,35</b>	<b>10.275.037,61</b>	<b>16.431.573,96</b>

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 20 - Despesa Previdenciária da Defensoria Pública no 1º trimestre de 2026

Mês	Despesa Previdenciária - DPE		Total
	Inativo	Pensionista	
Janeiro	4.507.870,59	824.802,27	5.332.672,86
Fevereiro	4.516.163,11	824.802,27	5.340.395,38
Março	4.590.762,83	904.016,29	5.494.779,12
<b>Total</b>	<b>13.614.796,53</b>	<b>2.553.620,83</b>	<b>16.168.417,36</b>

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 21 - Receita Previdenciária da Assembleia Legislativa Pará no 1º trimestre de 2026

Mês	Receita Previdenciária - ALEPA		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Janeiro	2.581.823,95	4.241.567,93	6.823.391,88
Fevereiro	2.576.633,85	4.233.041,33	6.809.675,18
Março	2.164.912,29	4.215.040,55	6.379.952,84
<b>Total</b>	<b>7.323.912,29</b>	<b>12.689.649,81</b>	<b>20.013.019,90</b>

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 22 – Despesa Previdenciária da Assembleia Legislativa Pará no 1º trimestre de 2026

Mês	Despesa Previdenciária - ALEPA		Total
	Inativo	Pensionista	
Janeiro	6.210.848,16	1.687.004,06	7.897.852,22
Fevereiro	5.272.178,95	1.624.911,95	6.897.090,90
Março	8.811.718,93	1.577.288,92	10.389.007,85
<b>Total</b>	<b>20.294.746,04</b>	<b>4.706.492,84</b>	<b>25.183.950,97</b>

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 23 – Receita Previdenciária do Tribunal de Contas do Pará no 1º trimestre de 2026

Mês	Receita Previdenciária - TCE		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Janeiro	1.896.957,87	3.131.252,70	5.018.210,57
Fevereiro	1.829.498,95	3.005.605,42	4.835.104,37
Março	1.879.240,49	3.085.680,81	4.963.921,30
<b>Total</b>	<b>5.594.697,31</b>	<b>9.222.538,93</b>	<b>14.817.236,24</b>

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 24 - Despesa Previdenciária do Tribunal de Contas do Pará no 1º trimestre de 2026

Mês	Despesa Previdenciária - TCE		Total
	Inativo	Pensionista	
Janeiro	5.173.034,31	1.504.260,03	6.677.294,34
Fevereiro	5.259.495,95	1.419.432,64	6.678.928,59
Março	5.380.686,64	1.112.827,00	6.493.513,64
<b>Total</b>	<b>15.813.216,90</b>	<b>4.036.519,67</b>	<b>19.849.736,57</b>

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 25 - Receita Previdenciária do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará no 1º trimestre de 2026

Mês	Receita Previdenciária - TCM		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Janeiro	949.064,73	1.545.823,40	2.494.888,13
Fevereiro	946.340,54	1.557.185,38	2.503.525,92
Março	941.886,60	1.547.383,46	2.489.270,06
<b>Total</b>	<b>2.837.291,87</b>	<b>4.650.392,24</b>	<b>7.487.684,11</b>

Fonte: COAF/IGEPSS

Tabela 26 - Despesa Previdenciária do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará no 1º trimestre de 2026

Mês	Despesa Previdenciária - TCM/PA		Total
	Inativo	Pensionista	
Janeiro	2.617.183,31	534.359,40	3.151.542,71
Fevereiro	2.561.344,25	517.300,09	3.078.644,34
Março	2.576.274,03	517.300,09	3.093.574,12
<b>Total</b>	<b>7.754.801,59</b>	<b>1.568.959,58</b>	<b>9.323.761,17</b>

Fonte: COAF/IGEPSS

Tabela 27 - Receita Previdenciária do Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado no 1º trimestre de 2026.

Mês	Despesa Previdenciária – TJ /ME		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Janeiro	10.492.117,22	17.237.049,46	27.729.166,68
Fevereiro	11.841.888,09	17.066.891,18	28.908.779,27
Março	9.932.695,20	16.317.999,22	26.250.694,42
<b>Total</b>	<b>32.266.700,51</b>	<b>50.621.939,86</b>	<b>82.888.640,37</b>

Fonte: COAF/IGEPSS

Tabela 28 - Despesa Previdenciária do Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado no 1º trimestre de 2026.

Mês	Despesa Previdenciária - TJ /ME		Total
	Inativo	Pensionista	
Janeiro	16.087.000,27	4.717.825,82	20.817.384,02
Fevereiro	16.087.778,85	4.668.775,96	20.755.776,23
Março	16.098.446,41	4.603.925,87	20.702.372,28
<b>Total</b>	<b>48.285.004,88</b>	<b>13.990.527,65</b>	<b>62.275.532,53</b>

Fonte: COAF/IGEPSS

Tabela 29 - Receita Previdenciária do Ministério Público do Estado no 1º trimestre de 2026

Mês	Receita Previdenciária - MPE		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Janeiro	4.123.597,06	6.775.109,04	10.898.706,10
Fevereiro	4.138.367,65	6.798.746,87	10.937.114,52
Março	4.099.248,14	6.734.479,09	10.833.727,23
<b>Total</b>	<b>12.361.212,85</b>	<b>20.308.335,00</b>	<b>32.669.547,85</b>

Fonte: COAF/IGEPSS

Tabela 30 - Despesa Previdenciária do Ministério Público do Estado no 1º trimestre de 2026

Mês	Despesa Previdenciária - MPE		Total
	Inativo	Pensionista	
Janeiro	5.904.113,84	1.780.823,47	7.684.937,31
Fevereiro	5.908.793,29	1.780.823,47	7.689.616,76
Março	6.001.525,67	1.780.823,47	7.782.349,14
<b>Total</b>	<b>17.814.432,80</b>	<b>5.342.470,41</b>	<b>23.156.903,21</b>

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 31 - Receita Previdenciária da Defensoria Pública - FUNPREV no 1º trimestre de 2026

Mês	Receita Previdenciária- DPE		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Janeiro	254.210,54	254.210,54	508.421,08
Fevereiro	261.132,27	261.132,27	522.264,54
Março	242.037,67	242.037,67	484.075,34
<b>Total</b>	<b>757.380,48</b>	<b>1.449.022,92</b>	<b>1.514.760,96</b>

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 32 - Receita Previdenciária do Tribunal de Contas do Estado - FUNPREV no 1º trimestre de 2026

Mês	Receita Previdenciária- TCE		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Janeiro	468.586,63	468.586,63	937.173,26
Fevereiro	493.709,25	493.709,25	987.418,50
Março	486.727,04	486.727,04	973.454,08
<b>Total</b>	<b>1.449.022,92</b>	<b>1.449.022,92</b>	<b>2.898.045,84</b>

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 33 - Receita Previdenciária do Tribunal de Justiça/Justiça Militar FUNPREV no 1º trimestre de 2026

Mês	Receita Previdenciária - TJ/JME		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Janeiro	1.656.932,27	1.656.932,27	3.313.864,54
Fevereiro	1.653.697,45	1.653.697,45	3.307.394,90
Março	1.653.709,53	1.653.709,53	3.307.419,06
<b>Total</b>	<b>4.964.339,25</b>	<b>4.964.339,25</b>	<b>9.928.678,50</b>

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 34 - Receita Previdenciária do Ministério Público do Estado - FUNPREV no 1º trimestre 2026

Mês	Receita Previdenciária - MPE		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Janeiro	554.560,33	554.560,33	1.003.784,94
Fevereiro	550.813,71	550.813,71	1.101.627,42
Março	555.041,21	555.041,21	1.110.082,42
<b>Total</b>	<b>1.660.415,25</b>	<b>1.660.415,25</b>	<b>3.320.830,50</b>

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 35 - Receita previdenciária do Tribunal de Contas dos municípios - FUNPREV no 1º trimestre 2026

Mês	Receita Previdenciária - TCM/PA		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Janeiro	85.822,36	85.822,36	171.644,72
Fevereiro	87.520,78	87.520,78	175.041,56
Março	88.512,58	88.512,58	177.025,16
<b>Total</b>	<b>261.855,72</b>	<b>261.855,72</b>	<b>523.711,44</b>

Fonte: COAF/IGEPPS

## 4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

As avaliações atuariais têm como finalidade dimensionar, de forma precisa e sustentável, os compromissos do Plano de Benefícios e definir o Plano de Custeio necessário para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A elaboração dessas avaliações deve observar os parâmetros técnicos e diretrizes estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 103/2019, pela Lei nº 9.717/1998, que dispõe sobre as regras gerais dos RPPS, e pela Portaria MTP nº 1.467/2022, que disciplina a organização, funcionamento e requisitos atuariais desses regimes.

A Avaliação Atuarial consiste em um estudo técnico que utiliza características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras da população vinculada ao RPPS. Seu objetivo central é determinar, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários presentes e futuros, conforme exigido pelas normas federais que regem o sistema.

Na elaboração das Avaliações Atuariais, do plano financeiro denominado FINANPREV e do plano previdenciário denominado FUNPREV foram utilizados os dados cadastrais e financeiros dos servidores dos seguintes Poderes e Órgãos Autônomos: Executivo, Tribunal de Justiça do Estado, Justiça Militar do Estado, Assembleia Legislativa Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará.

### 4.1 SEGREGAÇÃO DE MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS

A Lei Complementar nº 039/2002 e suas alterações, através da LC nº 044/2003, LC nº 049/2005, LC nº 051/2006 e LC nº 128/2020 organiza o Sistema Previdenciário do Estado do Pará em dois regimes distintos integrantes do RPPS, Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV) e Fundo Previdenciário do Estado do Pará (FUNPREV).

A Lei Complementar nº 142/2021 criou o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM. As bases de dados do utilizada nas 03 (três) últimas avaliações atuariais foram:

- DRAA 2024: agosto de 2023
- DRAA 2025: setembro de 2024
- DRAA 2026: agosto de 2025

#### 4.1.1 DRAA 2026: ago/2025 4.1.1 Massa de Segurados – FINANPREV

O Regime Orçamentário em extinção destinado aos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2016, conforme a Tabela 36.

Tabela 36 - Quantitativo FINANPREV – 2023 a 2026

FINANPREV	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativos	59.527	58.083	55.168	53.486
Inativos	31.209	31.684	33.228	33.296
Pensionistas	8.323	8.990	9.292	9.269
<b>Total</b>	<b>99.059</b>	<b>98.757</b>	<b>97.688</b>	<b>96.051</b>

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial

Nota: DRAA é o Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial

Nota-se que o quantitativo total de servidores do FINANPREV é decrescente no período de 2024 a 2026, confirmando a expectativa de extinção do Fundo.

#### 4.1.2 Massa de Segurados – FUNPREV

O Regime Capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram após janeiro de 2017, conforme a Tabela 37.

Tabela 37 - Quantitativo FUNPREV – 2023 a 2026

FUNPREV	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativos	6.915	9.174	10.658	11.718
Inativos	2	2	6	4
Pensionistas	65	72	89	67
<b>Total</b>	<b>6.982</b>	<b>9.248</b>	<b>10.753</b>	<b>11.789</b>

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial

#### 4.1.3 Massa de segurados - SPSM

Verifica-se na Tabela 38 que o quantitativo total de servidores do FUNPREV é crescente no período de 2024 a 2026, confirmando a expectativa de perpetuidade do Fundo.

Tabela 38 - Quantitativo SPSM – 2023 a 2026

SPSM	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativos	18.683	18.195	17.376	18.445
Inativos	9.645	10.192	10.809	11.367
Pensionistas	3.973	4.095	4.256	4.354
<b>Total</b>	<b>32.301</b>	<b>32.482</b>	<b>32.441</b>	<b>34.166</b>

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial

Percebe-se que o quantitativo total de servidores do SPSM está na média das 32 mil vidas no período de 2024 a 2026, confirmando a expectativa de perpetuidade do Fundo.

## 4.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVO AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS

Os valores referentes a receitas e despesas realizadas são capturadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) disponibilizado, bimestralmente, pela Secretaria da Fazenda.

Tabela 39 - Comparativo FINANPREV – 2023 a 2026

<b>FINANPREV</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
Receita Estimada	1.708.034	1.908.777	2.641.083	2.675.621
Receita Realizada	3.101.147	3.140.217	2.953.956	484.947
<b>Variação %</b>	<b>81,56%</b>	<b>64,51%</b>	<b>11,85%</b>	<b>-81,88%</b>

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2026, referem-se ao acumulado de janeiro a fevereiro.

Em 2026, no acumulado de janeiro a fevereiro, as receitas realizadas no FINANPREV estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 81,88% conforme a Tabela 39.

Tabela 40 - Comparativo FUNPREV – 2023 a 2026

<b>FUNPREV</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
Receita Estimada	539.001	587.488	505.275	581.154
Receita Realizada	221.003	245.249	260.826	42.196
<b>Variação %</b>	<b>-59,00%</b>	<b>-58,25%</b>	<b>-48,38%</b>	<b>-92,74%</b>

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2026 referem-se ao acumulado de janeiro a fevereiro.

Em 2026, no acumulado de janeiro a fevereiro, as receitas realizadas no FUNPREV estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 92,74%.

Tabela 41 - Comparativo SPSM – 2023 a 2026

<b>SPSM</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
Receita Estimada	840.784	963.685	1.036.482	1.091.463
Receita Realizada	881.311	931.031	938.735	143.116
<b>Variação %</b>	<b>4,82%</b>	<b>-3,39%</b>	<b>-9,43</b>	<b>-86,89%</b>

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2026 referem-se ao acumulado de janeiro a fevereiro.

Em 2026, no acumulado de janeiro a fevereiro, as receitas realizadas no SPSM estão menores que às receitas estimadas atuarialmente em 86,89%.

#### 4.3 RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS

Tabela 42 - Comparativo FINANPREV– 2023 a 2026

<b>FINANPREV</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
Despesa Estimada	5.393.535	6.079.737	7.283.124	7.163.301
Despesa Realizada	4.416.837	4.892.260	5.144.092	800.236
<b>Variação %</b>	<b>-18,11%</b>	<b>-19,53%</b>	<b>-29,37%</b>	<b>-88,83</b>

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2026 referem-se ao acumulado de janeiro a fevereiro.

Em 2026, no acumulado de janeiro a fevereiro, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 88,83%.

Tabela 43 - Comparativo FUNPREV– 2023 a 2026

FUNPREV	2023	2024	2025	2026
Despesa Estimada	7.162	7.870	28.151	26.538
Despesa Realizada	884	1.096	1.669	415
<b>Varição %</b>	<b>-87,66%</b>	<b>-86,07%</b>	<b>-94,07%</b>	<b>-98,44%</b>

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2026 referem-se ao acumulado de janeiro a fevereiro

Em 2026, no acumulado de janeiro a fevereiro, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 98,44%.

Tabela 44 - Comparativo SPSM – 2023 a 2026

SPSM	2023	2024	2025	2026
Despesa Estimada	1.753.431	2.060.384	2.285.651	2.386.926
Despesa Realizada	1.941.545	2.201.135	2.322.113	366.248
<b>Varição %</b>	<b>10,73%</b>	<b>6,83%</b>	<b>1,60%</b>	<b>-84,66%</b>

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2026 referem-se ao acumulado de janeiro a fevereiro

Em 2026, no acumulado de janeiro a fevereiro, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 68,66%.

#### 4.4 HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais são parâmetros que estimam a ocorrência de eventos biométricos, demográficos e econômico-financeiros, conforme descrito a seguir.

##### 4.4.1 Hipóteses biométricas

As hipóteses biométricas relacionam-se com as probabilidades de ocorrências de eventos tais como: mortalidade, entrada em invalidez.

Tabela 45 - Hipóteses biométricas – 2023 a 2026

Hipóteses Biométricas	2023	2024	2025	2026
Mortalidade de válidos	RP2000 masculina	RP2000 masculina	IPEA -NS	IPEA -NS
Mortalidade de inválidos	IBGE 2021	IBGE 2022	IPEA -NS	IPEA -NS
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

Fonte: Nugin/IGEPSS

##### 4.4.2 Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas relacionam-se ao comportamento da população, conforme a Tabela 46.

Tabela 46 - Hipóteses demográficas - 2023 a 2026

Hipóteses Demográficas	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Novos entrados	Grupo Fechado	Grupo Fechado	Grupo Fechado	Grupo Fechado
Família média	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge Mulher 3 anos mais nova ou cônjuge homem 3 anos mais velho	Cônjuge feminino 3 anos mais novo ou cônjuge masculino 3 anos mais velho
Idade de início da fase de contribuição	25 anos	25 anos	25 anos	25 anos

Fonte: Nugin/IGEPPS

#### 4.4.3 Hipóteses econômico-financeiras

As hipóteses econômico-financeiras são fatores que servem para quantificar as reservas matemáticas, ou seja, as obrigações do Regime Próprio de Previdência Social, conforme as Tabelas abaixo.

Tabela 47 - Hipóteses Financeiras - FINANPREV - 2023 a 2026

FINANPREV	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	4,82% a.a.	5,42% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02	R\$ 8.157,41

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 48 - Hipóteses Financeiras - FUNPREV- 2023 a 2026

FUNPREV	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	6,51% a.a.	5,96% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Repartição Simples
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02	R\$ 8.157,41

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 49 - Hipóteses Financeiras SPSM- 2023 a 2026

SPSM	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	4,93% a.a.	5,48% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02	R\$ 8.157,41

Fonte: Nugin/IGEPPS.

#### 4.5 ALÍQUOTAS DO PLANO DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO

As alíquotas indicam o percentual que deverá ser aplicado no cálculo das contribuições dos servidores e do Ente Público, conforme a Tabela abaixo.

Tabela 50 - Custeio Previdenciário FINANPREV– 2023 a 2026

FINANPREV	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativo	14%	14%	14%	14%
Inativo	14%	14%	14%	14%
Pensionista	14%	14%	14%	14%
Ente Público	23%	23%	23%	23%

Fonte: Nugin/IGEPPS

Tabela 51 - Custeio Previdenciário FUNPREV– 2023 a 2026

FUNPREV	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativo	14%	14%	14%	14%
Inativo	14%	14%	14%	14%
Pensionista	14%	14%	14%	14%
Ente Público	14%	14%	14%	14%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 52 - Custeio Previdenciário SPSM– 2023 a 2026

SPSM	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativo	10,5%	10,5%	10,5%	10,5%
Inativo	10,5%	10,5%	10,5%	10,5%
Pensionista	10,5%	10,5%	10,5%	10,5%
Ente Público	18%	18%	18%	18%

Fonte: Nugin/IGEPPS

As avaliações atuariais de 2024, 2025 e 2026 indicam que as alíquotas de Custeios Previdenciários permaneçam constantes e que os déficits dos fundos FINANPREV e SPSM sejam garantidos pelo tesouro estadual.

#### 4.5.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício

A reforma da previdência ocorrida em 2019 definiu que o rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social ficará limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

Tabela 53 - Custos % por benefícios - FINANPREV– 2023 a 2026

Tipo de Benefício	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Aposentadoria Programada	28,76%	28,75%	34,06%	34,24%
Aposentadoria por Invalidez	2,19%	2,17%	0,65%	0,73%
Pensões	4,05%	4,08%	0,29%	0,03%
Despesas Administrativas*	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
<b>Custo Normal Anual Total</b>	<b>37,00%</b>	<b>37,00%</b>	<b>37,00%</b>	<b>37,00%</b>

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 54 - Custos % por benefícios FUNPREV– 2023 a 2026

Tipo de Benefício	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Aposentadoria Programada	17,60%	17,93%	22,76%	23,84%
Aposentadoria por Invalidez	4,36%	3,93%	2,26%	2,13%
Pensões	3,47%	3,57%	0,98%	0,03%
Despesas Administrativas*	2,57%	2,57%	2,00%	2,00%
<b>Custo Normal Anual Total</b>	<b>28,00%</b>	<b>28,00%</b>	<b>28,00%</b>	<b>28,00%</b>

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 55 - Custos % por benefícios SPSM– 2023 a 2026

Tipo de Benefício	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Aposentadoria Programada	19,79%	19,92%	25,52%	25,81%
Aposentadoria por Invalidez	2,39%	2,30%	0,71%	0,69%
Pensões	4,32%	4,28%	0,27%	0,00%
Despesas Administrativas*	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
<b>Custo Normal Anual Total</b>	<b>28,50%</b>	<b>28,50%</b>	<b>28,50%</b>	<b>28,50%</b>

Fonte: Nugin/IGEPPS

As Tabelas acima representam o histórico dos custeios calculados atuarialmente demonstrando os percentuais por fundos e benefícios.

#### 4.6 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS RELATIVA AO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL

Para verificar se o Regime Próprio está em equilíbrio financeiro e atuarial é realizado o cálculo Atuarial que contemplará os valores dos seguintes termos:

- **Ativo do Plano:** Valor aplicado no mercado financeiro e seus respectivos rendimentos em 31 de dezembro do ano corrente.
- **Prov. Matemática BC:** Provisão Matemática dos Benefícios Concedido que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que se encontram em gozo de benefícios.
- **Prov. Matemática BaC:** Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que se encontram em gozo de benefícios;
- **Prov. Matemática Total:** Provisão Matemática Total que representa a soma da Prov. Matemática BC com a Prov. Matemática BaC.

- **Superávit (+) / Déficit (-):** Representa a diferença entre o Ativo do Plano e a Prov. Matemática Total, quando o valor for positivo temos superávit, quando for negativo temos déficit e quando for igual a zero temos o equilíbrio financeiro e atuarial;
- **Civil:** Representa o valor do Superávit (+) / Déficit (-) dos servidores civis.

É importante esclarecer que as evoluções dos resultados são reflexo: das hipóteses atuariais adotadas no Cálculo Atuarial, como recomenda a Portaria MTP nº 1.467, de 2 de agosto de 2022, do salário de contribuição dos servidores e das informações cadastrais.

Tabela 56 - Evolução FINANPREV– 2023 a 2026

Tipo de Benefício	FINANPREV - Valores (R\$)			
	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativo do Plano	604.796.627,40	439.072.034,89	-	-
Prov. Matemát. BC	43.325.948.862,91	47.351.577.347,36	49.647.728.490,75	47.250.235.351,39
Prov. Matemát. BaC	38.486.055.469,35	41.294.277.498,20	41.337.989.165,08	36.630.692.686,20
Prov. Matemát. Total	81.812.004.332,26	88.645.854.845,56	90.985.717.655,83	83.880.928.037,59
<b>Superávit(+)/Déficit(-)</b>	<b>-81.207.207.704,86</b>	<b>-88.206.782.810,67</b>	<b>-90.985.717.655,83</b>	<b>-83.880.928.037,59</b>

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 57 - Evolução FUNPREV– 2023 a 2026

Tipo de Benefício	FUNPREV - Valores (R\$)			
	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativo do Plano	4.186.590.041,16	4.264.686.028,14	4.342.922.859,38	4.626.011.472,67
Prov. Matemát. BC	49.076.908,86	52.034.404,83	66.206.900,11	17.801.068,09
Prov. Matemát. BaC	15.016.127,33	369.586.017,47	-404.667.064,54	-224.457.031,94
Prov. Matemát. Total	64.093.036,19	421.620.422,30	-338.460.164,43	-206.655.963,85
<b>Superávit(+)/Déficit(-)</b>	<b>4.122.497.004,97</b>	<b>3.843.065.605,84</b>	<b>4.681.383.023,81</b>	<b>4.832.667.436,52</b>

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 58 - Evolução SPSM– 2023 a 2026

Tipo de Benefício	SPSM - Valores (R\$)			
	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativo do Plano	21.489.805,01	-	-	-
Prov. Matemát. BC	20.262.491.577,48	23.656.707.540,55	23.396.105.428,80	20.248.366.032,64
Prov. Matemát. BaC	-262.090.862,97	2.206.965.586,56	4.055.780.468,18	3.671.162.983,41
Prov. Matemát. Total	20.000.400.714,51	25.863.673.127,11	27.451.885.896,98	23.919.529.016,05
<b>Superávit(+)/Déficit(-)</b>	<b>-19.978.910.909,50</b>	<b>-25.863.673.127,11</b>	<b>-27.451.885.896,98</b>	<b>-23.919.529.016,05</b>

Fonte: Nugin/IGEPPS

As provisões matemáticas podem variar ao longo do tempo devido a mudanças no perfil dos segurados, exigindo que os regimes previdenciários, concebidos para o longo prazo, adotem planejamento contínuo e realizem ajustes oportunos. Assim, a manutenção do equilíbrio financeiro, econômico e atuarial depende do monitoramento permanente das obrigações do ente federativo e da adequada formação de reservas.

## 5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O IGEPPS realiza a gestão própria dos investimentos, por meio do Núcleo Gestor de Investimentos (Nugin), setor interno do Instituto responsável por monitorar os riscos, executar os investimentos e propor as estratégias de movimentações da carteira visando atingir a meta atuarial.

O 1º trimestre de 2026 foi marcado pela adequação e aplicação dos recursos em conformidade com a nova Resolução CMN nº 5.272/2025, que passou a estabelecer diretrizes atualizadas para a gestão dos investimentos. Nesse contexto, a carteira foi conduzida em alinhamento às novas exigências normativas, com a devida observância aos critérios de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez, reforçando o compromisso com a governança e a boa gestão dos recursos administrados.

Os investimentos realizados ao longo do 1º trimestre do ano de 2026 foram norteados pela Política Anual de Investimento 2026, aprovada pelo Conselho Estadual de Previdência.

### 5.1 CARTEIRA GLOBAL

A carteira de investimentos do IGEPPS Pará fechou o 1º trimestre de 2026 composta por 70 ativos, distribuídos entre 44 fundos de investimentos sob a gestão de 19 gestores. Adicionalmente, incluem-se operações compromissadas (LFT) executadas pelo banco do Estado - Banpará, Títulos Públicos emitidos pelo Tesouro Federal e 01(uma) Letra Financeira emitida pelo banco BTG PACTUAL.

Esses ativos estão vinculados ao seu respectivo plano, quais sejam: Fundo Previdenciário (FUNPREV), Fundo Financeiro (FINANPREV) e Sistema Social de Proteção dos Militares (SPSM), bem como aos recursos provenientes da Taxa de Administração.

O rendimento acumulado dos recursos totalizou R\$ 156.929.024,51 (cento e cinquenta e seis milhões, novecentos e vinte e nove mil, vinte e quatro reais e cinquenta e um centavos) no 1º trimestre de 2026, não sendo observadas alterações significativas em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Os ativos e seus respectivos recursos estão distribuídos entre as classes de renda fixa, renda variável, exterior e investimentos estruturados, enquadrados de acordo com a política de investimentos 2026. Observa-se que a estratégia de alocação da carteira é majoritariamente em renda fixa (81,79%), caracterizando o perfil conservador para a carteira previdenciária.

Tabela 59 - Carteira Global do IGEPPS – 1º trimestre de 2026

Carteira	Receita Acumulada			Rendimento Acumulado	Patrimônio Líquido (31/12/2025)
	Aplicação	Resgate	Amortização		
FUNPREV	116.670.475,27	186.703.354,26	28.295.407,12	153.178.519,20	4.693.704.298,56
FINANPREV	591.227.402,97	440.851.599,19	-	2.747.582,14	76.298.672,75
SPSM	158.754.336,03	134.102.380,10	-	731.383,20	12.012.940,83
Taxa de Administração	79.829.166,05	80.100.706,02	-	271.539,97	-
Disponibilidade Financeira	-	-	-	-	117.189.837,34
<b>Total</b>	<b>946.481.380,32</b>	<b>841.758.039,57</b>	<b>28.295.407,12</b>	<b>156.929.024,51</b>	<b>4.899.205.749,48</b>

Fonte: Nugin/IGEPPS

Nota: Disponibilidade Financeira é o recurso financeiro disponível em conta corrente de titularidade do IGEPPS.

A equipe técnica do NUGIN realiza o monitoramento contínuo da carteira, com o objetivo de assegurar a aderência aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e às diretrizes estratégicas definidas na Política de Investimentos 2026.

As estratégias a serem implementadas ao longo do exercício têm como finalidade o cumprimento da alocação alvo prevista na Política de Investimentos, garantindo alinhamento entre a gestão da carteira, o cenário macroeconômico e os objetivos atuariais do RPPS.

Tabela 60 - Enquadramento do IGEPPS de acordo com a Política de Investimentos - 1º trimestre de 2026

Artigo	Tipo de Ativo	Valor (R\$)	Carteira %	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Limite Legal
<b>Renda Fixa</b>		<b>3.911.021.571,21</b>	<b>81,79%</b>	-	<b>87,0%</b>	-	100%
Art. 7º I	Fundos ou ETF Renda Fixa 100% - Títulos Públicos	569.485.988,11	11,91%	-	13,5%	100%	100%
Art. 7º II	Títulos do Tesouro Nacional (SELIC) primário/plataforma eletrônica	-	-	-	-	100%	100%
Art. 7º III	Títulos Públicos Federais - Intermediação - Balcão	2.172.842.795,53	-	-	-	100%	100%
Art. 7º IV	Operações Compromissadas com títulos públicos	-	-	-	-	5,0%	5,0%
Art. 7º V	Fundos de Renda Fixa e ETF - Demais	1.062.484.191,04	-	-	-	40,0%	80,0%
Art. 7º VI	Títulos de Instituições Financeiras	60.577.625,40	1,27%	-	1,50%	5,0	20,0%
Art. 7º VII	Fundos de Renda Fixa - Crédito Privado	43.200.960,76	0,90%	-	-	-	-
Art. 7º VIII	Fundos de Debêntures Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Art. 7º IX	Subclasses sênior de FIDC ou FIC-FIDC	2.430.010,38	0,05%	-	5,0%	-	-
<b>Renda Variável</b>		<b>448.945.409,55</b>	<b>9,39%</b>	-	<b>11,0%</b>	-	-
Art. 8º I	Fundos de Ações	363.177.817,11	7,59%	-	4,0%	10,0%	40,0%
Art. 8º II	Fundos de ETF de Ações	-	-	-	7,0%	10,0%	40,0%
Art. 8º III	Fundos de ETF BDR - Ações	85.767.592,44	1,79%	-	-	-	-
Art. 8º IV	Fundos de ETF - Internacional	-	-	-	-	-	-
<b>Exterior</b>		<b>121.148.683,93</b>	<b>2,53%</b>	-	-	-	-
Art. 9º I	Fundos Renda Fixa - Dívida Externa	-	-	-	-	-	10,0%
Art. 9º II	Fundos Exterior - Investidor Qualificado	121.148.683,93	2,53%	-	-	-	10,0%
Art. 9º III	Fundos Exterior - Investidor Geral	-	-	-	-	-	10,0%
<b>Estruturados</b>		<b>300.900.247,45</b>	<b>6,29%</b>	-	<b>2,00</b>	-	-
Art. 10º I	Fundos Multimercado	79.069.163,40	1,65%	-	2,0%	10,0%	15,0%
Art. 10º II	Fundos FIAGRO	-	-	-	-	-	-
Art. 10º III	Fundos FIP e FIC-FIP	221.831.084,05	4,64%	-	-	-	-
Art. 10º IV	Fundos de Ações - Mercado de Acesso	-	-	-	-	-	-
<b>Fundos Imobiliários</b>		-	-	-	-	-	10,0%
Art. 11º	Fundos Imobiliários (FII)	-	-	-	-	5,0%	10,0%
<b>Empréstimos Consignados</b>		-	-	-	-	-	10,0%
Art. 12º, II	Empréstimos Consignados	-	-	-	-	-	10,0%
<b>Total da Carteira</b>		<b>4.782.015.912,14</b>	<b>100%</b>	-	-	-	-
<b>Disponibilidade Financeira</b>		<b>117.189.837,34</b>	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>		<b>4.899.205.749,48</b>	-	-	-	-	-

Fonte: Nugin/IGEPPS

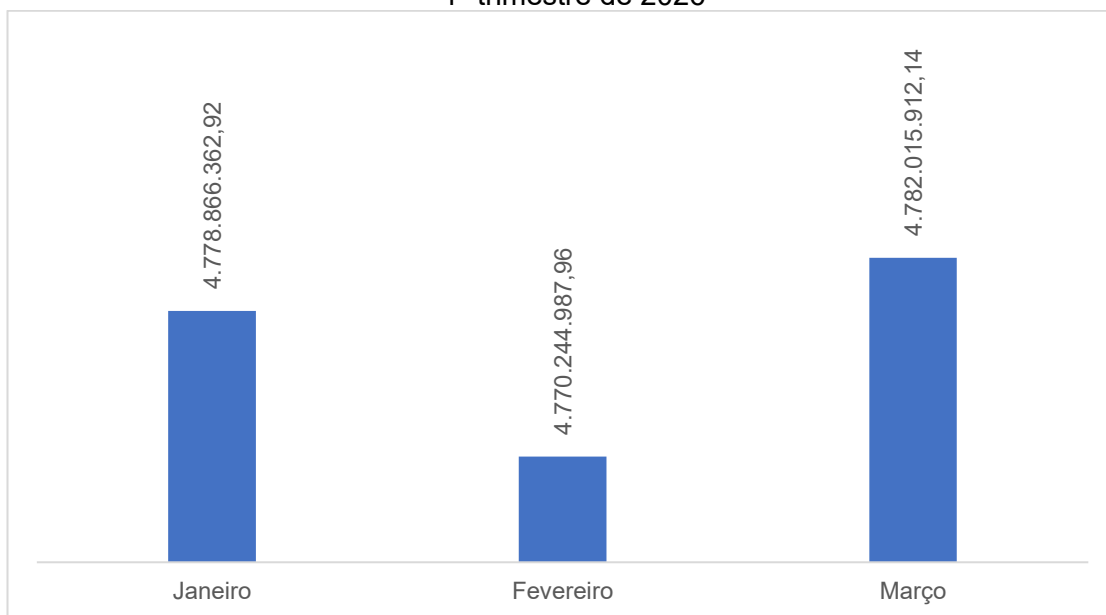
## 5.2 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CARTEIRA GLOBAL

O patrimônio líquido global sob gestão do IGEPPS encerrou o 1º trimestre de 2026 no montante de R\$ 4.782.015.912,14 (quatro bilhões, setecentos e oitenta e dois milhões, quinze mil, novecentos e doze reais e quatorze centavos), desconsideradas as disponibilidades financeiras.

No período, observou-se comportamento predominantemente estável do patrimônio líquido, com variações pontuais ao longo dos meses. A retração registrada em fevereiro decorreu, principalmente, da redução na arrecadação das carteiras FINANPREV e SPSM.

De forma geral, a oscilação verificada pode ser classificada como marginal, refletindo estabilidade da carteira e equilíbrio entre fluxos de entrada, saídas e a rentabilidade dos investimentos. Esse desempenho indica consistência na gestão dos recursos, com preservação do volume patrimonial mesmo diante de pequenas flutuações mensais.

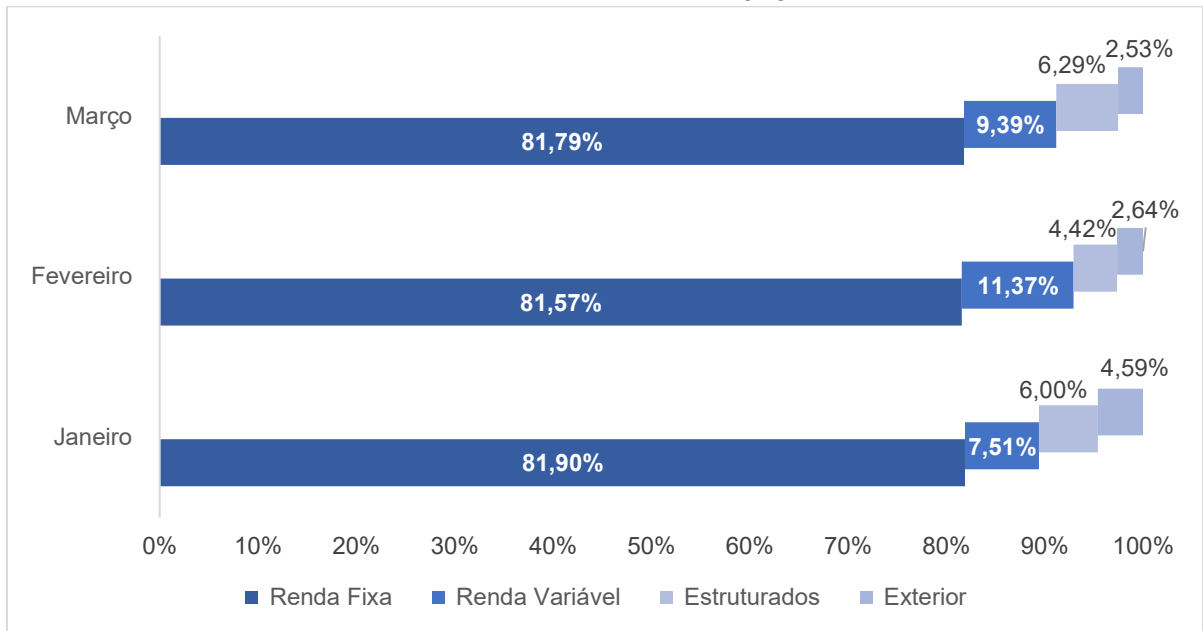
Gráfico 6 - Comparativo da Evolução do Patrimônio Líquido Aplicado (R\$)  
-1º trimestre de 2026



Fonte: Nugin/IGEPPS

Quanto ao segmento, a renda fixa representa posição majoritária da carteira de investimentos, terminando o 1º trimestre com 81,79% da carteira, com o objetivo de alcançar até 87,0%, conforme política de investimentos 2026 aprovada. O segmento de renda fixa continuará sendo a base do portfólio de RPPS, especialmente com o cenário de juros elevados no Brasil.

Gráfico 7 - Distribuição do Patrimônio Líquido Aplicado por segmento – 1º trimestre de 2026



Fonte: Nugin/IGEPPS

Como forma de diversificação, os recursos são distribuídos entre diversas instituições financeiras, que passaram por um processo de credenciamento, o que demonstra que os recursos são aplicados em instituições idôneas e consolidadas no mercado. Quase a metade da carteira (45,44%) está aplicada em títulos do Tesouro Nacional, seguida de grandes bancos públicos ou privados como é o caso do Banco do Brasil, Itaú, Bradesco e Santander.

Tabela 61 - Patrimônio Líquido por Instituição Financeira – 1º trimestre de 2026.

Instituições	31/01/2026		28/02/2026		31/03/2026	
	PL	%	PL	%	PL	%
Tesouro Nacional	2.143.672.478,09	44,86%	2.144.237.026,83	44,95%	2.172.842.795,53	45,44%
Itaú	561.281.862,56	11,75%	568.412.864,82	11,92%	566.462.956,31	11,85%
Santander	397.227.842,04	8,31%	343.606.151,23	7,20%	319.132.018,65	6,67%
BB Asset Management	361.333.549,88	7,56%	447.028.275,73	9,37%	456.874.516,85	9,55%
Bradesco	360.285.885,28	7,54%	388.808.767,31	8,15%	392.732.071,51	8,21%
BTG Pactual	290.135.592,31	6,07%	290.598.360,93	6,09%	291.172.996,00	6,09%
Vinci Partners	138.073.538,96	2,89%	140.837.862,91	2,95%	141.921.677,32	2,97%
Kinea Investimentos	124.141.481,80	2,60%	131.026.519,24	2,75%	132.437.791,91	2,77%
Banpará (LFT)	89.141.210,07	1,87%	-	-	-	-
Caixa Econômica Asset	47.734.378,94	1,00%	45.264.025,15	0,95%	43.585.387,25	0,91%
Western Asset	47.179.828,11	0,99%	43.919.626,43	0,92%	42.182.205,20	0,88%
XP Asset Management	45.950.583,01	0,96%	47.870.113,73	1,00%	45.671.953,54	0,96%
Bahia Asset	44.181.064,34	0,92%	46.181.064,73	0,97%	45.617.041,68	0,95%
AZ Quest Investimentos	39.564.566,84	0,83%	41.425.157,62	0,87%	39.325.520,67	0,82%
Patria Investimentos	31.792.649,14	0,67%	31.669.283,08	0,66%	33.566.129,35	0,70%
Occam Brasil	31.499.916,65	0,66%	32.751.780,57	0,69%	32.264.363,09	0,67%
Safra Asset Management	22.517.965,96	0,47%	23.455.683,72	0,49%	23.111.316,66	0,48%
Genial Banco	2.459.279,27	0,05%	2.443.406,19	0,05%	2.430.010,38	0,05%
BNP Paribas Asset	542.818,56	0,01%	557.612,08	0,01%	533.073,40	0,01%
Porto Seguro Investimentos	149.871,09	0,00%	151.405,64	-	152.086,86	-
<b>Total Aplicado</b>	<b>4.778.866.362,90</b>	<b>100%</b>	<b>4.770.244.987,95</b>	<b>100%</b>	<b>4.782.015.912,14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Nugin/IGEPPS

### 5.3 CARTEIRA FINANPREV

Os recursos aplicados no FINANPREV, fundo financeiro, são provenientes da arrecadação previdenciária mensal. Até janeiro de 2026, as aplicações dos recursos provenientes da arrecadação previdenciária do FINANPREV eram realizadas por meio de operações compromissadas no Banco do Estado do Pará – Banpará. A partir de fevereiro de 2026, em atendimento às diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, passou-se a adotar como estratégia a alocação desses recursos no fundo de investimento BB Títulos Públicos, do Banco do Brasil. A alteração na forma de aplicação visa adequar a gestão dos recursos às novas exigências normativas, promovendo maior alinhamento às boas práticas de mercado.

A carteira FINANPREV é composta do Fundo BB Títulos Públicos Resp. Limitada FIF Renda Fixa Referenciado utilizado como fundo caixa com o objetivo de obter rentabilidade no curto prazo. Adicionalmente, uma parcela reduzida do patrimônio líquido (0,30%) encontra-se distribuída em (três) fundos que não recebem mais aportes.

Tabela 62 - Carteira FINANPREV – 1º trimestre de 2026.

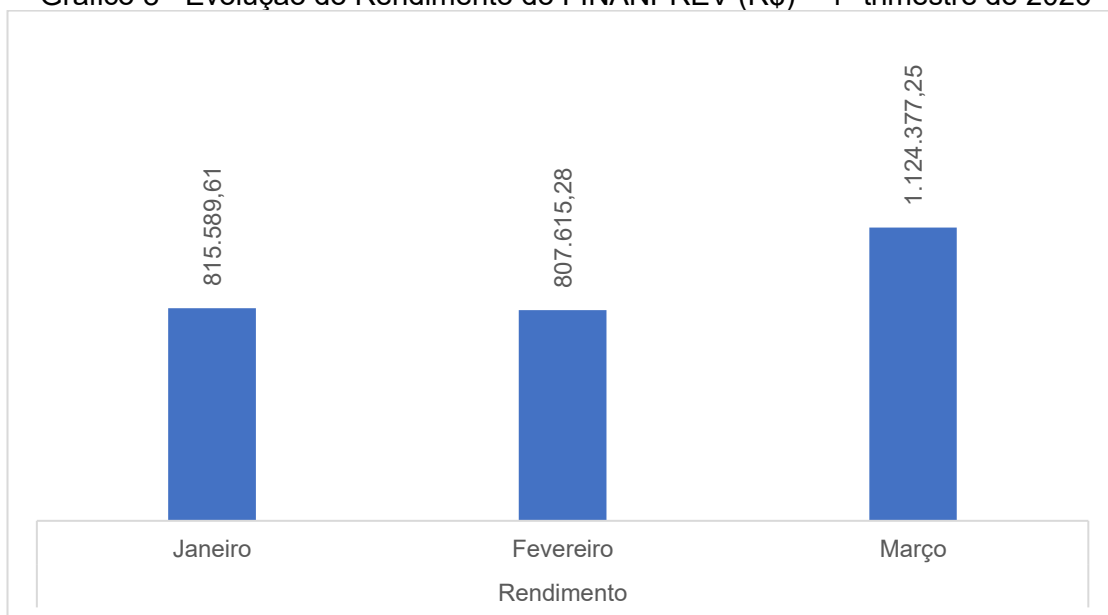
Ativos por Enquadramento	Saldo Líquido 31/03/2026	% do Portfólio
<b>Art. 7º I Fundos ou ETF Renda Fixa 100% - Títulos Públicos</b>	<b>R\$ 76.069.511,21</b>	<b>99,70%</b>
BB Títulos Públicos Resp. Limitada FIF Renda Fixa Referenciado DI LP	R\$ 76.069.511,21	99,70%
Ativos por Enquadramento	Saldo Líquido 31/03/2026	% do Portfólio
<b>Art. 7º V Fundos de Renda Fixa e ETF - Demais</b>	<b>R\$ 169.497,14</b>	<b>0,22%</b>
ITAÚ Institucional Resp Limitada FIF Renda Fixa Referenciado DI	R\$ 17.410,27	0,02%
Porto Seguro Clássico Resp Limitada FIF CIC Renda Fixa LP	R\$ 152.086,86	0,20%
Ativos por Enquadramento	Saldo Líquido 31/03/2026	% do Portfólio
<b>Art. 7º VII Fundos de Renda Fixa - Crédito Privado</b>	<b>R\$ 59.664,40</b>	<b>0,08%</b>
BTG Pactual YIELD DI FIF Renda Fixa	R\$ 59.664,40	0,08%
<b>Total</b>	<b>R\$ 76.298.672,75</b>	<b>100%</b>

Fonte: Nugin/IGEPPS

#### 5.3.1 Evolução do Rendimento - FINANPREV

No 1º trimestre de 2026, observou-se uma evolução positiva nos valores analisados, ainda que com oscilações ao longo do período. Em março, entretanto, houve um crescimento significativo, com o valor atingindo R\$ 1.124.377,25 (um milhão, cento e vinte e quatro mil, trezentos e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos), impulsionado principalmente pela valorização do fundo BB Títulos Públicos Resp. Limitada FIF Renda Fixa Referenciado. Dessa forma, o desempenho positivo resultou em um fechamento trimestral favorável e evidenciando a influência do desempenho do fundo na rentabilidade do período.

Gráfico 8 - Evolução do Rendimento do FINANPREV (R\$) – 1º trimestre de 2026

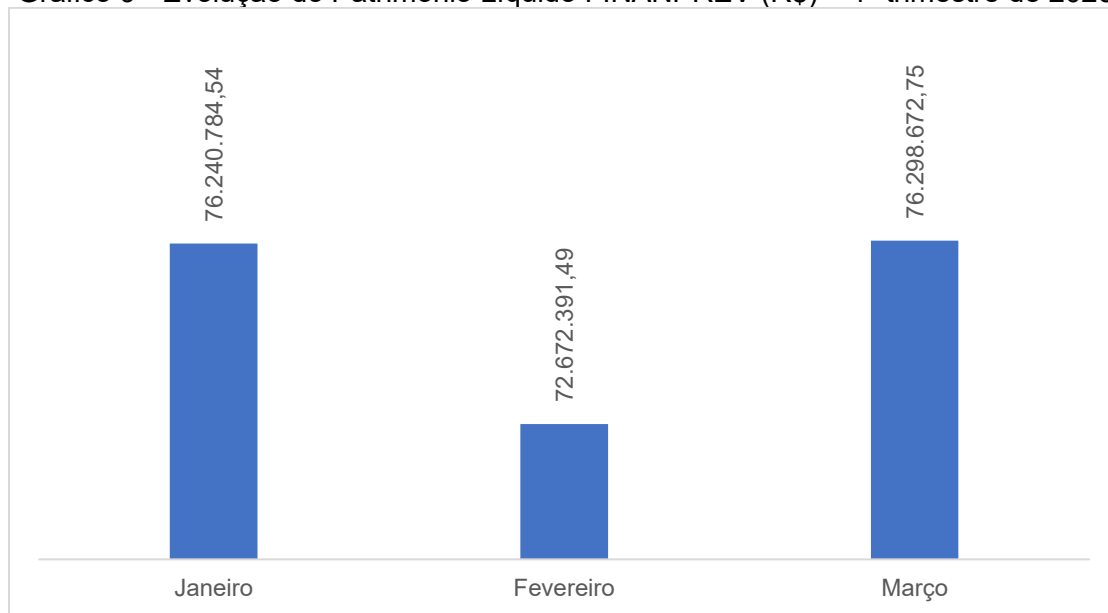


Fonte: Nugin/IGEPPS

### 5.3.2 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira – FINANPREV

No 1º trimestre de 2026, o patrimônio líquido apresentou comportamento oscilante, com variações relevantes entre os meses analisados. O trimestre foi marcado por uma queda pontual em fevereiro, devido a uma menor arrecadação no período, seguida de retomada em março, indicando recomposição dos valores e encerramento do período em patamar próximo ao inicial. Em síntese, não houve alteração estrutural na tendência do patrimônio do fundo.

Gráfico 9 - Evolução do Patrimônio Líquido FINANPREV (R\$) – 1º trimestre de 2026



Fonte: Nugin/IGEPPS

### 5.3.3 Movimentação do FINANPREV

Tabela 63 - Movimentações Financeiras – FINANPREV - 1º trimestre de 2026.

Mês	FINANPREV (R\$)	
	Aplicação	Resgate
Janeiro	123.948.120,31	48.175.969,10
Fevereiro	229.422.413,50	233.798.421,38
Março	237.856.869,16	235.354.965,15
<b>Total</b>	<b>591.227.402,97</b>	<b>517.329.355,63</b>

Fonte: Nugin/IGEPPS

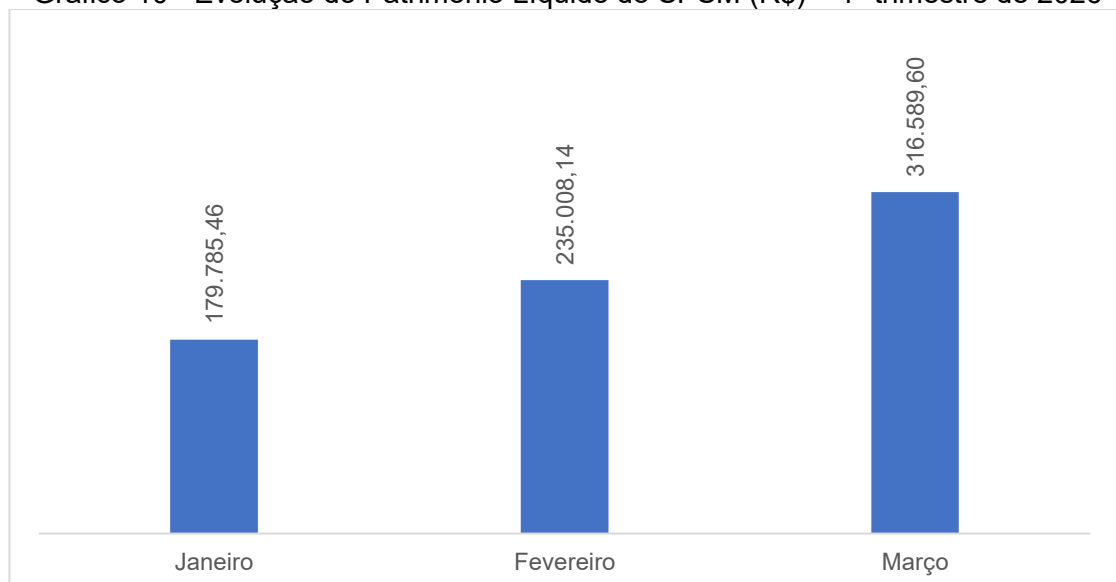
### 5.4 CARTEIRA SPSM

#### 5.3.1 Evolução do Rendimento do SPSM

Os recursos aplicados no SPSM são provenientes da arrecadação previdenciária mensal dos militares. No 1º trimestre, o rendimento dessas aplicações totalizou R\$ 731.383,20. O gráfico apresenta a evolução desse rendimento ao longo do trimestre.

Até janeiro de 2026, as aplicações eram realizadas por meio de operações compromissadas no Banco do Estado do Pará. A partir de fevereiro, passaram a ser direcionadas para fundos de investimentos, o que resultou em uma melhora no desempenho da carteira SPSM, conforme podemos evidenciado no gráfico abaixo.

Gráfico 10 - Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM (R\$) – 1º trimestre de 2026

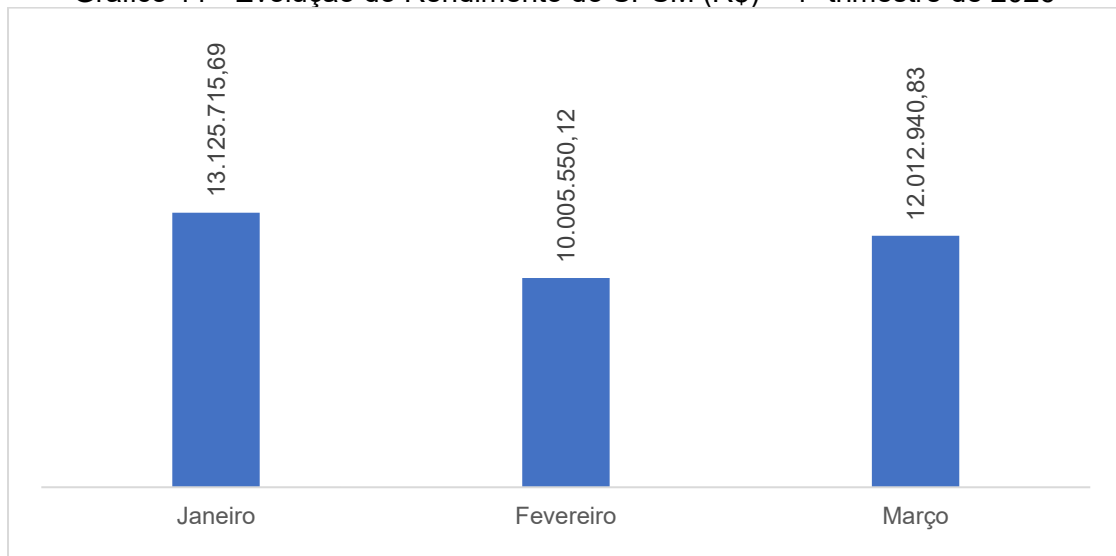


Fonte: Nugin/IGEPPS

#### 5.4.2 Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM

A carteira SPSM exerce a função de fluxo de caixa destinado ao pagamento da folha de seus beneficiários. A redução observada no mês de fevereiro decorre, principalmente, da menor arrecadação no período, associada ao menor número de dias úteis. Esses fatores impactam diretamente o volume de entradas de recursos, caracterizando uma oscilação pontual e de natureza sazonal no fluxo de caixa.

Gráfico 11 - Evolução do Rendimento do SPSM (R\$) – 1º trimestre de 2026



Fonte: Nugin/IGEPPS

#### 5.4.3 Movimentação do SPSM

Tabela 64 - Movimentações Financeiras – SPSM - 1º trimestre de 2026

Mês	SPSM (R\$)	
	Aplicação	Resgate
Janeiro	15.638.847,66	2.528.054,42
Fevereiro	67.065.488,37	70.420.661,97
Março	76.050.000,00	74.359.198,88
<b>Total</b>	<b>158.754.336,03</b>	<b>147.307.915,27</b>

Fonte: Nugin/IGEPPS

No 1º trimestre de 2026, operações de aplicação movimentaram cerca de R\$ 158,7 milhões, enquanto os resgates do referido fundo movimentaram cerca de 147 milhões.

#### 5.4 CARTEIRA DO FUNPREV

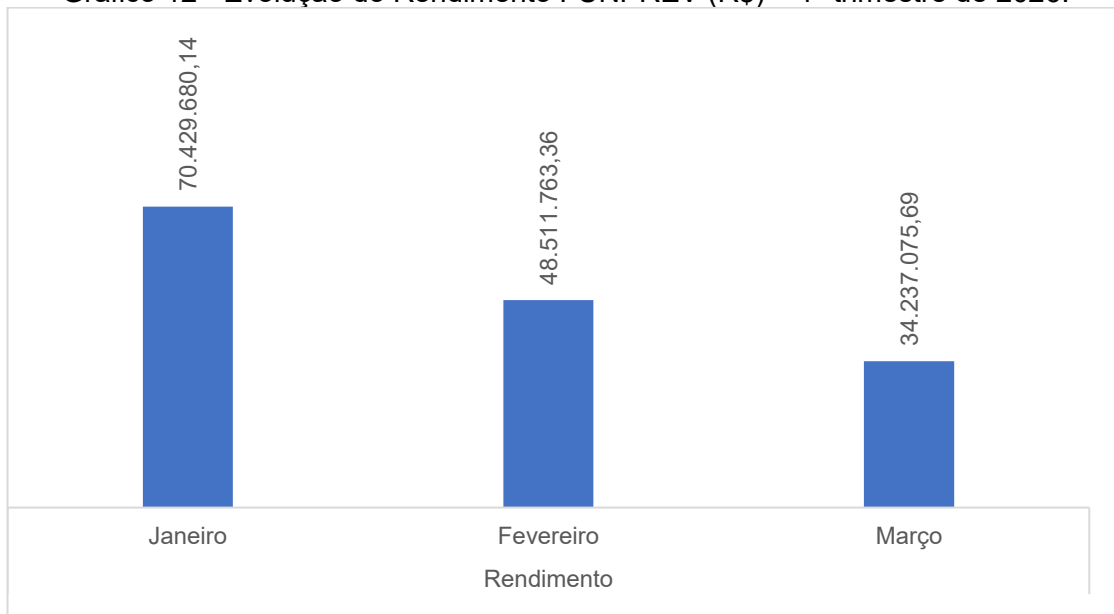
##### 5.4.1 Evolução do Rendimento da Carteira – FUNPREV

No 1º trimestre de 2026, o FUNPREV apresentou rendimento acumulado de R\$ 153.178.519,19, com desempenho positivo em termos absolutos. Observa-se, entretanto, redução gradual dos resultados mensais ao longo do período.

Essa queda está associada ao contexto macroeconômico do trimestre, marcado por maior volatilidade e mudanças na dinâmica da curva de juros, após um cenário inicial mais favorável em janeiro. Nos meses seguintes, a reversão parcial dos ganhos de marcação a mercado e o aumento da incerteza nos mercados contribuíram para a redução dos retornos.

Assim, a diminuição dos rendimentos não indica deterioração da carteira, mas sim um processo de normalização após um período de ganhos atípicos, associado a fatores conjunturais de mercado, especialmente relacionados à dinâmica de juros e à volatilidade dos ativos.

Gráfico 12 - Evolução do Rendimento FUNPREV (R\$) – 1º trimestre de 2026.

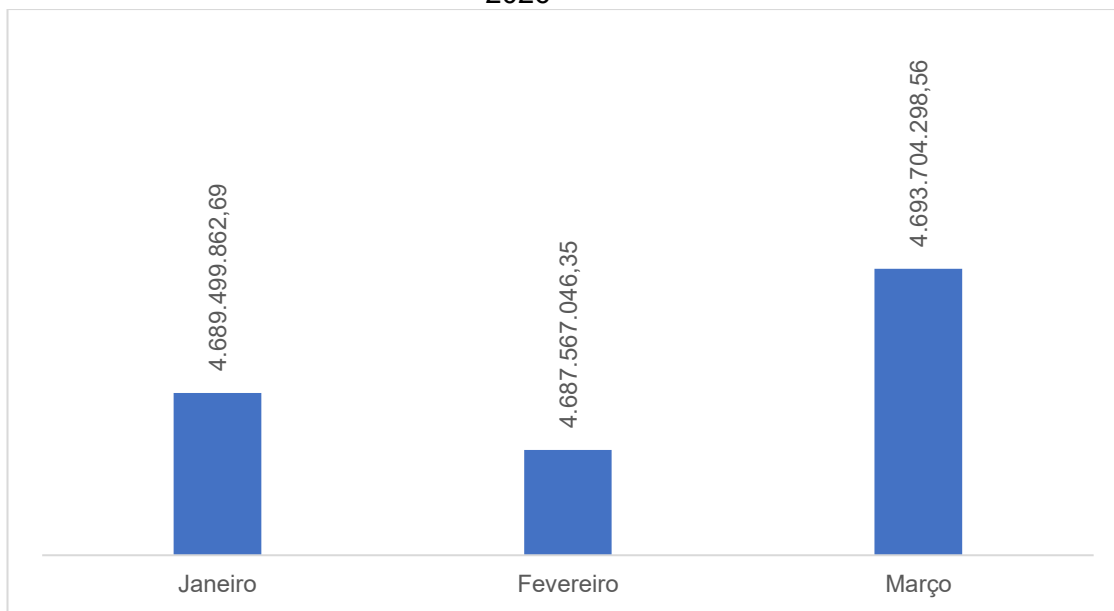


Fonte: Nugin/IGEPPS

#### 5.4.2 Evolução do Patrimônio Líquido - FUNPREV

O patrimônio líquido do FUNPREV, no 1º trimestre de 2026, apresentou trajetória estável, com variações de baixa magnitude ao longo do período.

Gráfico 13 - Evolução do Patrimônio Líquido do FUNPREV (R\$) – 1º trimestre de 2026



Fonte: Nugin/IGEPPS

A leve retração observada em fevereiro, seguida de recuperação em março, está associada, sobretudo, à dinâmica dos fluxos previdenciários e às movimentações operacionais típicas do Regime Próprio de Previdência Social. Destaca-se, nesse contexto, o resgate, em fevereiro, da integralidade dos rendimentos auferidos em janeiro (R\$ 70.429.680,15), destinado ao atendimento da LC 125.

Assim, o patrimônio manteve-se praticamente inalterado no trimestre, com crescimento próximo de zero e oscilações operacionais compatíveis com a dinâmica regular do RPPS.

### 5.4.3 Movimentações do FUNPREV

Tabela 65 - Movimentações Financeiras FUNPREV – 1º trimestre de 2026.

Mês	FUNPREV (R\$)		
	Aplicação	Resgate	Amortização
Janeiro	41.804.087,98	49.000.463,91	5.232.308,71
Fevereiro	42.751.063,56	71.106.560,38	17.589.082,86
Março	32.115.323,73	54.741.131,71	5.474.015,55
<b>Total</b>	<b>116.670.475,27</b>	<b>174.848.156,00</b>	<b>28.295.407,12</b>

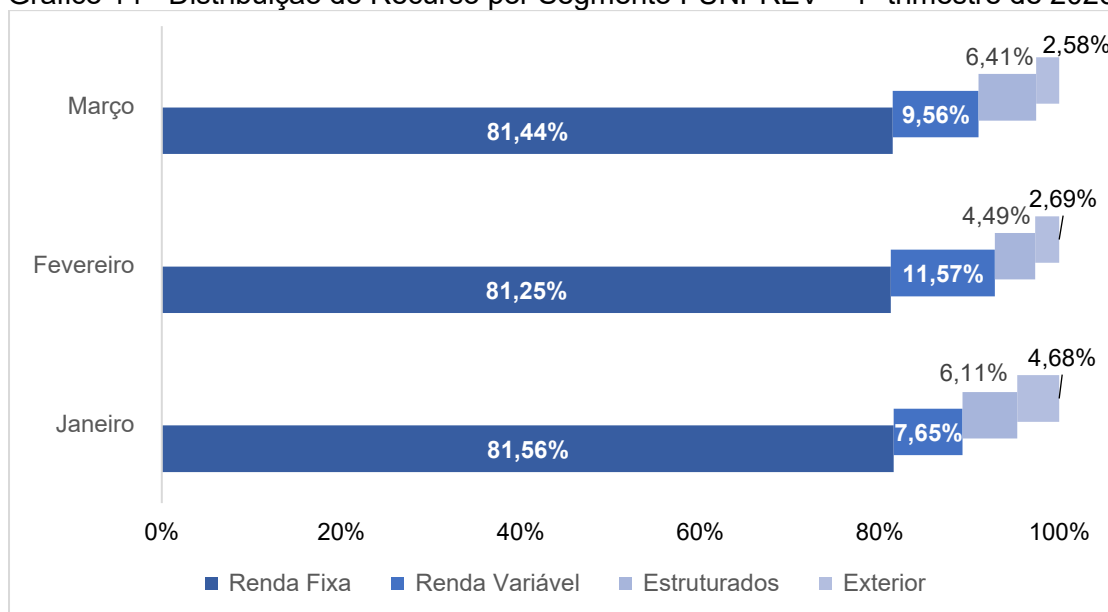
Fonte: Nugin/IGEPPS

### 5.4.4 Distribuição de Recurso por Segmento - FUNPREV

Desde o início de 2025, alinhado ao atendimento à Política de Investimentos vigente, a área técnica vem implementando uma estratégia de ajuste da alocação da carteira, com redução gradual da exposição à renda variável e aumento da participação em renda fixa.

Esse movimento tem sido conduzido por meio da realização de ganhos em fundos de renda variável com desempenho positivo, com posterior realocação dos recursos para ativos de renda fixa, visando otimizar a relação risco-retorno da carteira diante do cenário macroeconômico. Dessa forma, a estratégia atual do FUNPREV contempla como diretriz a redução progressiva da renda variável e o fortalecimento da alocação em renda fixa, buscando maior previsibilidade de retornos e aderência ao contexto de mercado e às obrigações atuariais do regime.

Gráfico 14 - Distribuição de Recurso por Segmento FUNPREV – 1º trimestre de 2026.



Fonte: Nugin/IGEPPS

#### 5.4.5 Arrecadação Previdenciária do FUNPREV

Os recursos oriundos de arrecadação previdenciária aplicados no FUNPREV no 1º trimestre de 2026 somaram R\$ 52.379.681,93 e foram aplicados em fundos com liquidez D+0 e retorno CDI, visando a formação de caixa, com o objetivo de cumprir futuros compromissos como Chamadas de Capital e resgates para atendimento da Lei Complementar 125/2019.

Tabela 66 - Arrecadação para aplicação FUNPREV – 1º trimestre de 2026.

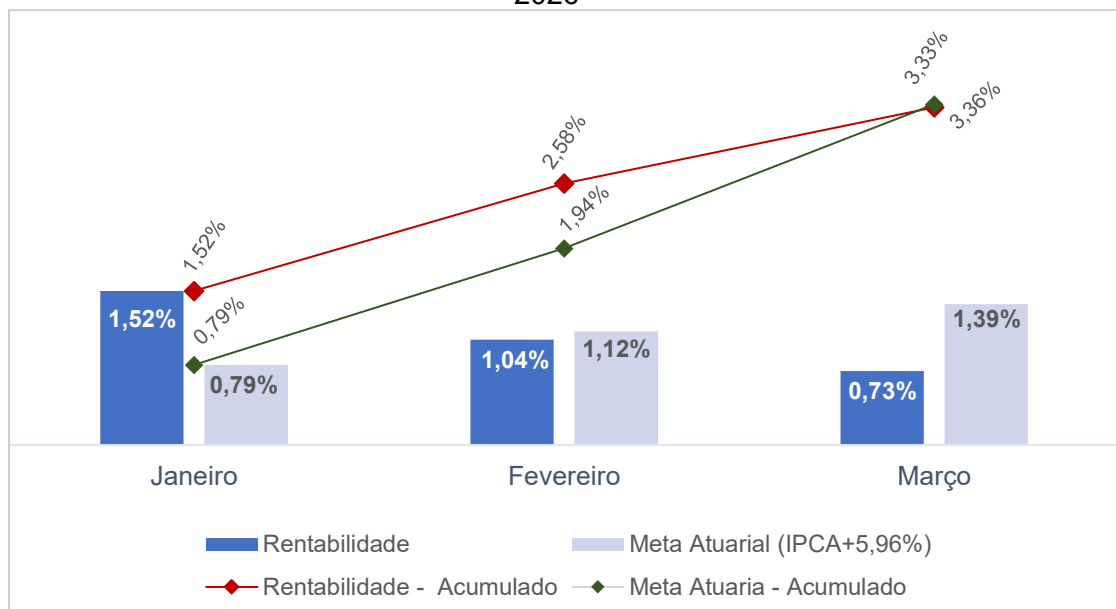
Mês	Arrecadação para aplicação - FUNPREV
Janeiro	15.500.000,00
Fevereiro	19.500.000,00
Março	17.379.681,93
<b>Total</b>	<b>52.379.681,93</b>

Fonte: Nugin/IGEPPS

#### 5.4.6 Rentabilidade e Meta Atuarial do FUNPREV

A meta atuarial do FUNPREV para 2026 é de IPCA + 5,96%. No 1º trimestre de 2026, a carteira apresentou rentabilidade acumulada de 3,33%, frente a uma meta de 3,36%, permanecendo praticamente em linha com o objetivo estabelecido. O trimestre apresentou uma trajetória de reversão: superação expressiva da meta em janeiro, equilíbrio técnico em fevereiro e déficit em março — padrão diretamente relacionado à dinâmica dos mercados ao longo do período.

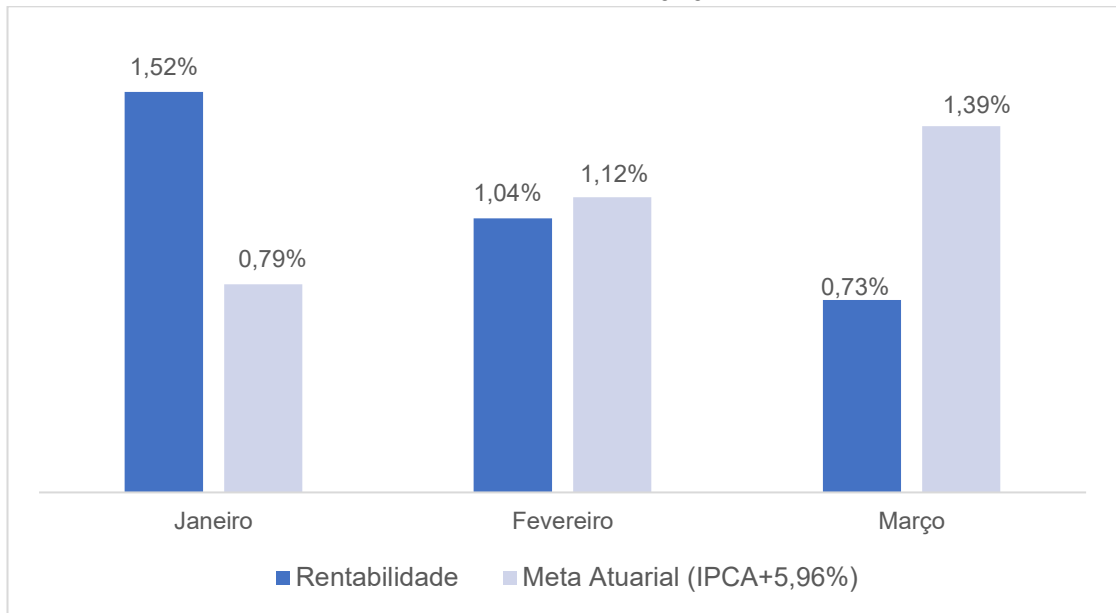
Gráfico 15 - Rentabilidade em relação a Meta Atuarial do FUNPREV – 1º trimestre de 2026



Fonte: Nugin/IGEPPS

Dessa forma, embora o resultado acumulado seja aderente à meta atuarial sob a ótica quantitativa, observa-se um padrão de retorno influenciado por fatores conjunturais de mercado, o que reforça a importância do monitoramento contínuo da dinâmica de desempenho ao longo do exercício.

Gráfico 16 - Rentabilidade FUNPREV em relação a Meta Atuarial – 1º trimestre de 2026.



Fonte: Nugin/IGEPPS

O desempenho da carteira FUNPREV no 1º trimestre de 2026 refletiu a mudança gradual do ambiente macroeconômico, caracterizado por um início favorável seguido de deterioração das condições de mercado, com surpresa com a guerra no oriente médio e alta da inflação no Brasil. Diante desse cenário, as decisões estratégicas adotadas pela área técnica foram orientadas pela adaptação às mudanças macroeconômicas, com foco na proteção da carteira e na preservação de sua capacidade de atingir a meta atuarial.

No cenário doméstico, o início do ano foi favorável. A inflação deu sinais de desaceleração e aumentaram as expectativas de queda da taxa de juros (Selic). Isso ajudou na valorização dos investimentos, especialmente aqueles com maior prazo de investimento e risco, contribuindo positivamente para a performance da carteira em janeiro.

No entanto, o cenário se deteriorou progressivamente. Março marcou uma mudança importante: os mercados passaram a operar com mais cautela, influenciados por fatores externos, como tensões geopolíticas, incluindo conflitos no Oriente Médio e a possibilidade de juros elevados por mais tempo no mundo. Esse ambiente aumentou a preocupação dos investidores e reduziu o apetite por risco.

No cenário externo, os mercados internacionais registraram desempenho mais fraco no trimestre, refletindo incertezas globais, menor liquidez e maior seletividade por parte dos investidores. O agravamento das tensões geopolíticas envolvendo Estados Unidos e Irã elevou a aversão ao risco global e provocou uma reprecificação relevante dos ativos internacionais, resultando em desempenho mais fraco dos mercados, com reflexos também sobre os ativos domésticos. Além disso, a valorização do real frente ao dólar reduziu, em reais, os ganhos desses investimentos, funcionando como um “vento contra” para a carteira.

Esse contraste entre abertura de ano favorável e deterioração gradual do ambiente a partir de fevereiro/março explica diretamente a trajetória descendente dos retornos da carteira ao longo do trimestre.

O segmento de renda fixa exerceu papel determinante no desempenho da carteira, com contribuição positiva relevante no início do trimestre, sustentada pelo elevado carregamento dos ativos pós-fixados em ambiente de Selic a 15%. Os títulos indexados à inflação apresentaram recuperação em fevereiro, beneficiados pelo carregamento da marcação na curva. No entanto, ao longo do trimestre, a classe enfrentou pressões decorrentes da volatilidade nas taxas de juros, com impacto mais significativo sobre estratégias de gestão ativa.

De forma agregada, os fundos de renda fixa entregaram, em média, retorno de 3,13% no 1º trimestre inferior ao CDI no período (3,41%), com apenas os indicadores IDKA e IMAB5 superando o respectivo índice de referência. Isso indica que fundos com exposição mais longa, estratégia comum nos portfólios de RPPS para capturar o prêmio de inflação de longo prazo, sofreram com a volatilidade nas curvas de juros, especialmente em março, quando as incertezas geopolíticas e a perspectiva de juros elevados por mais tempo pressionaram as taxas longas.

Nesse contexto, a renda fixa contribuiu positivamente para a carteira FUNPREV, em janeiro e fevereiro, com a dinâmica se tornando mais desafiadora em março, mês em que a meta atuarial de 1,39% não foi alcançada.

A renda variável (ações) foi o grande destaque do trimestre, mas com bastante variação entre os meses. Em janeiro, a bolsa brasileira teve forte alta (12,56%), impulsionando significativamente o resultado da carteira e permitindo superar a meta atuarial no mês. Em fevereiro, o desempenho continuou positivo, embora mais moderado (4,09%). Já em março, o mês trouxe correções nos ativos após um trimestre majoritariamente positivo para a renda variável brasileira, com o Ibovespa caindo -0,70%, enquanto o IDIV recuou 0,23%. Essa correção em março foi um dos fatores que pressionaram o retorno da carteira abaixo da meta no período.

Ainda assim, em perspectiva trimestral, o Ibovespa registrou 16,35% de retorno. Para o RPPS, a alocação em renda variável, ainda que dentro dos limites regulatórios, contribuiu positivamente para o resultado consolidado da carteira no trimestre.

Os Fundos de Investimento em Participações (FIPs) apresentaram comportamento estável no 1º trimestre, em linha com a natureza de longo prazo dessa classe de ativos. Por se caracterizarem por menor liquidez e por terem seu desempenho atrelado, principalmente, à evolução operacional e financeira das empresas investidas, seus resultados não tendem a refletir diretamente as oscilações de curto prazo dos mercados. No período, a carteira de FIPs registrou valorização de 8,0%, contribuindo positivamente para o desempenho da carteira

FUNPREV. Esse resultado reforça o papel estrutural desses ativos na estratégia de investimentos, especialmente no que se refere à diversificação e ao potencial de geração de retorno no longo prazo.

Por outro lado, os investimentos no exterior tiveram impacto negativo, especialmente em fevereiro e março. Além da queda dos mercados internacionais, a valorização do real reduziu os ganhos desses ativos quando convertidos para reais, prejudicando o desempenho da carteira nesses meses. O índice BDRX recuou 12,41%, pressionado pela queda das ações internacionais e pela valorização do real, enquanto o Nasdaq caiu 8,60%, impactado por juros elevados e pela rotação de capital para ativos mais seguros.

O resultado consolidado do 1º trimestre demonstra que a carteira da FUNPREV se manteve alinhada à meta atuarial no período, embora com diferenças importantes entre os meses. O forte desempenho de janeiro, impulsionado pela renda variável doméstica e pela renda fixa pós-fixada com Selic elevada, compensou os meses subsequentes de maior pressão.

A tendência de desaceleração dos retornos ao longo do trimestre, com a meta atuarial crescente mês a mês (reflexo da elevação do IPCA no período), impõe atenção à composição da carteira para os próximos meses. As projeções do relatório Focus divulgadas após o fechamento do trimestre indicam Selic em 12,50% para o final de 2026, IPCA em 4,36% e crescimento do PIB em 1,85%. Esse cenário sugere que o início do ciclo de corte de juros poderá criar oportunidades na renda fixa, ao mesmo tempo em que demanda cautela com a volatilidade geopolítica que segue impactando os mercados globais.

Por fim, a diversificação da carteira, distribuída entre renda fixa, renda variável, investimentos no exterior e FIP mostrou-se adequada. A renda variável foi decisiva no início do trimestre, enquanto a renda fixa trouxe maior estabilidade ao longo do período, e os FIPs reforçaram a diversificação com foco em retorno de longo prazo, contribuindo para os resultados da carteira FUNPREV.

#### 5.5 ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 E 125/2019 – TRANSFERÊNCIA DO RENDIMENTO DO FUNPREV PARA O FINANPREV

Para atendimento à Lei Complementar 115/2017, alterada pela 125/2019, já foi transferido do FUNPREV para o FINANPREV o valor de R\$ 4.388.996.224,72 (quatro bilhões, trezentos e oitenta e oito milhões, novecentos e noventa e seis mil, duzentos e vinte e quatro reais e setenta e dois centavo), no período de 2016 até março de 2026.

Tabela 67 - Transferências do FUNPREV para o FINANPREV – 1º trimestre de 2026.

Ano	Descrição	Valor (R\$)
2016	Transferência Rendimento Ano de 2016	652.065.924,15
2017	Transferência Rendimento Ano de 2017	576.435.802,81
2018	Transferência Rendimento Ano de 2018	411.344.663,66
2019	Transferência Rendimento Ano de 2019	629.863.135,36
2020	Transferência Rendimento Ano de 2020	209.416.677,77
2021	Transferência Rendimento Ano de 2021	80.224.987,67
2022	Transferência Rendimento Ano de 2022	181.288.571,28
2023	Transferência Rendimento Ano de 2023	502.287.572,90
2024	Transferência Rendimento Ano de 2024	389.018.935,87
2025	Transferência Rendimento Ano de 2025	603.847.676,91
2026	Transferência Rendimento Ano de 2026	153.178.519,20
<b>Total</b>		<b>4.388.996.224,72</b>

Fonte: Nugin/IGEPSS.

No 1º trimestre de 2026, o FUNPREV já transferiu ao FINANPREV o montante de R\$ 153.178.519,20 (cento e cinquenta e três milhões, cento e setenta e oito mil, quinhentos e dezenove reais e vinte centavos).

Tabela 68 - Transferências do FUNPREV para o FINANPREV – 1º trimestre de 2026

Mês	Rendimento mensal (R\$)	Saldo a transferir* (R\$)
Janeiro	70.429.680,15	70.429.680,15
Fevereiro	48.511.763,36	48.511.763,36
Março	34.237.075,69	34.237.075,69
<b>Total</b>	<b>153.178.519,20</b>	<b>153.178.519,20</b>

Fonte: Nugin/IGEPSS.

Nota: O saldo é transferido no mês subsequente

## 5.6 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A taxa de administração é a taxa de manutenção para atender as despesas administrativas do IGEPSS/PA, sendo financiada de forma rateada pelos recursos dos fundos FUNPREV, FINANPREV e SPSM.

O total utilizado para taxa de administração no 1º trimestre de 2026 foi de R\$ 95.543.596,87 (noventa e cinco milhões, quinhentos e quarenta e três mil, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), distribuída conforme Tabela abaixo.

Tabela 69 - Utilização da taxa de administração – 1º trimestre de 2026.

Mês	Taxa de Administração			
	FUNPREV	FINANPREV	SPSM	Total
Janeiro	1.296.727,22	21.844.010,03	4.686.027,12	27.826.764,37
Fevereiro	1.782.045,95	30.025.484,82	6.481.548,19	38.289.078,96
Março	1.367.076,64	23.075.361,46	4.985.315,44	29.427.753,54
<b>Total</b>	<b>4.445.849,81</b>	<b>74.944.856,31</b>	<b>16.152.890,75</b>	<b>95.543.596,87</b>

Fonte: COAF/Nugin/IGEPSS.

## **6 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS**

No 1º trimestre de 2026, os Órgãos Colegiados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará desempenharam suas atribuições institucionais por meio da realização de reuniões ordinárias e extraordinárias. As pautas concentraram-se no acompanhamento da governança, na supervisão da gestão previdenciária e na análise da política de investimentos do IGEPPS.

De modo geral, as atividades desenvolvidas no período demonstram o cumprimento regular das competências legais e regimentais desses órgãos, evidenciando uma atuação comprometida com: o fortalecimento da governança previdenciária, o aprimoramento dos instrumentos de planejamento e o monitoramento contínuo da gestão financeira e atuarial do IGEPPS.

### **6.1 REUNIÕES ORDINÁRIAS**

No 1º trimestre de 2026, os Órgãos Colegiados do RPPS/PA realizaram suas reuniões ordinárias com foco na análise, fiscalização e aprimoramento da gestão previdenciária e dos investimentos do IGEPPS.

#### **6.1.1 Reuniões Ordinárias e Principais Decisões do Conselho Estadual de Previdência – CEP**

O Conselho Estadual de Previdência (CEP) realizou duas reuniões ordinárias no período, nas quais foram analisados e apreciados instrumentos estratégicos e normativos relevantes para a gestão previdenciária.

Entre as principais matérias tratadas destacam-se a minuta da Política de Investimentos para o exercício de 2026, os Planos Anuais de Trabalho dos exercícios de 2025 e 2026, relatórios de governança corporativa, relatórios de análise de hipóteses atuariais, bem como a revisão do Planejamento Estratégico 2024–2028.

Também foram apreciados os Regimentos Internos do CEP e do IGEPPS e o Termo de Inexistência de Atos que ultrapassaram a alçada da Diretoria Executiva, reforçando os mecanismos de controle, transparência e conformidade administrativa.

Quadro 2 - Reunião e principais decisões do CEP – 1º trimestre de 2026

Data	Classificação	Principais pautas e decisões
02/02/2026	Ordinária	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Minuta da Política de Investimentos 2026</li> <li>2. Plano Anual de Trabalho 2025 e</li> <li>3. Plano Anual de Trabalho 2026</li> </ol>
Membros participantes		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Washington Costa de Albuquerque</b> – Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS (Membro Titular);</li> <li>• <b>Ivaldo Renaldo de Paula Ledo</b> – Secretário de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD (Membro Titular);</li> <li>• <b>René de Oliveira e Sousa e Júnior</b> – Secretário da Fazenda – SEFA (Membro Titular);</li> <li>• <b>Sérgio Oliva Reis</b> – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – PGE (Membro Titular);</li> <li>• <b>Massoud Tufi Salim Filho</b> – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA (Membro Titular);</li> <li>• <b>Waldete Vasconcelos Seabra Gomes</b> – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia</li> <li>• <b>Legislativa do Estado do Pará</b> – ASALP (Membro Titular);</li> <li>• <b>Marcelo Amaral Teixeira</b> – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular);</li> <li>• <b>Pedro Fernandes de Souza Filho</b> – Representante dos Servidores Inativos do Estado do Pará (Membro Titular).;</li> <li>• <b>Carlos Evandro Palheta</b> – Representante dos Servidores Ativos do Estado do Pará (Membro Titular).</li> </ul>		
Data	Classificação	Principais pautas e decisões
12/02/2026	Ordinária	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Relatório de Análise de Hipóteses</li> <li>2. Política de Limites de Responsabilidades e Alçadas do</li> <li>3. Relatório de Governança Corporativa 2025;</li> <li>4. Regimento Interno do CEP</li> <li>5. Regimento Interno do IGEPPS</li> <li>6. Revisão do Planejamento Estratégico 2024/2028</li> <li>7. Termo de Inexistência de Atos que Ultrapassaram a Alçada da Diretoria Executiva.</li> </ol>
Membros participantes		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Washington Costa de Albuquerque</b> – Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS (Membro Titular);</li> <li>• <b>Iris Alves Miranda Negrão</b> – Representante da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD (Membro Suplente);</li> <li>• <b>René de Oliveira e Sousa e Júnior</b> – Secretário da Fazenda – SEFA (Membro Titular);</li> <li>• <b>Sérgio Oliva Reis</b> – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – PGE (Membro Titular);</li> <li>• <b>Massoud Tufi Salim Filho</b> – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA (Membro Titular);</li> <li>• <b>Waldete Vasconcelos Seabra Gomes</b> – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ASALP (Membro Titular);</li> <li>• <b>Marcelo Amaral Teixeira</b> – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular);</li> <li>• <b>Pedro Fernandes de Souza Filho</b> – Representante dos Servidores Inativos do Estado do Pará (Membro Titular).;</li> <li>• <b>Marly dos Anjos Belo da Silva</b> – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente)</li> </ul>		

Fonte: GAPRE/IGEPPS.

### 6.1.2 Reuniões e Principais Decisões do Conselho Fiscal do RPPS/PA

No 1º trimestre de 2026, o Conselho Fiscal de Previdência (CF) realizou uma reunião ordinária, concentrando suas atividades na análise e fiscalização da gestão financeira e patrimonial do instituto.

Foram examinados relatórios mensais e anuais de avaliação da carteira de investimentos do IGEPPS referentes ao exercício de 2025, o Plano Anual de Trabalho de 2026, o Relatório de Governança Corporativa e o Regimento Interno do Conselho Fiscal. As deliberações tiveram como finalidade assegurar a regularidade, a eficiência e a aderência das aplicações financeiras às normas vigentes.

Quadro 3 - Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal – 1º trimestre de 2026

Data	Classificação	Principais pautas e decisões
13/02/2026	Ordinária	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos do IGEPPS setembro a dezembro/2025;</li> <li>2. Relatório Anual de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS 2025;</li> <li>3. Plano Anual de Trabalho 2026;</li> <li>4. Regimento Interno do Conselho Fiscal IGEPPS;</li> <li>5. Relatório de Governança Corporativa 2025.</li> </ol>
Membros participantes		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Után Dias de Lima</b> – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular);</li> <li>• <b>Ingrid da Silva Alencar de Lima</b> – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular);</li> <li>• <b>Miguel Evangelista Miranda da Cruz</b> – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular);</li> <li>• <b>Marcus Vinicius Gomes Holanda</b> – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular);</li> <li>• <b>Cel. QOPM Sérgio Túlio Gonçalves Estácio</b> – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Titular);</li> <li>• <b>Ten. Cel. QOPM Raimundo Nonato de Araújo Miranda Junior</b> – Representante dos Militares Inativos do Estado do Pará (Membro Titular).</li> </ul>		

Fonte: GAPRE/IGEPPS.

### 6.1.3 Reuniões e Principais Decisões do Comitê de Investimento - COINV

No 1º trimestre de 2026, o Comitê de Investimentos (COINV) realizou três reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária, voltadas à avaliação técnica e estratégica dos investimentos previdenciários.

As pautas contemplaram a análise de relatórios mensais e anuais de avaliação da carteira de investimentos, abrangendo os resultados de dezembro de 2025, bem como os consolidados dos meses de janeiro e fevereiro de 2026. Adicionalmente, foi discutida e avaliada a minuta da Política de Investimentos para o exercício de 2026, com vistas ao alinhamento das decisões de alocação de recursos aos princípios de segurança, rentabilidade, liquidez e sustentabilidade do regime.

Quadro 4 - Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal – 1º trimestre de 2026

<b>Data</b>	<b>Classificação</b>	<b>Principais pautas e decisões</b>
21/01/2026	Ordinária	1. Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS em dezembro/2025
<b>Membros participantes</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Washington Costa de Albuquerque</b> – Presidente do Comitê de Investimentos;</li> <li>• <b>Henrique Pereira Mascarenhas</b> – Membro do Comitê de Investimentos;</li> <li>• <b>Silvina Kelly Gomes da Silva</b> – Membro do Comitê de Investimentos</li> <li>• <b>Utan Dias de Lima</b> – Membro do Comitê de Investimentos;</li> <li>• <b>Suhelem Cristina Pinto Vieira</b> – Membro do Comitê de Investimentos.</li> </ul>		
<b>Data</b>	<b>Classificação</b>	<b>Principais pautas e decisões</b>
30/01/2026	Ordinária	1. Minuta da Política de Investimentos 2026.
<b>Membros participantes</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Washington Costa de Albuquerque</b> – Presidente do Comitê de Investimentos;</li> <li>• <b>Henrique Pereira Mascarenhas</b> – Membro do Comitê de Investimentos;</li> <li>• <b>Silvina Kelly Gomes da Silva</b> – Membro do Comitê de Investimentos</li> <li>• <b>Utan Dias de Lima</b> – Membro do Comitê de Investimentos;</li> <li>• <b>Suhelem Cristina Pinto Vieira</b> – Membro do Comitê de Investimentos.</li> </ul>		
<b>Data</b>	<b>Classificação</b>	<b>Principais pautas e decisões</b>
11/02/2026	Ordinária	1. Relatório Anual de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS 2025.
<b>Membros participantes</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Washington Costa de Albuquerque</b> – Presidente do Comitê de Investimentos;</li> <li>• <b>Henrique Pereira Mascarenhas</b> – Membro do Comitê de Investimentos;</li> <li>• <b>Silvina Kelly Gomes da Silva</b> – Membro do Comitê de Investimentos</li> <li>• <b>Utan Dias de Lima</b> – Membro do Comitê de Investimentos;</li> <li>• <b>Suhelem Cristina Pinto Vieira</b> – Membro do Comitê de Investimentos.</li> </ul>		
<b>Data</b>	<b>Classificação</b>	<b>Principais pautas e decisões</b>
25/03/2026	Ordinária	1. Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS em janeiro e fevereiro/2026
<b>Membros participantes</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Washington Costa de Albuquerque</b> – Presidente do Comitê de Investimentos;</li> <li>• <b>Henrique Pereira Mascarenhas</b> – Membro do Comitê de Investimentos;</li> <li>• <b>Silvina Kelly Gomes da Silva</b> – Membro do Comitê de Investimentos</li> <li>• <b>Utan Dias de Lima</b> – Membro do Comitê de Investimentos;</li> <li>• <b>Suhelem Cristina Pinto Vieira</b> – Membro do Comitê de Investimentos.</li> </ul>		

Fonte: GAPRE/IGEPPS.

## **7 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS**

### **7.1 GESTÃO DE PESSOAL**

O investimento contínuo na valorização do capital humano configura-se como um dos pilares essenciais para uma gestão de pessoas eficaz e orientada a resultados. Para tanto, é fundamental considerar componentes estruturantes que sustentam uma atuação estratégica: motivação, comunicação, trabalho em equipe, conhecimento e competência, além de treinamento e desenvolvimento. Esses elementos norteiam, de forma integrada, as atividades da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODP).

Compete à CODP planejar, gerenciar e avaliar as ações voltadas ao desenvolvimento de pessoal, sempre em alinhamento com as diretrizes estratégicas institucionais. Dentre suas atribuições, destaca-se a indicação de representante da área de Recursos Humanos para atuação como Agente de Desenvolvimento e Capacitação, responsável por apoiar tanto a execução de programas internos de treinamento quanto as iniciativas realizadas em parceria com a Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA).

Adicionalmente, a Coordenadoria participa de projetos interinstitucionais na área de gestão de pessoas, contribuindo para o fortalecimento da atuação integrada entre órgãos e entidades da administração pública.

No 1º trimestre de 2026, as ações desenvolvidas pela CODP foram relevantes para o aprimoramento das competências técnicas e comportamentais dos servidores. Para fins de organização e melhor acompanhamento, a gestão de pessoas no âmbito do IGEPPS estrutura-se em três eixos principais:

- Movimentação e Registro Funcional
- Capacitação e Treinamento
- Qualidade de Vida no Trabalho

Esses eixos atuam de forma complementar e articulada, contribuindo para a consolidação de uma política de gestão de pessoas voltada à excelência no serviço público e à promoção do bem-estar dos servidores.

#### **7.1.1 Movimentação e registro do quadro funcional**

No 1º trimestre, a área de Movimentação e Registro continuou a promover uma gestão eficaz dos dados dos colaboradores, mantendo a precisão e a atualização das informações pertinentes a cada servidor.

Tabela 70 - Quadro Funcional por Tipo de Vínculo – 1º trimestre de 2026 e 2025

Servidores	1º Trimestre de 2026			1º Trimestre de 2025		
	Janeiro	Fevereiro	Março	Janeiro	Fevereiro	Março
Efetivo	79	74	74	81	79	79
Efetivos / Comissionados	6	7	7	7	7	7
Temporários	3	80	80	95	92	90
Cedidos	11	9	9	10	10	10
Cedidos / Comissionados	2	2	2	1	1	1
Exclusivamente Comissionados	35	35	34	35	35	35
Disposição DPSM	3	3	3	3	3	3
Estagiários	37	34	29	43	53	53
<b>Total</b>	<b>176</b>	<b>244</b>	<b>238</b>	<b>275</b>	<b>280</b>	<b>278</b>

Fonte: CODP/IGEPSS

A análise comparativa das folhas de janeiro de 2025 e janeiro de 2026 evidencia expressiva redução no quantitativo de servidores temporários. Tal variação decorre do encerramento da vigência do PSS/2023 em junho de 2025, permanecendo na folha de janeiro de 2026 apenas servidoras temporárias com estabilidade provisória decorrente de gravidez. Ressalta-se que os temporários alcançados pela Lei Complementar nº 201/2025 somente retornaram à folha por meio de folha complementar, o que contribuiu para a discrepância observada no comparativo mensal.

Nos comparativos de fevereiro de 2025 e fevereiro de 2026, verifica-se redução no número de servidores efetivos ao longo de 2025, associada a pedidos de exoneração ou cedência, bem como a manutenção dos temporários vinculados ao PSS/2023 e o ingresso daqueles oriundos do PSS/2025 em fevereiro de 2026. Em relação às folhas de março de 2025 e 2026, observa-se relativa estabilidade nos quantitativos por vínculo, destacando-se apenas os estagiários, que historicamente apresentam maior variabilidade de permanência.

### 7.1.2 Desenvolvimento de habilidades e capacitação dos servidores

As atividades de capacitação desenvolvidas no 1º trimestre de 2026 foram orientadas pelo Plano de Ação de Capacitação (PAC) 2026, cujo objetivo é fortalecer as competências dos servidores do IGEPSS, promovendo maior eficiência operacional e assegurando o atendimento aos requisitos necessários à certificação Pró-Gestão Nível IV.

Nesse período, as ações concentraram-se na integração de novos servidores e no nivelamento técnico em relação ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Durante o 1º trimestre de 2026, foram registradas 134 participações em eventos de capacitação, concentradas majoritariamente nos meses de fevereiro e março.

Tabela 71 - Servidores Capacitados – 1º trimestre de 2026

Servidores Capacitados	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Efetivo	-	34	12	46
Efetivos/Comissionados	-	2	2	4
Temporários	-	56	7	63
Cedidos	-	4	-	4
Cedidos/Comissionados	-	2	1	3
Exclusivamente Comissionados	-	10	2	12
Disposição DPSM	-	2	-	2
Conselheiros	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>110</b>	<b>24</b>	<b>134</b>

Fonte: CODP/IGEPPS

Cumprir destacar que, no mês de janeiro, não foram realizadas ações de capacitação em razão da não liberação do orçamento anual, o que inviabilizou o planejamento e a execução de atividades formativas nesse período. Ressalta-se que essa ausência de ações configura situação recorrente no início do exercício fiscal, impactando diretamente o arranque das estratégias de desenvolvimento institucional.

Percebe-se que houve um crescimento expressivo de 168% no volume de capacitações em relação ao mesmo período de 2025 (que registrou 50 participações). Este aumento reflete a implementação rigorosa do PAC 2026 e o esforço de integração dos novos servidores.

Tabela 72 - Servidores Capacitados – 1º trimestre de 2026

Servidores Capacitados	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Capacitação Técnica Especializada	-	1	4	5
Formação Básica em RPPS	-	105	-	105
Gestão e Administração Pública	-	4	20	24
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>110</b>	<b>24</b>	<b>134</b>

Fonte: CODP/IGEPPS

No eixo de gestão e administração pública, verifica-se crescimento expressivo no mês de março, contemplando temas como Administração Financeira e Orçamentária, Compliance e Governança no Setor Público, entre outros.

Quanto à capacitação técnica especializada, destaca-se a relevância de conteúdos voltados à inovação no setor público, especialmente aqueles relacionados ao uso da Inteligência Artificial para otimização de processos e incremento da produtividade.

### 7.1.3 Ações e Projetos de Qualidade de vida

No contexto das atribuições da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODP), foram implementadas ações integradas voltadas à promoção da qualidade de vida no trabalho, com foco na saúde física, mental e no bem-estar dos servidores, estagiários e

colaboradores terceirizados. As iniciativas buscaram fortalecer um ambiente institucional saudável, produtivo e humanizado, alinhando práticas preventivas, educativas e de valorização profissional às diretrizes de desenvolvimento humano no serviço público.

Entre as ações realizadas, destaca-se a ginástica laboral, voltada à prevenção de doenças ocupacionais, redução do estresse, melhora da disposição física e promoção da integração entre os servidores. A atividade, ainda que limitada em alguns períodos por questões operacionais, apresentou participação significativa nos meses em que ocorreu, reforçando sua relevância como ferramenta de cuidado institucional. De forma complementar, a Feira do Produtor e do Pequeno Empreendedor contribuiu para a valorização da economia local, estímulo ao empreendedorismo e promoção do bem-estar, ao integrar servidores, produtores e a comunidade em um espaço de convivência e incentivo à renda.

Tabela 73 - Ações e Projetos de Qualidade de vida – 1º trimestre de 2026

Ações	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Ginástica laboral	-	98	179	277
Feira do produtor e pequenos produtores	-	25	17	42
Saúde mental na vida e no trabalho	134	-	-	134
Campanha de vacinação	-	226	-	226
Prevenção e vida saudável	-	22	-	22
Dia da mulher	-	0	159	159
<b>Total</b>	<b>134</b>	<b>210</b>	<b>209</b>	<b>553</b>

Fonte: CODP/IGEPSS

As ações voltadas à saúde integral, como a campanha Janeiro Branco, a vacinação e iniciativas de promoção de vida saudável, estimularam o cuidado com a saúde mental, o autocuidado e a prevenção de doenças, além de fortalecer o diálogo e o bem-estar no ambiente de trabalho. A ampla participação nas atividades evidencia seu engajamento e eficácia, consolidando os projetos como estratégicos para a valorização humana, a integração e a melhoria da qualidade de vida laboral.

## 7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 7.2.1 Poder Executivo

O IGEPPS, além de conduzir sua própria gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira de forma descentralizada, também é responsável pela administração do Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV), do Fundo Previdenciário do Estado do Pará (FUNPREV) e do Fundo do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará (SPSM).

As informações baseiam-se nos dados do SIAFE e apresentam as despesas realizadas por cada unidade gestora, incluindo a variação em relação ao 1º trimestre de 2026 para análise da execução orçamentária e financeira.

Tabela 74 - Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 1º trimestre de 2026

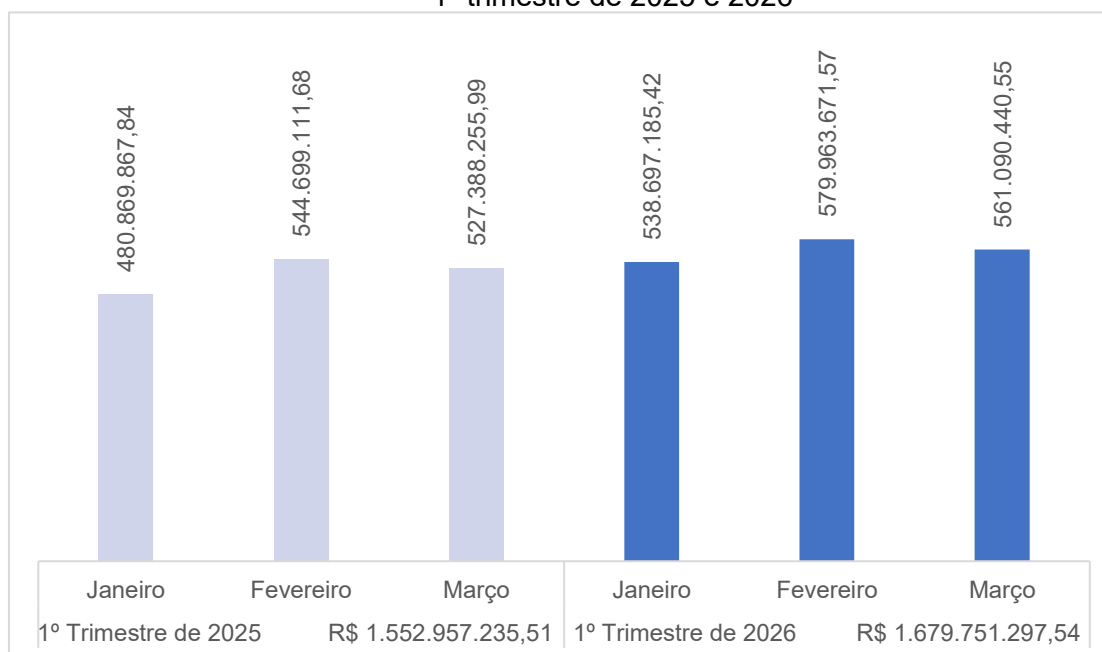
UG	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
IGEPPS	22.887.756,47	35.419.609,07	33.232.842,92	91.540.208,46
FINANPREV	288.497.533,26	287.857.953,23	287.776.839,56	864.132.326,05
FUNPREV	41.952.611,60	70.576.426,85	48.619.376,58	161.148.415,03
SPSM	185.353.523,93	183.569.776,32	184.126.081,19	553.049.381,44
Encargos IGEPPS	5.760,16	2.539.906,10	7.335.300,30	9.880.966,56
<b>Total</b>	<b>538.697.185,42</b>	<b>579.963.671,57</b>	<b>561.090.440,55</b>	<b>1.679.751.297,54</b>
<b>Variação (%)</b>	-	<b>7,66%</b>	<b>-3,25%</b>	-

Fonte: SIAFE/COFIN/IGEPPS.

Evidencia-se que a Tabela apresentada se refere exclusivamente às despesas do Poder Executivo. Os créditos correspondentes aos Poderes Legislativo e Judiciário foram deduzidos dos valores autorizados da Unidade Gestora 840202 (FINANPREV) e serão demonstrados nas seções seguintes.

O gráfico a seguir apresenta uma análise comparativa das Despesas Realizadas entre o 1º trimestre de 2025 e o 1º trimestre de 2026, evidenciando um acréscimo de 8,16% no montante executado no período.

Gráfico 17 - Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo, 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SIAFE/IGEPPS.

### 7.2.2 Poderes Legislativo e Judiciário

O valor das despesas realizadas em cada uma das supracitadas Unidades Gestoras dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados do 1º trimestre de 2026, Tabela abaixo.

Tabela 75 - Despesas Executadas (R\$) – Outros Poderes – 1º trimestre de 2026

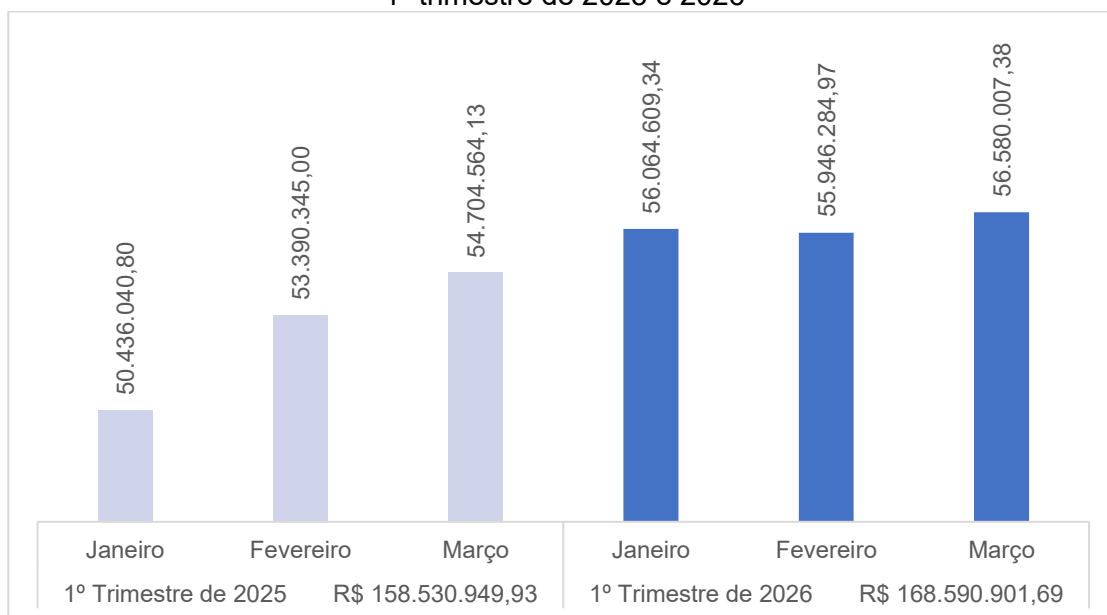
UG	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Defensoria FINANPREV	5.372.657,13	5.380.949,65	5.502.105,24	16.255.712,02
Alepa FINANPREV	6.735.901,39	6.694.108,67	10.071.835,74	23.501.845,80
TCE FINANPREV	6.677.294,34	6.678.928,59	6.493.513,64	19.849.736,57
TCE FUNPREV	9.107,50	9.107,50	9.107,50	27.322,50
TCM FINANPREV	3.194.225,10	3.078.644,34	3.093.574,12	9.366.443,56
TJE FINANPREV	23.321.459,16	23.443.522,08	20.761.293,66	67.526.274,90
TJE FUNPREV	15.440,91	42.403,80	18.291,44	76.136,15
M.P. FINANPREV	10.738.523,81	10.618.620,34	10.630.286,04	31.987.430,19
<b>Total</b>	<b>56.064.609,34</b>	<b>55.946.284,97</b>	<b>56.580.007,38</b>	<b>168.590.901,69</b>
<b>Variação (%)</b>	<b>-</b>	<b>- 021%</b>	<b>1,13%</b>	

Fonte: SIAFE/IGEPSS

No exercício de 2026, houve variação percentual entre as competências do período, como demonstrado acima, através de dados fechados e de acordo com as demandas setoriais

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 1º trimestre de 2025 e o 1º trimestre de 2026, onde demonstra que houve um acréscimo de 6,35% em valores.

Gráfico 18 - Despesas Executadas (R\$) – Poderes Legislativo e Judiciário, 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SIAFE/IGEPSS

### 7.2.3 Todos os Poderes

A Tabela 75, apresenta o total das despesas realizadas nas Unidades Gestoras relacionadas ao Poder Executivo em comparação com as Unidades Gestoras relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário (outros), discriminadas relativamente ao 1º trimestre de 2026; bem como o percentual de variação do período discriminado.

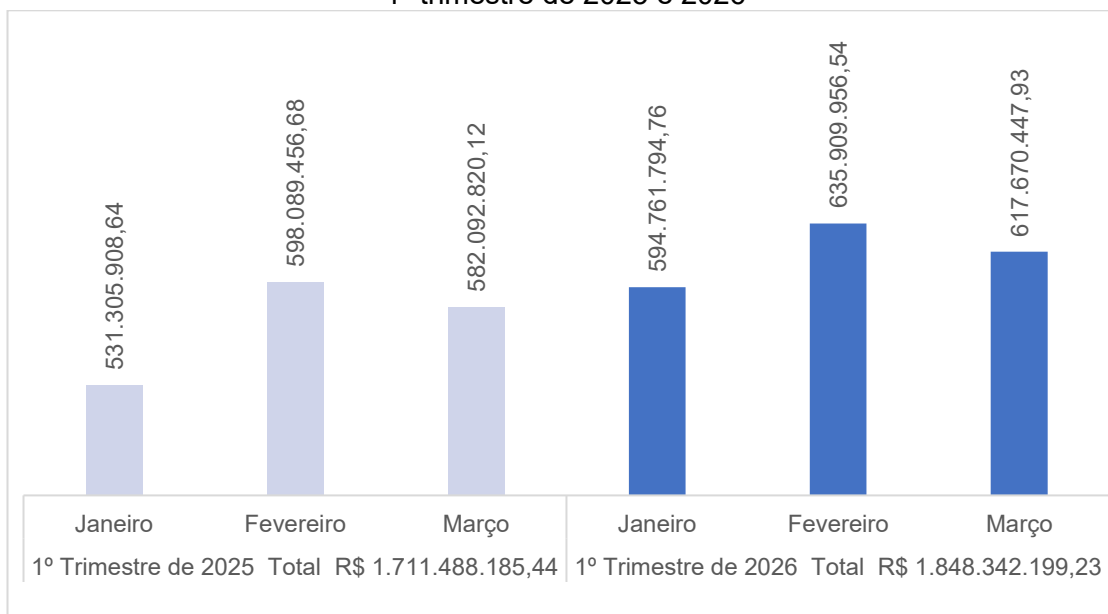
Tabela 76 - Despesas Executadas (R\$) – Todos os Poderes – 1º trimestre de 2026

UG	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Executivo - IGEPPS/FINANPREV/ FUNPREV/SPSM/Encargos IGEPPS				
	538.697.185,42	579.963.671,57	561.090.440,55	1.679.751.297,54
Outros-Defensoria/Alepa/TCE/TCM/TJE/MP/MPC/MPTCM				
	56.064.609,34	55.946.284,97	56.582.0047,38	168.590.901,69
<b>Total</b>	<b>594.761.794,76</b>	<b>635.909.956,54</b>	<b>617.670.447,93</b>	<b>1.848.342.199,23</b>
<b>Variações (%)</b>	-	<b>6,92%</b>	<b>-2,87%</b>	

Fonte: SIAFE/IGEPPS

No ano de 2026, houve variação percentual entre as competências do período, como demonstrado acima, através de dados fechados e de acordo com as demandas setoriais. O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 1º trimestre de 2025 e o 1º trimestre de 2026, onde demonstra que houve um acréscimo de 8,00% em valores.

Gráfico 19 - Despesas Executadas (R\$) – Todos os Poderes – 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SIAFE/IGEPPS

#### 7.2.4 FINANPREV, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar e Poderes Legislativo e Judiciário

Os valores executados descritos abaixo abrangem as Fontes das Despesas, das UG's 840202 (FINANPREV - Poder Executivo), 840240 (SPSM), 840250 (Encargos IGEPPS) e daquelas relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente ao 1º trimestre de 2026, conforme a Tabela abaixo:

Tabela 77 - Despesas Executadas (R\$) – FINANPREV, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário –

1º trimestre de 2026

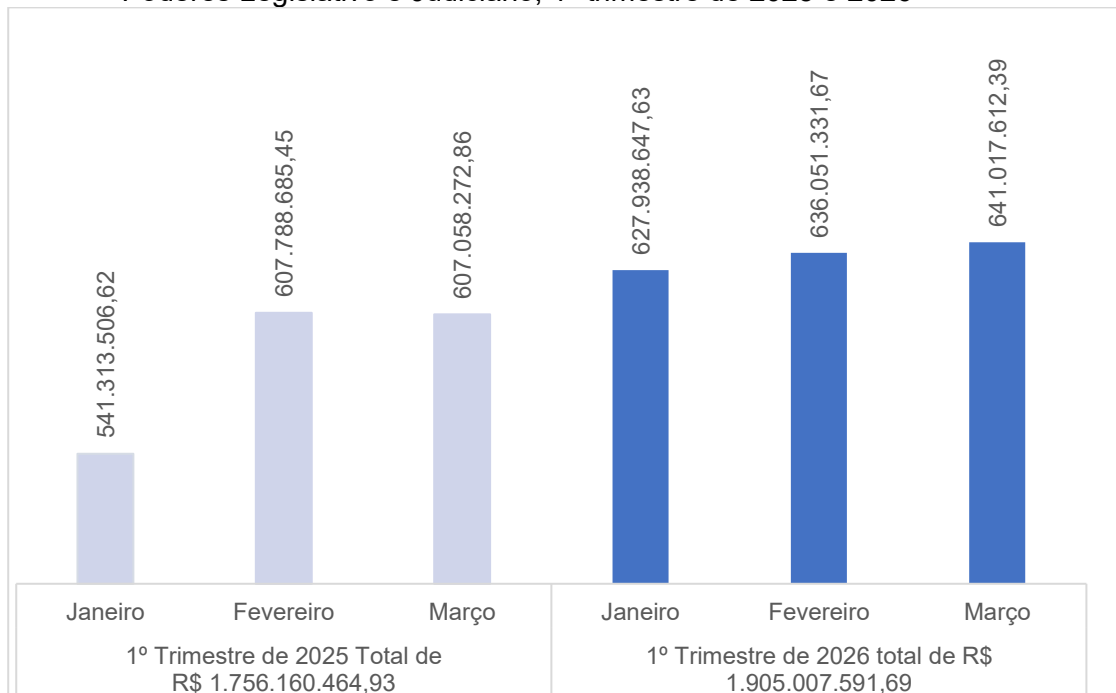
Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Recursos Ordinários	178.208.627,03	216.504.332,23	237.672.467,64	<b>632.385.426,90</b>
Rec Vinc RPPS-Fundo Capital	207.994,46	70.618.830,65	48.646.775,52	<b>119.473.600,63</b>
Rec.Prop.Fundo Financ.Prev.Est.Para-Patronal	154.055.603,75	276.974.989,30	277.572.041,79	<b>708.602.634,84</b>
Rec.do Sist.Prot.Soc.Militar - SPSM	41.485.421,54	71.953.179,49	74.331.955,99	<b>187.770.557,02</b>
Rec. .Prop.Fundo Finan.Prev.Est.Para-Servidor	41.769.165,55	-	-	<b>41.769.165,55</b>
Rec.Prop.Fundo Financ.Prev.Est.Para-Patronal	179.133.459,85	-	2.794.371,45	<b>181.927.831,30</b>
Rec.do Sist.Prot.Soc.Mil. - SPSM	33.078.375,45	-	-	<b>33.078.375,45</b>
<b>Total</b>	<b>627.938.647,63</b>	<b>636.051.331,67</b>	<b>641.017.612,39</b>	<b>1.905.007.591,69</b>
<b>Variações (%) - (Autorizado x Executado)</b>	-	<b>0,29%</b>	<b>0,78%</b>	-

Fonte: SIAFE/IGEPPS

No exercício 2026, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima; com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 1º trimestre de 2025 e o 1º trimestre de 2026, o qual demonstra que houve um acréscimo de 8,48% em valores.

Gráfico 20 - Despesas Executadas (R\$) – FINANPREV, Poder Executivo, SPSM, Poderes Legislativo e Judiciário, 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SIAFE/IGEPPS

### 7.2.5 IGEPPS

As Tabelas abaixo, apresentam os demonstrativos de despesas internas do IGEPPS (UG 840201), discriminadas por Elemento da Despesa, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas relativamente aos dados do 1º trimestre de 2026.

Tabela 78 - Demonstrativos de Valores Executados por Despesa com Pessoal (R\$) - 1º trimestre de 2026

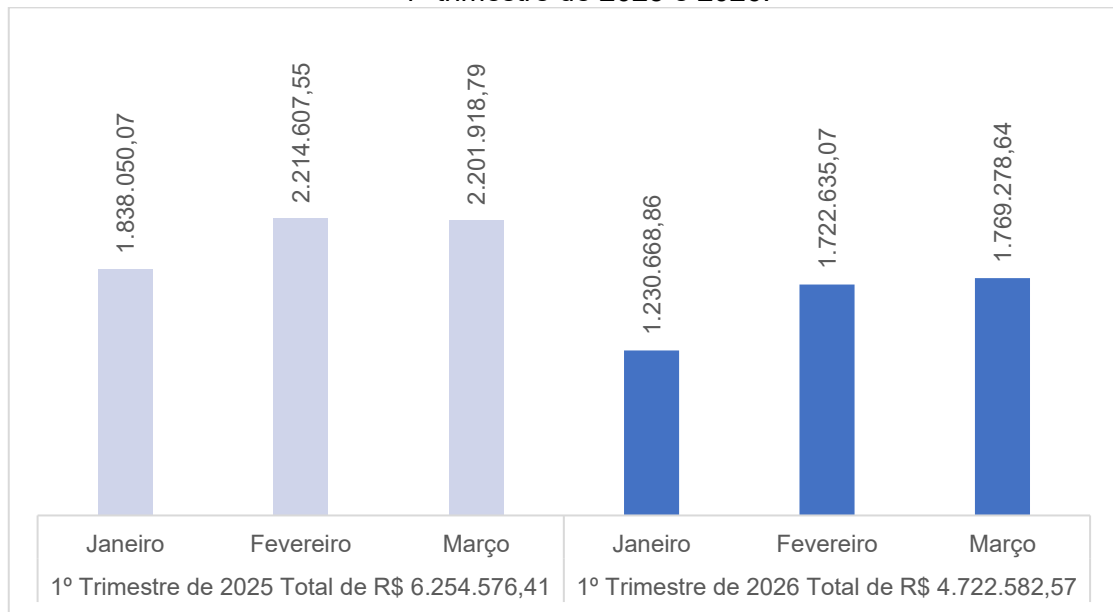
Natureza de Despesa	Despesa Pessoa	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
319004	Contratação por tempo determinado	14.194,22	515.546,92	515.299,02	1.045.040,16
319007	Contribui a entidades fechadas de previdência	-	4.809,11	6.374,35	11.183,46
319011	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.067.921,83	1.022.045,49	994.396,47	3.084.363,79
319012	Vencimentos e vantagens fixas - pes. militar	18.575,99	11.811,87	11.811,87	42.199,73
319013	Obrigações patronais	127.657,30	35.624,47	118.776,89	282.058,66
319016	Outras despesas variáveis - pessoal civil	2.319,52	3.716,37	1.253,54	7.289,43
319113	Obrigações patronais - op.intra - orçamentárias	-	129.080,84	121.366,50	250.447,34
<b>Total</b>		<b>1.230.668,86</b>	<b>1.722.635,07</b>	<b>1.769.278,64</b>	<b>4.722.582,57</b>
<b>Variações (%)</b>		<b>-</b>	<b>39,98%</b>	<b>2,71%</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

No ano de 2026, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima; com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

O gráfico 21 apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 1º trimestre de 2025 e o 1º trimestre de 2026, onde demonstra que houve um decréscimo de 24,49% em valores.

Gráfico 21 - Despesas Executadas por Elemento de Despesa – IGEPPS - ODC – 1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

As Tabelas abaixo discriminadas, apresentam o demonstrativo de despesas internas do IGEPPS, discriminadas por Elemento da Despesa. Assim, passamos a demonstrar as Outras Despesas Correntes (ODC).

Tabela 79 - Demonstrativos de Valores Executados por Outras Despesas Correntes (R\$) - IGEPPS - 1º trimestre de 2026

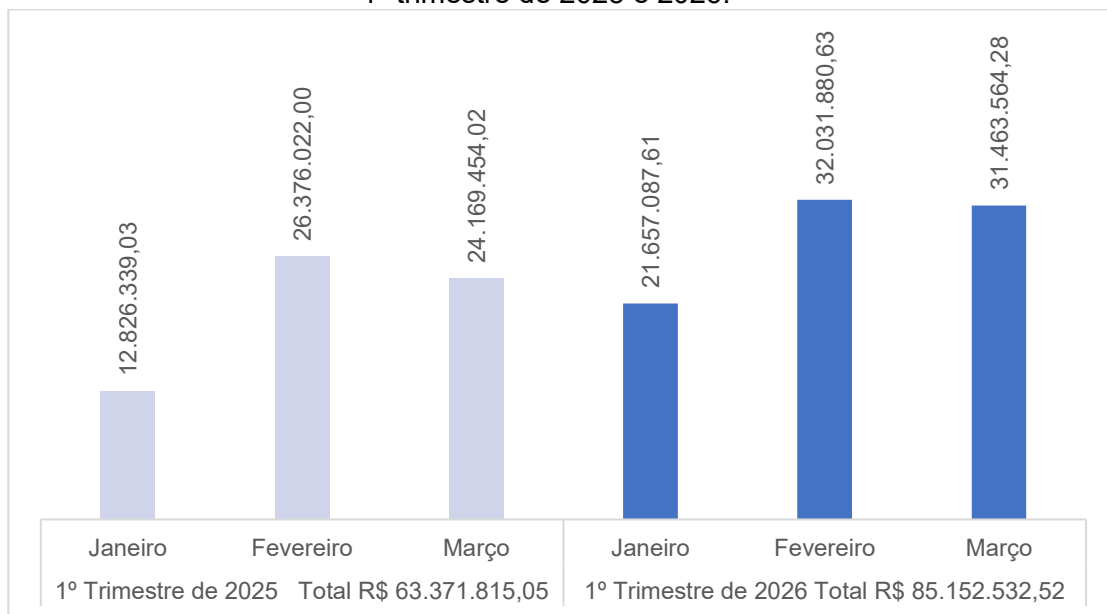
Natureza de Despesa	Outras Despesas Correntes	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
339008	Outros benef.assist.do servidor ou do militar	67,54	67,54	67,54	202,62
339014	Diárias - civil	8.337,27	29.360,74	166.398,05	204.096,06
339015	Diárias - militar	32.121,14	43.849,11	38.254,67	114.224,92
339030	Material de consumo	-	4.000,00	68.087,34	72.087,34
339033	Passagens e despesas com locomoção	-	385.576,86	398.336,96	783.913,82
339035	Serviços de consultoria	316.000,00	522.400,00	316.000,00	1.154.400,00
339036	Outros serviços de terceiros - pessoa física	28.998,85	37.675,63	26.869,36	93.543,84
339037	Locação de mão-de-obra	-	3.643.721,06	3.658.119,96	7.301.841,02
339039	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	4.230.012,52	7.569.812,24	9.514.160,01	21.313.984,77
339040	Serv.de tec. da inf. e com.- pessoa jurídica	16.839.100,76	19.577.746,92	13.882.212,02	50.299.059,70
339046	Auxílio - alimentação	197.428,55	199.049,39	288.552,45	685.030,39
339047	Obrigações tributarias e contributivas	-	-	11,12	11,12
339049	Auxílio-transporte	5.020,98	6.479,86	4.972,58	16.473,42
339092	Despesas de exercícios anteriores	-	-	3.089.849,24	3.089.849,24
339147	Obrigações tributarias e contributivas	-	12.141,28	11.672,98	23.814,26
<b>Total</b>		<b>21.657.087,61</b>	<b>32.031.880,63</b>	<b>31.463.564,28</b>	<b>85.152.532,52</b>
<b>Varição (%)</b>		<b>-</b>	<b>47,90%</b>	<b>-1,77%</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

No ano de 2026, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima; com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 1º trimestre de 2025 e o 1º trimestre de 2026, onde demonstra que houve um decréscimo de 35,57% em valores.

**Gráfico 22 - Despesas Realizadas por programas Elemento de Despesa – IGEPPS, 1º trimestre de 2025 e 2026.**



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

Na Tabela 78 discriminada, apresenta o demonstrativo de despesas internas do IGEPPS (UG 840201), discriminando os Investimentos; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos do 1º trimestre de 2026, conforme abaixo:

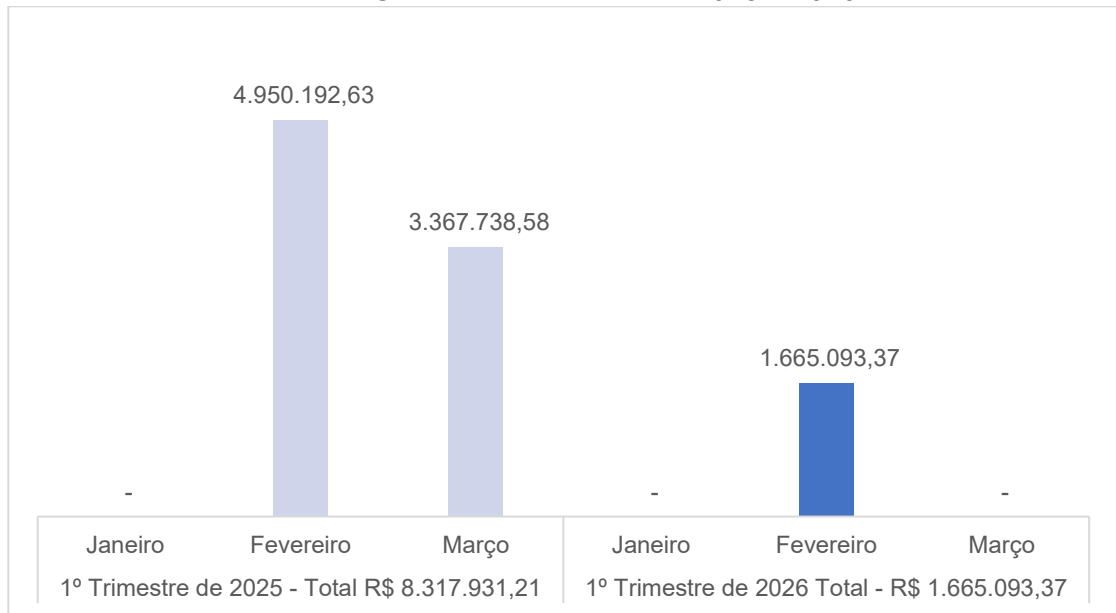
**Tabela 80 - Demonstrativos de Despesas Realizadas por Programa de Despesa com investimentos na UG 840201 - IGEPPS – 1º Trimestre de 2026**

Natureza de Despesa	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
449039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	-	1.655.598,37	-	1.655.598,37
449052	Equipamentos e Material Permanente	-	9.495,00	-	9.495,00
<b>Total</b>		-	<b>1.665.093,37</b>	-	<b>1.665.093,37</b>
<b>Variações (%)</b>		-	<b>100%</b>	<b>-100%</b>	-

Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

O gráfico 23 apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 1º trimestre de 2025 e o 1º trimestre de 2026, onde demonstra que houve um decréscimo de 79,98% em valores.

Gráfico 23 - Despesas Realizadas por Programas e Elementos da Despesa com Investimento - IGEPPS –1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

### 7.2.6 Encargos IGEPPS - Requisições de Pequeno Valor (RPV'S), Auxílio Funeral e Salário Família

Em 2026, foram registradas variações entre as competências do período em análise, no caso das Despesas com RPV's (requisição de pequeno valor), auxílio funeral e salário família deste IGEPPS (UG 840250 – encargo), conforme demonstrado a seguir.

Tabela 81- Demonstrativo Despesas Realizadas (R\$) de Encargos IGEPPS - 1º trimestre de 2026

Projeto Atividade	Subelemento da Despesa	Nome	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
9010	31909109	Sentença judicial de pequeno valor - inativo/pensionistas civis	-	29.642,61	1.107.846,91	1.137.507,52
9010	31909110	Sentença judicial de pequeno valor - inativo/pens. militar	-	-	382.865,68	382.865,68
9010	31909291	Sentenças Judiciais (DEA)	-	-	2.970.847,12	2.970.847,12
8338	33900854	Auxílio Funeral	-	153.277,80	33.353,00	186.630,80
9026	33900807	Salário Família Seg. Inativos/Pensionistas – diversas áreas	5.215,28	5.215,28	5.215,28	15.645,84
9027	33900807	Salário Família Seg. Inativos/Pensionistas - área educação	77,84	77,84	77,84	233,52
9040	33900807	Salário Família Seg. Inativos/Pensionistas - área saúde	467,04	467,04	467,04	1.401,12
9028	33900808	Salário Família Seg. Inativos/Pensionistas – Outros benef Assist. do servidor ou do militar	0,00	155,68	155,68	311,36
9028	33909301	Encargos Especiais – SPSM - Indenizações	0,00	210.000,00	594.999,99	804.999,99
9028	33909302	Encargos Especiais – SPSM - Restituições	134.581,04	-	-	134.581,04
<b>Total</b>			<b>137.341,20</b>	<b>398.369,21</b>	<b>5.095.828,54</b>	<b>5.635.023,97</b>

Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

### 7.6.2.1 Requisições de Pequeno Valor (RPV'S)

Os valores apresentados referem-se à Unidade Gestora 840250 – Encargo IGEPPS, contemplando a variação percentual observada entre os montantes das despesas efetivamente executadas no 1º trimestre de 2026.

O gráfico 24 traz uma análise comparativa das despesas realizadas no 1º trimestre de 2025 em relação ao 1º trimestre de 2026, evidenciando um expressivo aumento de 3.658,76% no valor executado.

Gráfico 24 - Despesas Executadas com RPV's, 1º trimestre de 2025 e 2026



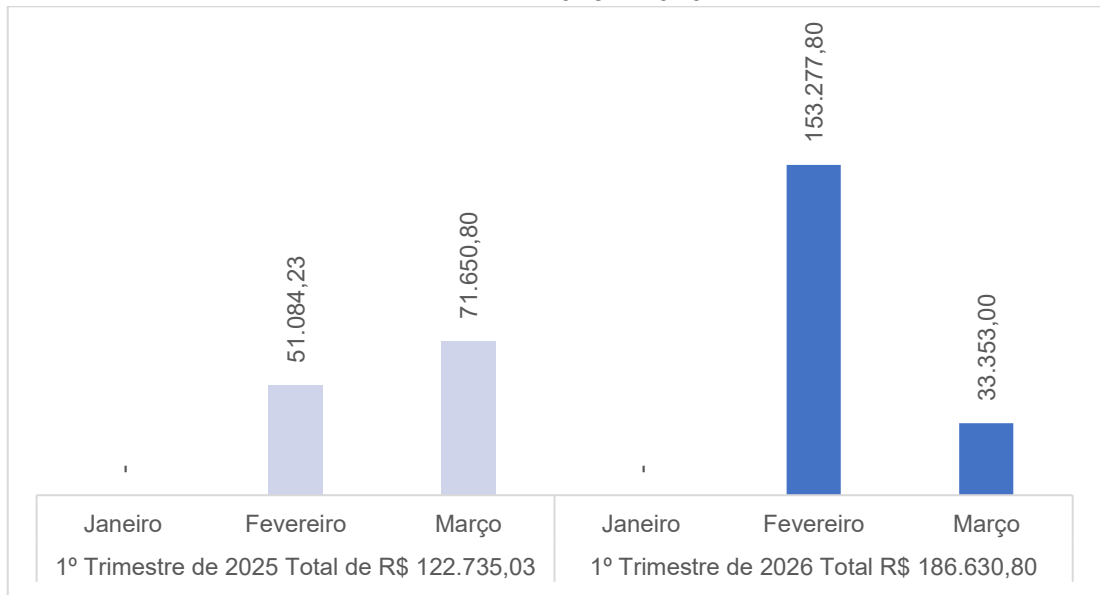
Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

Assim, a variação de 3.658,76% não deve ser interpretada apenas como expansão de gasto, mas como reflexo de um conjunto de fatores administrativos, legais e financeiros que influenciam a execução trimestral. A análise comparativa entre trimestres, como adotada no PPRSS, permite identificar padrões de sazonalidade, picos de execução e eventuais distorções, contribuindo para uma avaliação mais precisa da eficiência e da aderência da despesa aos objetivos programáticos.

### 7.6.2.2 Auxílio Funeral

O gráfico 25 compara as despesas executadas com Auxílio Funeral entre o 1º trimestre de 2025 e o 1º trimestre de 2026, evidenciando um aumento de 52,06% no valor liquidado no período. Esse tipo de variação é coerente com padrões observados em relatórios de Previdência e Assistência Social, que frequentemente registram oscilações associadas ao comportamento demográfico, à dinâmica de concessão de benefícios e à sazonalidade dos pagamentos.

Gráfico 25 - Despesas Executadas com Auxílio Funeral (R\$) – 1º trimestre de 2025 e 2026.

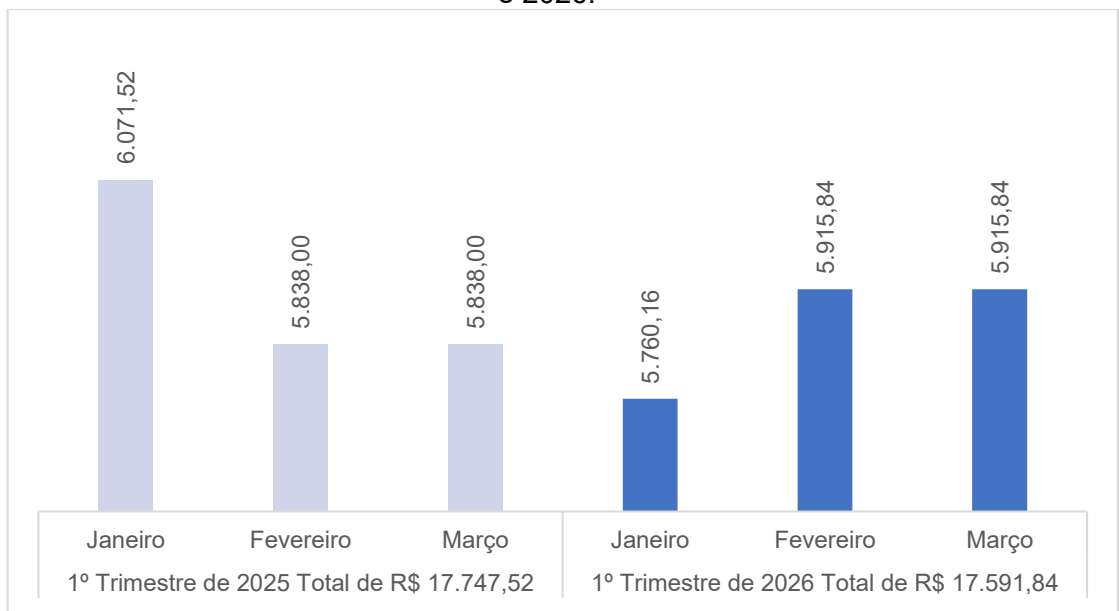


Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

#### 7.6.2.3 Salário Família

O gráfico 26 apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 1º trimestre de 2025 e o 1º trimestre de 2026, onde demonstra que houve um decréscimo de 0,88% em valores.

Gráfico 26 - Despesas Executadas com Salário Família (R\$), 1º trimestre de 2025 e 2026.

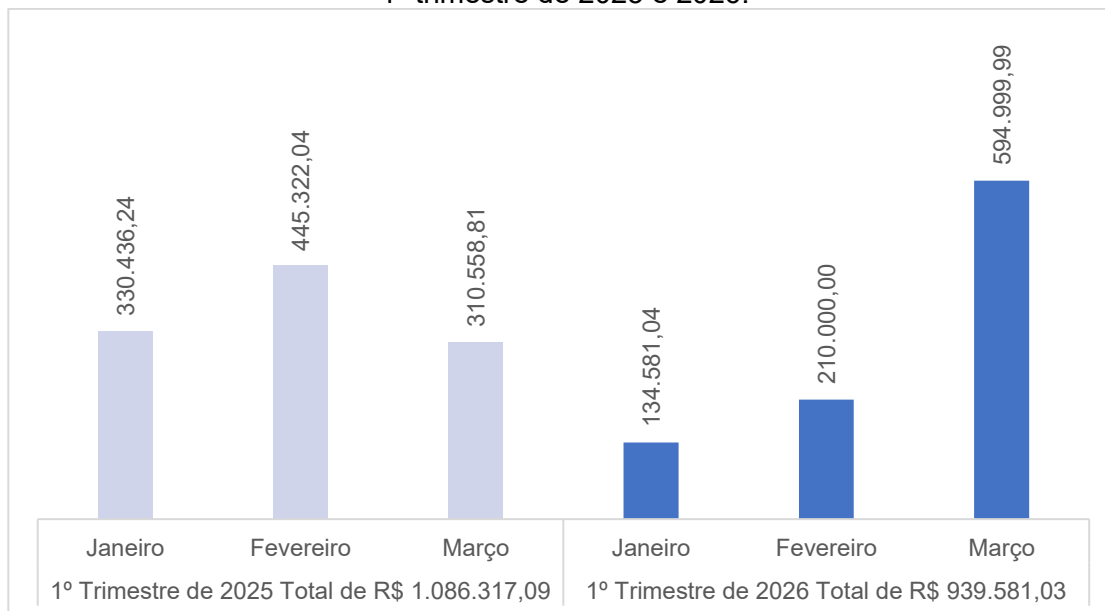


Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

#### 7.6.2.4 Auxílio Morte / Auxílio Acidente - SPSM

O gráfico 27 apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 1º trimestre de 2025 e o 1º trimestre de 2026, onde demonstra que houve um acréscimo de 13,51% em valores.

Gráfico 27 - Despesas Executadas com Auxílio Morte / Auxílio Acidente - SPSM (R\$), 1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

### 7.2.7 Folhas de Pagamentos

#### 7.2.2.1 Folhas de Pagamento – IGEPPS

No que tange à execução de valores referentes às folhas de pagamento do IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o percentual de variação e o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses que compreendem o 1º trimestre de 2026, está descrito abaixo.

Tabela 82 - Demonstrativo de Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$) – 1º trimestre de 2026.

UG	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
840240	Inativo Militar	88.238.865,29	88.639.864,88	88.603.071,86	265.481.802,03
840220	Inativo Defensoria	3.012.733,67	3.031.168,48	3.071.557,35	9.115.459,50
840202	Inativo Civil - Educação	130.063.998,08	130.048.292,94	130.370.033,69	390.482.324,71
840202	Inativo Civil - Saúde	5.454.161,94	5.468.896,02	5.495.577,39	16.418.635,35
840202	Inativo. Civil - Outros	63.013.132,74	63.444.762,38	63.313.383,77	189.771.278,89
840234	Pensão TJ-Pa - FUNPREV	15.440,91	42.131,27	17.635,98	75.208,16
840220	Pensão - Defensoria	560.209,55	554.306,52	588.270,51	1.702.786,58
840203	Pensão. Civil. - FUNPREV	182.232,96	136.426,11	96.798,39	415.457,46
840221	Pensão - ALEPA	1.239.972,43	1.199.684,62	1.166.719,77	3.606.376,82
840224	Pensão TJ-Pa - FINANPREV	3.451.142,63	3.432.683,31	3.367.271,66	10.251.097,60
840202	Pensão Civil - FINANPREV	39.229.340,07	38.623.584,52	38.584.875,63	116.437.800,22
840240	Pensão Militar	20.333.199,63	20.147.033,37	20.184.635,43	60.664.868,43
840240/840250	Pensão Especial Militar	1.809.761,35	1.758.590,97	1.851.103,52	5.419.455,84
840203	Inativo Civiv outros - FUNPREV	4.501,31	4.501,31	4.501,31	13.503,93
<b>Total</b>		<b>356.608.692,56</b>	<b>356.531.926,70</b>	<b>356.715.436,26</b>	<b>1.069.856.055,52</b>
<b>Variações (%)</b>		<b>-</b>	<b>-0,02</b>	<b>0,05%</b>	

Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

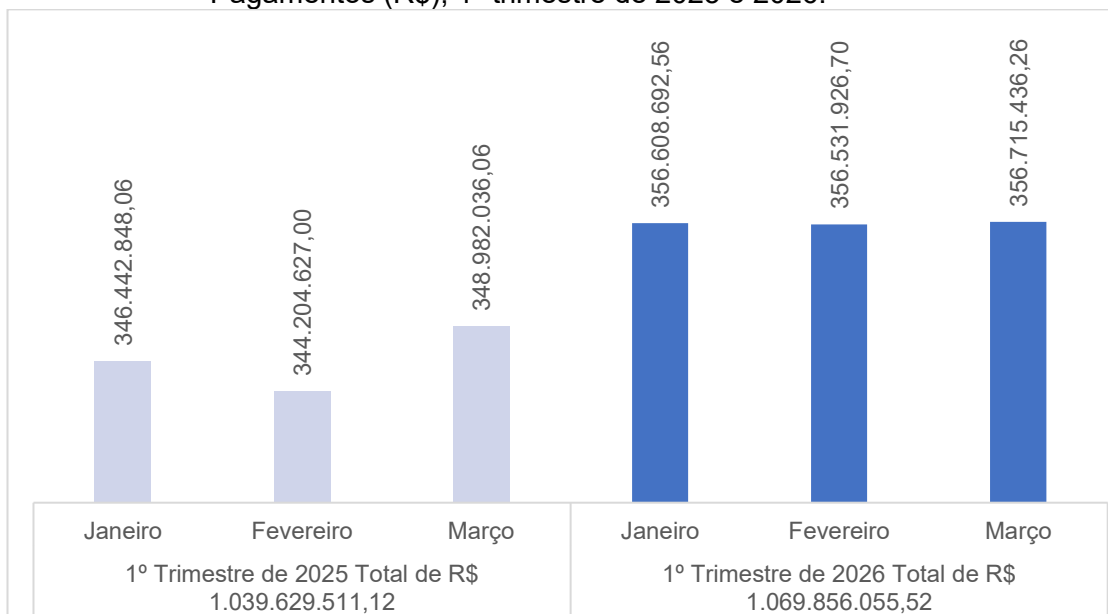
Tabela 14: Comparativo de Valores Executados em Folhas de Pagamentos - IGEPPS de 01 à 13º/2026. Valores relativos à 10 e 12/2026 estão somados aos Pagtº das 1ª e 2ª Parcelas de Adiantamento de 13º/2026.

**Observações:** A partir de 02/2026, Execuções relativas às Pensões Especiais de Inativos SPSM, passaram a se vincular à UG 840250 – Encargos IGEPPS de acordo com as orientações dispostas ao PAE E-2026/2274190.

No exercício 2026, houve variação percentual entre as competências do período como demonstrado acima com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

O gráfico 28 apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 1º trimestre de 2026 e o 1º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um acréscimo de 2,91% em valores.

**Gráfico 28 - Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Folhas de Pagamentos (R\$), 1º trimestre de 2025 e 2026.**



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

#### 7.2.2.2 Consignações - Inativos civis e pensionistas civis, SPSM e outros poderes

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas em Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente ao 1º trimestre de 2026, está descrito na Tabela 81.

**Tabela 83 - Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos(R\$) – 1º trimestre de 2026.**

continua

Consignatária	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
SINTEP	128.981,38	128.198,07	127.890,24	385.069,69
ASFEP	173.715,35	170.441,42	180.769,68	524.926,45
ADPEP	18.281,66	18.281,66	18.051,15	54.614,47
SINDSAUDE	7.705,54	7.705,54	7.705,54	23.116,62
SINDPOL	249.162,34	246.330,02	248.342,91	743.835,27
SE PUB	12.083,65	11.979,89	11.928,03	35.991,57
SINDTRAN	1.296,80	1.296,80	1.296,80	3.890,40
FASUEPA	28.663,08	28.199,66	28.708,82	85.571,56
SINDELP/PA	26.908,92	26.683,63	26.683,63	80.276,18

Fonte: SIAFE - relativos à Despesa Realizada.

Tabela 83 - Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos(R\$) – 1º trimestre de 2026.

conclusão

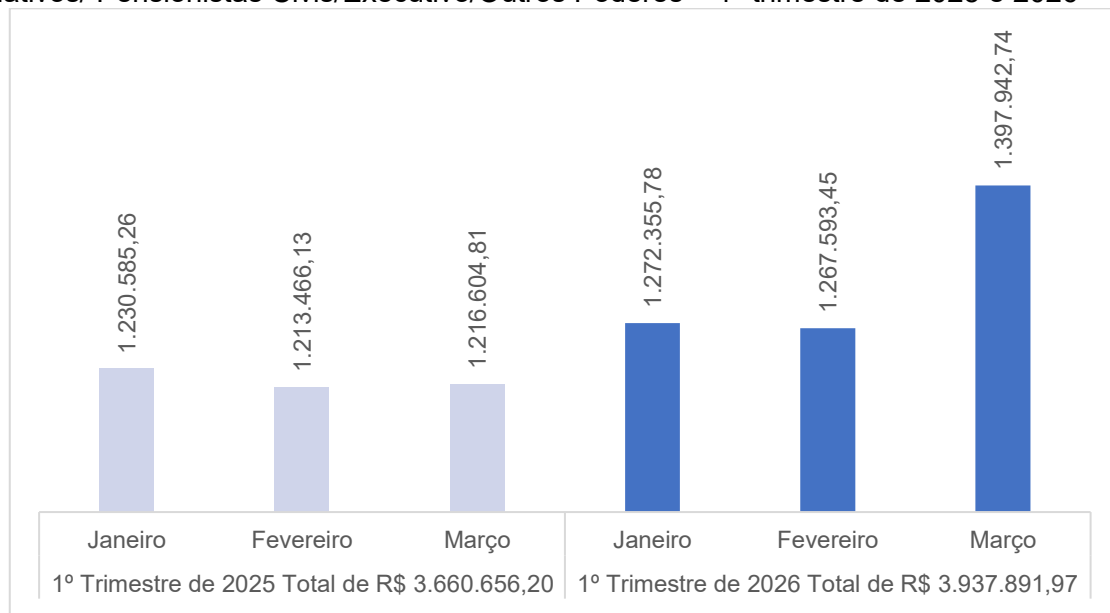
Consignatária	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
ADEPOL	304.198,58	302.812,97	302.812,97	909.824,52
FASPM	40,21	40,21	40,21	120,63
APEPA	1.803,20	1.803,20	1.803,20	5.409,60
SINDIFISCO	123.402,97	122.713,03	123.562,04	369.678,04
ASPA	23.545,75	24.179,23	26.147,85	73.872,83
UNIBRAS	6.453,85	6.453,85	6.429,35	19.337,05
CAPEMI	29.973,52	29.853,61	29.758,07	89.585,20
ASPBRAS	1.042,72	1.042,72	1.042,72	3.128,16
UPASP	79.543,39	79.304,27	13.901,06	172.748,72
PROASP	3.634,82	3.634,82	3.634,82	10.904,46
BANCLUB	15.493,95	15.464,55	15.423,40	46.381,90
ASCM/PA	56,84	56,84	56,84	170,52
ALIANÇA/FAP	4.507,02	4.507,02	4.409,02	13.423,06
INDESPCMEPA	9.408,00	9.408,00	9.408,00	28.224,00
ADECIMPA	294,00	294,00	294,00	882,00
ASMEOP	95,08	95,08	95,08	285,24
SINDSFEPA	1.348,83	1.350,02	1.350,02	4.048,87
FEMPA	15.964,91	15.964,91	15.964,91	47.894,73
ASSOC. SERV. PUB..ADM DIR.	2.131,54	2.131,54	2.131,54	6.394,62
ASEMIPPA	788,90	788,90	788,90	2.366,70
ASSUBSAR	495,27	495,27	495,27	1.485,81
ACSPMBMPA	95,08	95,08	95,08	285,24
APPOMIBOMNP	92,71	92,71	92,71	278,13
FUNSAU	403,86	403,86	403,86	1.211,58
ASDAP	712,66	712,66	653,27	2.078,59
SS CARD	0,00	4.749,01	184.977,95	189.726,96
<b>Total</b>	<b>1.272.355,78</b>	<b>1.267.593,45</b>	<b>1.397.942,74</b>	<b>3.937.891,97</b>

Fonte: SIAFE - relativos à Despesa Realizada.

Agora em 2026, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima; com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

O gráfico 29 apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 1º trimestre de 2026 e o 1º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um acréscimo de 7,57% em valores.

Gráfico 29 - Despesas Executadas – Consignações nas Folhas de Pagamento Inativos/ Pensionistas Cíveis/Executivo/Outros Poderes – 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

#### 7.2.2.3 Consignações – em Folhas de Pagamento - Inativos / SPSM

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas em Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos ao 1º trimestre de 2026, descrito na Tabela a seguir:

Tabela 84 - Despesas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Inativos SPSM - (R\$)

1º trimestre de 2026.

continua

Consignatária	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
APPOMIBOMNP	47.650,52	47.650,52	51.512,77	146.813,81
FUNSAU	424.231,43	422.661,23	422.473,21	1.269.365,87
ASPOMIRE	31.715,19	31.517,07	31.517,07	94.749,33
FASPM	372.007,05	369.045,57	371.010,48	1.112.063,10
ASSUBSAR	77.518,81	77.106,04	77.353,69	231.978,54
ACSPMBMPA	179.795,52	178.939,81	178.939,81	537.675,14
COPM	26.283,60	26.283,60	26.283,60	78.850,80
SICOOB	0,00	0,00	0,00	0,00
ASPA	457.402,70	458.517,28	461.201,58	1.377.121,56
UNIBRAS	11.665,76	11.702,40	12.306,42	35.674,58
CAPEMI	2.085,95	2.085,95	2.085,95	6.257,85
ASPBRAS	10.545,28	10.520,26	10.520,26	31.585,80
UPASP	290,57	290,57	290,57	871,71

Fonte: Siafe - relativos à Despesa Realizada.

Tabela 84 - Despesas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Inativos SPSM - (R\$)  
1º trimestre de 2026.

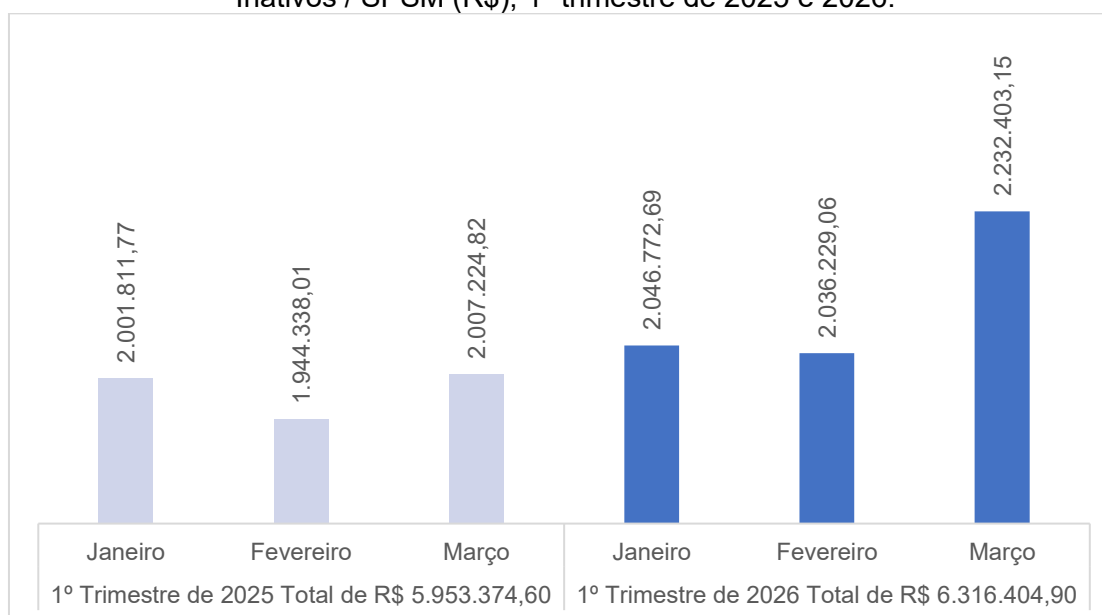
Consignatária	conclusão			
	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
PROASP	13.910,87	8.554,03	13.910,87	36.375,77
BANCLUB	877,10	877,10	877,10	2.631,30
ASCM/PA	1.757,97	1.719,75	1.719,75	5.197,47
ALIANÇA/FAP	3.462,35	3.405,49	3.405,50	10.273,34
INDESPCMEPA	776,75	754,21	738,43	2.269,39
ADECIMPA	231.311,56	230.831,36	230.351,16	692.494,08
ADMSPEP	9.213,96	9.213,96	9.213,95	27.641,87
ASMEOP	388,09	388,08	388,08	1.164,25
ASMIL	9.793,20	9.698,12	9.698,12	29.189,44
IDC	0,00	0,00	0,00	0,00
FEMPA	127,09	127,09	127,09	381,27
ASEMIPPA	127.884,39	127.389,10	126.596,64	381.870,13
SS CARD	6.076,98	5.949,58	5.822,18	17.848,74
<b>Total</b>	<b>2.046.772,69</b>	<b>2.036.229,06</b>	<b>2.232.403,15</b>	<b>6.315.404,90</b>

Fonte: Siafe - relativos à Despesa Realizada.

Em 2026, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima; com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 1º trimestre de 2026 e o 1º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um acréscimo de 6,08% em valores.

Gráfico 30 - Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/ Inativos / SPSM (R\$), 1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS.

#### 7.2.2.4 Consignações / Convênios em Folhas de Pagamento em Geral - Banpará/lasep

No que tange à execução de valores referentes ao Consignado Banpará e ao Plano de Saúde IASEP – Governo do estado do Pará em Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente ao 1º trimestre de 2026, descrito na Tabela 85.

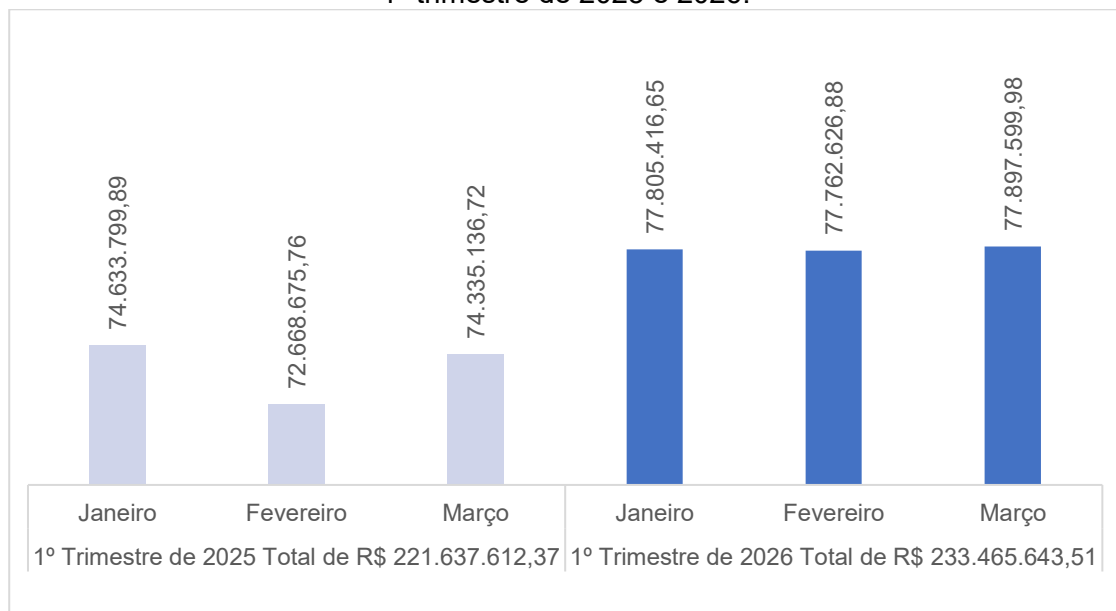
Tabela 85 - Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos -  
 Consignações/Convênios - Banpará/lasep (R\$) – 1º trimestre de 2026.

Consignatárias	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Banpara	53.983.334,45	53.986.983,44	54.061.256,26	162.031.571,15
lasep/PAS	23.822.085,20	23.775.643,44	23.836.343,72	71.434.072,36
<b>Total</b>	<b>77.805.416,65</b>	<b>77.762.626,88</b>	<b>77.897.599,98</b>	<b>233.465.643,51</b>
<b>Variações (%)</b>		<b>-0,05%</b>	<b>0,17%</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

No 1º trimestre de 2026, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima, com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais. O Gráfico 31 apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 1º trimestre de 2026 e o 1º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um acréscimo de 5,34% em valores.

Gráfico 31 - Despesas – Folhas de Pagamentos - Banpará/lasep (R\$) –  
 1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: Siafe - relativos à Despesa Realizada

#### 7.2.2.5 Retenções - Contribuições Previdenciária/IRRF/Pensões Alimentícias

No que se refere à execução dos valores relativos às retenções obrigatórias em folha de pagamento no âmbito do IGEPPS, bem como à variação percentual das despesas

realizadas no 1º trimestre de 2026, observa-se o comportamento descrito na Tabela 86.

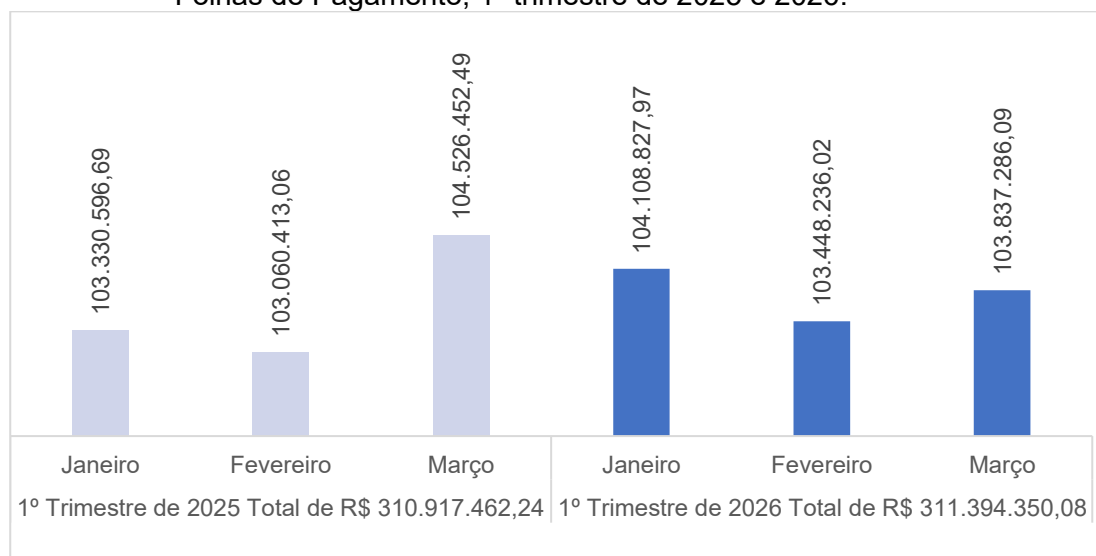
Tabela 86 - Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Retenções (R\$), 1º trimestre de 2025 e 2026.

UG	Descrição	Contribuições	IRRF	Pensão Alimentícia
840240	Inativo-Militar	42.820.661,43	59.771.162,80	11.659.240,24
840220	Inativo-Defensoria	1.457.632,66	1.765.476,02	133.411,80
840202	Inativo Civil - Educação	24.806.199,14	74.020.806,61	688.373,65
840202	Inativo Civil - Saúde	118.924,76	730.460,88	22.091,10
840202	Inativo Civil - Outros	17.196.439,51	28.452.824,09	2.104.901,76
840234	Pensão TJ-Pa - FUNPREV	-	272,53	-
840220	Pensão-Defensoria	259.275,03	421.019,12	-
840203	Pensão Civil - FUNPREV	-	1.198,23	-
840221	Pensão - ALEPA	284.560,67	635.838,72	-
840224	Pensão. TJ-Pa - FINANPREV	931.509,55	1.879.896,86	25.969,29
840202	Pensão Civil - FINANPREV	6.820.241,63	15.327.207,87	123.616,50
840240	Pensão - Militar	8.867.740,42	9.381.304,87	19.800,30
840240	Pensão Especial - Militar	-	666.292,04	-
<b>Total</b>		<b>103.563.184,80</b>	<b>193.053.760,64</b>	<b>14.777.404,64</b>

Fonte: Siafe/Cofin/IGEPSS

O Gráfico 32 apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 1º trimestre de 2026 e o 1º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um acréscimo de 0,15% em valores.

Gráfico 32 - Despesas Realizadas de Consignações/Retenções Obrigatórias em Folhas de Pagamento, 1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPSS

As pensões alimentícias correspondem a valores retidos mensalmente por decisões

administrativas e judiciais. No 1º trimestre de 2026, observou-se variação entre as competências do período, conforme registros consolidados e alinhados às demandas setoriais.

### 7.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS

O IGEPPS, por meio da Coordenadoria de Administração e Serviços (Coas), promoveu ações que buscaram otimizar a forma de administrar, controlar, fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos que são vinculados ao instituto.

Nesse sentido, considerando a Lei nº 14.133/2021 foram realizadas novas contratações, bem como análise e revisão de todos os instrumentos em execução, com objetivo de proporcionar maior celeridade e transparência dos contratos, convênios, apostilamentos e aditivos em geral.

A Tabela 87 demonstra o desempenho da Coas no 1º trimestre de 2026 em relação aos contratos realizados pelo IGEPPS.

Tabela 87 - Quantitativo dos Contratos Mantidos pelo IGEPPS – 1º trimestre de 2026.

Mês	Novos Contratos	Contratos Finalizados	Contratos Mantidos
Janeiro	0	2	104
Fevereiro	0	2	102
Março	2	3	101

Fonte: Coas/IGEPPS

Na Tabela 88 tem-se os contratos realizados por modalidade no período de janeiro à março de 2026.

Tabela 88 - Modalidades dos Contratos Realizados pelo IGEPPS – 1º trimestre de 2026.

Modalidade	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Apostilamento	1	1	1	3
Ata de Registro de Preços	-	-	1	1
Termos Aditivos	2	2	3	7
Pregão Eletrônico	-	-	5	5
Dispensa Eletrônica	-	1	-	1

Fonte: Coas/IGEPPS

### 7.4 CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE

O Núcleo de Controle Interno (NCI) está dividido em três áreas de atuação: previdenciária, proteção social e administrativa. A área previdenciária é responsável pela análise de conformidade dos processos de concessão de aposentadoria e pensão por morte dos segurados civis. Já a área de proteção social realiza a análise de conformidade dos processos de concessão de reserva remunerada, reforma e pensão por morte dos segurados militares.

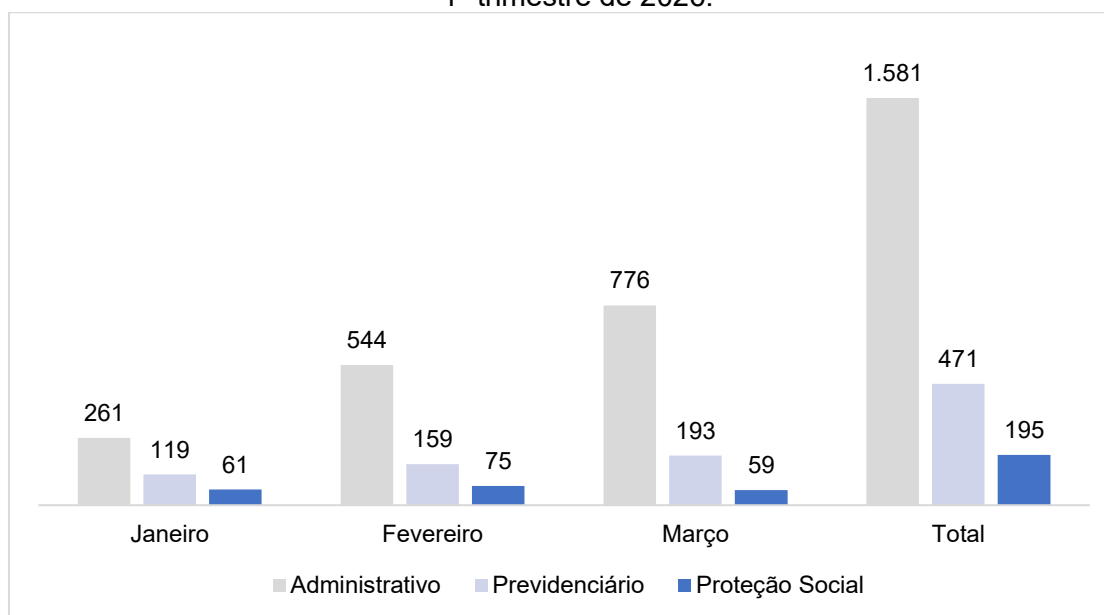
Por fim, a área administrativa compete efetuar a análise da execução orçamentária e

financeira de processos administrativos que envolvem dispêndio de recursos, como diárias, capacitações, requisições de pequeno valor (RPV), contratos, quitação definitiva, liberação de crédito, auxílio-morte, auxílio-funeral, folha de pagamento, entre outros. Além disso, essa área também é responsável pelo monitoramento das ações necessárias à manutenção e ao aprimoramento da certificação no Programa Pró-Gestão RPPS.

No 1º trimestre de 2026, em comparação ao 1º trimestre do mesmo período do exercício anterior, verificou-se uma redução de apenas 1% no total de processos encaminhados ao NCI, decorrente, principalmente, da diminuição das análises de conformidade das demandas administrativas do IGEPPS, em razão do sistema financeiro de pagamentos (SIAFE) está fechado na primeira quinzena de janeiro.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos processos administrativos, previdenciários e de proteção social no 1º trimestre de 2026, evidenciando a composição da demanda e a dinâmica das atividades desenvolvidas pelo Núcleo.

Gráfico 33 - Quantitativo dos processos administrativos e previdenciários analisados – 1º trimestre de 2026.



Fonte: NCI/IGEPPS

O Gráfico 33 demonstra a evolução da distribuição dos processos analisados pelo NCI nas áreas administrativa, previdenciária e de proteção social no 1º trimestre de 2026, evidenciando crescimento contínuo do volume de demandas submetidas à unidade e maior concentração de análises na área administrativa ao longo do trimestre. Em janeiro de 2026, foram analisados 441 processos, dos quais 59% corresponderam à área administrativa, 27% à previdenciária e 14% à proteção social.

No mês subsequente, observou-se incremento expressivo da demanda, com 778 processos analisados, mantendo-se a predominância das análises administrativas, que

passaram a representar 70% do total. Em março de 2026, o quantitativo atingiu 1.028 processos analisados, consolidando a tendência de expansão da demanda e reforçando a centralidade da área administrativa no fluxo operacional do NCI, com participação majoritária nas análises realizadas, enquanto as áreas previdenciária e de proteção social representaram 19% e 6% do total, respectivamente.

No consolidado do 1º trimestre de 2026, o NCI analisou 2.247 processos, dos quais 70% (n = 1.581) eram de natureza administrativa, 21% (n = 471) previdenciária e 9% (n = 195) de proteção social. Em comparação ao 1º trimestre de 2025, verifica-se redução de 15% no volume de processos administrativos analisados. Em contrapartida, as demandas das áreas previdenciária e de proteção social registraram crescimento de 21% e 3%, respectivamente, conforme demonstrado na Tabela 89.

Tabela 89 - Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 1º trimestre de 2026.

Mês	Total		Administrativo		Previdenciário		Proteção Social	
	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)
Janeiro	441	-21%	261	-37%	119	32%	61	-36%
Fevereiro	778	43%	544	52%	159	25%	75	23%
Março	1.028	24%	776	30%	193	18%	59	021%
<b>Total</b>	<b>2.247</b>	<b>-8%</b>	<b>1.581</b>	<b>-15%</b>	<b>471</b>	<b>21%</b>	<b>195</b>	<b>3%</b>

Fonte: NCI/IGEPSS

Em janeiro de 2026, o NCI analisou 441 processos, registrando redução de 21% em relação ao mês anterior, decorrente, principalmente, da queda nas análises administrativas (-37%) e nas de proteção social (-36%), parcialmente compensada pelo aumento nas análises previdenciárias (+32%). O desempenho do mês sugere desaceleração pontual da demanda encaminhada ao NCI no início do exercício, possivelmente associada a fatores sazonais de transição de período administrativo.

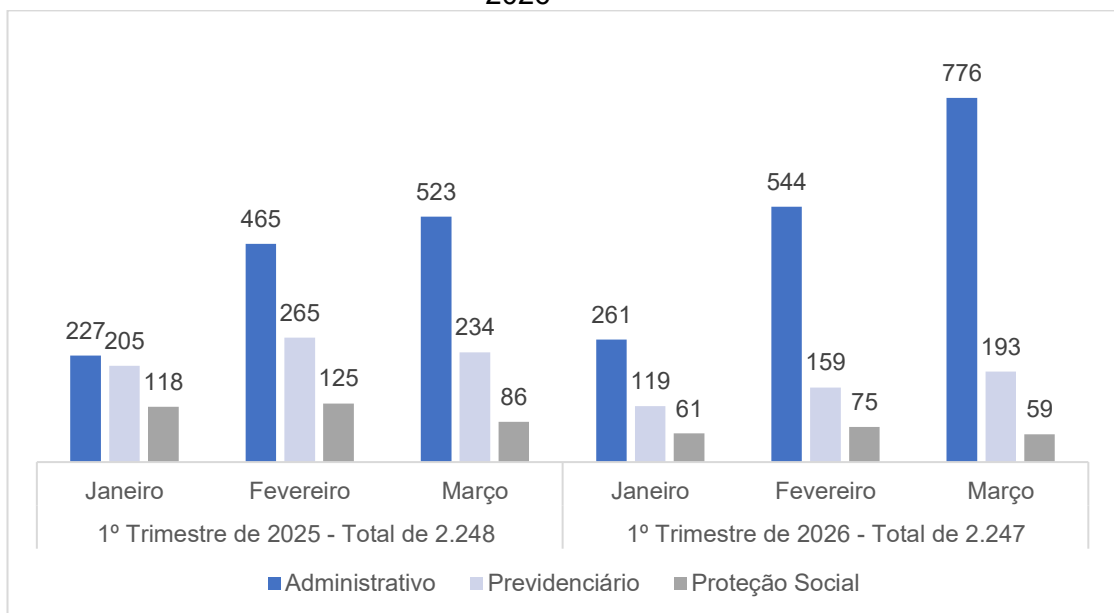
A partir de fevereiro, observou-se reversão dessa tendência, com expressiva expansão do volume processual, totalizando 778 análises, representando um aumento de 43% em relação ao mês anterior, com expansão observada em todas as áreas de atuação. Tal comportamento reflete o aumento do fluxo de processos encaminhados ao NCI, evidenciando a correlação direta entre a demanda recebida e o quantitativo de análises realizadas pela unidade.

Em março de 2026, registrou-se novo incremento no desempenho operacional do NCI, com crescimento de 24% no total de análises realizadas, alcançando 1.028 processos. Observou-se, contudo, dinâmica distinta entre as áreas de atuação: enquanto as análises administrativas (+30%) e previdenciárias (+18%) mantiveram trajetória de expansão, as análises de proteção social apresentaram retração expressiva de 21% no período.

Em perspectiva consolidada, os dados demonstram aceleração progressiva da carga de trabalho do NCI no trimestre, com expansão significativa da demanda especialmente a partir de fevereiro, sinalizando maior pressão sobre a capacidade operacional da unidade e necessidade de monitoramento contínuo da distribuição de demandas entre as áreas, a fim de assegurar equilíbrio alocativo, eficiência operacional e manutenção dos padrões de tempestividade e qualidade das análises técnicas.

O Gráfico 34 apresenta o comparativo entre os processos analisados pelo NCI no 1º trimestre de 2026 e aqueles registrados no mesmo período de 2025, evidenciando retração significativa no volume de análises das áreas previdenciária e de proteção social ao longo de todo o período.

Gráfico 34 - Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: NCI/IGEPSS

Em janeiro de 2026, o total de processos analisados apresentou redução de 24% em relação ao mesmo mês do exercício anterior, movimento impulsionado principalmente pela retração das demandas previdenciárias (-72%) e de proteção social (-93%). Em fevereiro de 2026, verificou-se nova redução, desta vez de 10% frente a fevereiro de 2025, novamente influenciada pela diminuição das análises nas áreas previdenciária (-67%) e de proteção social (-67%), embora parcialmente compensada pelo crescimento de 15% das análises administrativas.

No mês de março, observou-se reversão parcial da tendência de retração, com aumento de 18% no volume total de processos analisados em comparação com março de 2025. O crescimento foi sustentado exclusivamente pela área administrativa, que registrou

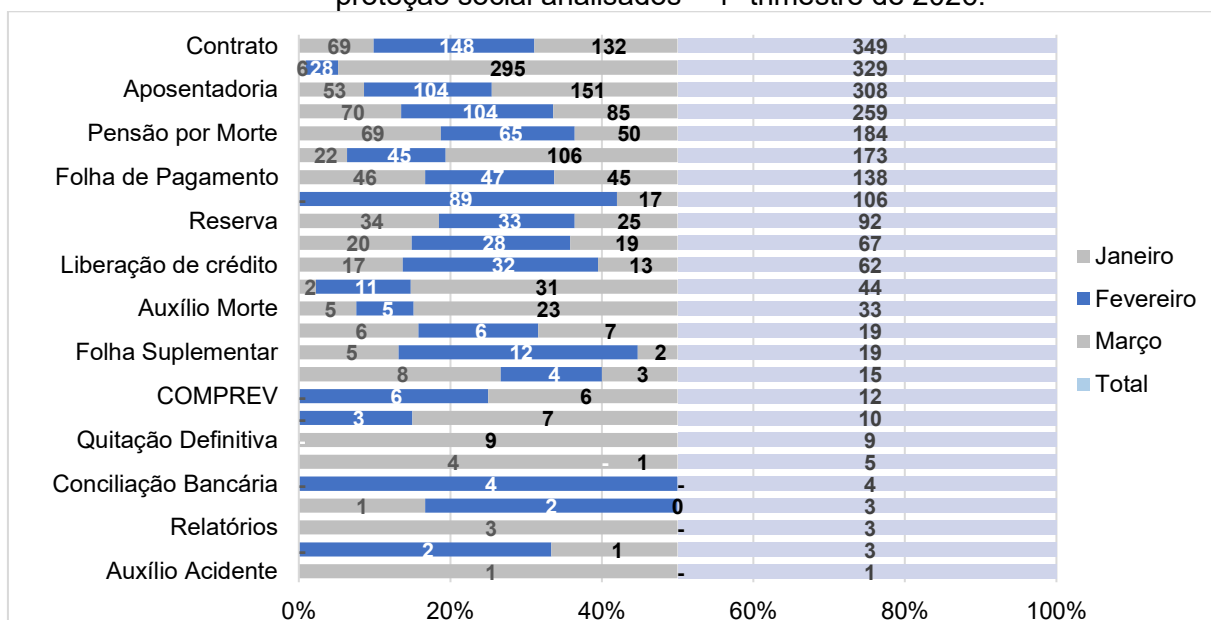
expansão de 33%, enquanto as áreas previdenciária e de proteção social mantiveram trajetória de queda, com reduções de 21% e 46%, respectivamente.

Os dados evidenciam que, embora tenha havido recuperação do volume global de análises ao final do trimestre, esta decorreu predominantemente do aumento das demandas administrativas, permanecendo a redução no encaminhamento de processos previdenciários e de proteção social ao NCI em comparação com o mesmo período do exercício anterior. Tal dinâmica resultou em alteração na composição da demanda institucional e em maior concentração relativa das atividades de controle na área administrativa ao longo do trimestre.

O gráfico a seguir evidencia que, no 1º trimestre de 2026, os procedimentos relativos a Contratos, Requisição de Pequeno Valor (RPV) e Aposentadoria concentraram 44% do total de trâmites analisados pelo NCI, indicando elevada concentração operacional nessas tipologias processuais e maior potencial de exposição a riscos de conformidade associados ao seu processamento.

Nesse contexto, para o planejamento das ações de 2026, mostra-se recomendável a priorização dessas frentes por meio do aperfeiçoamento dos fluxos processuais, da padronização de *checklists* e orientações técnicas, bem como da alocação estratégica da força de trabalho, com vistas à mitigação de riscos recorrentes, ao incremento da eficiência operacional das análises e à redução de retrabalho processual.

Gráfico 35 - Quantitativo dos processos administrativos, previdenciários e de proteção social analisados – 1º trimestre de 2026.



Fonte: NCI/IGEPSS

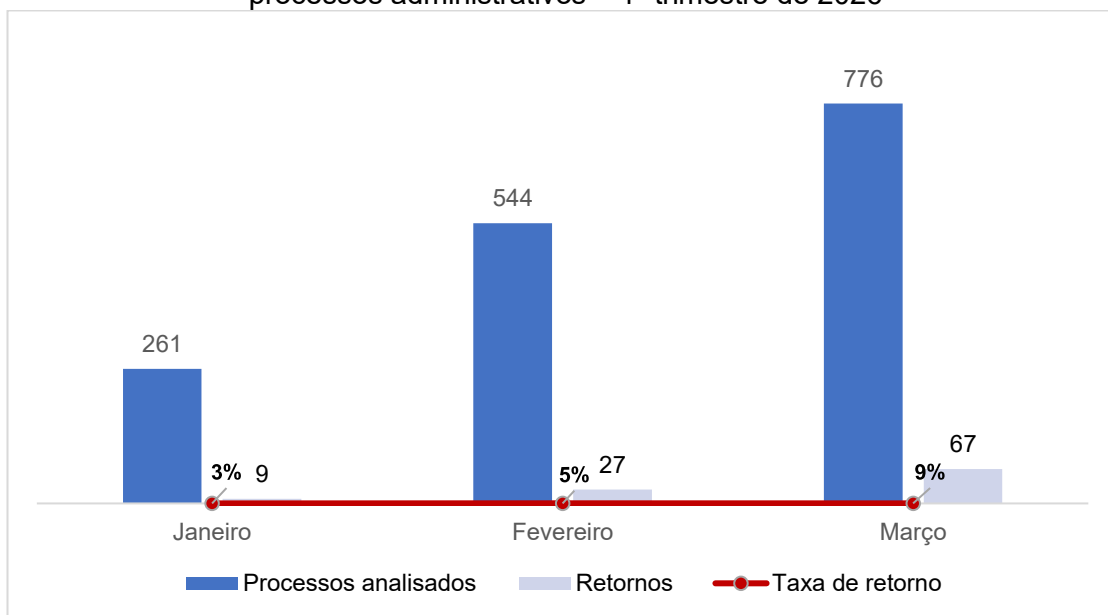
O gráfico 35 evidencia que a atuação do NCI é contínua e abrangente, alcançando não apenas os processos relacionados à concessão de benefícios a civis e militares, mas todas

as demandas submetidas à apreciação dos técnicos. Tal atuação contribui para o fortalecimento da governança, a observância dos parâmetros legais e a utilização adequada dos recursos públicos, além de subsidiar o controle externo e fomentar o controle social.

Na área administrativa, os processos submetidos à análise do NCI compreendem a verificação de conformidade da execução orçamentária e financeira e dos pagamentos relacionados a procedimentos que envolvem dispêndio de recursos públicos. Registra-se que a competência para aferição da conformidade dos procedimentos de desembolso e pagamento foi atribuída ao controle interno por meio da Portaria nº 122/2008 da Controladoria-Geral do Estado (CGE), reforçando o papel preventivo e mitigador do NCI no ciclo de execução da despesa pública.

Adicionalmente, integra o escopo de atuação do NCI a ratificação e/ou avaliação de manifestações técnicas relacionadas a desembolsos classificados como Despesa de Exercício Anterior (DEA), procedimento que demanda controle reforçado em razão de sua natureza excepcional e do potencial risco de desconformidade associado ao reconhecimento extemporâneo de obrigações.

Gráfico 36 - Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos administrativos – 1º trimestre de 2026



Fonte: NCI/IGEPPS

No âmbito administrativo, foram analisados 1.581 processos no 1º trimestre de 2026. O gráfico a seguir apresenta o quantitativo mensal de análises realizadas e de processos devolvidos para regularização, no 1º trimestre de 2026. Ademais, destaca-se que as análises de conformidade na área administrativa concentraram-se sobre os documentos que formalizam as etapas da despesa pública - notadamente notas de empenho, documentos de

liquidação e ordens bancárias -, instrumentos essenciais à verificação da regularidade dos atos de empenho, liquidação e pagamento.

Quanto à esfera administrativa, nota-se que dentre os processos encaminhados à apreciação, a média de retornos à Diretoria de Administração e Finanças é de 6%. Esses retornos ocorreram normalmente devido à instrução processual precária com inconsistências nos documentos; necessidade de ajustes nos documentos orçamentários/ financeiros; falha na elaboração de relatório de viagem em processos de concessão de diárias a servidor; e inconsistência de dados nas conciliações bancárias das unidades gestoras.

No campo previdenciário, responsável pela análise de conformidade dos processos de concessão de aposentadoria e pensão por morte dos segurados civis, destaca-se que desde 2020, os processos de concessão de aposentadorias passaram a ser encaminhados à apreciação do NCI. Essa iniciativa evidencia o compromisso do Instituto com as orientações dos Órgãos de Controle Externo, notadamente o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA).

Esse alinhamento estratégico atribuiu ao NCI a responsabilidade pela análise prévia das concessões de aposentadoria, antes de serem submetidas à avaliação pelo TCE/PA. Enquanto, os processos de pensão por morte dos civis passaram a vim para este NCI a partir da Ordem de Serviço N° 001/2024<sup>1</sup> (PAE n° 2024/664654), que estabeleceu que a partir de junho de 2024 todos os processos de concessão e revisão de benefícios previdenciários ou similares deviam ser enviados ao NCI para análise de conformidade.

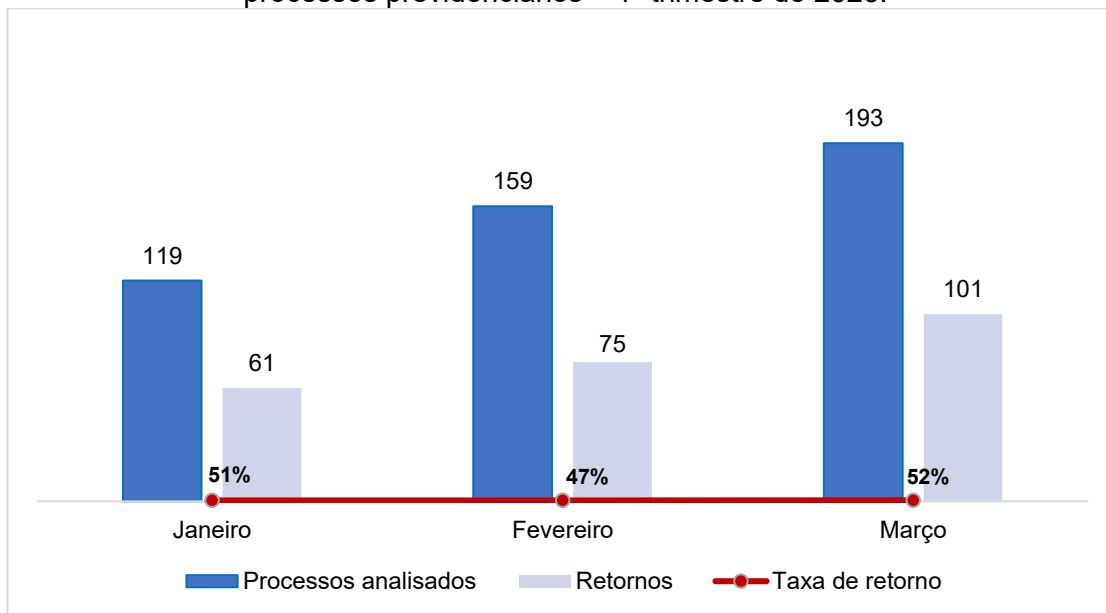
Esse processo assegura uma dupla verificação de conformidade dos atos concessórios de aposentadoria e pensão por morte, com o objetivo de mitigar falhas e inconsistências que possam ser identificadas em auditorias externas. Essa dupla verificação proporciona um notável ganho institucional frente aos Órgãos de Controle Externo, pois demonstra uma atuação pautada na prevenção e detecção de riscos, em consonância com as boas práticas de controle interno preconizadas pelo modelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

No 1º trimestre de 2026, foram examinados um total de 471 processos de aposentadorias e pensões no âmbito previdenciário. A seguir, apresentamos um gráfico que ilustra o quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos previdenciários.

---

<sup>1</sup> A Ordem de Serviço n° 01/2024 - Memorando Circular n° 14/2024 (PAE n° 2024/664654), determinou que todos os processos de concessão e revisão, seja de benefícios previdenciários ou congêneres, seja encaminhado ao NCI para análise de conformidade. Sendo os processos de Reserva e Reforma da DPSM, só serão encaminhados a partir de julho de 2024.

Gráfico 37 - Quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos previdenciários – 1º trimestre de 2026.



Fonte: NCI/IGEPPS

Quanto à esfera previdenciária, nota-se que dentre os processos encaminhados à apreciação, a média de retornos à Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CAAH) é de 50%. Esses retornos ocorrem, em sua maioria, devido a razões, incluindo discrepâncias na fundamentação legal e no valor do benefício, erros nos cálculos apresentados, divergências na interpretação da norma por parte dos técnicos previdenciários, ou ainda, para esclarecimentos adicionais, visando sempre a conformidade do processo para assinatura da Portaria de concessão pelo Presidente do Instituto e, posterior, registro pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.

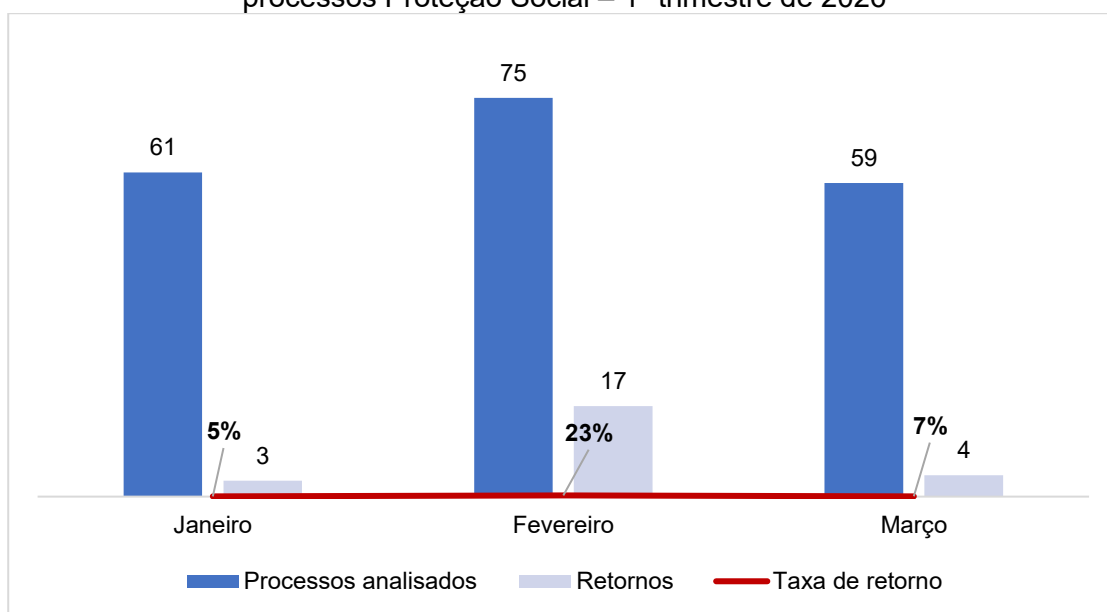
No que se refere à capacidade operacional das unidades envolvidas no fluxo de análise, registra-se que, no mês de março de 2026, houve incremento superior a 100% no quadro de pessoal do setor de concessão, em razão do ingresso de aproximadamente 10 servidores temporários. Em contrapartida, o NCI permaneceu com quadro reduzido, contando com apenas 4 servidores lotados na área previdenciária. Em razão do descompasso entre a expansão da capacidade operacional da unidade de instrução processual e a manutenção do quadro reduzido da unidade de controle, verificou-se que 3 processos de concessão foram analisados por este Setorial em prazo superior ao estabelecido pela CCAH no referido mês.

Diante desse cenário, foi formalizada solicitação ao Gabinete da Presidência para reforço da força de trabalho vinculada à área previdenciária do NCI, com vistas à adequação da capacidade operacional da unidade e ao cumprimento tempestivo dos prazos de análise. Ademais, como medida mitigatória de caráter transitório, e considerando o elevado índice de devolução de processos para saneamento de pendências, a Diretoria de Previdência passou

a promover reuniões periódicas de alinhamento entre a CCAH e o NCI, objetivando o aperfeiçoamento da instrução processual, a padronização de entendimentos técnicos e a redução do retrabalho no fluxo de análise.

Na área de proteção social, responsável pela análise de conformidade dos processos de concessão de reserva remunerada, reforma e pensão por morte dos segurados militares, no 1º trimestre de 2026, foram examinados um total de 195 processos. A seguir, apresentamos um gráfico que ilustra o quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos de proteção social no 1º trimestre de 2026.

Gráfico 38 - Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos Proteção Social – 1º trimestre de 2026



Fonte: NCI/IGEPPS

Quanto à proteção social, a variação nas análises e o quantitativo de retornos nos processos de reserva e reforma é menor do que nos processos previdenciários, nota-se que dentre os processos encaminhados à apreciação, a média de retornos à Diretoria de Proteção Social é de 11%. A variação no quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos de reserva e reforma dos militares mostra uma demanda mais estável, com um aumento de janeiro para fevereiro e uma redução de fevereiro para março de 2026.

Por fim, conclui-se que, no 1º trimestre de 2026, o NCI manteve atuação relevante e estratégica no fortalecimento da governança institucional e na mitigação de riscos de desconformidade no âmbito do IGEPPS, mesmo diante do aumento progressivo da demanda processual e das limitações de capacidade operacional observadas em determinadas áreas.

No período, observou-se crescimento da demanda processual, com destaque para a predominância das análises administrativas e para a manutenção do controle prévio dos atos

concessórios previdenciários e de proteção social, contribuindo para maior segurança jurídica e mitigação de riscos de apontamentos pelos Órgãos de Controle Externo.

Por outro lado, destaca-se, que o elevado índice de devolução de processos previdenciários para regularização, aliado ao crescimento da demanda e à limitação quantitativa de servidores na área técnica correspondente, evidencia a necessidade de aperfeiçoamento contínuo dos fluxos de instrução processual, padronização de entendimentos técnicos e reforço da estrutura de pessoal do NCI, de modo a preservar a tempestividade e a qualidade das análises realizadas.

Nesse contexto, verifica-se que as medidas institucionais já adotadas — tais como solicitação de reforço da força de trabalho e implementação de reuniões periódicas de alinhamento entre as áreas técnicas — podem ser consideradas como uma postura proativa da gestão na busca pelo aperfeiçoamento dos processos internos e mitigação dos gargalos operacionais identificados.

Por fim, conclui-se que o desempenho do NCI no período demonstra maturidade crescente do sistema de controle interno institucional, com manutenção da eficiência operacional, ampliação da atuação preventiva e fortalecimento da cultura de conformidade e gestão de riscos no âmbito do Instituto, em consonância com as boas práticas de governança e controle preconizadas pelos órgãos de fiscalização e pelos referenciais técnicos aplicáveis.

## 7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL

A Assessoria de Comunicação do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado é responsável pela produção de materiais gráficos, cobertura jornalística e divulgação de todas as ações, campanhas e iniciativas institucionais. Os conteúdos produzidos são publicados no site oficial do Instituto, na intranet e no portal de notícias do Governo do Estado, Agência Pará, garantindo ampla visibilidade às atividades desenvolvidas.

### 7.5.2 Produção de Conteúdo

No 1º trimestre de 2026, foram realizadas 86 postagens, representando um crescimento de 30% em relação ao volume de publicações do mesmo período de 2025 nas redes sociais Instagram e Facebook.

Esse aumento está diretamente associado à intensificação das ações institucionais ao longo do trimestre. A ampliação da produção de conteúdo demonstra o fortalecimento da presença digital do IGEPPS, elemento estratégico para:

- elevar a relevância algorítmica das publicações;
- ampliar o alcance orgânico;

- aumentar a frequência de exposição junto ao público-alvo;
- consolidar a identidade institucional;
- aprimorar a comunicação com servidores, beneficiários e demais stakeholders.

A evolução do volume de postagens evidencia um movimento consistente de profissionalização e expansão da comunicação institucional.

### 7.5.2 Alcance

O alcance de visualizações no Facebook do IGEPPS apresentou crescimento expressivo no 1º trimestre de 2026, quando comparado ao 4º trimestre de 2025. Esse desempenho está alinhado ao perfil do público atendido pelo Instituto, que demonstra maior presença e engajamento nessa plataforma, favorecendo a distribuição dos conteúdos publicados.

No Instagram, observou-se uma retração no alcance no mesmo período. Esse comportamento não representa necessariamente perda de desempenho, mas reflete um processo de readequação estratégica do conteúdo ao funcionamento da plataforma e às características do público. Ajustes de linguagem, formatos e frequência são comuns em períodos de transição e fazem parte da otimização contínua da comunicação digital.

Tabela 90 - Quantitativo de resultado do Alcance - 1º trimestre de 2026

Alcance Total	Instagram	Facebook
22.098 - 1º trimestre de 2026	Retração (-29,2%)	Crescimento expressivo (+28,9%)
22.758 - 4º trimestre de 2025		

Fonte: Ascom/IGEPPS

### 7.5.3 Gerenciamento, monitoramento e produção de conteúdo e alimentação das redes sociais

No 1º trimestre de 2026, a produção de conteúdo institucional nos diferentes canais de comunicação refletiu a dinâmica interna do Instituto e o início do exercício administrativo. O site institucional registrou 15 publicações, número inferior ao observado em trimestres anteriores, em razão do período inicial de reorganização e retomada gradual das atividades.

Apesar do volume reduzido, observa-se um direcionamento estratégico na seleção dos conteúdos publicados, priorizando temas de maior relevância institucional e contribuindo para:

- fortalecer a comunicação oficial;
- qualificar as informações disponibilizadas ao público externo;
- garantir alinhamento entre as ações do Instituto e sua presença digital.

Tabela 91 - Quantitativo de resultado Canal - 1º trimestre de 2026

Canal	Quantidade de Publicações
Site	15
Intranet	25
Agência Pará	6

Fonte: Ascom/IGEPPS

## 7.6 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E ANÁLISES JURÍDICAS

A Procuradoria Jurídica – PROJUR do IGEPPS encontra-se estruturada de forma a assegurar atuação técnica, integrada e eficiente no atendimento às demandas jurídicas institucionais. Para tanto, a PROJUR é composta por Gabinete próprio e por três Coordenadorias, a saber: Coordenação do Consultivo (CCON), Coordenação do Contencioso (CCOS) — que compreende o Núcleo de Recuperação de Crédito — e Coordenação da Execução (CEXEC).

### 7.6.1 Atuação do Gabinete - PROJUR

O Gabinete da Procuradoria atua diretamente na análise e no acompanhamento de processos administrativos de maior relevância institucional, especialmente aqueles relacionados a processos de pensão alimentícia, atendimentos judiciais, expedição de alvarás judiciais e prestação de informações ao Juízo.

#### 7.6.1.1 Processos de Pensão Alimentícia

Os processos administrativos decorrentes de ordens judiciais para inclusão de pensão alimentícia são devidamente autuados e encaminhados à Gerência da PROJUR, à qual compete proceder à análise jurídica do comando judicial, promover a adequada instrução processual e operacionalizar o seu cumprimento junto às unidades administrativas competentes, observados os prazos legais e os normativos aplicáveis.

No 1º trimestre de 2026, foram analisados 190 (cento e noventa) processos dessa natureza, quantitativo significativamente superior ao registrado no mesmo período do exercício de 2025, quando foram processados 51 (cinquenta e um) pedidos. Tal variação corresponde a um crescimento aproximado de 272,55% na comparação entre os períodos.

Esse aumento expressivo evidencia a intensificação da demanda judicial incidente sobre o Instituto, refletindo maior complexidade operacional e exigindo o contínuo fortalecimento da capacidade técnica e administrativa da PROJUR, de modo a assegurar a regularidade jurídica dos atos, a tempestividade no cumprimento das decisões judiciais e a salvaguarda do erário.

#### 7.6.1.2 Atendimentos Judiciais, Alvarás e Informações ao Juízo

Os processos relativos a atendimentos judiciais, expedição de alvarás e requisições de informações formuladas por órgãos do Poder Judiciário são analisados pela PROJUR, que elabora manifestações técnicas, despachos e respostas formais, promovendo o encaminhamento às instâncias competentes, tais como Juízos, Varas e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), em observância às normas processuais e administrativas vigentes.

No 1º trimestre de 2026, foram analisados 152 processos dessa natureza. Observa-se, nesse período, redução do volume de demandas em relação a exercícios anteriores, circunstância atribuída, principalmente, ao recesso forense, que impacta diretamente o fluxo de expedientes judiciais direcionados ao Instituto.

Tabela 92 - Comparativo do quantitativo dos processos analisados, 1º trimestre de 2025 e 2026

Processos	2025	2026	%
Atendimentos Judiciais	6	23	104
Alvarás, Informações ao Juízo e Penhoras	13	109	102
Encaminhamentos Diversos	23	9	101
TRT	7	11	
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>152</b>	

Fonte: SISJUD/Plano de Controle Assessoria.

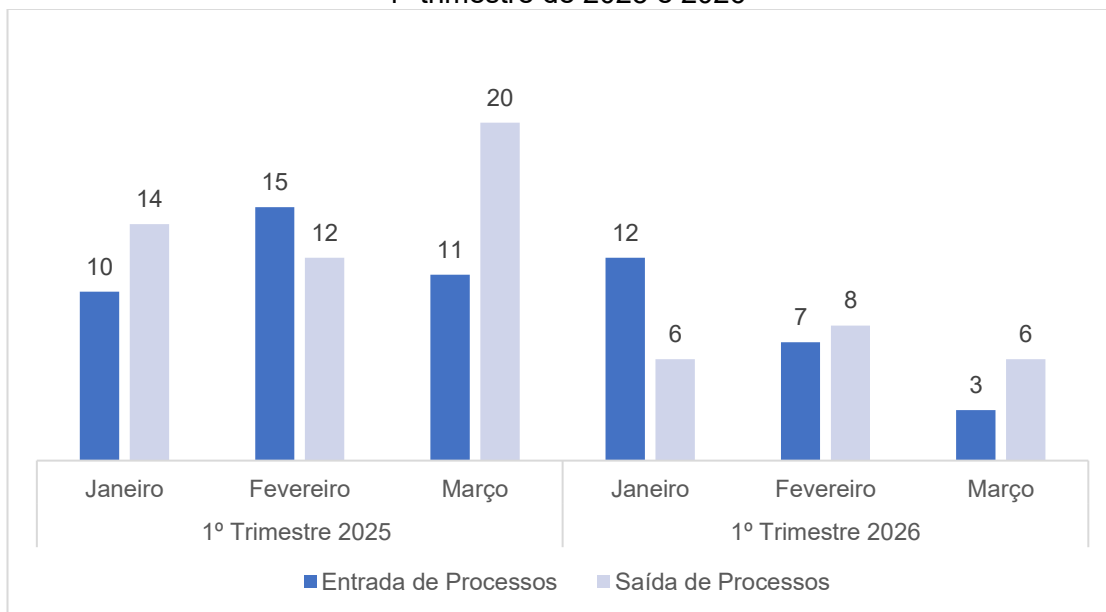
#### 7.6.2 Atuação da Coordenação do Consultivo - CCON

A Coordenação do Consultivo atua exercendo atividades de consultoria e orientação jurídica aos gestores e unidades administrativas, com foco no controle prévio de legalidade dos atos administrativos e na uniformização dos entendimentos jurídicos.

##### 7.6.2.1. Elaboração de Pareceres, Manifestações, Despachos, Nota Técnica e Memorandos

No 1º trimestre de 2026, destacaram-se demandas relacionadas aos regimes previdenciários civil e militar, abrangendo temas como contribuições previdenciárias, aposentadorias, pensões, acumulação de cargos públicos e averbação de tempo de serviço.

Gráfico 39 — Quantitativo Mensal de Processos do Consultivo – 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: CCON/IGEPPS

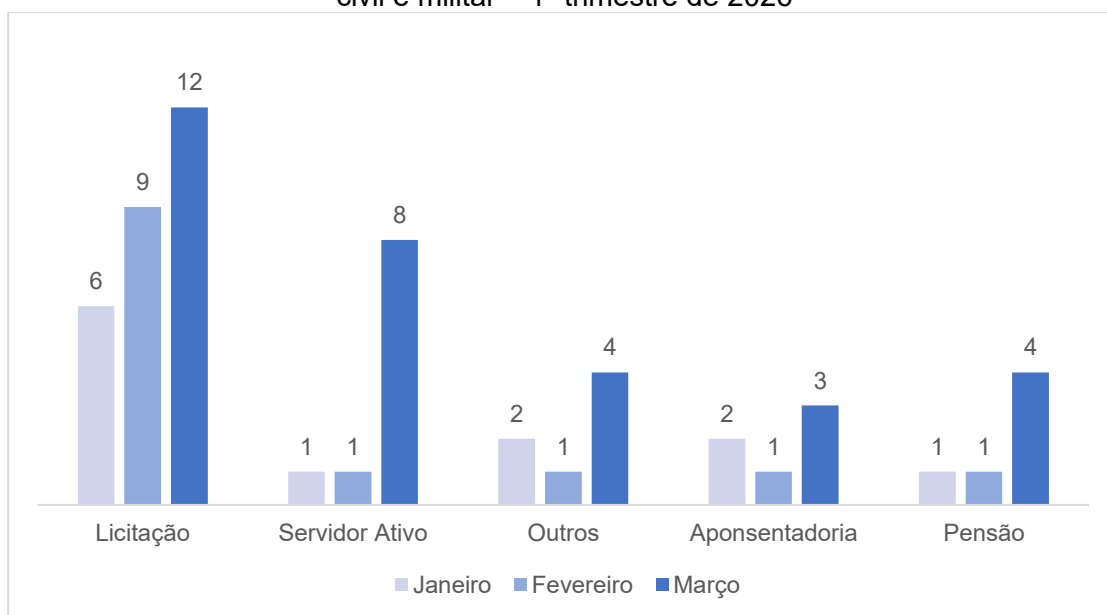
O período apresentou saldo positivo de produtividade, uma vez que o quantitativo de processos concluídos superou o de ingressos, evidenciando eficiência na gestão das demandas e redução do estoque represado ao final do exercício de 2025.

A segmentação das atividades entre as áreas civil e militar evidencia que o setor consultivo atua em contextos normativos distintos, atendendo demandas que refletem as especificidades próprias de cada regime jurídico. Essa diferenciação assegura maior precisão técnica nas análises e no tratamento dos processos, bem como a estrita aderência às normas aplicáveis a cada esfera, fortalecendo a segurança jurídica dos atos administrativos.

No 1º trimestre de 2026, as demandas do setor consultivo distribuíram-se entre as áreas civil e militar, reafirmando a atuação segmentada conforme a natureza jurídica das matérias analisadas. Na área civil, foram registradas 36 (trinta e seis) entradas e 41 (quarenta e uma) saídas de processos, demonstrando fluxo contínuo de análise, capacidade de resposta às solicitações e eficiência na gestão do acervo.

Na área militar, não houve registro de processos de entrada ou de saída no 1º trimestre de 2026, evidenciando estabilidade do acervo processual ou ausência de novas demandas no período analisado.

Gráfico 40 - Demandas do Consultivo segmentada por matéria nas áreas civil e militar – 1º trimestre de 2026



Fonte: CCON/IGEPPS

Os dados do trimestre revelam que as demandas do setor consultivo refletem a atuação em regimes jurídicos com diferentes níveis de maturidade normativa. Na área civil, observa-se fluxo mais dinâmico, decorrente da diversidade de segurados e beneficiários e da multiplicidade de normas incidentes, o que confere maior complexidade às análises previdenciárias.

Na área militar, por sua vez, verificou-se redução no volume de demandas, indicando estabilização dos entendimentos jurídicos já consolidados, cenário atribuído, principalmente, à uniformização das orientações técnicas promovida ao longo do exercício de 2025, com consequente diminuição de consultas repetitivas.

A análise por matéria evidencia concentração relevante de demandas relacionadas a licitações, especialmente no início do exercício financeiro, em razão da maior disponibilidade orçamentária. Em contrapartida, os temas relativos a aposentadoria, pensão e servidor ativo apresentam volumes mais equilibrados.

Nesse contexto, a atuação técnica e contínua do setor consultivo mostra-se fundamental para a internalização das orientações jurídicas, a redução de dúvidas recorrentes e o fortalecimento da segurança jurídica e da eficiência administrativa no âmbito institucional.

### 7.6.3 – Atuação da Coordenação do Contencioso - CCOS

A Coordenação do Contencioso tem por objetivo gerenciar, acompanhar e instruir os processos administrativos decorrentes de ações judiciais em curso envolvendo o IGEPPS,

prestando apoio técnico-jurídico à Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE) e garantindo o adequado cumprimento das decisões judiciais.

#### 7.6.3.1 – Apoio Jurídico à PGE através do SISJUD

A partir de 03/09/2024, as solicitações de informações e documentos que visam instruir a elaboração da peça processual cabível pelo Estado, na fase de conhecimento, bem como, os cumprimentos de decisões judiciais passaram a ocorrer por encaminhamento, via PAE, pela PGE.

A fim de garantir o controle, a distribuição igualitária entre a equipe, evitar a litispendência administrativa e ter transparência no fluxo do processo, utilizando a ferramenta SISJUD para auxiliar na máxima efetividade do serviço público.

#### 7.6.2.2 – Análise Jurídica dos processos administrativos

No 1º trimestre de 2026, registrou o ingresso de 699 processos administrativos e a análise de 604 processos, o que corresponde a uma taxa de processamento de 86,4% em relação ao volume recebido no período. Ao final do trimestre, permaneceram 95 processos ativos ou vencidos, representando 13,6% do total de processos recebidos.

Tabela 93 - Relatório Trimestral de Processos – SISJUD- 1º trimestre de 2026

Mês	Processos recebidos	Processos Analisados	Litispendência	Ativo ou Vencido
Janeiro	204	185	-	19
Fevereiro	225	195	1	30
Março	270	224	1	46
<b>Total</b>	<b>699</b>	<b>604</b>	<b>2</b>	<b>95</b>

Fonte: CCON/IGEPPS

Quanto à litispendência administrativa, foram registrados apenas 2 casos no trimestre, correspondendo a 0,29% do total de processos recebidos. De forma geral, os dados indicam desempenho operacional satisfatório, com elevada taxa de análise no período, porém revelam também pressão crescente sobre a capacidade de resposta da unidade.

#### 7.6.2.3 – Controle das decisões judiciais

A CCOS tem exercido o controle dos prazos judiciais pelo sistema SISJUD, que apresenta como principais vantagens dessa abordagem, a centralização das informações; agilidade no cumprimento e melhoria na gestão de fluxos.

No 1º trimestre de 2026, o SISJUD registrou um total de 609 processos concluídos, 93 vencidos, os quais, em muitos casos aguardam resposta de outros setores para serem finalizados.

### 7.6.3 Recuperação de Crédito

As principais ações da área de recuperação de crédito como resultados, indicadores e avanços, destacam-se iniciativa voltada à modernização de processos, à implantação de soluções tecnológicas e ao aprimoramento das estratégias operacionais, com foco no aumento da eficiência e na maximização da recuperação de ativos.

#### a) Atualização de Valores

Foram realizados procedimentos sistemáticos de atualização monetária em 100 processos, o que alcançou um valor previsto a recuperar de R\$ 2.413.850,98 (dois milhões, quatrocentos e treze mil oitocentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos). A atualização contínua dos valores é essencial para garantir a consistência dos dados e a efetividade das ações de cobrança administrativa e judicial.

#### b) Investigação Social

A investigação social permaneceu como etapa estratégica para avaliação da recuperabilidade dos créditos e definição de abordagens de cobrança. Como resultado, observou-se a conclusão de 29 novos processos com investigação concluída.

Essa atividade contribui para maior assertividade nas ações, redução de riscos e aumento da eficiência na recuperação de crédito.

#### c) Emissão de Cobrança

As ações de cobrança foram intensificadas, com foco na formalização e continuidade dos processos. Como resultado, foi evidenciado o quantitativo de 55 processos com emissão de cartas de cobrança.

No período analisado, foram validados 200 processos aptos para emissão de cobrança, assegurando conformidade e aderência aos critérios operacionais estabelecidos. A iniciativa reforça a notificação formal dos devedores e garante o cumprimento dos fluxos operacionais.

#### d) Atendimento e Negociação

As atividades de atendimento foram ampliadas, com integração entre os sistemas SIAAG e SISREC. O quantitativo de atendimentos presenciais realizados no 1º trimestre de 2026 foi de 21 atendimentos foram fundamentais para a construção de soluções individualizadas e para a regularização dos créditos.

#### e) Acordos Administrativos e Resultados Financeiros

No 1º trimestre de 2026, foram celebrados 11 acordos, com estimativa de recuperação no montante de R\$ 141.171,64 (cento e quarenta e um mil, cento e setenta e um reais e sessenta e quatro centavos). Deste valor estimado, já foram pagos R\$ 47.324,91 (quarenta e

sete mil, trezentos e vinte e quatro reais e noventa e um centavos).

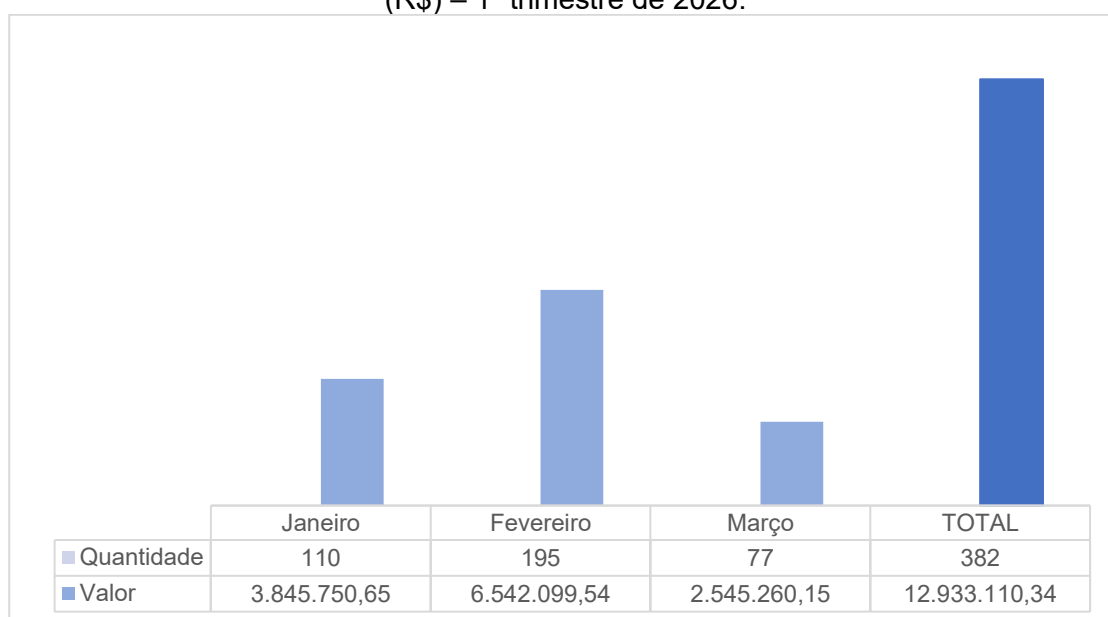
Os resultados evidenciam a efetividade da negociação direta com devedores. Adicionalmente, o retorno financeiro no período, referente aos contratos em andamento, totalizou R\$ 175.276,66 (cento e setenta e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

### 7.6.3 Atuação da Coordenadoria de Execução - CEEXEC

#### 7.6.3.1 Requisições de Pequeno Valor (RPV)

No âmbito da Coordenadoria de Execução (CEEXEC), compete a análise técnica dos processos de RPV e o seu regular encaminhamento para execução.

Gráfico 41 - Quantitativo de Requisição de Pequeno Valor (RPV) analisados (R\$) – 1º trimestre de 2026.

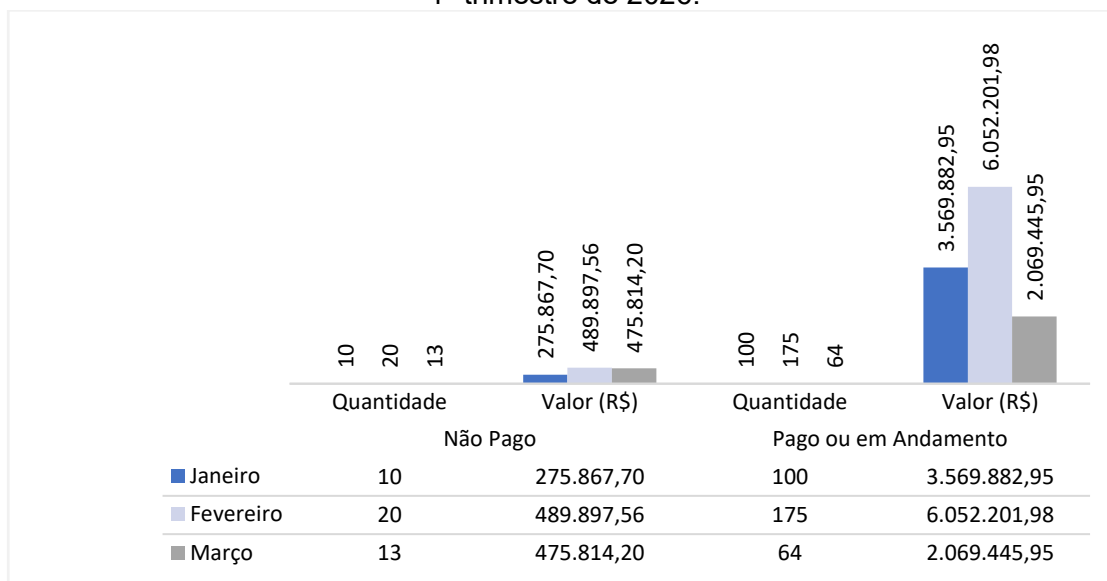


Fonte: CEEXEC/Projur/IGEPPS.

No 1º trimestre de 2026, foram analisados 382 processos, que totalizaram aproximadamente R\$ 12.933.110,34 (doze milhões, novecentos e trinta e três mil, cento e dez reais e trinta e quatro centavos), como demonstrado no gráfico a seguir, evidenciando o volume expressivo de demandas sob responsabilidade da unidade no período.

Do montante total analisado, R\$ 11.691.530,88 (onze milhões, seiscentos e noventa e um mil, quinhentos e trinta reais e oitenta e oito centavos) foram pagos ou encaminhados para pagamento, representando 89% do valor global das Requisições de Pequeno Valor (RPV). O valor não pago totalizou R\$ 1.241.579,46 (um milhão, duzentos e quarenta e um mil, quinhentos e setenta e nove reais e quarenta e seis centavos), correspondendo a 11% do montante apurado no período.

Gráfico 42 - Valores do RPV pagos, não pagos ou em andamento (R\$) – 1º trimestre de 2026.



Fonte: CEXEC/Projur/IGEPPS

#### 7.6.3.2 Requisições de Impugnações

Na Tabela 94, os processos do setor de Impugnação podem ser agrupados de acordo com as seguintes modalidades: piso salarial, pensão por morte, Lei nº 7.807, Lei nº 8.229, cálculo do contador, progressão salarial, aposentadoria, execução de honorários e “outros”.

No total, no 1º trimestre de 2026, foram realizados cálculos em 323 processos, sendo a maior parte referente à modalidade “outros”, que representou 50% da demanda do setor. Apesar do elevado volume de processos, é importante destacar que não houve pendências nos cálculos de impugnação no período analisado, o que evidencia alto grau de efetividade no fluxo de processamento.

Tabela 94 - Quantidade de processos por modalidade do setor de Impugnação – 1º trimestre de 2026

Modalidade	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Lei nº 7.807	-	2	-	<b>2</b>
Acordo	-	3	3	<b>6</b>
Cálculo contador	6	29	19	<b>54</b>
Outros	6	47	109	<b>162</b>
Pensão por morte	10	16	30	<b>56</b>
Piso salarial	1	4	16	<b>21</b>
Progressão Salarial	-	3	2	<b>5</b>
Honorários IGEPPS	1	1	1	<b>3</b>
Sem Classificação	2	2	2	<b>6</b>
Exe. Honorários	1	1	2	<b>4</b>
Aposentadoria	-	2	2	<b>4</b>
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>110</b>	<b>186</b>	<b>323</b>

Fonte: CEXEC/Projur/IGEPPS

Do total dessas operações, após a análise de impugnação, verificou-se que o IGEPPS reconheceu como valor devido aos segurados em litígio o montante de R\$ 16.065.295,61 (dezesesseis milhões, sessenta e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais e sessenta e um centavos). Para fins desta análise, esse montante foi considerado como Valor Devido (calculado).

O valor executado corresponde aos montantes indicados no cumprimento de sentença dos processos judiciais. Compete, contudo, ao setor de Impugnação do IGEPPS elaborar os cálculos das diferenças devidas, com o objetivo de apurar o valor correto e identificar eventuais excessos de execução. O excesso ocorre quando o valor executado judicialmente é superior ao valor efetivamente apurado pelos cálculos técnicos do setor.

No 1º trimestre de 2026, registraram-se, em termos aproximados, os seguintes valores: R\$ 21.952.906,81 (vinte e um milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e seis reais e oitenta e um centavos) referentes ao valor executado, e R\$ 8.055.566,29 (oito milhões, cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais e vinte e nove centavos) relativos ao excesso identificado.

Na Tabela 95, apresentam-se, de forma sintética, os valores apurados, os quais foram calculados com base em metodologia rigorosa de cálculo, em estrita observância à legislação vigente. Destaca-se que o setor de Impugnação do IGEPPS consolidou-se como referência técnica para diversos órgãos da administração estadual no que se refere à elaboração e conferência de cálculos em processos judiciais.

Tabela 95 - Valor Executado, Valor Calculado e Excesso – 1º trimestre de 2026

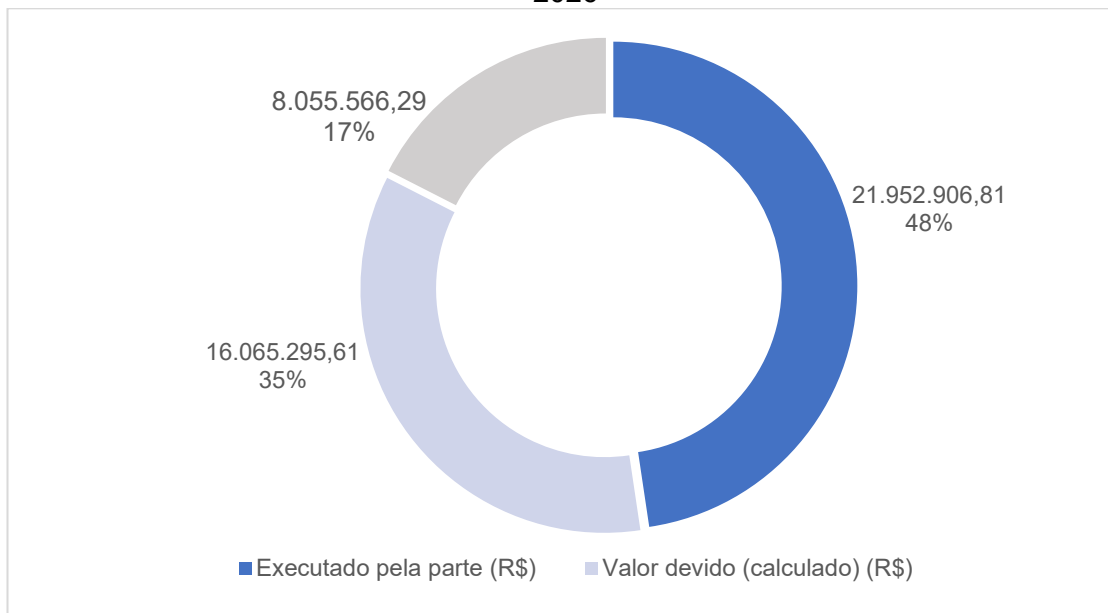
Mês	Tema	Executado pela parte (R\$)	Valor devido (calculado) (R\$)	Excesso (R\$)
Janeiro	Honorários IGEPPS	3.177,06	3.177,07	-
	Exe. Honorários	2.911,45	3.428,27	-
	Cálculo contador	196.599,66	184.394,96	12.204,70
	Outros	107.930,53	123.833,85	2.522,91
	Pensão por morte	4.161.822,44	2.068.119,54	2.151.362,09
	Piso Salarial	104.988,41	130.114,43	-
	<b>Total</b>	<b>4.577.429,55</b>	<b>2.513.068,12</b>	<b>2.166.089,70</b>
Fevereiro	Lei nº 7.807	118.767,66	239.137,10	-
	Aposentadoria	710.545,14	393.876,14	316.669,00
	Cálculo contador	3.256.277,73	3.068.741,43	190.441,44
	Acordo	-	3.081,76	-
	Outros	2.192.626,73	1.512.017,78	914.352,68
	Pensão por morte	2.664.200,61	2.144.557,65	980.158,40
	Piso salarial	169.613,82	185.351,32	2.570,79
	Progre. Funcional	60.720,00	176.662,81	-
<b>Total</b>	<b>9.172.571,69</b>	<b>7.723.425,99</b>	<b>2.404.192,31</b>	
Março	Cálculo contador	1.665.041,88	580.444,23	1.338.581,79
	Exe. Honorários	7.745,56	24.014,53	-
	Outros	1.973.709,41	1.348.308,76	713.515,77
	Pensão por morte	3.525.029,86	3.105.042,85	988.104,37
	Piso salarial	259.609,37	430.962,49	9.513,74
	Progre. Funcional	161.648,77	4.638,82	157.010,25
	Sem Classificação	609.940,72	335.389,82	278.558,36
<b>Total</b>	<b>8.202.725,57</b>	<b>5.828.801,50</b>	<b>3.485.284,28</b>	
<b>Total</b>	<b>21.952.906</b>	<b>16.065.295,61</b>	<b>8.055.566,29</b>	

Fonte: CEEXEC/Projur/IGEPPS

Por meio da atuação do setor de Impugnação, foi possível identificar uma diferença de R\$ 8.055.566,29 (oito milhões, cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais e vinte e nove centavos), correspondente a 17% a menor em relação ao valor executado, apurada mediante a comparação entre os valores apresentados pelo exequente e aqueles calculados. Esse montante representa economia para o Instituto, uma vez que deixou de ser desembolsado em razão da contestação técnica dos cálculos apresentados.

Ressalta-se, contudo, que a economia proporcionada pelo subsetor de Impugnação não se restringe aos valores decorrentes exclusivamente da impugnação dos cálculos. A economia institucional também pode resultar da concordância com os valores apresentados pela parte exequente, nos casos em que estes se mostram inferiores aos cálculos apurados pelo setor de execução. Dessa forma, as economias registradas decorrem tanto da impugnação quanto da validação técnica dos cálculos, reforçando a efetividade da atuação do setor.

Gráfico 43 — Valor Executado, Valor Calculado e Excesso (R\$) – 1º trimestre de 2026



Fonte: CEXEC/Projur/IGEPPS

Portanto, no 1º trimestre de 2026, foi apurada economia ao Instituto no montante de R\$ 10.195.891,19 (dez milhões, cento e noventa e cinco mil, oitocentos e noventa e um reais e dezenove centavos), valor superior àquele decorrente exclusivamente do excesso identificado na Tabela 96. Conforme destacado, essa economia resulta tanto da atuação do setor de Impugnação, por meio da contestação técnica dos cálculos apresentados, quanto da concordância do IGEPPS com os valores informados pelo exequente, quando estes se mostram inferiores aos cálculos elaborados pelos técnicos da Coordenadoria de Execução.

Tabela 96 - Valor Executado, Valor Calculado e Economia - 1º trimestre de 2026

Mês	Executado pela parte (R\$)	Valor Devido (calculado) (R\$)	Economia (R\$)
Janeiro	4.577.429,55	2.513.068,12	2.267.817,97
Fevereiro	9.172.751,69	7.723.425,99	3.355.977,16
Março	8.202.725,57	5.828.801,50	4.572.096,06
<b>Total</b>	<b>21.952.906,81</b>	<b>16.065.295,61</b>	<b>10.195.891,19</b>

Fonte: CEXEC/ Projur/IGEPPS

## 7.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Coordenação de Tecnologia da Informação (CTIN) promoveu avanços estruturantes na modernização do ambiente tecnológico institucional. O 1º trimestre de 2026 foi marcado pelo amadurecimento da infraestrutura tecnológica, pelo fortalecimento da segurança cibernética, pela consolidação da governança de projetos de TI, pelo avanço das iniciativas de transformação digital e pela modernização dos serviços prestados aos segurados, servidores e áreas internas do IGEPPS. As iniciativas desenvolvidas no período contribuíram

diretamente para:

- ampliação da rastreabilidade e da transparência institucional;
- redução de riscos operacionais e tecnológicos;
- evolução do nível de maturidade da segurança da informação;
- fortalecimento da continuidade operacional;
- modernização dos canais digitais de atendimento;
- estruturação de soluções baseadas em inteligência artificial;
- consolidação do Escritório de Projetos de Tecnologia;
- aumento da eficiência operacional e da governança dos serviços de TI.

### **7.7.1 Metodologia de Organização**

A CTIN organizou as informações e as ações executadas com base nos principais eixos estratégicos da Tecnologia da Informação do IGEPPS, possibilitando uma visão integrada da governança corporativa e do impacto institucional das entregas realizadas no período.

### **7.7.2 Governança de TI e Gestão de Projetos**

Durante o 1º trimestre de 2026, a CTIN consolidou a utilização do Open Project como plataforma oficial para a gestão e o acompanhamento de projetos estratégicos de tecnologia do IGEPPS, fortalecendo o modelo de governança, a rastreabilidade das iniciativas e o monitoramento executivo dos projetos institucionais.

### **7.7.3 Consolidação do Escritório de Projetos e Tecnologia**

No período analisado, a CTIN consolidou o Escritório de Projetos de Tecnologia como instância de apoio à governança, planejamento, acompanhamento e controle dos projetos estratégicos de TI, contribuindo para maior padronização metodológica e alinhamento das iniciativas aos objetivos institucionais.

### **7.7.4 Panorama executivo dos Projetos Estratégicos**

Com base nas informações extraídas do relatório “Projetos Ativos – Open Project”, a CTIN acompanhou projetos em execução dentro do cronograma previsto, bem como iniciativas classificadas em status de atenção ou risco, além de projetos concluídos, assegurando transparência e acompanhamento sistemático da carteira de projetos.

### **7.7.5 Projetos Estratégicos de Transformação Digital**

A CTIN acompanhou, ao longo do trimestre, projetos estratégicos voltados à transformação digital, dentre os quais se destacam:

- Aplicativo Mobile do IGEPPS;
- Totem IGEPPS e Totem IGEPPS 2.0;

- IGEPPS Digital;
- Gestão de Solicitação de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC);
- Projeto BI4Gov – Inteligência Analítica.

### **7.7.6 Desenvolvimento de Sistemas e Soluções Digitais**

No período, a CTIN conduziu ações de evolução, sustentação e aprimoramento dos principais sistemas corporativos do Instituto, com destaque para os sistemas SIAAG, SISCAL, SISREC e EXECIAI, assegurando estabilidade, desempenho e melhoria contínua dos serviços digitais.

### **7.7.7 Inteligência Artificial e Automação**

A CTIN avançou na consolidação de iniciativas voltadas à inteligência artificial e à automação de processos, alinhadas à estratégia institucional de inovação tecnológica e à otimização dos serviços prestados pelo IGEPPS.

### **7.7.8 Infraestrutura e Continuidade Operacional**

Durante o 1º trimestre, foram executadas ações estruturantes voltadas ao fortalecimento da infraestrutura tecnológica do Instituto, com foco na continuidade operacional, disponibilidade dos sistemas e resiliência dos serviços críticos.

### **7.7.9 Segurança da informação e Cibersegurança**

A segurança da informação manteve-se como uma das prioridades estratégicas da CTIN. No período, foram realizadas ações de revisão de políticas de segurança, fortalecimento da segmentação de rede, controle de acessos privilegiados, monitoramento de ativos críticos, evolução da governança de segurança e acompanhamento de riscos tecnológicos. Tais medidas contribuíram para a redução da exposição a ameaças cibernéticas e para o fortalecimento da maturidade institucional em segurança da informação.

### **7.7.10 LGPD, Privacidade e Governança de Dados**

O programa de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) permaneceu em execução ao longo do trimestre, promovendo o fortalecimento da governança de privacidade, a proteção de dados pessoais e a conformidade institucional com a legislação vigente.

### **7.7.11 Suporte Operacional e Sustentação**

As equipes da CTIN mantiveram atuação contínua na sustentação dos serviços tecnológicos críticos do Instituto, garantindo a estabilidade operacional, a continuidade dos serviços e o adequado suporte às atividades institucionais.

### **7.7.12 Principais Resultados Institucionais**

No 1º trimestre de 2026, a atuação da CTIN proporcionou avanços relevantes para a

governança corporativa e a modernização institucional do IGEPPS. Entre os principais resultados alcançados, destacam-se:

- consolidação do OpenProject como plataforma oficial de governança de projetos;
- ampliação da rastreabilidade das iniciativas estratégicas;
- evolução dos projetos de transformação digital;
- continuidade da modernização do aplicativo IGEPPS;
- fortalecimento da segurança da informação;
- avanço das iniciativas de inteligência artificial;
- modernização dos canais digitais de atendimento;
- fortalecimento das ações de LGPD e privacidade;
- ampliação da governança de TI e do nível de maturidade institucional.

#### 7.8 GESTÃO DE BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

No âmbito do Estado do Pará, a Lei Complementar nº 142, de 16 de dezembro de 2021, posteriormente alterada pela Lei Complementar nº 149, de 20 de maio de 2022, instituiu o Sistema de Proteção Social dos Militares. Referidas normas atribuíram ao IGEPPS a competência para a gestão dos benefícios relativos à inatividade e às pensões militares.

Nesse contexto, compete ao IGEPPS a administração dos seguintes benefícios destinados aos militares estaduais: reserva remunerada; reforma ex officio; auxílio-acidente (instituído pela Lei Complementar nº 149/2022); pensão militar por morte; pensão militar por extravio; pensão militar especial; e auxílio-morte (igualmente instituído pela Lei Complementar nº 149/2022).

A operacionalização dessas demandas é realizada pela Diretoria de Proteção Social dos Militares (DPSM), por meio de suas unidades técnicas especializadas, estruturadas da seguinte forma:

- **Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Reserva e Reforma (CPSM/RESREF):** responsável pela análise dos processos de concessão de reserva remunerada e reforma, auxílio-acidente, reversão ao serviço ativo, revisões de benefícios, dentre outras atribuições correlatas;
- **Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Pensão (CPSM/PENSÃO):** encarregada da análise dos processos de pensão por morte, pensão especial, auxílio-morte, continuidade e revisões de pensões, além de outras demandas inerentes à área.

No que tange à gestão dos benefícios, verifica-se a adoção contínua de medidas voltadas ao aprimoramento das rotinas de análise e concessão. No exercício de 2026, observa-se relativa estabilidade no volume de processos analisados, associada a ganhos

operacionais, evidenciados pela redução do estoque de processos pendentes e pela ampliação da capacidade de resposta às demandas administrativas do setor.

#### 7.8.1 Benefícios de Proteção Social – Reserva e Reforma

No 1º trimestre de 2026, a CPSM/RESREF analisou um total de 241 (duzentos e quarenta e um) processos relacionados à inatividade dos militares estaduais. Dentre os processos analisados, conforme a Tabela 97.

Tabela 97 - Quantitativo de processos de inatividade pela CPSM-Reserva e Reforma – 1º trimestre de 2026

Processos de Inatividade	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Total
Concessões	134	4	138
Revisão	76	5	81
Reversão	2	-	2
Devolvidos	20	-	20
<b>Total</b>	<b>232</b>	<b>9</b>	<b>241</b>

Fonte: EPREV/SISPREVWEB/IGEPSS

Observa-se predominância significativa de demandas oriundas da Polícia Militar, refletindo a maior representatividade desse público no universo de segurados. Ademais, o volume expressivo de revisões evidencia a atuação contínua na reavaliação de benefícios, com vistas à conformidade legal e à correção de eventuais inconsistências.

#### 7.8.2 Análise de Benefícios de Proteção Social - Pensão por Morte

No 1º trimestre de 2026, a CPSM/PENSÃO analisou 50 (cinquenta) processos de pensão por morte militar, conforme a Tabela a seguir.

Tabela 98 - Quantitativo de processos de inatividade pela CPSM-Reserva e Reforma – 1º trimestre de 2026

Processos de Inatividade	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Total
Concessões	43	3	46
Revisão	4	0	4
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>3</b>	<b>50</b>

Fonte: EPREV/SISPREVWEB/IGEPSS

A análise dos dados demonstra a predominância das concessões sobre as revisões no período, o que indica fluxo regular de novos requerimentos de benefícios previdenciários decorrentes de óbito de segurados. Assim como observado na área de reserva e reforma, há maior concentração de demandas oriundas da Polícia Militar, em consonância com a composição do efetivo estadual.

#### 7.8.3 Análise de Benefícios de Proteção Social – Pensão Militar Especial e Auxílio Morte

No 1º trimestre de 2026, foram contabilizadas 20 (vinte) concessões de pensão militar

especial e 20 (vinte) concessões de auxílio-morte, evidenciando fluxo regular de reconhecimento de direitos no âmbito do Sistema de Proteção Social dos Militares.

Observa-se que o quantitativo de auxílios-morte acompanha diretamente o volume de concessões de pensão militar especial, uma vez que se trata de benefícios correlacionados. Ademais, parte das demandas de auxílio-morte permanece em estoque na CPISM/PENSÃO, em razão da necessidade de cumprimento de etapas externas obrigatórias, especialmente o registro prévio do ato de aposentadoria militar especial junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), o que impacta o prazo de conclusão dos processos.

Sob a ótica da gestão, o desempenho do trimestre reflete a manutenção da capacidade operacional do setor, ainda que condicionado à tramitação interinstitucional, característica inerente a esses benefícios.

#### **7.8.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado – TCE/PA e Cumprimentos judiciais**

No 1º trimestre de 2026, foram registradas 20 (vinte) concessões de pensão militar especial e 20 (vinte) concessões de auxílio-morte, indicando fluxo estável de reconhecimento de direitos no âmbito do Sistema de Proteção Social dos Militares.

Verifica-se que há correspondência direta entre os quantitativos de pensão militar especial e de auxílio-morte, em razão do vínculo normativo entre os benefícios. Destaca-se, entretanto, a existência de estoque residual de processos de auxílio-morte na CPISM/PENSÃO, decorrente, sobretudo, da dependência de etapas externas obrigatórias, em especial o registro do ato de aposentadoria pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA). Sob a perspectiva gerencial, o desempenho do período evidencia manutenção da capacidade operacional, ainda que condicionado à tramitação interinstitucional, fator que impacta diretamente o tempo de finalização dos processos.

### **7.9 GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

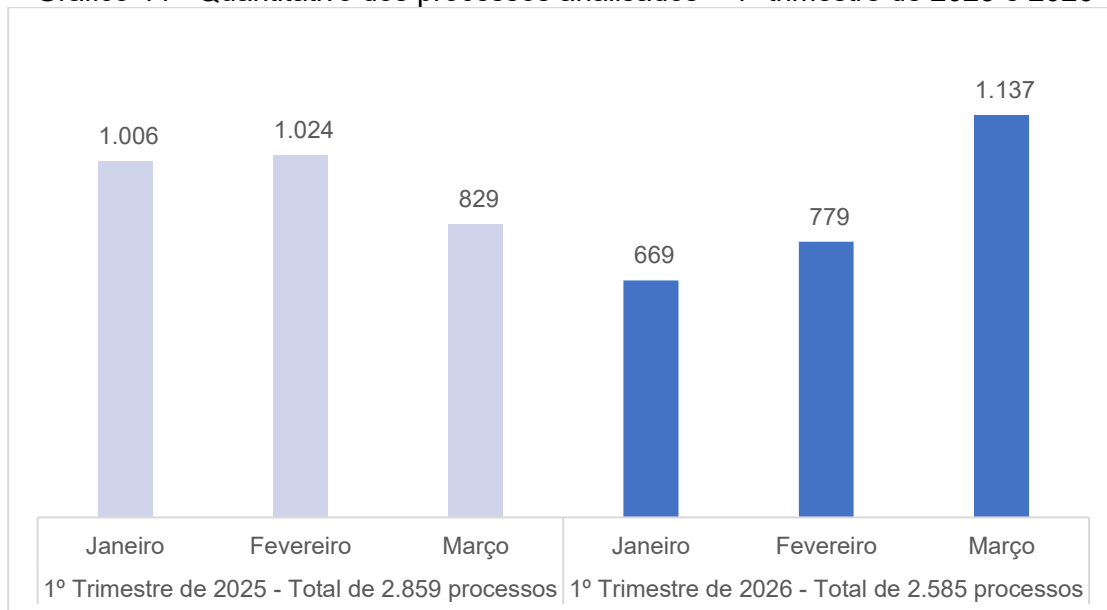
#### **7.9.1 Análise de Benefícios Previdenciários**

No que se refere à estrutura organizacional, a Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CAH), vinculada à Diretoria de Previdência, é a unidade responsável pela análise dos processos relacionados aos benefícios previdenciários, compreendendo, entre outros: aposentadoria, pensão por morte, auxílio funeral, abono de permanência, declaração de tempo de contribuição utilizado; revisões de benefícios e atendimento de demandas judiciais e prestação de informações processuais.

No 1º trimestre de 2026, foram analisados 2.585 (dois mil, quinhentos e oitenta e cinco) processos, evidenciando redução aproximada de 10% em relação ao mesmo período de 2025, quando foram registrados 2.859 (dois mil, oitocentos e cinquenta e nove) processos, conforme

o gráfico a seguir.

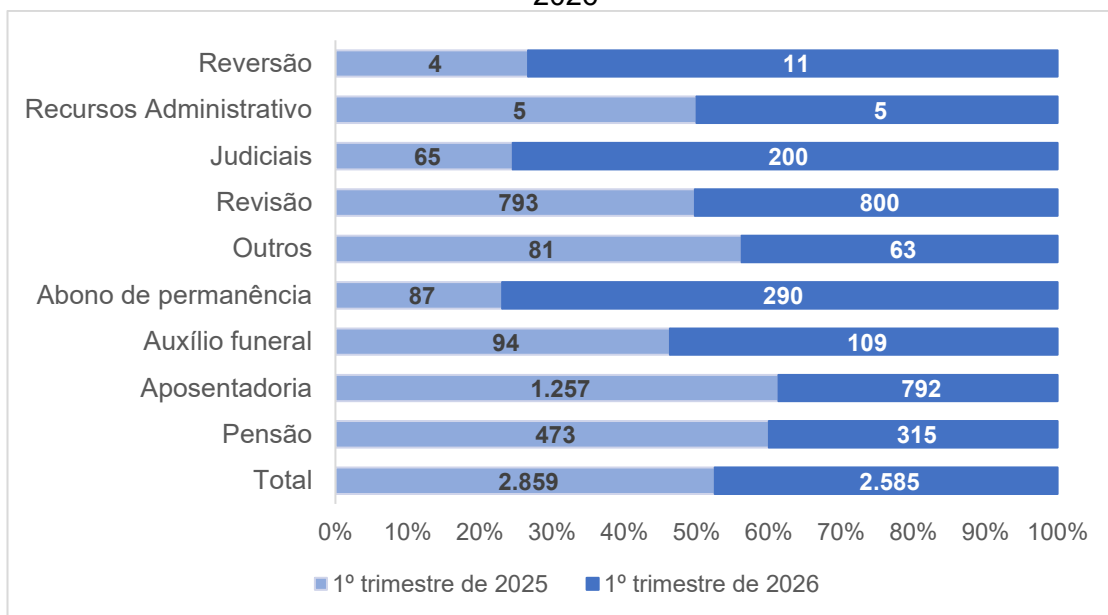
Gráfico 44 - Quantitativo dos processos analisados – 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPSS

Conforme o gráfico a seguir os resultados evidenciam alteração no perfil da demanda processual da CCAH no período analisado, com redução dos processos previdenciários de maior volume e crescimento de demandas administrativas e judiciais específicas, o que requer contínua adequação da capacidade operacional e do planejamento da unidade.

Gráfico 45 - Quantitativo por tipo de processos analisados – 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPSS

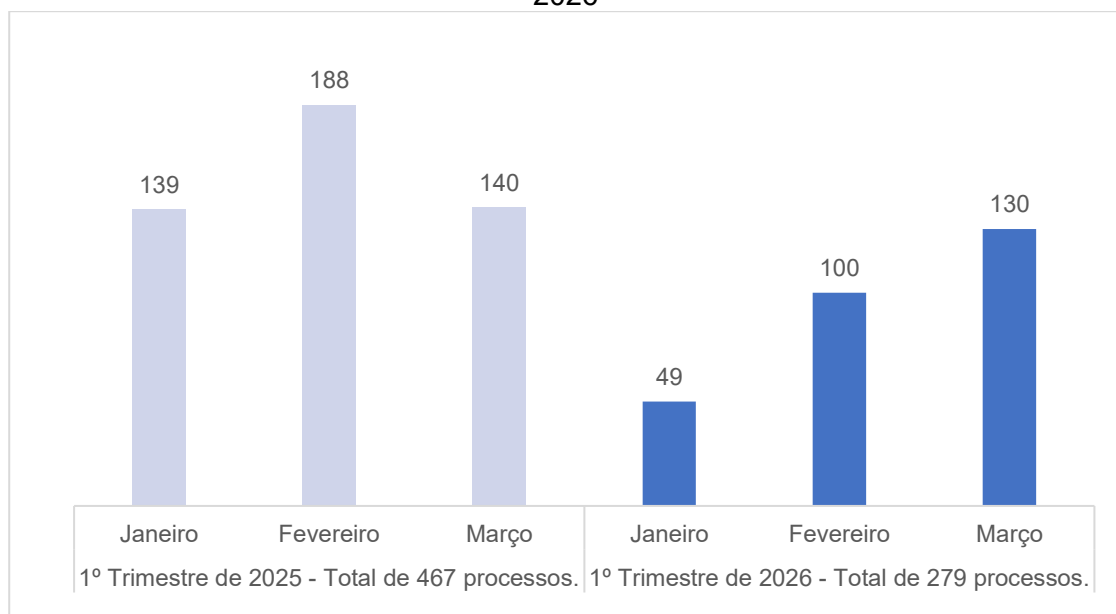
Ressalta-se que no tipo de processo “Judiciais” engloba demandas relativas a

aposentadorias e pensões, tal como o tipo de processo “Revisão”. Já o tipo de processo “Outros” se relaciona com demandas secundárias, como Declaração de Tempo Utilizado, prestação de informações em processos de Pecúnia e “Fale com o Presidente” e composição de benefício, por exemplo.

### 7.9.2 Concessão de Benefícios Previdenciários: Aposentadoria e Pensão por Morte

No 1º trimestre de 2026, a Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CAAH) concedeu 279 (duzentas e setenta e nove) aposentadorias, dentre as 792 (setecentas e noventa e duas) análises realizadas, evidenciando uma taxa de concessão aproximada de 35% no período.

Gráfico 46 - Quantitativo das aposentadorias concedidas – 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SISPREV/CAAH/IGEPPS

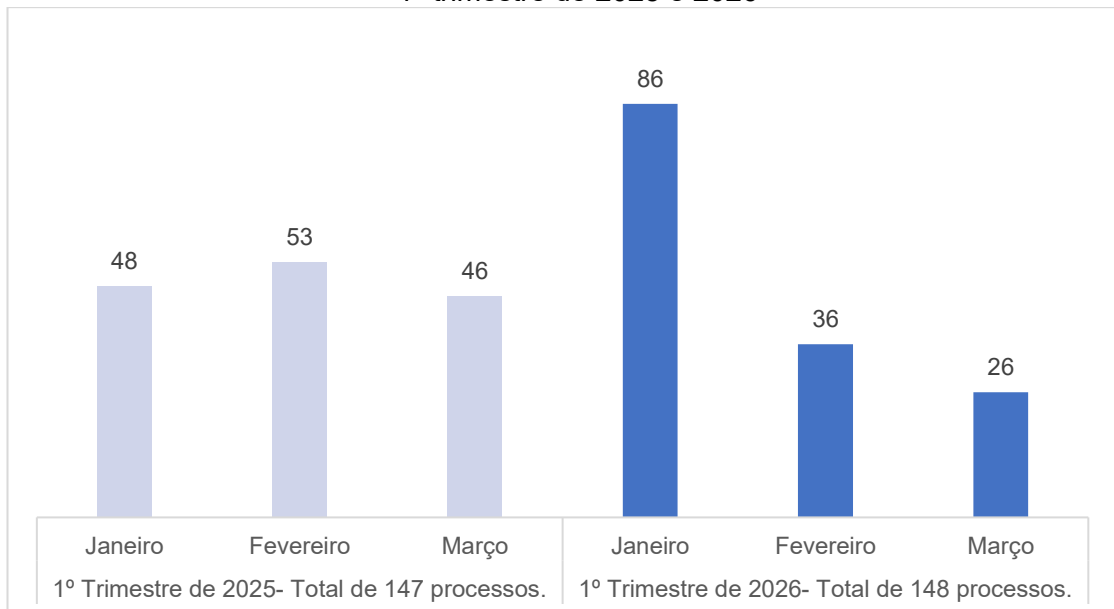
Na análise comparativa com o 1º trimestre de 2025, quando foram concedidas 467 (quatrocentas e sessenta e sete) aposentadorias, verifica-se uma redução de aproximadamente 40% no número de benefícios deferidos em 2026.

Sob a ótica gerencial, essa redução está diretamente associada a fatores estruturais e operacionais, especialmente: o processo de adaptação e ajustes no sistema SISPREV, que impactou o ritmo de análise e concessão dos processos e a redução da força de trabalho dedicada à análise, tendo em vista que, no exercício de 2025, a unidade contava com 8 (oito) Técnicos em Gestão Previdenciária (TPAs) a mais, ampliando a capacidade de processamento naquele período.

Dessa forma, os resultados observados não refletem necessariamente diminuição da demanda, mas sim restrições na capacidade operacional do setor ao longo do trimestre, influenciando diretamente o volume de concessões efetivadas.

Conforme demonstrado no Gráfico 50, no 1º trimestre de 2026 foram concedidas 148 (cento e quarenta e oito) pensões por morte, evidenciando a manutenção do fluxo de concessões desse tipo de benefício previdenciário.

Gráfico 47 - Quantitativo das pensões por morte concedidas por folha de pagamento – 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SISPREVWEB/IGEPPS

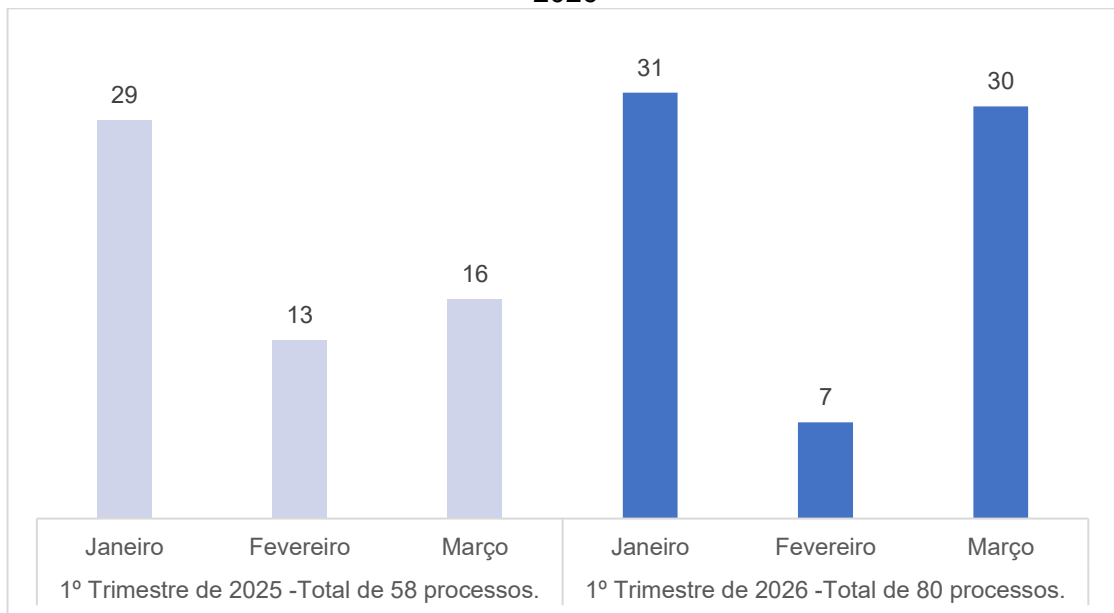
Na análise comparativa com o mesmo período de 2025, quando foram deferidas 147 (cento e quarenta e sete) pensões por morte, observa-se um crescimento discreto de aproximadamente 1% (um por cento) no número de concessões.

### 7.9.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral

No 1º trimestre de 2026, foram analisados 109 (cento e nove) processos de auxílio-funeral, dos quais 68 (sessenta e oito) foram deferidos, conforme demonstrado no Gráfico 51.

O volume de processos analisados no período pode ser considerado expressivo, contribuindo de forma significativa para o controle e redução do estoque dessa tipologia de demanda. Atualmente, o setor registra 61 (sessenta e um) processos pendentes, já analisados, porém aguardando complementação documental por parte dos interessados, o que evidencia que a principal restrição à finalização desses processos não está associada à capacidade operacional da unidade, mas a fatores externos.

Gráfico 48 - Quantitativo de auxílios funerários analisados – 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SISPREVWEB/IGEPPS

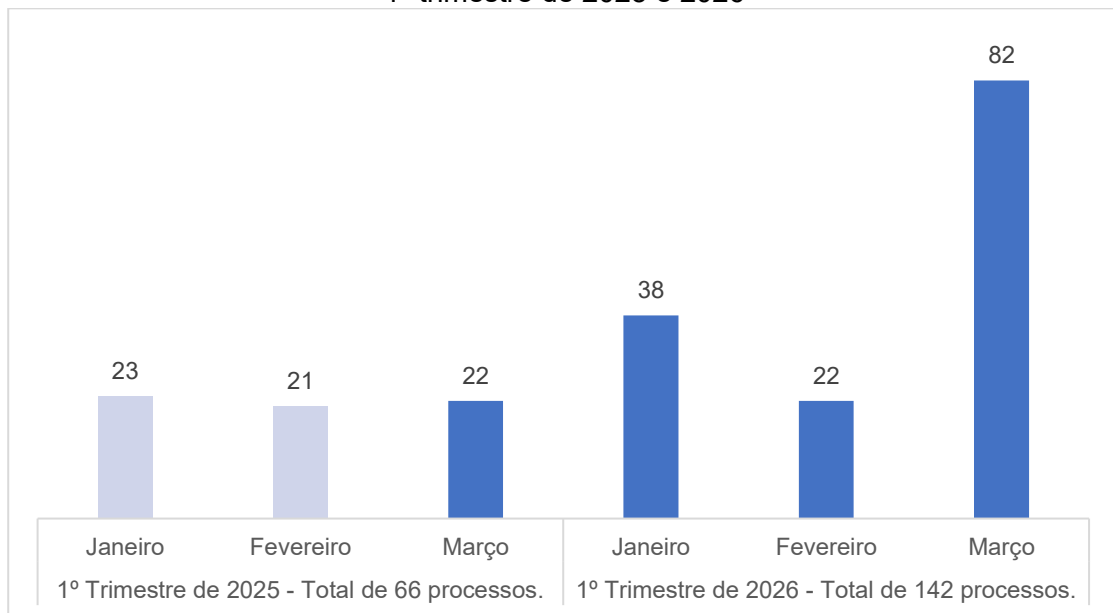
Na análise comparativa com o 1º trimestre de 2025, quando foram deferidos 58 (cinquenta e oito) benefícios, observa-se um aumento de aproximadamente 17% no número de concessões em 2026. Esse crescimento indica melhoria no desempenho da unidade na conversão de análises em deferimentos, possivelmente associado ao aprimoramento das rotinas internas de instrução processual e à maior efetividade na tramitação dos processos.

#### 7.9.4 Abono Permanência

No 1º trimestre de 2026, foram analisados 290 (duzentos e noventa) pedidos de abono de permanência, dos quais 142 (cento e quarenta e dois) foram deferidos, conforme demonstrado no Gráfico 52, evidenciando uma taxa de deferimento aproximada de 49% no período.

A análise dos dados indica que o volume de processos analisados e deferidos reflete um fluxo elevado de demandas associadas a esse benefício, com impacto direto na produtividade do setor. Ressalta-se que o quantitativo de deferimentos está em consonância com o entendimento consolidado pela Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE/PA), por meio do Parecer nº 626/2023, que estabelece a concessão do abono de permanência exclusivamente aos servidores efetivos, influenciando o resultado das análises.

Gráfico 49- Quantitativo dos abonos de permanência concedidos, 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SISPREVWEB/IGEPPS

A análise comparativa entre o 1º trimestre de 2026 e o mesmo período de 2025 evidencia redução global de aproximadamente 10% no volume de processos analisados, passando de 2.859 (dois mil, oitocentos e cinquenta e nove) para 2.585 (dois mil, quinhentos e oitenta e cinco) processos.

#### 7.9.5 Manutenção das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado do Pará

A folha de pagamento do IGEPPS é responsável pela gestão de mais de 56 mil benefícios previdenciários, abrangendo inativos e pensionistas, civis e militares, do Estado do Pará. Essa atuação envolve, de forma contínua, os processos de implantação, manutenção e exclusão de benefícios, garantindo a regularidade e a conformidade das informações processadas.

Além dessas atribuições, o setor desenvolve atividades estratégicas, como a análise da evolução monetária da folha de pagamento, com dados consolidados por grupos; o acompanhamento de pagamentos retroativos aos beneficiários; e as ações de recuperação de crédito, voltadas à restituição de valores aos cofres públicos.

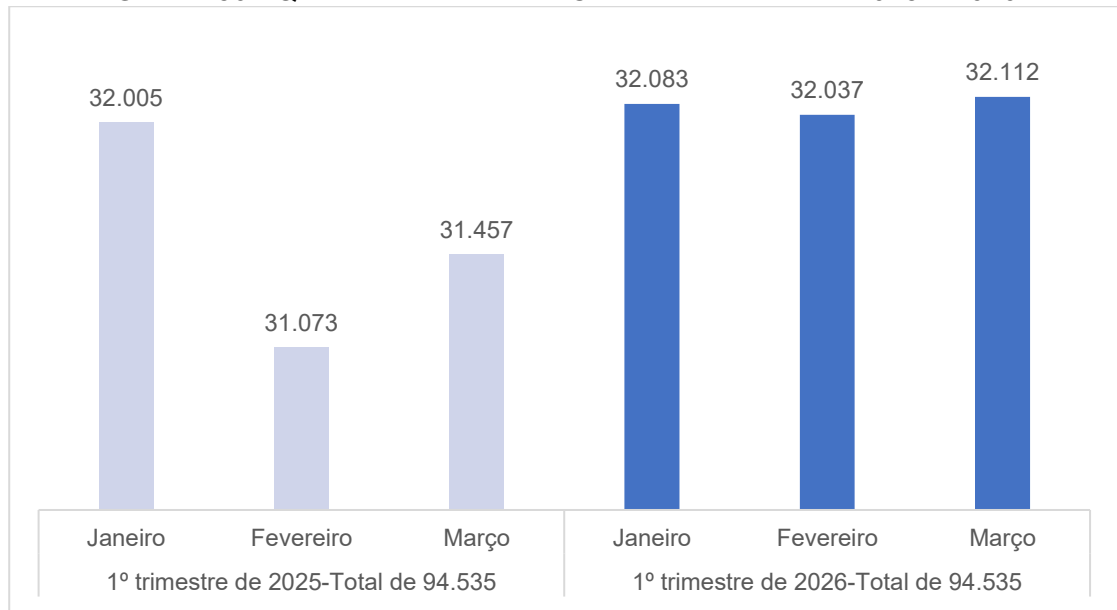
#### 7.9.6 Evolução Monetária da Folha de Pagamento

No que concerne à evolução monetária da folha de pagamento de segurados inativos, percebe-se que, no 1º trimestre de 2025 foram pagos o valor de R\$ 869.010.810,37 (oitocentos e sessenta e nove milhões, dez mil, oitocentos e dez reais e trinta e sete centavos), com quantidade de 94.535 pagamentos.

#### 7.9.6.1 Inativos Civis

No 1º trimestre de 2026, foram realizados pagamentos no montante de R\$ 889.629.990,26 (oitocentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa reais e vinte e seis centavos), referentes a 96.232 beneficiários inativos civis, evidenciando crescimento financeiro de 2,37% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Gráfico 50 - Quantidade – Inativos Civil – 1º trimestre de 2025 e 2026

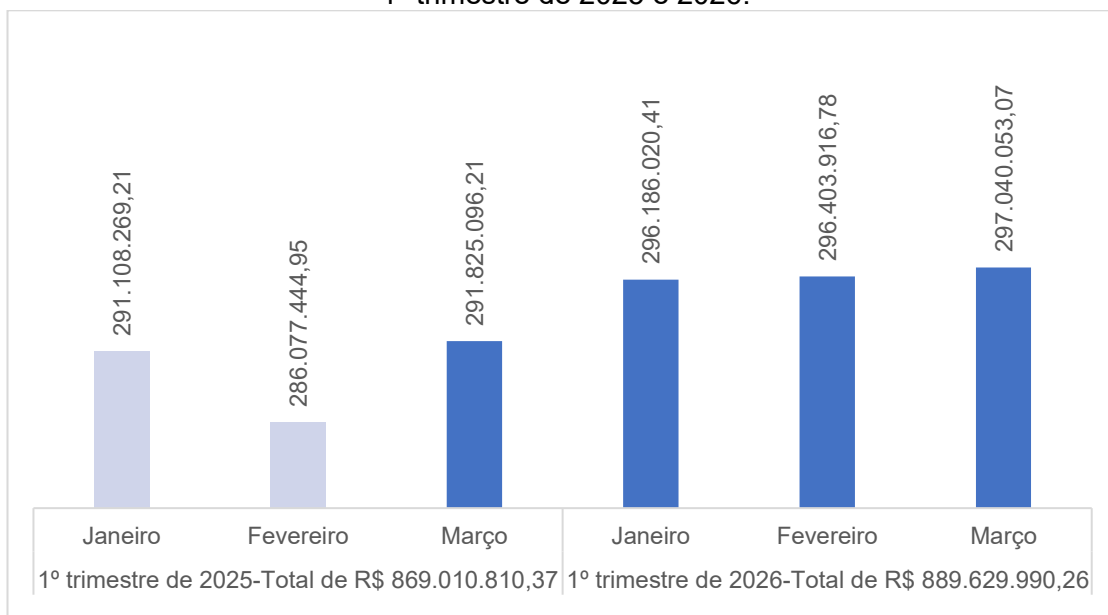


Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPSS

A análise do período demonstra que o crescimento observado se mantém em patamar compatível com a dinâmica do regime previdenciário, sendo influenciado, principalmente, pelo ingresso de novos beneficiários (concessões de aposentadorias) e pela exclusão de beneficiários (óbitos), resultando em variação líquida moderada no quantitativo de pagamentos.

Sob a ótica gerencial, o comportamento financeiro evidencia estabilidade na execução da folha previdenciária, refletindo adequado controle atuarial e consistência na gestão dos benefícios concedidos. Ressalta-se que o aumento registrado não indica pressão atípica sobre o custeio do regime, mantendo-se dentro dos parâmetros esperados para sistemas previdenciários em fase de maturação.

Gráfico 51 — Distribuição de Valores de em Valores monetários – Inativos Civil, 1º trimestre de 2025 e 2026.

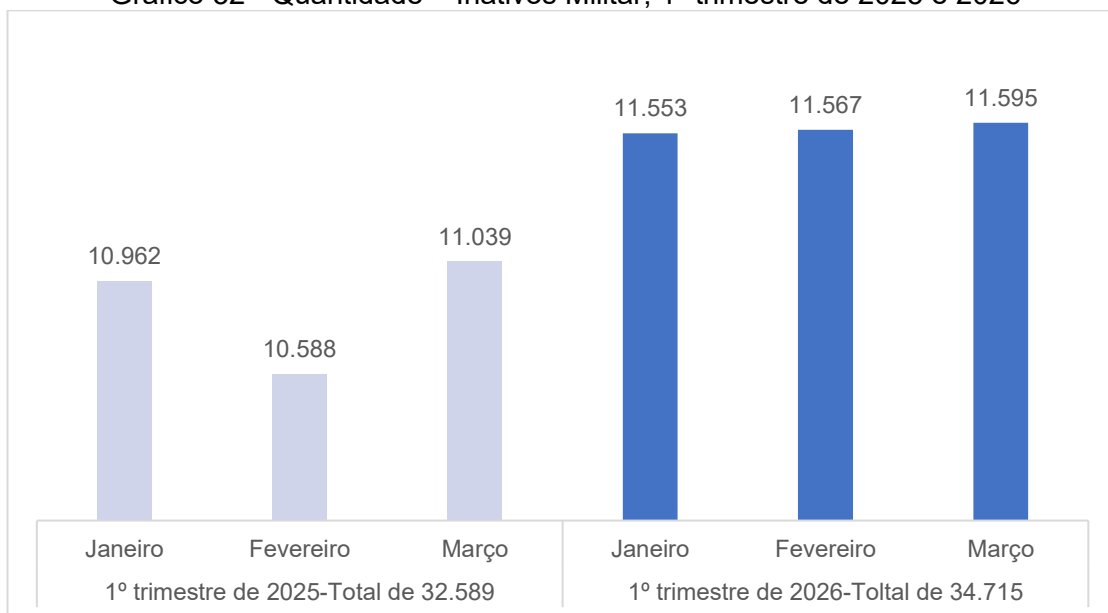


Fonte: Sisprev – CCOB/DIPRE/IGEPPS

#### 7.9.6.2 Inativos Militares

No 1º trimestre de 2026, foram realizados 34.715 pagamentos de benefícios a inativos militares, totalizando R\$ 458.962.407,30 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e sete reais e trinta centavos).

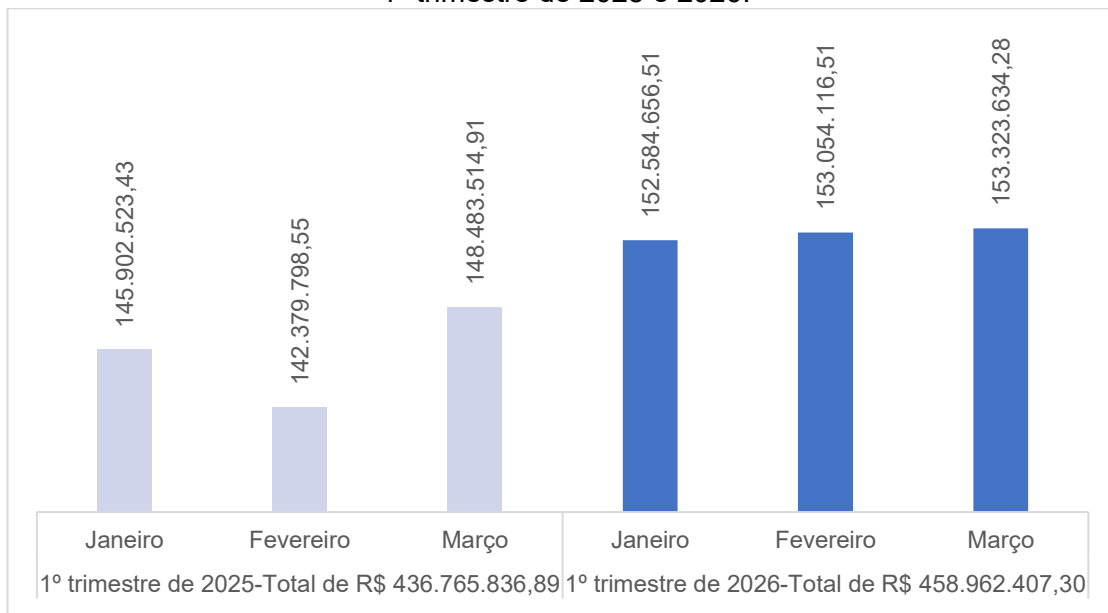
Gráfico 52 - Quantidade – Inativos Militar, 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: Sisprev – CCOB/DIPRE/IGEPPS

Em comparação com o 1º trimestre de 2025, verifica-se um aumento de aproximadamente 6,5% no quantitativo de pagamentos e um crescimento financeiro de 5,08%.

Gráfico 53 - Distribuição de Valores em Valores monetários – Inativos Militar, 1º trimestre de 2025 e 2026.

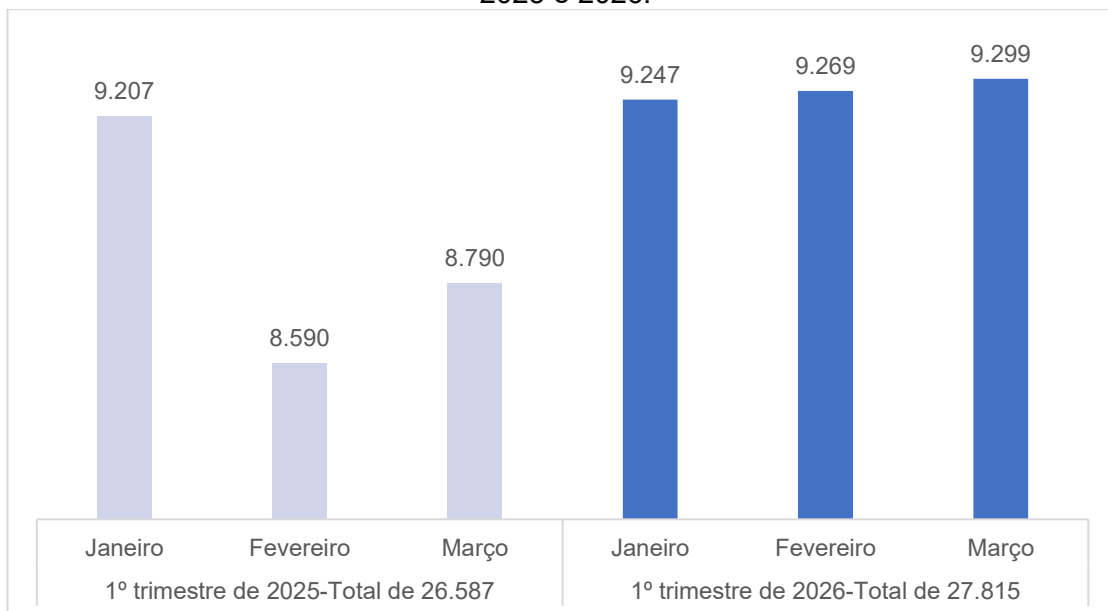


Fonte: Sisprev – CCOB/DIPRE/IGEPPS

#### 7.9.6.3 Pensionistas Civis

No 1º trimestre de 2025 foram pagos R\$ 172.497.783,61 (cento e setenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e três reais e sessenta e um centavos), com 26.587 pagamentos.

Gráfico 54 - Comparativo da Quantidade- Pensão por Morte Civil – 1º trimestre de 2025 e 2026.

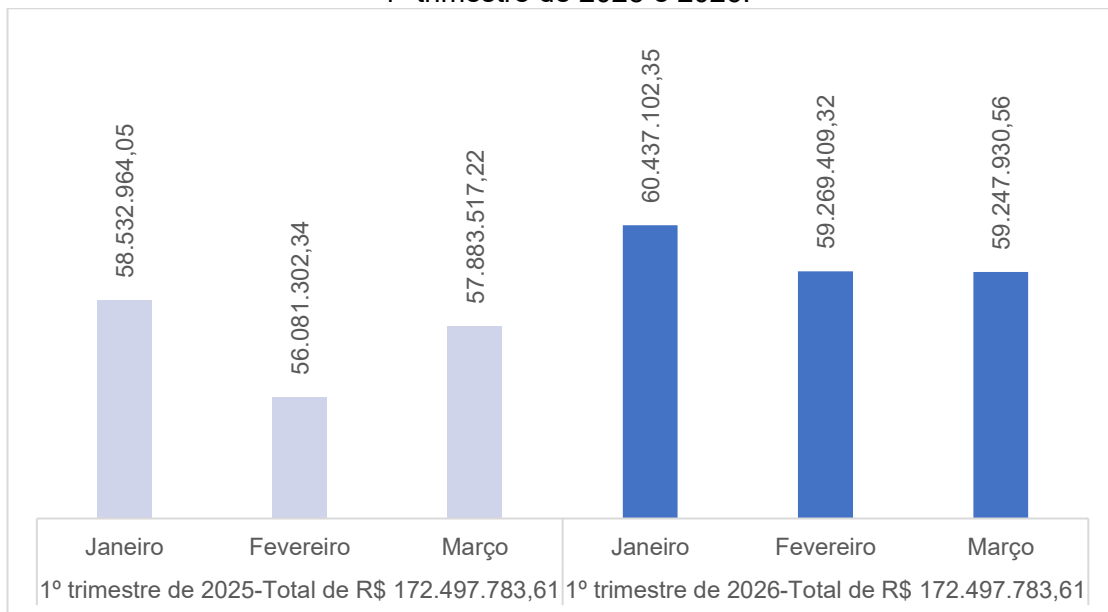


Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/IGEPPS

No que diz respeito à evolução da folha de pagamento dos pensionistas civis, no 1º trimestre de 2026, foram pagos R\$ 178.954.442,23 (cento e setenta e oito milhões,

novecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte e três centavos), com 27.815 pagamentos, um crescimento financeiro de 3,74%.

Gráfico 55 - Comparativo de Valores em Valores Monetários - Pensão por Morte Civil - 1º trimestre de 2025 e 2026.

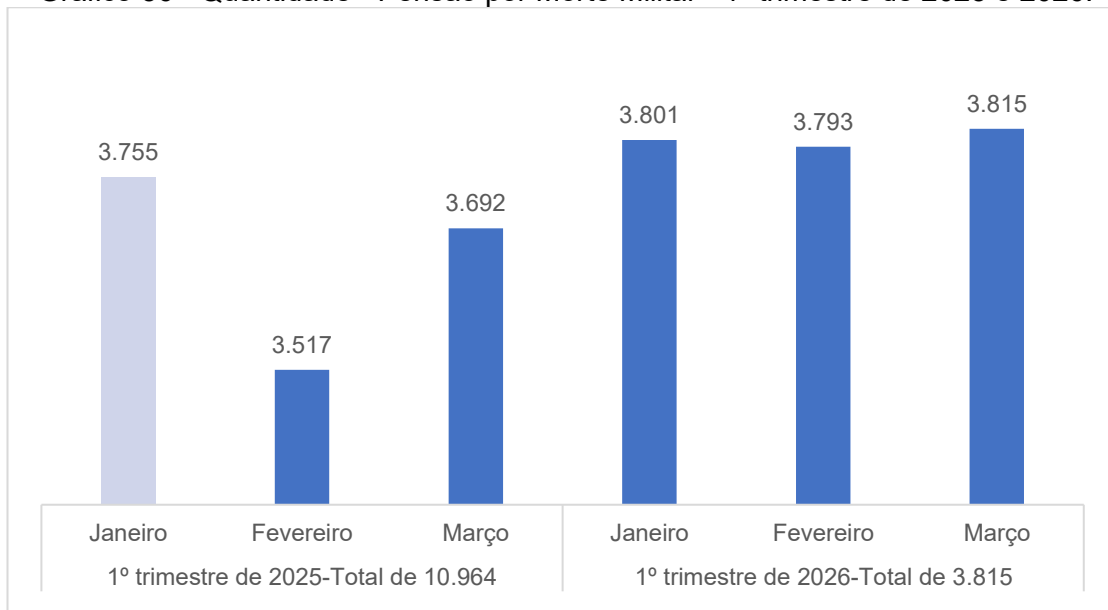


Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/IGEPSS

#### 7.9.6.4 Pensionistas Militares

No 1º trimestre de 2026, foram realizados 11.409 pagamentos a pensionistas militares, totalizando R\$ 90.915.289,16 (noventa milhões, novecentos e quinze mil, duzentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos).

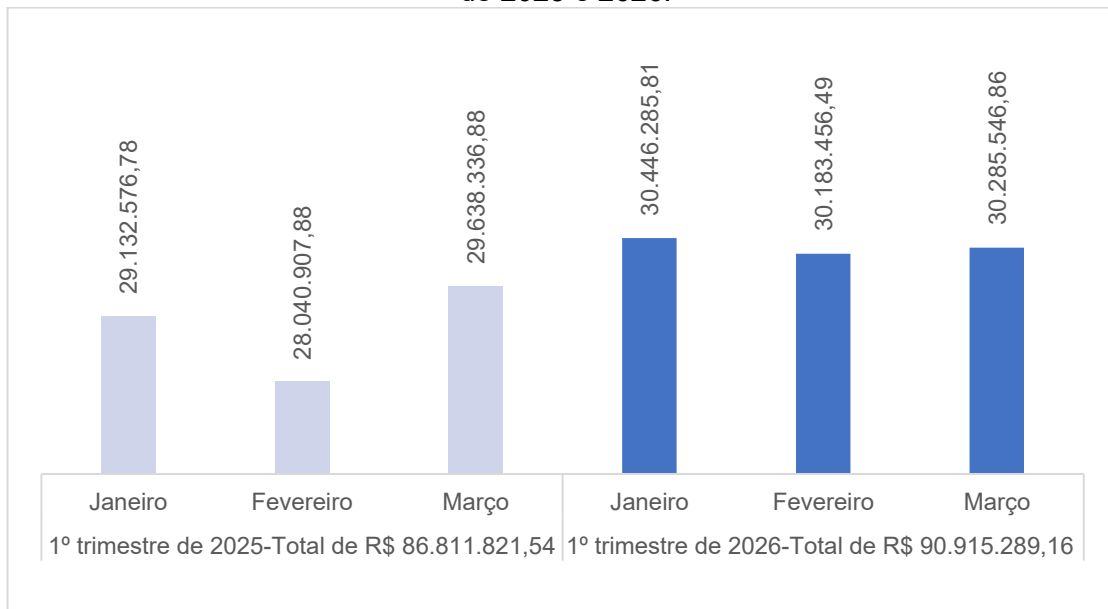
Gráfico 56 - Quantidade - Pensão por Morte Militar - 1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/IGEPSS

Em comparação com o 1º trimestre de 2025, verifica-se um crescimento de aproximadamente 4,06% no quantitativo e um acréscimo financeiro de 4,73%.

Gráfico 57 - Valores em Valores Monetários - Pensão por Morte Militar - 1º trimestre de 2025 e 2026.

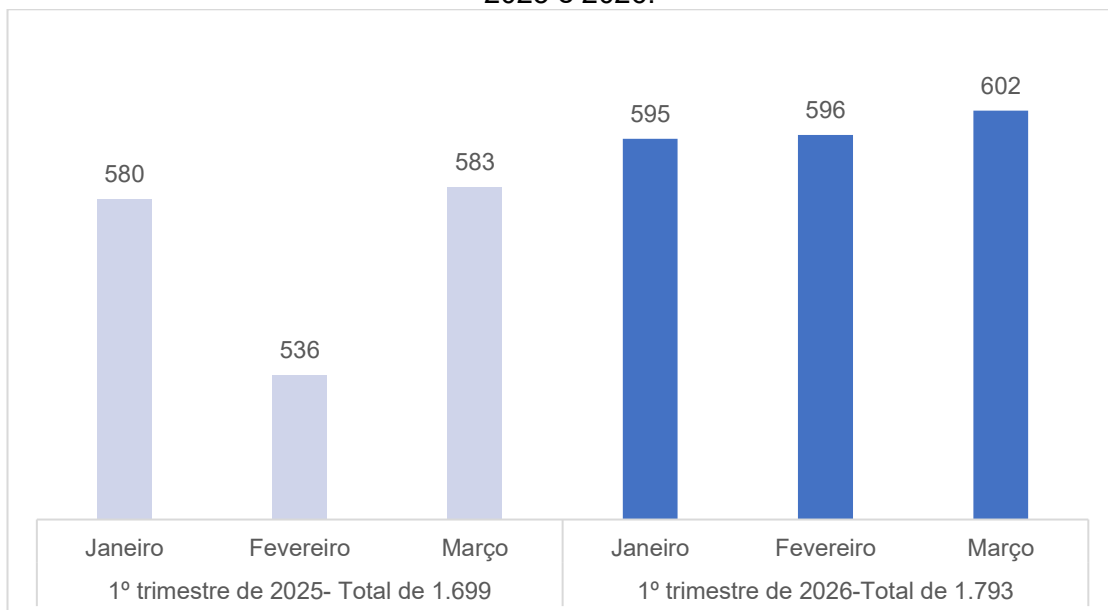


Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/IGEPSS

#### 7.9.6.5 Pensão Especial

No 1º trimestre de 2026, foram realizados 1.793 pagamentos de pensões especiais, totalizando R\$ 6.568.524,18 (seis milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e vinte e quatro reais e dezoito centavos).

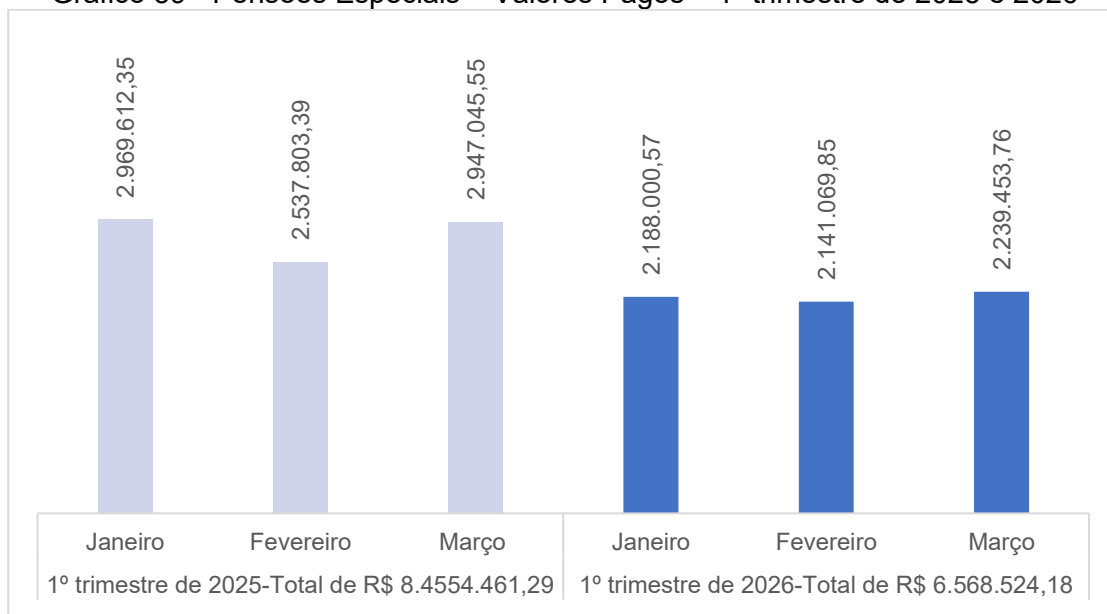
Gráfico 58 - Pensões Especiais – Quantidade de Pagamentos – 1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/IGEPSS

Em comparação com o 1º trimestre de 2025, quando foram realizados 1.699 pagamentos, no montante de R\$ 8.454.461,29 (oito milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e nove centavos), observa-se um aumento de aproximadamente 5,5% no quantitativo de pagamentos, acompanhado de uma redução significativa de 22,31% no valor total desembolsado.

Gráfico 59 - Pensões Especiais – Valores Pagos – 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/IGEPPS

### 7.9.7 Pagamento de Retroativos

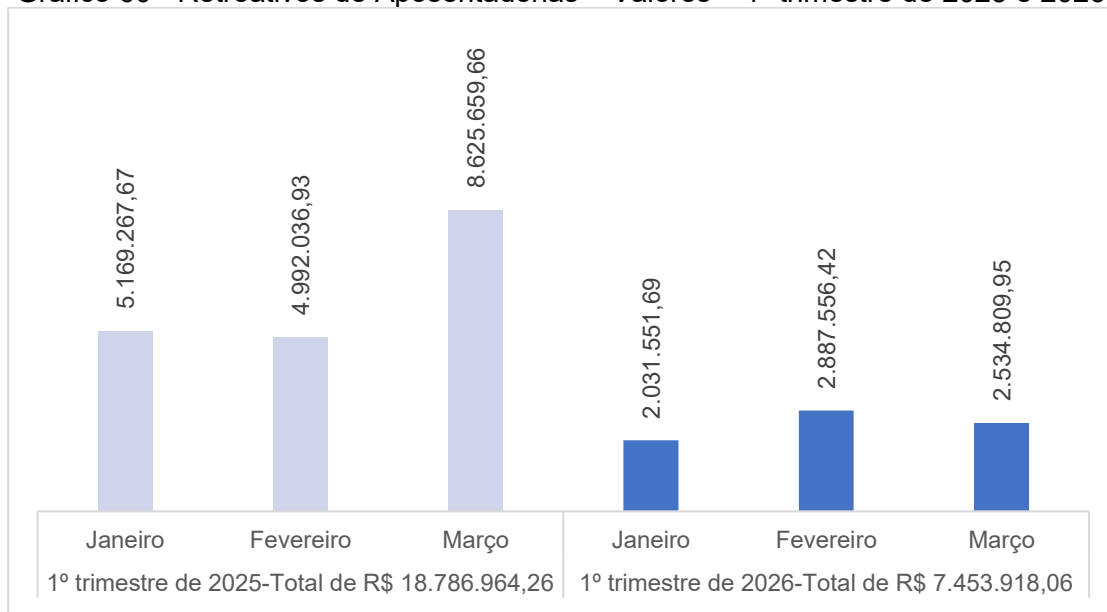
No 1º trimestre de 2026, os pagamentos de valores retroativos mantiveram-se como importante componente da execução da folha previdenciária, refletindo a necessidade de regularização de direitos reconhecidos administrativamente, especialmente em decorrência de revisões, reajustes e correções de benefícios concedidos.

Sob a ótica gerencial, esses pagamentos evidenciam a atuação do IGEPPS na recomposição tempestiva de direitos de segurados e pensionistas, contribuindo para a regularidade da execução financeira e para a mitigação de passivos administrativos e judiciais. Ademais, a realização desses pagamentos demonstra aderência aos princípios da legalidade, da eficiência e da segurança jurídica, na medida em que assegura o cumprimento de obrigações pretéritas devidamente reconhecidas.

#### 7.9.7.1 Retroativos – Inativos

No 1º trimestre de 2026, foram pagos R\$ 7.453.918,06 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e dezoito reais e seis centavos) em valores retroativos a beneficiários inativos, correspondentes a 1.043 pagamentos.

Gráfico 60 - Retroativos de Aposentadorias – Valores – 1º trimestre de 2025 e 2026.



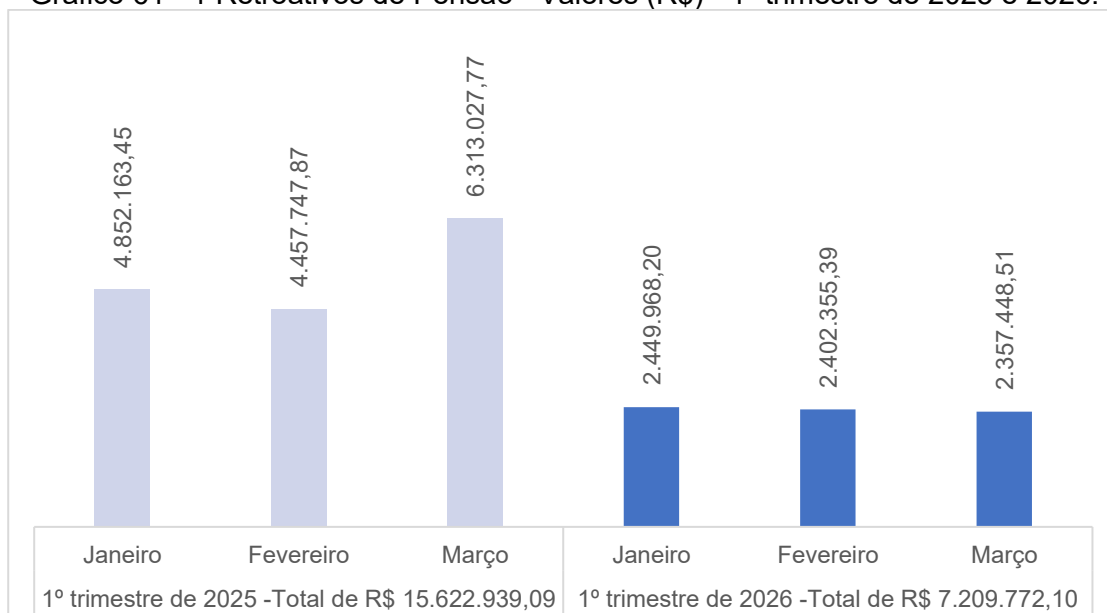
Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/IGEPSS

Em comparação com o mesmo período de 2025, observa-se redução expressiva tanto no valor financeiro (- 60%) quanto no quantitativo de pagamentos (-67%).

#### 7.9.7.2 Retroativos – Pensão por Morte

No 1º trimestre de 2026, foram pagos R\$ 7.209.772,10 (sete milhões, duzentos e nove mil, setecentos e setenta e dois reais e dez centavos) a título de retroativos de benefícios de pensão por morte, correspondentes a 744 pagamentos.

Gráfico 61 - 1 Retroativos de Pensão - Valores (R\$) - 1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/IGEPSS

Em comparação com o 1º trimestre de 2025, quando foram desembolsados R\$

15.622.939,09 (quinze milhões, seiscentos e vinte e dois mil, novecentos e trinta e nove reais e nove centavos), referentes a 2.561 pagamentos, verifica-se redução expressiva de aproximadamente 54% no valor financeiro e de cerca de 71% no quantitativo de pagamentos.

Ressalta-se que os valores considerados na presente análise foram apurados a partir das rubricas específicas de retroativos registradas em sistema no período, compreendendo, entre outras, as seguintes naturezas: 145 – RRA; 110 – Retroativo de Ano Vigente; 107 – Retroativo de Reajuste; 110.1 – Retroativo de Ano Vigente; e 145.1 – Retroativo de RRA/RFB.

De forma geral, os dados evidenciam avanços na gestão dos benefícios de pensão por morte, com impacto direto na redução de passivos financeiros e no aprimoramento da eficiência operacional da unidade.

### **7.9.8 Recuperação de Crédito**

No 1º trimestre de 2026, a atividade de recuperação de crédito apresentou redução no volume de processos analisados e nos valores efetivamente recuperados, quando comparada ao mesmo período de 2025. Ainda assim, os resultados permanecem relevantes sob a ótica institucional, considerando o montante restituído aos cofres públicos e o contexto operacional da unidade.

No período, foram analisados 207 (duzentos e sete) processos administrativos, dos quais:

- 44 processos foram devidamente instruídos e encaminhados à Procuradoria Jurídica (PROJUR), em razão da inexistência de herdeiros em folha de pagamento que possibilitassem a cobrança administrativa;
- 90 processos foram arquivados, seja por valores inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais), ocorrência de prescrição ou regularização do débito por devolução bancária;
- 73 processos seguiram em trâmite regular, com vistas à efetiva recuperação de crédito.

Em termos comparativos, observa-se que, no 1º trimestre de 2025, haviam sido realizadas 436 análises, o que representa uma redução aproximada de 52,52% no volume processual analisado em 2026.

No que se refere ao desempenho financeiro, os 73 processos aptos à recuperação resultaram na devolução de R\$ 2.045.138,09 (dois milhões, quarenta e cinco mil, cento e trinta e oito reais e nove centavos) ao Fundo. Em comparação com o montante recuperado em 2025, de R\$ 4.806.799,52 (quatro milhões, oitocentos e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos), verifica-se redução de aproximadamente 57,45% no valor restituído.

Sob a ótica gerencial, a redução observada tanto no volume de processos quanto no valor recuperado não decorre de descontinuidade da atividade, tampouco da diminuição do comprometimento da equipe técnica. Ao contrário, está diretamente associada a fatores estruturais e operacionais, especialmente:

- a limitação de recursos humanos, considerando que a equipe é composta por apenas 4 (quatro) técnicos;
- a acumulação de atribuições, com destaque para o aumento das demandas relacionadas ao eSocial, que possuem caráter contínuo, elevada complexidade e prazos rigorosos;
- a necessidade de priorização de atividades obrigatórias, que impactam a capacidade de dedicação à recuperação de crédito.

Mesmo diante dessas restrições, os resultados alcançados são expressivos e estrategicamente relevantes, tendo sido recuperado montante superior a R\$ 2 milhões no período. Tal desempenho evidencia a efetividade da atividade de recuperação de crédito, bem como sua importância para a recomposição de recursos públicos e para o fortalecimento da gestão financeira do Instituto.

Adicionalmente, a retomada dessa atividade a partir de julho de 2023, após a recomposição da equipe técnica, demonstra avanço institucional na estruturação e consolidação do processo de recuperação de créditos, ainda que persistam desafios relacionados à capacidade operacional e à necessidade de otimização da alocação de recursos.

#### 7.10 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

O Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS), vinculado à Diretoria de Previdência, atua na análise de situações que envolvem aspectos sociais, familiares, econômicos e emocionais dos segurados. Dentre as suas atribuições, destacam-se: atendimentos psicossociais, estudos técnicos, diligências, verificação cadastral, apuração de denúncias e ações de educação previdenciária. Seu trabalho subsidia decisões administrativas, especialmente em casos que exigem uma compreensão ampliada da realidade dos usuários.

As atividades do NAPS buscam abranger a totalidade das Regiões de Integração do Estado, com o objetivo de alcançar usuários que residam longe da sede administrativa do Instituto. O NAPS conta atualmente com 6 (seis) servidores, sendo 1 coordenador de cargo exclusivamente comissionado; 2 Técnicas Previdenciárias B efetivas, sendo uma Assistente Social e uma Psicóloga; 2 Técnicas Previdenciárias B temporárias (PSS), também uma Assistente Social e uma Psicóloga; e 1 Assistente Administrativo, vinculada à empresa

terceirizada. Trata-se de uma equipe reduzida diante da abrangência de atuação do setor, que atende aproximadamente 55 mil beneficiários, sendo que, neste trimestre, não houve contratação de novos estagiários em razão do encerramento dos contratos anteriores. Ainda assim, a equipe atua de forma estratégica no atendimento das demandas psicossociais, priorizando casos de maior complexidade e impacto, com foco na manutenção da qualidade técnica das análises e dos atendimentos realizados.

### 7.10.1 Atendimentos Psicossociais

Consiste no atendimento realizado por uma servidora técnica previdenciária do NAPS (assistente social ou psicóloga) aos interessados e/ou beneficiários, com o objetivo de garantir o acesso aos direitos previdenciários, viabilizando a resolução de possíveis entraves no andamento dos processos que tramitam neste Instituto. O serviço ocorre ininterruptamente desde 2020, duas vezes na semana, sendo às terças-feiras atendimento presencial e às quartas-feiras atendimento online (realizado através de sala multimídia disponibilizada para este fim nas agências do IGEPPS).

A Tabela 99, apresenta a quantidade de atendimentos e seu respectivo comparativo com o mesmo período do ano anterior.

Tabela 99 - Total de Atendimentos Psicossocial – 1º trimestre de 2025 e 2026

Ano	Atendimento (Presencial)	Atendimento (On-line)	Total
2026	18	3	21
2025	13	4	17

Fonte: Naps/IGEPPS

### 7.10.2 Diligências Psicossociais

As Diligências Psicossociais consistem na atividade de visita domiciliar, institucional e demais deslocamentos necessários à realização de Estudo Psicossocial em casos de processos de solicitação de pensão por morte, Verificação Cadastral (antiga Prova de Vida) e Apuração de Denúncias, sejam de óbito, de nova união ou de não convivência marital.

Tabela 100 - Total de Diligências Psicossocial – 1º trimestre de 2025 e 2026

Ano	Região Metropolitana	Regiões de Integração	Total
2026	3	7	10
2025	39	-	39

Fonte: Naps/IGEPPS

Verifica-se na Tabela anterior que, em comparação ao período anterior, houve uma redução de 72% na quantidade total de diligências realizadas, resultado atribuído a dois fatores principais. No 1º trimestre de 2026, o quadro de servidores do NAPS contou, majoritariamente, com apenas uma servidora responsável pela execução das diligências, sendo a nova servidora incorporada à equipe somente em fevereiro, por meio de chamada do PSS, iniciando efetivamente essas atividades em março, após período de adaptação às rotinas do setor.

Ademais, no mesmo período de 2025, as diligências intermunicipais encontravam-se suspensas, o que concentrou as ações na região metropolitana e possibilitou maior volume de execução; em 2026, com a retomada dessas diligências, o aumento do tempo de deslocamento e das variáveis logísticas e territoriais impactou diretamente o quantitativo realizado.

### 7.10.3 Denúncias de nova união e de óbito apuradas

O NAPS é responsável por receber e verificar denúncias de nova união, de óbito, e de não convivência marital. A investigação de denúncia de nova união examina possíveis beneficiários de pensão por morte que constituíram nova relação de união estável após o óbito do(a) instituidor(a). Já a apuração das denúncias de não convivência marital visa verificar se o beneficiário de pensão por morte estaria, de fato, enquadrado na condição de dependente previdenciário desde o início da percepção do benefício. A denúncia de óbito visa verificar a veracidade da informação sobre a possível morte de um segurado e a não comunicação ao Instituto por parte de familiares.

O quadro a seguir apresenta o quantitativo de denúncias apuradas e o comparativo com o mesmo período do ano anterior.

Tabela 101 - Total de Denúncias – 1º trimestre de 2025 e 2026

Ano	Denúncia de nova união	Denúncia de não convivência	Denúncia de óbito	Total
2026	3	0	02	5
2025	1	5	0	6

Fonte: Naps/IGEPPS

### 7.10.4 Relatórios Técnicos

Os Relatórios Técnicos figuram como resultado dos estudos psicossociais realizados, produzidos por técnica previdenciária B. No quarto trimestre de 2025 foram produzidos 11 relatórios técnicos frutos das diligências psicossociais.

### 7.10.5 Educação Previdenciária

As ações, projetos e programas estão relacionados com vários temas referentes à promoção da cidadania previdenciária, à qualidade de vida, envelhecimento ativo e bem-estar dos segurados. Nesse sentido, essas atividades se inserem no escopo da educação

previdenciária, o que favorece a melhoria da prestação de serviço previdenciário e avaliações pelo Pró-Gestão.

Durante o 1º trimestre de 2026 foram realizadas 03 atividades de educação previdenciária, totalizando 117 pessoas capacitadas (participantes). As atividades ocorreram conforme o quadro a seguir:

Tabela 102 - Total de Eventos de Educação Previdenciária – 1º trimestre de 2026

<b>Descrição</b>	<b>Público</b>	<b>Local</b>	<b>Região de Integração</b>	<b>Nº de participantes</b>
Cine Debate: Dia da Pessoa Aposentada	Aposentados civis e militares do Estado do Pará.	IGEPPS Sede	Guajará (Belém)	12
Papo previdenciário	Servidores da Polícia Civil-PA	Delegacia Geral da Polícia Civil-PA	Guajará (Belém)	65
Valor em cada História	Recém-aposentados	Auditório IGEPPS	Guajará (Belém)	40

Fonte: Naps/IGEPPS

## 8 CANAIS DE ATENDIMENTO

Alinhada ao Programa de Governança Pública do PPA 2024-2027, objetivando ampliar a atuação do Regime Próprio de Previdência Social nas principais Regiões de Integração do Estado do Pará e viabilizar o efetivo acesso dos beneficiários e dos cidadãos aos serviços ofertados pelo Instituto, a atual gestão do IGEPPS tem investido ostensivamente na expansão da estrutura física por meio da reforma e ampliação da Central de Atendimento – Caten (Sede), dos postos de atendimento nas Estações Cidadania e nos Núcleos Regionais, bem como a construção e inauguração de Agências nas Regiões de Integração do Estado e o atendimento presencial volante viabilizado pelos caminhões baú.

Além disso, também está disponível aos segurados e sociedade os meios de atendimentos virtuais como a Central telefônica, a Ouvidoria, Chat, Requerimento Virtual e Call Center.

O IGEPPS por meio de ações voltadas para facilitar o acesso aos usuários disponibiliza canais de atendimentos aos beneficiários, são eles:

a) Atendimento Presencial:

O atendimento presencial é realizado na Central de Atendimento (Caten) e no Núcleo de Apoio Psicossocial – Naps na sede; como também nos postos sediados nas Estações Cidadania (Shopping Pátio Belém, Shopping Grão Pará e no Shopping Metrôpole no município de Ananindeua), nas agências dos Núcleos Regionais - Nureg de Castanhal (agência Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Nureg de Santarém (agência Santarém e Altamira) e Nureg de Marabá (agência Marabá e Paragominas).

Assim, os postos de atendimento acima relacionados são responsáveis pelo acolhimento ao público e ao beneficiário, realizando o protocolo de requerimentos, atualização cadastral, prestando informações e esclarecimentos em geral, orientando quanto aos procedimentos a serem adotados em cada tipo de demanda, expedindo declarações, recebendo e apurando denúncias, registrando críticas e elogios, além de auxiliar no combate a possíveis fraudes contra a Previdência.

b) IGEPPS Itinerante – Unidades Móveis

Em fevereiro de 2021, com o Plano de Expansão Institucional iniciou o atendimento itinerante por todo Estado do Pará, levando acesso aos serviços previdenciários para além da sede e estações cidadanias.

c) Central Telefônica

A Central Telefônica recebe chamados por meio dos números: (91) 3182-3500 e (91) 3217-7037, prestando o atendimento humano e eletrônico, receptivo e ativo, via Chatbot (humanizado), mensagem instantânea e redes sociais, utilizando o sistema de gestão do atendimento da empresa contratada.

Os telefonistas estão aptos a prestar informações, orientar quanto ao acesso na emissão do contracheque no site, realizar/orientar quanto ao agendamento presencial ou requerimento virtual, posicionar quanto ao andamento de processos, pontos de atendimento do Censo Previdenciário e documentos obrigatórios a serem apresentados, itinerário das Unidades Móveis, entre outros assuntos inerentes ao Instituto.

d) Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de relacionamento que conduz as opiniões, informações, críticas, sugestões, reclamações e demais anseios da sociedade, sendo um direito do cidadão que busca pela eficiência, a ética e transparência nas relações do instituto com a sociedade. Trata-se, no mais, de um serviço aberto ao nosso usuário, tendo como missão atender a sociedade participativa, cada vez mais exigente e ansiosa por melhorias na qualidade de vida e na concretização de seus direitos como cidadão.

A Ouvidoria do IGEPPS criou e publicou a sua Carta de Serviços em 23 de junho de 2022, por meio do Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000, passando a fazer parte do Portal Pará Digital, criado pela OGE - Ouvidoria Geral do Estado. Esta lei define padrões para garantir um atendimento de qualidade aos cidadãos pelos órgãos e entidades do governo federal.

Assim, trata-se de um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

e) E-SIC

O portal E-Sic (<https://www.sistemas.pa.gov.br/esic/public/main/index.xhtml>) trata-se de um canal que por meio da plataforma SIC, qualquer pessoa física ou jurídica pode encaminhar pedidos de informações sobre assuntos relacionados aos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, conforme determina o Art. 7º do Decreto Estadual Nº 1.359, de 31 de agosto de 2015, que regula o acesso a informações previsto na Lei Nº 12.527 – Lei de Acesso à Informação – LAI. Portanto, O IGEPPS tem melhorado o atendimento ao público, tanto presencialmente quanto online, para facilitar o acesso aos serviços e aproximar a gestão das pessoas.

f) Totem

O Totem de Autoatendimento do IGEPPS iniciou suas atividades em 09/02/2026, ampliando as opções de atendimento ao público com mais agilidade, autonomia e segurança. A solução oferece serviços como Prova de Vida, emissão de contracheque, declarações de benefícios, histórico financeiro e reconhecimento facial para validação da identidade do usuário, proporcionando maior praticidade e eficiência no acesso aos serviços previdenciários.

## 8.1 ESTRUTURA FÍSICA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

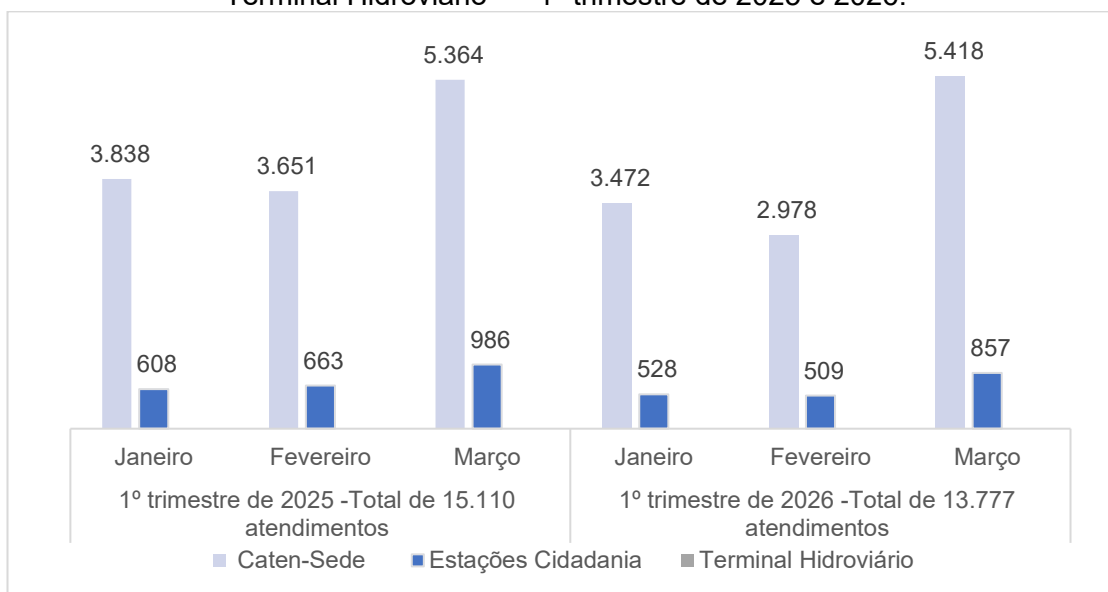
### 8.1.1 Caten, Estação Cidadania, Terminal Hidroviário e Unidades Móveis

No 1º trimestre de 2026, os atendimentos presenciais realizados pelo IGEPPS, compreendendo a CATEN – Sede, as Estações Cidadania e o Terminal Hidroviário, totalizaram 13.777 atendimentos.

No período analisado, não houve a realização de atendimentos por meio das Unidades Móveis do programa IGEPPS Itinerante. Ressalta-se que o atendimento itinerante foi instituído em fevereiro de 2021, no âmbito do Plano de Expansão Institucional, com o objetivo de ampliar o acesso aos serviços previdenciários em todo o Estado do Pará, alcançando localidades além da sede administrativa e das estações cidadania.

Em comparação com o mesmo período de 2025, observa-se uma redução aproximada de 9% no quantitativo total de atendimentos presenciais, indicando diminuição da demanda presencial no 1º trimestre de 2026.

Gráfico 62 - Atendimentos realizados na Caten – Sede, Estações Cidadania, Terminal Hidroviário – - 1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS

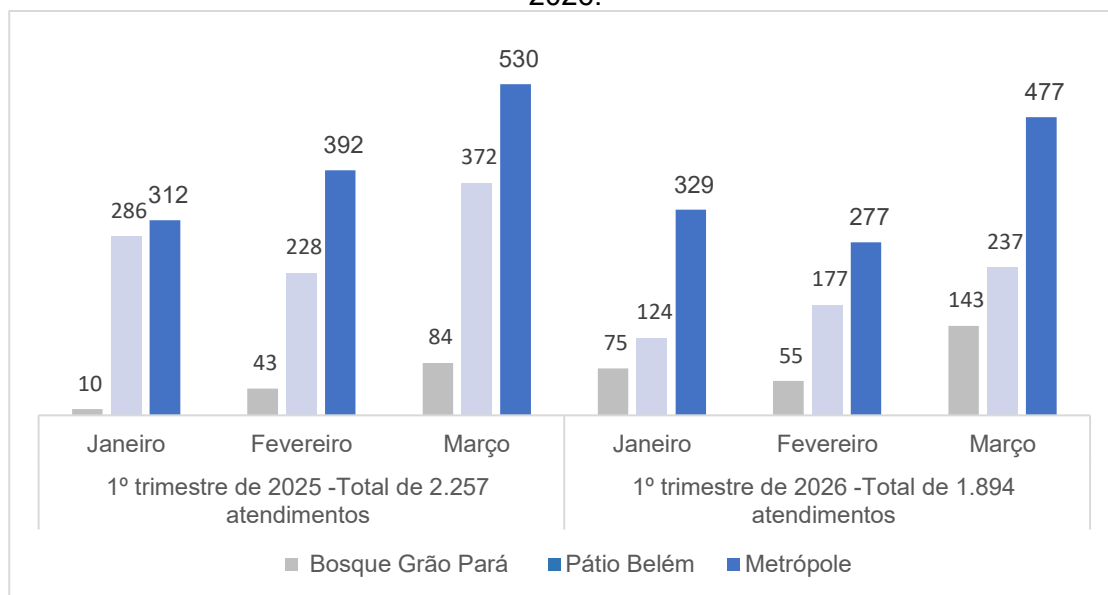
Os atendimentos realizados nos postos sediados nas Estações Cidadania — Shopping Metrópole (Ananindeua), Shopping Pátio Belém e Shopping Grão Pará — bem como nas agências vinculadas aos Núcleos Regionais (NUREG) de Castanhal, Santarém e Marabá, evidenciam o perfil predominante da demanda pelos serviços previdenciários ofertados pelo IGEPPS.

No 1º trimestre de 2026, o total de atendimentos foi de 1.894, representando uma redução global no volume de atendimentos presenciais em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme o gráfico a seguir.

Ao comparar os resultados com o mesmo período de 2025, observa-se uma redução

aproximada de 16% no quantitativo total de atendimentos presenciais realizados nas Estações Cidadania no 1º trimestre de 2026. Tal comportamento pode ser atribuído, entre outros fatores, à ampliação do uso dos canais remotos de atendimento, à digitalização dos serviços previdenciários e à otimização dos fluxos operacionais, sem prejuízo da relevância estratégica das Estações Cidadania como importantes pontos de acesso aos serviços do IGEPPS, especialmente em regiões de maior concentração populacional.

Gráfico 63- Atendimentos realizados nas Estações Cidadania - 1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS

No posto localizado no Shopping Metrópole, observou-se maior volume de atendimentos relacionados à emissão de contracheque, com 559 registros, seguido pela emissão de cédula C, com 140 atendimentos, e pela consulta de processos, com 132 registros. Destacam-se ainda 113 atendimentos classificados como outros assuntos atípicos, indicando diversidade de demandas administrativas concentradas nesta unidade, que atende significativa parcela da população da Região Metropolitana.

No Shopping Pátio Belém, a emissão de contracheque também se destacou como o serviço mais demandado, com 247 atendimentos, seguida por outros serviços administrativos, totalizando 107 registros, e pela emissão de cédula C, com 93 atendimentos. O volume expressivo desses serviços reforça a importância da unidade como ponto estratégico de atendimento previdenciário na capital.

Já no posto do Shopping Grão Pará, o perfil da demanda manteve a tendência observada nas demais Estações Cidadania, com predominância da emissão de contracheque, contabilizando 70 atendimentos, seguida pela emissão de cédula C, com 59 registros, e por outros atendimentos administrativos, com 33 registros.

De forma consolidada, os dados demonstram que a emissão de contracheque

permanece como o serviço mais procurado em todas as unidades analisadas, seguida pelas consultas processuais, emissão de cédula C e demais atendimentos administrativos. Tal comportamento evidencia a relevância das Estações Cidadania e das agências regionais como canais estratégicos de acesso aos serviços previdenciários, sobretudo para demandas recorrentes e de caráter operacional, contribuindo para a descentralização do atendimento e ampliação do acesso aos segurados em diferentes regiões do Estado.

### 8.1.2 Núcleos Regionais

Os Núcleos Regionais foram criados por meio da Lei nº 8.613/2018, art. 4º, inciso XI c/c art. 11-G com finalidade "planejar, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades referentes ao cadastro e habilitação de beneficiários do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Pará, desenvolvidas nos municípios sob sua jurisdição".

Para descentralizar o atendimento da sede em Belém e ampliar a cobertura dos serviços prestados com agilidade, eficiência e qualidade, o IGEPPS possui três Núcleos Regionais, são eles:

- a) **Núcleo Regional de Castanhal** composto por três agências: Castanhal (Região Guamá), Capanema (Região Rio Caeté) e Abaetetuba (Região Tocantins).
- b) **Núcleo Regional de Santarém** composto por duas agências: Altamira (Região Xingu) e Santarém (Região Baixo Amazonas).
- c) **Núcleo Regional de Marabá** composto por duas agências: Marabá (Região de Carajás) e Paragominas (Região Capim).

Os Núcleos de Castanhal, Marabá e Santarém, além de prestarem os mesmos serviços previdenciários da sede do IGEPPS, também, realizam análise e concessão de benefícios previdenciários, contribuindo diretamente para atribuir agilidade e humanização do atendimento dos pleitos.

#### 8.1.2.1 Núcleo Regional de Castanhal

##### a) Agência Castanhal

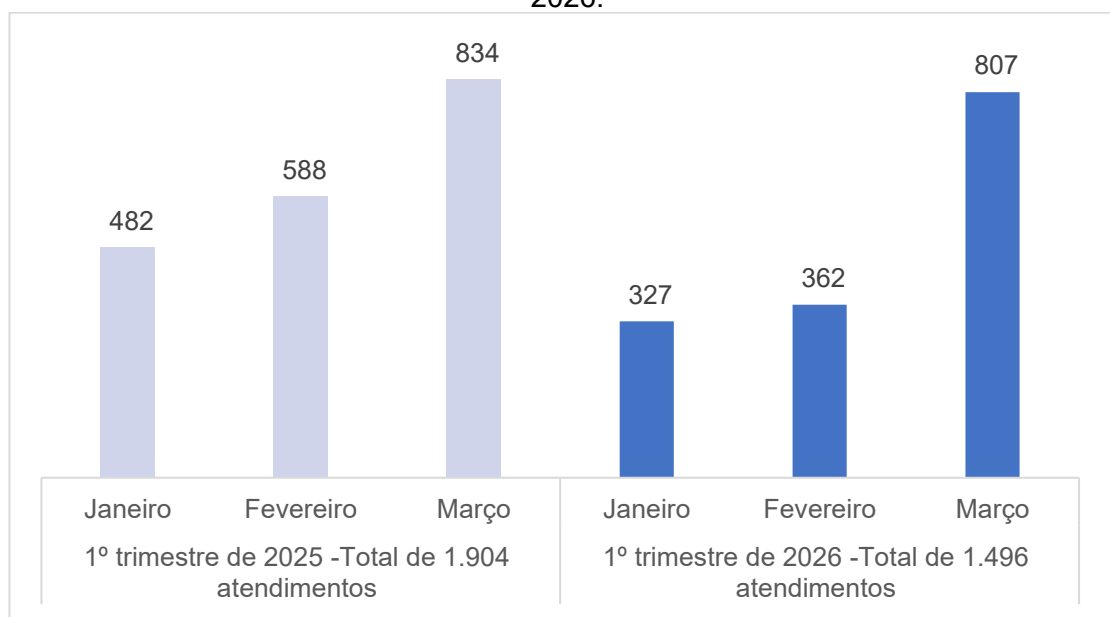
A Agência Regional de Castanhal, na Região Guamá, abrange um total de 5.004 beneficiários. A unidade de Capanema também opera com 4 (quatro) guichês de atendimento presencial. O grupo é composto por civis, militares aposentados e pensionistas nas cidades: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta e Vigia.

No 1º trimestre de 2026, a agência realizou 1.496 (mil quatrocentos e noventa e seis) atendimentos, distribuídos mensalmente da seguinte forma: 327 (trezentos e vinte e sete) em janeiro, 362 (trezentos e sessenta e dois) em fevereiro e 807 (oitocentos e sete) em março,

evidenciando aumento significativo da demanda no último mês do trimestre. De forma consolidada, os três serviços mais demandados no período analisado foram a emissão de contracheque, a consulta de processos/requerimentos e o atendimento relacionado a outros assuntos administrativos, incluindo emissões específicas, como a cédula C.

Ao comparar-se os resultados com o mesmo período de 2025, observa-se que naquele exercício foram realizados 1.904 (mil novecentos e quatro) atendimentos, o que representa uma redução aproximada de 21,4% no volume de atendimentos em 2026.

Gráfico 64 - Atendimentos Registrados na Agência Castanhal- 1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SIAAG/IGEPSS

#### b) Agência Abaetetuba

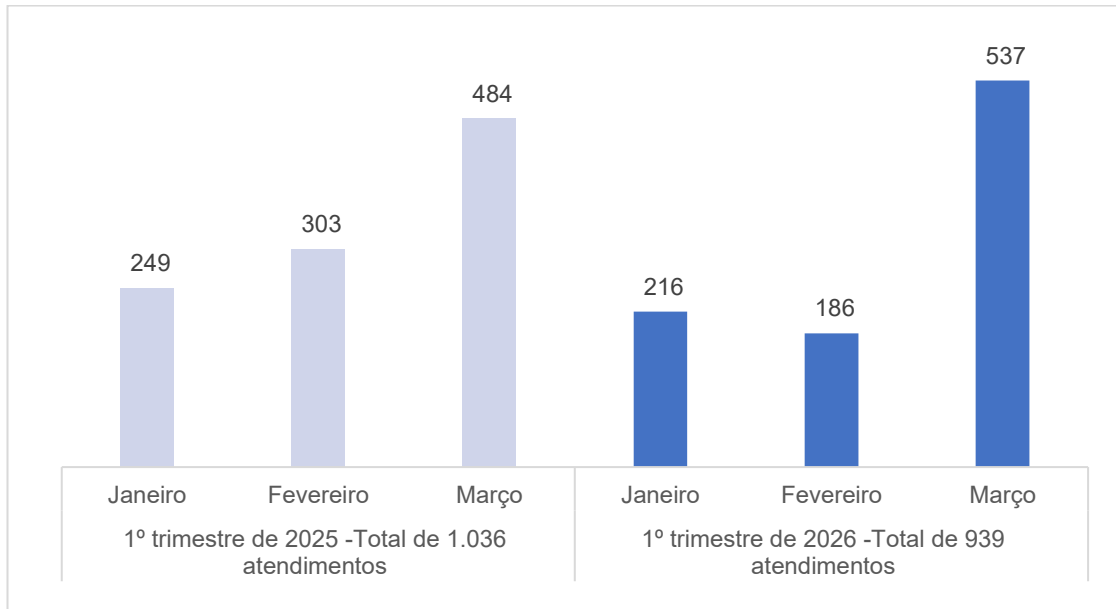
A agência de Abaetetuba atua como polo na Região Tocantins para o atendimento de cerca de 2.419 (dois mil quatrocentos e dezenove) beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes nos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia.

No 1º trimestre de 2026, a agência de Abaetetuba realizou 939 (novecentos e trinta e nove) atendimentos, distribuídos mensalmente da seguinte forma: 216 (duzentos e dezesseis) em janeiro, 186 (cento e oitenta e seis) em fevereiro e 537 (quinhentos e trinta e sete) em março, conforme demonstrado no gráfico a seguir. Quanto à demanda por serviços, considerando os atendimentos realizados nos meses de janeiro, fevereiro e março, observa-se que os três serviços mais demandados pela agência em Abaetetuba foram a emissão de contracheque, a consulta de processos e a emissão de documentos e atendimentos administrativos específicos, como a cédula C, além de outros serviços correlatos.

No mesmo período do ano de 2025, foram registrados 1.036 (mil e trinta e seis)

atendimentos, o que representa uma redução aproximada de 9% no volume de atendimentos em 2026.

Gráfico 65 - Atendimentos Registrados na Agência Abaetetuba- 1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SIAAG/IGEPSS

### c) Agência Capanema

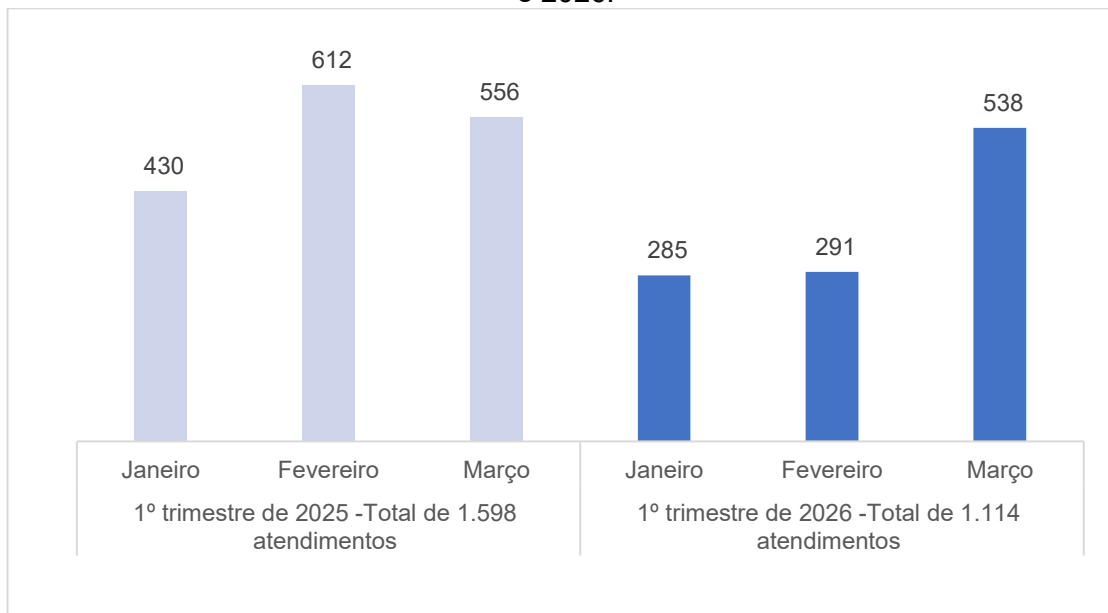
A agência de Capanema na Região Rio Caeté, abrange atualmente 2.857 (dois mil oitocentos e cinquenta e sete) beneficiários entre inativos e pensionistas distribuídos nos municípios de Capanema, Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viséu.

No 1º trimestre de 2026, a agência de Capanema realizou 1.114 (mil cento e quatorze) atendimentos, distribuídos mensalmente da seguinte forma: 285 (duzentos e oitenta e cinco) em janeiro, 291 (duzentos e noventa e um) em fevereiro e 538 (quinhentos e trinta e oito) em março, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Quanto ao perfil da demanda, considerando os atendimentos realizados ao longo dos meses de janeiro, fevereiro e março, observa-se que os três serviços mais demandados pela agência em Capanema foram a emissão de contracheque, a consulta de processos e a emissão de documentos e atendimentos administrativos específicos, incluindo a cédula C, além de outros serviços correlatos.

No mesmo período do ano de 2025, foram registrados 1.598 (mil quinhentos e noventa e oito) atendimentos, o que representa uma redução aproximada de 30% no volume total de atendimentos em 2026.

Gráfico 66 - Atendimentos Registrados na Agência Capanema: - 1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SIAAG/IGEPSS

#### 8.1.4 Núcleo Regional de Santarém

##### a) Agência Santarém

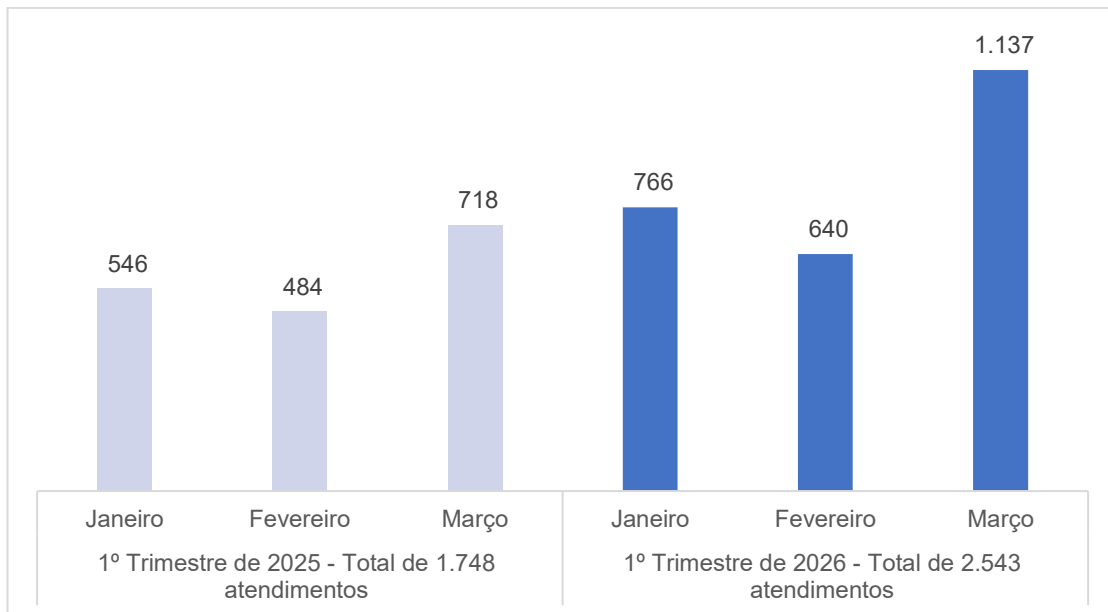
A agência de Santarém, atua na Região do Baixo Amazonas prestando serviços previdenciários para suprir demandas de mais de 2.600 (dois mil e seiscentos) beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes dos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha e Terra Santa.

No 1º trimestre de 2026, a agência de Santarém realizou 2.543 (dois mil quinhentos e quarenta e três) atendimentos, distribuídos mensalmente da seguinte forma: 766 (setecentos e sessenta e seis) em janeiro, 640 (seiscentos e quarenta) em fevereiro e 1.137 (mil cento e trinta e sete) em março.

Quanto ao perfil da demanda, destacaram-se, ao longo do período, os serviços de emissão de contracheque, consulta de processos, juntada de documentos, requerimento inicial e emissão de cédula C, além de outros atendimentos administrativos correlatos.

Para fins comparativos, no 1º trimestre de 2025, a agência de Santarém registrou 1.331 (mil trezentos e trinta e um) atendimentos. A comparação entre os períodos evidencia um aumento aproximado de 91% no volume total de atendimentos em 2026, indicando crescimento expressivo da demanda pelos serviços prestados pela unidade.

Gráfico 67 - Atendimentos Registrados na Agência Santarém – 1º trimestre 2025 e 2026



Fonte: SIAAG/IGEPPS

#### a) Agência Altamira

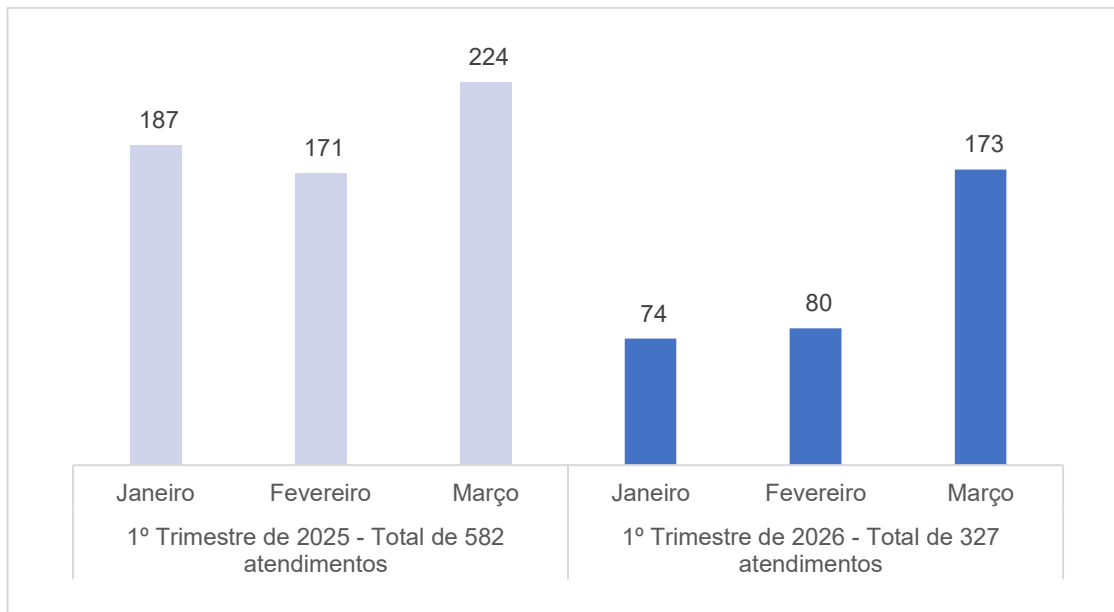
A agência do IGEPPS no município de Altamira atua no atendimento às demandas dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, residentes na Região de Integração do Xingu. Além do município-sede, a unidade atende os municípios de Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

No 1º trimestre de 2026, a agência de Altamira realizou 327 (trezentos e vinte e sete) atendimentos, distribuídos mensalmente da seguinte forma: 74 (setenta e quatro) em janeiro, 80 (oitenta) em fevereiro e 173 (cento e setenta e três) em março.

Quanto ao perfil da demanda, os serviços mais demandados no período foram a emissão de contracheque, a consulta de processos, a emissão de cédula C, além de outros atendimentos administrativos correlatos, os quais concentraram a maior parte das solicitações presenciais da unidade.

Para fins comparativos, no mesmo período do ano de 2025, a agência de Altamira registrou 582 (quinhentos e oitenta e dois) atendimentos, o que representa uma redução aproximada de 44% no volume total de atendimentos no 1º trimestre de 2026, indicando diminuição da demanda pelos serviços presenciais da agência no período analisado.

Gráfico 68 - Atendimentos Registrados na Agência Altamira - 1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SIAAG/IGEPPS

### 8.1.5 Núcleo Regional de Marabá

#### a) Agência Marabá

A Agência Regional do IGEPPS no município de Marabá atende aproximadamente 2.790 (dois mil setecentos e noventa) beneficiários, entre civis e militares inativos e pensionistas, abrangendo os municípios das Regiões de Integração Carajás e Araguaia. Na Região Carajás, são atendidos os municípios de Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia. Já na Região Araguaia, a abrangência inclui os municípios de Conceição do Araguaia, Cumarú do Norte, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia.

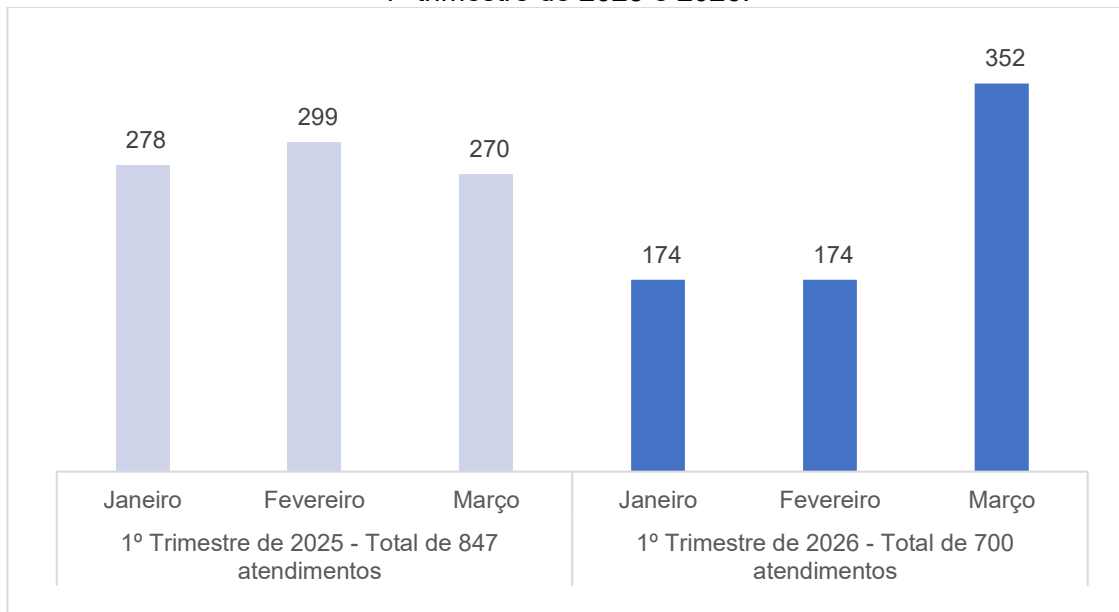
No 1º trimestre de 2026, a agência de Marabá realizou 700 (setecentos) atendimentos, distribuídos mensalmente da seguinte forma: 174 (cento e setenta e quatro) em janeiro, 174 (cento e setenta e quatro) em fevereiro e 352 (trezentos e cinquenta e dois) em março.

Quanto ao perfil da demanda, os serviços mais demandados no período foram a consulta de processos, a emissão de contracheque, a emissão de cédula C, além de outros assuntos administrativos atípicos, que concentraram a maior parte das solicitações presenciais realizadas pela unidade.

Para fins comparativos, no mesmo período do ano de 2025, a agência de Marabá registrou 847 (oitocentos e quarenta e sete) atendimentos. A comparação entre os períodos evidencia uma redução aproximada de 17% no volume total de atendimentos no 1º trimestre de 2026, indicando diminuição da demanda pelos serviços presenciais da agência no período.

analisado.

Gráfico 69 - Atendimentos Registrados na Agência Marabá-  
1º trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SIAAG/IGEPPS

#### b) Agência Paragominas

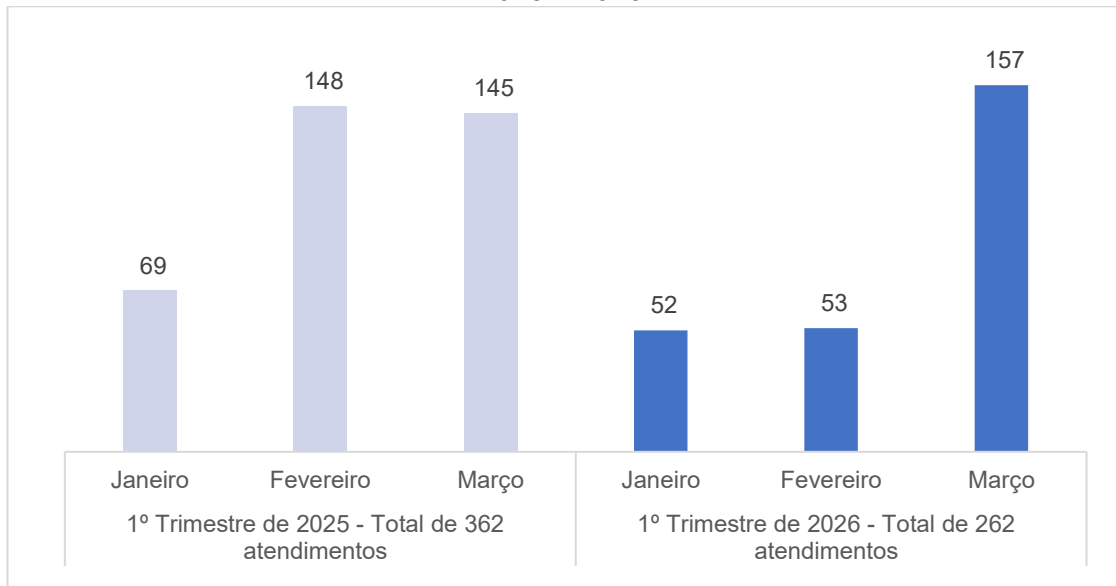
A agência do IGEPPS no município de Paragominas foi criada para atender às demandas dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, residentes na Região de Integração Rio Capim. Além do município-sede, a unidade atende os municípios de Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Rondon do Pará, Tomé-Açú e Ulianópolis.

No 1º trimestre de 2026, a agência de Paragominas realizou 262 (duzentos e sessenta e dois) atendimentos, distribuídos mensalmente da seguinte forma: 52 (cinquenta e dois) em janeiro, 53 (cinquenta e três) em fevereiro e 157 (cento e cinquenta e sete) em março.

Para fins comparativos, no mesmo período do ano de 2025, foram registrados 362 (trezentos e sessenta e dois) atendimentos. A comparação entre os períodos evidencia uma redução aproximada de 28% no volume total de atendimentos no 1º trimestre de 2026, indicando diminuição da demanda pelos serviços presenciais da agência no período analisado.

Quanto ao perfil da demanda, os serviços mais demandados no período foram a emissão de contracheque, a consulta de processos e outros atendimentos administrativos, que concentraram a maior parte das solicitações presenciais realizadas pela unidade.

Gráfico 70 - Atendimentos Registrados na Agência Paragominas- 1º trimestre de 2025 e 2026.

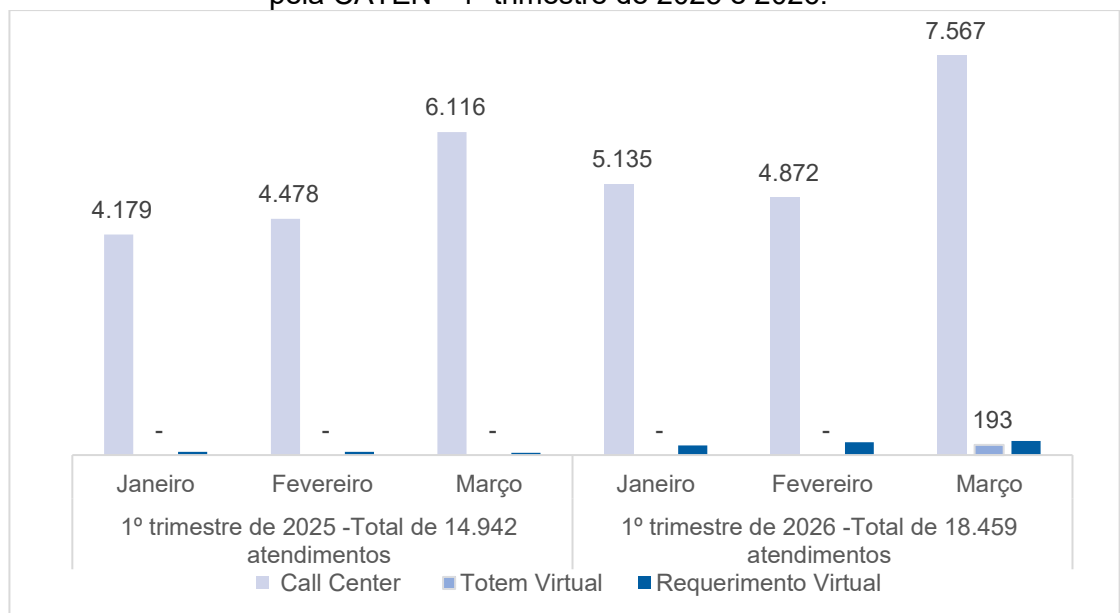


Fonte: SIAAG/IGEPPS

## 8.2 ATENDIMENTO REMOTO E VIRTUAIS

Os atendimentos remotos, realizados por meio do *Call Center* (telefone, ramais setoriais, WhatsApp e *WebChat*), totem (iniciado em março/2026 - quantitativo de pessoas atendidas foi de 193 com 235 atendimentos), requerimento virtual, totalizaram 18.459 (dezoito mil quatrocentos e cinquenta e nove) registros no 1º trimestre de 2026. Esse quantitativo representa um aumento de aproximadamente 22% em relação ao mesmo período do ano de 2025, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 71 — Atendimentos realizados via Call Center, Totem e requerimento virtual pela CATEN - 1º trimestre de 2025 e 2026.



Siafe/Cofin/IGEPPS

### 8.3 OUVIDORIA

A Ouvidoria é um canal de relacionamento que conduz as opiniões, informações, críticas, sugestões, reclamações e demais anseios da sociedade, sendo um direito do cidadão que busca pela eficiência, a ética e transparência nas relações do instituto com a sociedade. Trata-se, no mais, de um serviço aberto ao nosso usuário, tendo como missão atender a sociedade participativa, cada vez mais exigente e ansiosa por melhorias na qualidade de vida e na concretização de seus direitos como cidadão.

A Ouvidoria possui um papel fundamental, enquanto promotora dos direitos humanos, da boa governança e do Estado de direito, qual seja: Promoção da boa governança na administração pública e na melhoria das suas relações com os cidadãos, promoção do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, reforço da prestação de serviços públicos, promovendo o Estado de direito, a boa governança, a transparência, a responsabilização e a equidade.

Os dados estatísticos aqui apresentados referem-se às manifestações de solicitações externas e internas feitas ao Instituto, recebidas no período supracitado, que foram encaminhadas, acompanhadas e respondidas, com base nas informações prestadas pelas unidades administrativas.

As Manifestações podem ser realizadas pelos seguintes canais de atendimento:

1. Eletrônicos (Site do Instituto/OUVIDORIA > E-OUVE);
2. E-mail da Ouvidoria – [ouvidoria@igeprev.pa.gov.br](mailto:ouvidoria@igeprev.pa.gov.br);
3. Atendimento presencial – OUVIDORIA (08hs as 15hs);
4. Serviço de Informação ao cidadão – (SIC-PA);
5. Sistema Geral de Ouvidoria do Estado – SIGO.

No 1º trimestre de 2026, a Ouvidoria recebeu um total de 292 (duzentas e noventa e duas) manifestações por meio de seus canais de atendimento. Desse quantitativo, 141 corresponderam a reclamações, 112 a solicitações, 28 a denúncias, 10 a elogios e 1 a sugestão, conforme demonstrado no consolidado do 1º trimestre de 2026.

## **CONSIDERAÇÕES**

O 1º trimestre de 2026 consolidou avanços significativos na gestão responsável e sustentável da Previdência Pública Estadual, aproximando o IGEPPS da excelência no cumprimento de sua missão de gerir o regime próprio do Pará com transparência e foco na dignidade humana. A implementação de políticas fiscais e salariais equilibradas priorizou a proteção social dos segurados e beneficiários, em harmonia com as diretrizes do Governo Estadual e o PPA 2024-2027, buscando sempre a redução das desigualdades regionais por meio de uma governança pública fortalecida.

Cabe destacar que a atuação da gestão do IGEPPS não se limita à concessão de benefícios previdenciários, abrangendo um conjunto amplo de atribuições estratégicas e administrativas essenciais ao funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado. Entre as principais áreas de atuação, destacam-se a gestão dos fundos previdenciários, a administração de investimentos no mercado financeiro, os processos licitatórios, as ações de educação previdenciária, a gestão de recursos humanos, além de outras atividades voltadas ao fortalecimento institucional e à sustentabilidade do sistema previdenciário estadual.

A atual gestão do IGEPPS vem consolidando ações estratégicas voltadas ao fortalecimento da cidadania e da cultura previdenciária no âmbito estadual. Nesse contexto, destaca-se o contínuo investimento em tecnologia da informação e segurança de dados, com o objetivo de ampliar e modernizar a oferta de serviços digitais aos segurados.

As iniciativas implementadas buscam promover maior eficiência administrativa, reduzir barreiras burocráticas e otimizar os fluxos de atendimento, assegurando mais celeridade, transparência e qualidade na prestação dos serviços. Dessa forma, o Instituto reafirma seu compromisso com a inovação, a modernização da gestão pública e a melhoria contínua do relacionamento com seus segurados.

O IGEPPS vem buscando o fortalecimento da gestão, governança e qualidade, aperfeiçoando seus serviços sempre com respeito ética e transparência, tudo isso alinhado ao seu comprometimento com a missão do instituto, para oferecer os melhores serviços a seus assegurados.

Esse é o nosso Relatório.

**Welliton Marques de Albuquerque**

**Presidente do IGEPPS**

## **ANEXO I**

Quadro 1 - Programas e ações do PPA 2024-2027 - Exercício 2026.....	17
Quadro 2 - Reunião e principais decisões do CEP – 1º trimestre de 2026.....	71
Quadro 3 - Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal – 1º trimestre de 2026. ....	72
Quadro 4 - Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal – 1º trimestre de 2026.....	73

## ANEXO II

Tabela 1 - Execução orçamentária/financeira - Por Programa - 1º Trimestre de 2026 .....	18
Tabela 2- Execução Orçamentária/Financeira – por Grupo de Despesa detalhada por Fonte de Recurso - 1º trimestre de 2026 .....	19
Tabela 3 - Execução orçamentária/financeira - 1º trimestre 2026 .....	21
Tabela 4 - Capacitação de Agentes Públicos - 1º trimestre 2026.....	22
Tabela 5 — Execução orçamentária/financeira – 1º trimestre de 2026 .....	25
Tabela 6 - Execução orçamentária/financeira – 1º trimestre de 2026 .....	27
Tabela 7- Execução orçamentária/financeira - 1º trimestre de 2026 .....	29
Tabela 8 - Quantitativo de servidores no FINANPREV e FUNPREV - 1º trimestre de 2026.	30
Tabela 9 - Quantitativo de militares no SPSM - 1º trimestre de 2026.....	31
Tabela 10 - Receitas utilizadas do Poder Executivo – FINANPREV – 1º trimestre de 2026.	31
Tabela 11 — Receitas utilizadas do Poder Executivo – FUNPREV - 1º trimestre de 2026...	32
Tabela 12 - Requerimentos de COMPREV – 1º trimestre de 2026 .....	33
Tabela 13 — Ranking da Compensação Financeira – 1º trimestre de 2026.....	34
Tabela 14 - Valores Recuperados de COMPREV – 1º trimestre de 2026 .....	34
Tabela 15 - Quadro comparativo das dívidas das prefeituras – 1º trimestre de 2025 e 2026	36
Tabela 16 - Rentabilidade dos Fundos – 1º trimestre de 2026.....	37
Tabela 17— Despesas folhas de inativos e pensionistas – 1º trimestre de 2026 .....	39
Tabela 18 - Receitas e Despesas SPSM – 1º trimestre de 2026.....	40
Tabela 19 - Receita Previdenciária da Defensoria Pública no 1º trimestre de 2026 .....	40
Tabela 20 - Despesa Previdenciária da Defensoria Pública no 1º trimestre de 2026 .....	41
Tabela 21 - Receita Previdenciária da Assembleia Legislativa Pará no 1º trimestre de 2026 .....	41
Tabela 22 – Despesa Previdenciária da Assembleia Legislativa Pará no 1º trimestre de 2026 .....	41
Tabela 23 – Receita Previdenciária do Tribunal de Contas do Pará no 1º trimestre de 2026	41
Tabela 24 - Despesa Previdenciária do Tribunal de Contas do Pará no 1º trimestre de 2026 .....	41
Tabela 25 – Receita Previdenciária do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará no 1º trimestre de 2026.....	42
Tabela 26– Despesa Previdenciária do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará no 1º trimestre de 2026.....	42
Tabela 27 – Receita Previdenciária do Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado no 1º trimestre de 2026.....	42
Tabela 28 – Despesa Previdenciária do Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado no 1º trimestre de 2026.....	42

Tabela 29 – Receita Previdenciária do Ministério Público do Estado no 1º trimestre de 2026 .....	42
Tabela 30 – Despesa Previdenciária do Ministério Público do Estado no 1º trimestre de 2026 .....	43
Tabela 31- Receita Previdenciária da Defensoria Pública - FUNPREV no 1º trimestre de 2026 .....	43
Tabela 32 - Receita Previdenciária do Tribunal de Contas do Estado - FUNPREV no 1º trimestre de 2026 .....	43
Tabela 33 – Receita Previdenciária do Tribunal de Justiça/Justiça Militar FUNPREV no 1º trimestre de 2026 .....	43
Tabela 34 – Receita Previdenciária do Ministério Público do Estado - FUNPREV no 1º trimestre 2026 .....	43
Tabela 35 - Receita previdenciária do Tribunal de Contas dos municípios - FUNPREV no 1º trimestre 2026 .....	44
Tabela 36 - Quantitativo FINANPREV – 2023 a 2026 .....	46
Tabela 37 - Quantitativo FUNPREV – 2023 a 2026 .....	46
Tabela 38 - Quantitativo SPSM – 2023 a 2026 .....	46
Tabela 39 - Comparativo FINANPREV – 2023 a 2026 .....	47
Tabela 40 - Comparativo FUNPREV – 2023 a 2026 .....	47
Tabela 41 - Comparativo SPSM – 2023 a 2026 .....	47
Tabela 42 - Comparativo FINANPREV– 2023 a 2026 .....	47
Tabela 43 - Comparativo FUNPREV– 2023 a 2026 .....	48
Tabela 44 - Comparativo SPSM – 2023 a 2026 .....	48
Tabela 45 - Hipóteses biométricas – 2023 a 2026 .....	48
Tabela 46 - Hipóteses demográficas - 2023 a 2026 .....	49
Tabela 47 - Hipóteses Financeiras - FINANPREV - 2023 a 2026 .....	49
Tabela 48 - Hipóteses Financeiras - FUNPREV- 2023 a 2026 .....	49
Tabela 49 - Hipóteses Financeiras SPSM- 2023 a 2026 .....	50
Tabela 50 - Custeio Previdenciário FINANPREV– 2023 a 2026 .....	50
Tabela 51 - Custeio Previdenciário FUNPREV– 2023 a 2026 .....	50
Tabela 52 - Custeio Previdenciário SPSM– 2023 a 2026 .....	50
Tabela 53 - Custos % por benefícios - FINANPREV– 2023 a 2026 .....	51
Tabela 54 - Custos % por benefícios FUNPREV– 2023 a 2026 .....	51
Tabela 55 - Custos % por benefícios SPSM– 2023 a 2026 .....	51
Tabela 56 - Evolução FINANPREV– 2023 a 2026 .....	52
Tabela 57 - Evolução FUNPREV– 2023 a 2026 .....	52
Tabela 58 - Evolução SPSM– 2023 a 2026 .....	52

Tabela 59 - Carteira Global do IGEPPS – 1º trimestre de 2026 .....	54
Tabela 60 - Enquadramento do IGEPPS de acordo com a Política de Investimentos - 1º trimestre de 2026.....	55
Tabela 61 — Patrimônio Líquido por Instituição Financeira – 1º trimestre de 2026.....	58
Tabela 62 - Carteira FINANPREV – 1º trimestre de 2026.....	59
Tabela 63 - Movimentações Financeiras – FINANPREV - 1º trimestre de 2026.....	61
Tabela 64- Movimentações Financeiras – SPSM - 1º trimestre de 2026.....	62
Tabela 65 - Movimentações Financeiras FUNPREV – 1º trimestre de 2026.....	64
Tabela 66 - Arrecadação para aplicação FUNPREV – 1º trimestre de 2026.....	65
Tabela 67 - Transferências do FUNPREV para o FINANPREV – 1º trimestre de 2026.....	69
Tabela 68 - Transferências do FUNPREV para o FINANPREV – 1º trimestre de 2026.....	69
Tabela 69 — Utilização da taxa de administração – 1º trimestre de 2026.....	69
Tabela 70 - Quadro Funcional por Tipo de Vínculo – 1º trimestre de 2026 e 2025.....	75
Tabela 71 - Servidores Capacitados – 1º trimestre de 2026 .....	76
Tabela 72 - Servidores Capacitados – 1º trimestre de 2026 .....	76
Tabela 73 - Ações e Projetos de Qualidade de vida – 1º trimestre de 2026.....	77
Tabela 74 - Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 1º trimestre de 2026 .....	77
Tabela 75 - Despesas Executadas (R\$) – Outros Poderes – 1º trimestre de 2026 .....	79
Tabela 76 - Despesas Executadas (R\$) – Todos os Poderes – 1º trimestre de 2026 .....	80
Tabela 77 - Despesas Executadas (R\$) – FINANPREV, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário –.....	81
Tabela 78 — Demonstrativos de Valores Executados por Despesa com Pessoal (R\$) - 1º trimestre de 2026.....	83
Tabela 79 - Demonstrativos de Valores Executados por Outras Despesas Correntes (R\$) - IGEPPS - 1º trimestre de 2026 .....	85
Tabela 80 - Demonstrativos de Despesas Realizadas por Programa de Despesa com investimentos na UG 840201 - IGEPPS – 1º Trimestre de 2026.....	86
Tabela 81- Demonstrativo Despesas Realizadas (R\$) de Encargos IGEPPS - 1º trimestre de 2026 .....	88
Tabela 82 - Demonstrativo de Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$) – 1º trimestre de 2026.....	92
Tabela 83 - Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos(R\$) – 1º trimestre de 2026.....	93
Tabela 84 - Despesas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Inativos SPSM - (R\$) ..	95
Tabela 85 - Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - Banpará/lasep (R\$) – 1º trimestre de 2026.....	97
Tabela 86 - Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Retenções (R\$), 1º trimestre de	

2025 e 2026.....	98
Tabela 87 - Quantitativo dos Contratos Mantidos pelo IGEPPS – 1º trimestre de 2026. ....	99
Tabela 88 - Modalidades dos Contratos Realizados pelo IGEPPS – 1º trimestre de 2026...	99
Tabela 89 - Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 1º trimestre de 2026. ....	101
Tabela 90 - Quantitativo de resultado do Alcance - 1º trimestre de 2026 .....	109
Tabela 91 - Quantitativo de resultado Canal - 1º trimestre de 2026 .....	110
Tabela 92 - Comparativo do quantitativo dos processos analisados, 1º trimestre de 2025 e 2026 .....	111
Tabela 93 - Relatório Trimestral de Processos – SISJUD- 1º trimestre de 2026 .....	114
Tabela 94 - Quantidade de processos por modalidade do setor de Impugnação – 1º trimestre de 2026.....	117
Tabela 95 - Valor Executado, Valor Calculado e Excesso – 1º trimestre de 2026.....	119
Tabela 96 - Valor Executado, Valor Calculado e Economia - 1º trimestre de 2026 .....	120
Tabela 97 - Quantitativo de processos de inatividade pela CPSM-Reserva e Reforma – 1º trimestre de 2026.....	124
Tabela 98 - Quantitativo de processos de inatividade pela CPSM-Reserva e Reforma – 1º trimestre de 2026.....	124
Tabela 99 - Total de Atendimentos Psicossocial – 1º trimestre de 2025 e 2026 .....	140
Tabela 100 - Total de Diligências Psicossocial – 1º trimestre de 2025 e 2026.....	140
Tabela 101 - Total de Denúncias – 1º trimestre de 2025 e 2026.....	141
Tabela 102 - Total de Eventos de Educação Previdenciária – 1º trimestre de 2026.....	142

### ANEXO III

Gráfico 1 - Receita utilizadas do Poder Executivo - FUNPREV (R\$), 1º trimestre de 2025 e 2026 .....	32
Gráfico 2 - Comparativo dos Valores Líquidos Recuperados de COMPREV (R\$), .....	35
Gráfico 3 - Comparativo dos Valores da Taxa de Administração (R\$), 1º trimestre de 2025 e 2026 .....	36
Gráfico 4 - Dívidas das Prefeituras (R\$), 1º trimestre de 2025 e 2026 .....	37
Gráfico 5- Rentabilidade dos Fundos de Investimento (R\$), 1º trimestre de 2025 e 2026....	38
Gráfico 6 - Comparativo da Evolução do Patrimônio Líquido Aplicado (R\$).....	56
Gráfico 7 - Distribuição do Patrimônio Líquido Aplicado por segmento – 1º trimestre de 2026 .....	57
Gráfico 8 - Evolução do Rendimento do FINANPREV (R\$) – 1º trimestre de 2026.....	60
Gráfico 9 - Evolução do Patrimônio Líquido FINANPREV (R\$) – 1º trimestre de 2026. ....	60
Gráfico 10 - Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM (R\$) – 1º trimestre de 2026.....	61
Gráfico 11 - Evolução do Rendimento do SPSM (R\$) – 1º trimestre de 2026. ....	62
Gráfico 12 - Evolução do Rendimento FUNPREV (R\$) – 1º trimestre de 2026. ....	63
Gráfico 13 - Evolução do Patrimônio Líquido do FUNPREV (R\$) – 1º trimestre de 2026.....	63
Gráfico 14 - Distribuição de Recurso por Segmento FUNPREV – 1º trimestre de 2026.....	64
Gráfico 15 - Rentabilidade em relação a Meta Atuarial do FUNPREV – 1º trimestre de 2026 .....	65
Gráfico 16 - Rentabilidade FUNPREV em relação a Meta Atuarial .....	66
Gráfico 17 - Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo, 1º trimestre de 2025 e 2026... 78	78
Gráfico 18 - Despesas Executadas (R\$) – Poderes Legislativo e Judiciário, .....	79
Gráfico 19 - Despesas Executadas (R\$) – Todos os Poderes - 1º trimestre de 2025.....	80
Gráfico 20 - Despesas Executadas (R\$) – FINANPREV, Poder Executivo, SPSM, Poderes Legislativo e Judiciário, 1º trimestre de 2025 e 2026. ....	82
Gráfico 21 - Despesas Executadas por Elemento de Despesa – IGEPPS - ODC – .....	84
Gráfico 22 - Despesas Realizadas por programas Elemento de Despesa – IGEPPS, .....	86
Gráfico 23 - Despesas Realizadas por Programas e Elementos da Despesa com Investimento - IGEPPS –1º trimestre de 2025 e 2026.....	87
Gráfico 24 - Despesas Executadas com RPV's, 1º trimestre de 2025 e 2026.....	89
Gráfico 25 - Despesas Executadas com Auxílio Funeral (R\$) – 1º trimestre de 2025 e 2026. ....	90
Gráfico 26 - Despesas Executadas com Salário Família (R\$),1º trimestre de 2025 e 2026. 90	90
Gráfico 27 - Despesas Executadas com Auxílio Morte / Auxílio Acidente - SPSM (R\$), 1º trimestre de 2025 e 2026. ....	91
Gráfico 28 - Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Folhas de Pagamentos (R\$),	162

1º trimestre de 2025 e 2026.....	93
Gráfico 29 - Despesas Executadas – Consignações nas Folhas de Pagamento Inativos/ Pensionistas Civis/Executivo/Outros Poderes – 1º trimestre de 2025 e 2026 .....	95
Gráfico 30 - Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/ Inativos / SPSM (R\$), 1º trimestre de 2025 e 2026.....	96
Gráfico 31 - Despesas – Folhas de Pagamentos - Banpará/lasep (R\$) – 1º trimestre de 2025 e 2026. ....	97
Gráfico 32 - Despesas Realizadas de Consignações/Retenções Obrigatórias em Folhas de Pagamento, 1º trimestre de 2025 e 2026.....	98
Gráfico 33 — Quantitativo dos processos administrativos e previdenciários analisados – 1º trimestre de 2026.....	100
Gráfico 34 - Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 1º trimestre de 2025 e 2026	102
Gráfico 35 - Quantitativo dos processos administrativos, previdenciários e de proteção social analisados – 1º trimestre de 2026.....	103
Gráfico 36 - Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos administrativos – 1º trimestre de 2026. ....	104
Gráfico 37 - Quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos previdenciários – 1º trimestre de 2026.....	106
Gráfico 38 - Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos Proteção Social – 1º trimestre de 2026.....	107
Gráfico 39 — Quantitativo Mensal de Processos do Consultivo – 1º trimestre de 2025 e o 1º trimestre de 2026.....	112
Gráfico 40 - Demandas do Consultivo segmentada por matéria nas áreas civil e militar – 1º trimestre de 2026.....	113
Gráfico 41 — Quantitativo de Requisição de Pequeno Valor (RPV) analisados (R\$) – .....	116
Gráfico 42 — Valores do RPV pagos, não pagos ou em andamento (R\$) – 1º trimestre de 2026. ....	117
Gráfico 43 — Valor Executado, Valor Calculado e Excesso (R\$) – 1º trimestre de 2026 ...	120
Gráfico 44 - Quantitativo dos processos analisados – 1º trimestre de 2025 e 2026 .....	126
Gráfico 45 - Quantitativo por tipo de processos analisados – 1º trimestre de 2025 e 2026	126
Gráfico 46 - Quantitativo das aposentadorias concedidas – 1º trimestre de 2025 e 2026 ..	127
Gráfico 47 - Quantitativo das pensões por morte concedidas por folha de pagamento – 1º trimestre de 2025 e 2026.....	128
Gráfico 48 - Quantitativo de auxílios funerários analisados – 1º trimestre de 2025 e 2026 ...	129
Gráfico 49- Quantitativo dos abonos de permanência concedidos, 1º trimestre de 2025 e 2026 .....	130
Gráfico 50 - Quantidade – Inativos Civil – 1º trimestre de 2025 e 2026.....	131

Gráfico 51 — Distribuição de Valores de em Valores monetários – Inativos Civil, 1º trimestre de 2025 e 2026.....	132
Gráfico 52 - Quantidade – Inativos Militar, 1º trimestre de 2025 e 2026.....	132
Gráfico 53 - Distribuição de Valores em Valores monetários – Inativos Militar, 1º trimestre de 2025 e 2026.....	133
Gráfico 54 - Comparativo da Quantidade- Pensão por Morte Civil – 1º trimestre de 2025 e 2026. ....	133
Gráfico 55 - Comparativo de Valores em Valores Monetários - Pensão por Morte Civil - 1º trimestre de 2025 e 2026. ....	134
Gráfico 56 - Quantidade - Pensão por Morte Militar - 1º trimestre de 2025 e 2026.....	134
Gráfico 57 - Valores em Valores Monetários - Pensão por Morte Militar - 1º trimestre de 2025 e 2026. ....	135
Gráfico 58 - Pensões Especiais – Quantidade de Pagamentos – 1º trimestre de 2025 e 2026. ....	135
Gráfico 59 - Pensões Especiais – Valores Pagos – 1º trimestre de 2025 e 2026.....	136
Gráfico 60 - Retroativos de Aposentadorias – Valores – 1º trimestre de 2025 e 2026. ....	137
Gráfico 61 - 1 Retroativos de Pensão - Valores (R\$) - 1º trimestre de 2025 e 2026.....	137
Gráfico 62 - atendimentos realizados na Caten – Sede, Estações Cidadania, Terminal Hidroviário - 1º trimestre de 2025 e 2026.....	145
Gráfico 63- atendimentos realizados nas Estações Cidadania – 1º trimestre de 2025 e 2026. ....	146
Gráfico 64 - atendimentos Registrados na Agência Castanhal- 1º trimestre de 2025 e 2026. ....	148
Gráfico 65 - atendimentos Registrados na Agência Abaetetuba- 1º trimestre de 2025 e 2026. ....	149
Gráfico 66- atendimentos Registrados na Agência Capanema: - 1º trimestre de 2025 e 2026. ....	150
Gráfico 67 - atendimentos Registrados na Agência Santarém – 1º trimestre 2025 e 2026	150
Gráfico 68 - atendimentos Registrados na Agência Altamira - 1º trimestre de 2025 e 2026. ....	151
Gráfico 69 - atendimentos Registrados na Agência Marabá- 1º trimestre de 2025 e 2026.	153
Gráfico 70 - atendimentos Registrados na Agência Paragominas- 1º trimestre de 2025 e 2026. ....	154
Gráfico 71 - atendimentos realizados via Call Center, Totem e requerimento virtual pela CATEN - 1º trimestre de 2025 e 2026.....	154
Gráfico 72 -Número de Manifestações registradas – 2025 ..... <b>Erro! Indicador não definido.</b>	

**ANO  
2026**

*1º Trimestre*